

EID&A

Nº9

REVISTA ELETRÔNICA DE ESTUDOS
INTEGRADOS EM DISCURSO
E ARGUMENTAÇÃO

língua
linguística ide
discurso polít
argumentação aristote
retórica topo
análise do discurso etho
pathos logos
falar teorias
corpus humani



Universidade Estadual de Santa Cruz

Reitora: Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Vice-Reitor: Evandro Sena Freire



Departamento de Letras e Artes

Diretor: Isaías Francisco de Carvalho
Vice-Diretor: Fernando José Reis de Oliveira

Rodovia Jorge Amado (BA-415), km 16
Campus Soane Nazaré de Andrade
CEP 45662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil
Endereço eletrônico: letras@uesc.br
Sítio eletrônico: <http://www.uesc.br/dla/index.php>
Fone/Fax: 55 73 3680-5088



EID&A

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores

Eduardo Lopes Piris
Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Moisés Olímpio Ferreira
Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Endereço eletrônico: revista.eidea@gmail.com
Sítio eletrônico: periodicos.uesc.br/index.php/eidea

Indexada em:



EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

Editores: Eduardo Lopes Piris (UESC) • Isabel Cristina Michelin de Azevedo (UFS)
Moisés Olímpio Ferreira (FLP) • Paulo Roberto Gonçalves Segundo (USP)

Conselho editorial

Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNICSUL)
Ana Zandwais (UFRGS)
Angela Maria da Silva Corrêa (UFRJ)
Anna Flora Brunelli (UNESP)
Anna Maria Grammatico Carmagnani (USP)
Álvaro Antônio Caretta (UNIFESP)
Benedito Gomes Bezerra (UPE)
Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (UFU)
Carlos Piovezani (UFSCar)
Carolina Assunção e Alves (CEUnB)
Christian Plantin (ICAR/CNRS)
Cristian Tileaga (U.Loughborough)
Christiani Margareth de Menezes e Silva (UESC)
Daniele de Oliveira (UFBA)
Dylia Lysardo-Dias (UFOP)
Eduardo Chagas Oliveira (UEFS)
Edvânia Gomes da Silva (UESB)
Eliana Alves Greco (UEM)
Eliana Amarante de Mendonça Mendes (UFMG)
Eugenio Pagotti (UFS)
Evandra Grigoletto (UFPE)
Fabiana Cristina Komesu (UNESP)
Fabiele Stockmans de Nardi (UFPE)
Frédéric Hailon (U.François-Rabelais)
Galia Yanoshevsky (U.Tel-Aviv)
Gilberto Nazareno Teles Sobral (UNEB)
Grenissa Bonvino Stafuzza (UFG)
Guylaine Martel (U. Laval)
Gustavo Ximenes Cunha (UNIFAL)
Helena Nagamine Brandão (USP)
Helson Flavio da Silva Sobrinho (UFAL)
Iran Ferreira de Melo (UPE)
Iraneide Santos Costa (UFBA)
Ivo José Dittrich (UNIOESTE)
Janice Helena Chaves Marinho (UFMG)
Jerônimo Coura Sobrinho (CEFET/MG)
João Bôsko Cabral dos Santos (UFU)
John E. Richardson (U.Newcastle)
José Nivaldo de Farias (UFAL)
Juan Eduardo Bonnin (UBA)
Juan Marcelo Columba-Fernández (UPEA)
Juciane dos Santos Cavalheiro (UEA)
Leiva de Figueiredo Viana Leal (UFMG)
Lineide Salvador Mosca (USP)
Luciana Carmona Garcia Manzano (UNIFRAN)
Luciana Salazar Salgado (UFSCar)
Luciane de Paula (UNESP)
Luciano Novaes Vidon (UFES)
Luís Fernando Figueira Bulhões (UFES)
Manuel Alexandre Júnior (U.Lisboa)
Marc Angenot (U.MacGill)
Márcia Regina Curado Pereira Mariano (UFS)
Maria Adélia Ferreira Mauro (FOCSP)
María Alejandra Vitale (UBA)
Maria Amélia Chagas Gaiarsa (UCSAL)
Maria Carmem Aires Gomes (UFV)
Maria Cristina Damianovic (UFPE)
Maria Eliza Freitas do Nascimento (UERN)
Maria Emília de Rodat de A. Barreto Barros (UFS)
Maria Helena Cruz Pistori (PUCSP)
Maria José Coracini (UNICAMP)
Maria Margarete F. de Sousa (UFC)
Maria Otilia Guimarães Ninin (PUCSP)
Maria Rosa Petroni (UFMT)
María Teresa Celada (USP)
Maria Teresinha Py Elichirigoity (UFRGS)
Marianne Doury (CNRS)
Marie-Anne Paveau (U.Paris XIII)
Marinalva Vieira Barbosa (UFTM)
Marisa Grigoletto (USP)
Martin Montgomery (U.Macau)
Maurício Beck (UESC)
Melliandro Galinari Mendes (UFOP)
Nelson Barros da Costa (UFC)
Pablo Alonso Segovia Lacoste (U. de Playa Ancha)
Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez (UEFS)
Patrick Alfred Dahlet (UFMG)
Paula de Souza G. Morasco (Fac.Flamingo)
Renata Palumbo (FMU)
Renato Cabral Rezende (UNIFESP)
Ricardo Henrique Resende de Andrade (UFRB)
Rodrigo Oliveira Fonseca (UNEB)
Rubens Damasceno Morais (UnB)
Rui Alexandre Grácio (U.Nova de Lisboa)
Ruth Amossy (U.Tel-Aviv)
Ruth Wodak (U.Lancaster)
Sandro Luis Silva (UNIFESP)
Sheila Vieira de Camargo Grillo (USP)
Sophie Moirand (U.Paris III)
Soraya Maria Romano Pacífico (USP)
Thierry Guilbert (U. Picardie)
Valdemir Miotello (UFSCar)
Vânia Lúcia Menezes Torga (UESC)
Verli Fátima Petri da Silveira (UFSM)
Viviane Vieira (UnB)
Viviane de Melo Resende (UnB)
Wander Emediato de Souza (UFMG)
William Augusto Menezes (UFOP)
William M. Keith (U.Wisconsin)
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (USP)

Revisores: Alice Vasques de Camargo • Anna Carolina Araújo • Giselle Luz • Leonardo Dalvo Silva de Andrade • Roberto Santos de Carvalho • **Diagramação:** Eduardo Lopes Piris • **Capa:** Laurenci Barros Esteves

SUMÁRIO

ARTIGOS INÉDITOS

- 05 Direitos Humanos em cena: uma análise do discurso jornalístico angolano
Danilsa Iracelma Morais de Almeida & Patrícia Silvestre Leite Di Iório
- 21 De Joseph a Bento, de Jorge a Francisco: um estudo sobre a construção do *ethos* e sua relação com os nomes dos papas
Dayane Sávia Monteiro & Mônica Santos de Souza Melo
- 39 A imagem do sujeito enamorado na ótica da Análise do Discurso e da Psicanálise: um estudo de caso
Ida Lucia Machado & Cássio Eduardo Soares Miranda
- 56 Sátira e Retórica
José Rodrigues Seabra Filho
- 67 Análise de uma redação nota mil do ENEM 2012: o modo de organização do discurso argumentativo e o emprego dos articuladores textuais
Maria Isabel Soares Oliveira & Ana Lúcia Tinoco Cabral
- 88 Os caminhos do sentido na notícia: memória discursiva e orientação argumentativa
Marise Rodrigues Guedes & Maria D’Ajuda Alomba Ribeiro
- 102 Argumentação e persuasão em gêneros textuais
Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto
- 115 Uma visão geral das Teorias do Humor: Aplicação da Incongruência e da Superioridade ao sarcasmo
Sabina Tabacaru
- 137 O *éthos* em *Antígona*, de Sófocles
Shirley Maria de Jesus
- 153 Argumentação e oralidade: a confluência de saberes entre ensino de língua e artes cênicas
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino & Ana Luisa Fiteiro Cavalari Lotti

TRADUÇÕES

- 175 Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso
Anabela Carvalho
- 200 Conquistar o poder pela palavra: elementos de fabricação da retórica eleitoral
Philippe-Joseph Salazar

DIREITOS HUMANOS EM CENA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO ANGOLANO

Danilsa Iracelma Morais de Almeidaⁱ
Patrícia Silvestre Leite Di Iórioⁱⁱ

Resumo: Essa pesquisa tem como objetivo realizar uma análise comparativa dos discursos presentes em textos publicados pelo Jornal de Angola On-line e pelo Portal de Notícias Club-K. Para tanto, tomou-se como *corpus* notícias publicadas no entorno da visita de Navi Pillay, representante da ONU para os Direitos Humanos em Angola. Tem-se como respaldo teórico a Análise do Discurso de linha francesa para observação das marcas linguístico-discursivas que caracterizam as notícias, especialmente em relação à construção das cenas da enunciação e, nestas, do ethos discursivo. Assim, procura-se estabelecer as diferenças entre os ethés discursivos apresentados pelos dois portais de notícias.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Cenas da enunciação. Ethos. Direitos Humanos.

Abstract: This paper aims to develop a comparative analysis of the discourses present in texts published by Jornal de Angola Online and Club-K News Portal. For this analysis, the *corpus* is comprised by the news of Navi Pillay's visit, an UN representative for Human Rights in Angola. This paper has as theoretical support the French Approach to Discourse Analysis in order to observe the linguistic-discursive marks that characterize the news, especially regarding the construction of the scenes of enunciation and the ethos. Thus, we will show the differences between discursive ethés presented by the two news portals.

Keywords: Discourse Analysis. Scenes of enunciation. Ethos. Human Rights.

ⁱ Graduanda em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). E-mail: iracelma10@gmail.com.

ⁱⁱ Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e docente do Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). E-mail: patricia.leite@cruzeirosul.edu.br.

Considerações iniciais

Desde o momento em que foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, os Direitos Humanos têm sido pauta em várias instâncias políticas, sociais e educacionais. Assim, este trabalho buscará estabelecer uma análise comparativa de textos jornalísticos sobre Direitos Humanos, publicados pelo *Jornal de Angola On-line* e pelo *Portal de notícias Club-K*, que se realizaram no entorno da visita da representante da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, presente em Angola no período de 22 a 24 do mês de abril de 2013.

Para que se possa compreender as diferenças existentes entre as publicações, é necessário saber que o *Jornal de Angola (JA)* é um jornal diário nacional sob o controle do Estado com sede em Luanda, e o *Portal Club-K (CK)* é um portal informativo angolano sem afiliações políticas e sem fins lucrativos, cuja linha editorial consubstancia-se na divulgação dos valores dos direitos humanos, educação, justiça social, análise de informação, promoção de democracia, denúncias contra abusos e corrupção, com representantes em diversos países e estabelecido em Nova Iorque. O portal é reconhecido internacionalmente como organização não governamental.

Em sua essência, o jornalismo precisa dar informação de forma justa e responsável, dessa forma, o jornalista, como promotor e formador da sociedade, é o responsável principal da prática jornalística. Além disso, o jornal (impresso ou virtual), como qualquer outro meio de comunicação, exerce uma posição social importante, pois, além de noticiar, ele influencia a opinião pública. Se o discurso carrega em si uma posição ideológica, ao propormos como objeto de estudo o discurso jornalístico, precisamos relacioná-lo aos aspectos sócio-históricos que o constituem.

Desse modo, é necessário compreender que um jornalista, ao elaborar uma notícia, constrói o quadro do seu dizer encenado pelo próprio processo enunciativo, instituindo uma cenografia pela qual se estabelece um tipo de reconhecimento pessoal, pelo uso da linguagem, a partir do momento em que a exterioriza. Este é um dos aspectos que, posteriormente, veremos no embate de notícias publicadas pelos portais supracitados.

Dessa forma, o presente artigo procura evidenciar a construção discursiva das notícias “Os direitos humanos” e “Direitos humanos avançam”, publicadas, respectivamente, em 23 e 25 de abril 2013, pelo *Jornal de Angola*, e

ainda, “Violações de direitos humanos ameaçam democracia em Angola – ONG” e “Alta Comissária das Nações Unidas não viu realidade angolana – UNITA”, respectivamente, de 17 de abril de 2013 e 02 de maio de 2013, pelo portal *Club-K*, privilegiando, para isso, uma comparação entre as suas cenas da enunciação e seus *ethos* discursivo. Por fim, pelas marcas linguístico-discursivas, buscar-se-á identificar se há posições ideológicas conflitantes ou complementares.

1 Discurso e mídia

Para as atividades cotidianas, é necessário compreender que a comunicação é feita por meio da linguagem, sistema social que é codificado e exteriorizado através da fala; que a língua se torna a identidade linguística de uma dada comunidade; e que o homem se constitui socialmente e na sua história. O discurso é, portanto, a palavra em movimento, prática da linguagem.

Desse modo, vale ressaltar a posição de Charaudeau (2010) ao afirmar que, se existe um fenômeno humano social que depende essencialmente da linguagem, é o da informação. Para o autor, a informação é a transmissão de um saber, com a ajuda determinada da linguagem, por alguém que o possui a alguém que se pressupõe não possuí-la. Charaudeau discute as escolhas que devem ser realizadas neste processo de transmissão do saber: o conteúdo a transmitir, a forma mais adequada de transmissão e os efeitos de sentido que produzem.

Nesse sentido, o resultado do sistema produtivo de informação pode ter várias interpretações e significados, pois, considerando-se que a divulgação em grande escala é absorvida por todo tipo de público e que ele é livre para discernir o que dela vai absorver ou não, cabe ao público compreender a informação e deixar-se modificar por ela. Sobre esta questão, Charaudeau afirma:

O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a identidade do outro, o destinatário-receptor, quanto ao seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc. [...]. O ato de informar participa desse processo de transação, fazendo circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento. (CHARAUDEAU, 2010, p. 41).

Se há uma combinação circunstancial da maneira como se fala e se escreve, existe uma intencionalidade ao se dirigir à pessoa para quem se fala ou escreve, além de regras e condições extradiscursivas que produzem um sentido de discurso, um efeito esperado por quem o produz. Nesse sentido, para Fiorin, “existem textos que querem dizer praticamente a mesma coisa. Um de forma mais abstrata, expõe ideias que explicam um fato observável ao mundo. Outro é mais concreto, ao expor o fato, utiliza-se de conteúdos que indicam elementos do mundo natural” (FIORIN, 1988, p. 23).

Cada tipo de discurso articula seus efeitos de verdade de maneira diferente, cada um tem sua particularidade. A informação é transmitida empregando os traços psicológicos e sociais daquele que informa e os meios que o informador vai utilizar para provar sua veracidade.

Tratando-se de notícia, é preciso ter em mente que ela deve gerar uma reflexão, deve servir para alguma coisa e não simplesmente para gerar concorrência entre veículos. É necessário refletir sobre o tipo de informação veiculada, o ganho que trará às pessoas que vão ler e, ainda, como apresentá-la ao público. Sobre isso, Charaudeau acrescenta:

Os acontecimentos que surgem no espaço público não podem ser reportados de maneira exclusivamente factual: é necessário que a informação seja posta em cena de maneira a interessar o maior número possível de cidadãos, o que não garante que se possam controlar seus efeitos. Sendo assim, as mídias recorrem a vários tipos de discursos para atingir seus objetivos. (CHARAUDEAU, 2010, p. 60).

Nesse sentido, um discurso pode ser manifestado por diferentes meios de expressão, isto é, um fato, uma notícia, pode ter várias formas de tratamento e ser divulgado de maneira totalmente diferente. Esse aspecto é bastante conveniente para a análise que se propõe, pois os portais de notícias *Jornal Angola On-line* e *Club-K*, preliminarmente, parecem ter posições distintas a respeito dos fatos que noticiam, pois apresentam posições que imprimem marcas das instâncias que eles representam.

Diariamente, a sociedade acostumou-se a receber informações mundiais e a acompanhar os assuntos gerais que a mídia considera como de grande relevância. No entanto, essa seleção de informações, muitas vezes, faz com que o coenunciador seja conduzido a uma realidade enviesada. Possibilita, ainda, que as mídias detenham um poder de controle social. Isso se confirma na análise que Charaudeau (2010) faz do discurso das mídias:

O discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja pela autoridade que o saber lhe confere. Informar é possuir um saber que o outro ignora [...]. Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social. (CHARAUDEAU, 2010, p. 63).

Qualquer que seja o assunto em questão, nenhum discurso está livre de colocar ideias de quem o anuncia, o fator de persuasão nem sempre é claramente visível, mas existe. Ele se dá de forma inconsciente para quem recebe e consciente para quem transmite. Por isso, ressaltam-se as ideias de Fiorin quando aponta que:

Enquanto o discurso é a manifestação das formações ideológicas, sendo por isso determinado por elas, o texto é unicamente um lugar de manipulação consciente em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos da expressão que estão à sua disposição para veicular seu discurso. Na medida em que é determinado pelas formações ideológicas, o discurso cita outros discursos. (FIORIN, 1988, p. 23).

Para este trabalho, acredita-se que observar a construção do *ethos* discursivo e das cenas enunciativas colaborará para a percepção dos embates entre as formações ideológicas existentes nas práticas discursivas realizadas no discurso jornalístico realizado em Angola. Para isso, serão consideradas as noções de cenas da enunciação e de *ethos* propostas por Maingueneau.

Em relação às cenas da enunciação, Maingueneau (2011b) aponta para o fato de que a cena da enunciação se constitui de forma tripartite em cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante relaciona-se ao tipo de discurso, a cena genérica, como o nome já sintetiza, trata do gênero, e a cenografia apresenta o que legitima a cena, pois implica um processo de enlaçamento paradoxal, é ao mesmo tempo fonte do discurso e aquilo que o engendra.

Em relação ao conceito de *ethos*, pode-se afirmar que se relaciona aos traços característicos que o enunciador mostra ao auditório para dar boa impressão, sem nem se interessar pela sua sinceridade, o que importa é a enunciação que faz e pela qual se consegue atribuir julgamento de valores. Assim, de maneira específica, o *ethos* diz respeito à construção da imagem, do modo de ser, da impressão moral que o enunciador produz para merecer a atenção do seu auditório por meio do discurso.

Esse *ethos* não se refere unicamente ao oral, mas também ao escrito, que possui um tom que dá autoridade ao que é dito. Maingueneau (2013) complementa que “esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo)”.

Neste caso, o *ethos* agrega um papel fundamental no desempenho da linguagem, pois ele busca a valorização externa nos seus atos discursivos de modo a se apresentar por meio do que é dito, de modo a atribuir ou até mesmo perder valores. É o que assinala Amossy, frisando a ideia de que as apresentações de si não se limitam a uma técnica apreendida:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências. [...]. A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais. Parte central do debate público ou da negociação comercial, ela também participa dos diálogos entre professor e alunos, das reuniões de condôminos, da conversa entre amigos, da relação amorosa. (AMOSSY, 2011, p. 9).

A maneira como se fala pode inscrever ou não aquilo que se é; dessa forma, o enunciador, ao emitir suas ideias, o faz por meio de argumentos estruturados de forma que seu coenunciador lhe interprete por estes. Aquele que o ouve passa a atribuir-lhe certos valores, constrói uma imagem do seu enunciador que, muitas vezes, passa a se tornar um espelho para ele, por lhe inspirar certa confiança.

Segundo Amossy (2011), o discurso oferece os elementos que o auditório precisa para compor um retrato do enunciador, porém, esse retrato apresenta-se de forma indireta, dispersa, com lacunas. Isso porque se deseja causar boa impressão de si mesmo e, automaticamente, causar boa impressão de sua profissão e do seu modo de vida em geral.

Com base nesses princípios, busca-se, a seguir, confrontar as posições do *Jornal de Angola* e *Club-K*, especialmente em relação às cenas da enunciação e *ethos*.

2 Direitos Humanos em cena

O artigo *Os direitos humanos*, de 23 de abril de 2013, buscou ancorar sua posição em relação aos Direitos Humanos em uma retrospectiva da situação vivida no país na época da guerra (1992-2002) e na proposição de que a problemática dos direitos humanos é muito complexa. Ele destaca que o governo (Poderes Executivo e Legislativo) tem se dedicado a acompanhar as condições da população.

Como o discurso político é propício a uma diversidade de cenografias, pois quem o emite pode se apresentar como um político, um operário ou qualquer outro indivíduo, nota-se, nesta narrativa, a cena englobante de um discurso político envolto na cenografia de um discurso jornalístico, pois tem o efeito de persuadir. Em relação à cena genérica, temos um artigo opinativo que se relaciona à esfera em que o texto circula e está sendo produzido, de forma que denota autoridade e efeito de influenciar: *A situação dos direitos humanos em Angola melhora cada vez mais. O nosso país registra números e indicadores que indicam mudanças muito positivas e um assinalável progresso.* (JORNAL DE ANGOLA, 2013).

Ao analisar o sentido do discurso, é necessário saber qual o lugar onde está sendo dito, o assunto em pauta e o que o enunciador pretende passar por meio dessa enunciação. Nesse caso, pode-se apontar que, em enunciados tais como: *A situação dos direitos humanos em Angola melhora cada vez mais, [...] O nosso país registra numerosos e indicadores [...]*, e [...] *mudanças muito positivas e um assinalável progresso*, busca-se persuadir o leitor por meio do uso de verbos no presente do indicativo como “melhora”, “registra”, “indicam”, que têm certa durabilidade, não denotando apenas algo que acontece no momento da enunciação. Assim, se o texto for lido em outro momento, não perderá sua validade, porque o tempo verbal assinalou a ideia de continuidade e estabilidade de uma ação.

Em relação à cenografia, pode-se afirmar que ela foi construída de forma que o discurso parte de um enunciador ancorado na esfera política e direciona-se para um coenunciador da esfera popular da sociedade. Dessa forma, o emprego da primeira pessoa do plural em *O nosso país* visa não só inscrever o coenunciador na cena, mas também associar-lhe a outros indivíduos organizados a partir da situação da enunciação, isto é, busca fazer com que o coenunciador se identifique com o enunciador da cena.

Neste outro caso: *De resto, a guerra que rebentou em 1992 e terminou em 2002, só foi possível porque a comunidade internacional se furtou às suas responsabilidades e a ONU ignorou os compromissos que assumiu* (JORNAL DE ANGOLA, 2013), o enunciador apresenta um posicionamento de que a ONU não honrou os compromissos assumidos, assim, demonstra um *ethos* de prudência em relação às conclusões futuras da representante da ONU sobre os Direitos Humanos em Angola.

Esse *ethos* se harmoniza com a cenografia de artigo opinativo e com a cena englobante do discurso político, apresentando-se, assim, com um *ethos* discursivo crítico, que apoia as atitudes do governo. Nesse sentido, a cenografia não é um espaço em que o discurso surge inesperadamente, é a enunciação que permite ao enunciador fazer a representação de si, sua atuação de maneira como lhe convém por meio do discurso, neste caso, o discurso político.

Em outro texto, *Direitos Humanos avançam*, de 25 de abril de 2013, o enunciador aponta que a Alta Comissária da ONU registrou grandes avanços do ponto de vista econômico e da proteção e da garantia dos direitos humanos. Ele é assinado por Kumuênho da Rosa, que é um premiado escritor e jornalista do *Jornal de Angola*.

Na abertura deste texto, várias vozes são simultaneamente percebidas no âmbito da produção discursiva. Destaca-se um enunciador, que realça os feitos do presidente da República, José Eduardo dos Santos, com citações indiretas da representante da ONU para os Direitos Humanos, Navy Pillay: *A alta-comissária da ONU para os Direitos Humanos felicitou o Presidente José Eduardo dos Santos pela determinação no reforço dos mecanismos de defesa e garantia dos direitos humanos em Angola* (ROSA, 2013, grifo nosso).

Sendo a cenografia a fonte do discurso e tudo o que ele engendra, nesta situação de enunciação percebe-se a cena englobante do discurso jornalístico, em que seu enunciado é fortemente marcado pela persuasão e pelo convencimento. Ainda pode-se afirmar que, pela própria enunciação e produção jornalística, este trecho nos apresenta uma cena genérica da notícia, especialmente, a notícia de caráter político, em que a cenografia se constitui na cena que a legitima como instância política governamental, buscando a valorização externa dos seus atos por meio da caracterização de um *ethos* favorável ao governo.

Em *Devo expressar as minhas felicitações pela afirmação do Presidente sobre o seu compromisso [...]*, verificamos um enunciador que marca quem é o primeiro enunciador de forma a mostrar que não é o responsável pela enunciação. Com isso, ele nos conduz às características de um *ethos* que empresta o prestígio do presidente angolano para adquirir a confiança do seu coenunciador.

Segundo Maingueneau (2011a), o poder de persuasão de um discurso consiste em levar o coenunciador a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores, em que a qualidade do *ethos* remete a uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. Quando, em sua enunciação, Navy expressa seu reconhecimento, *devo expressar as minhas felicitações pela afirmação do Presidente sobre o seu compromisso*, ao mesmo tempo que enuncia a informação, mostra-se uma pessoa digna de confiança, uma pessoa que parece estar preocupada com aquele povo e que confia em seu governante.

Sabendo-se tratar de um jornal de controle do Estado, nota-se que se publicam fatos autorizados e que, ao trazer a informação sobre a visita da Comissária das Nações Unidas, o discurso deixa de simplesmente informar, característica principal da notícia, e buscar persuadir o coenunciador, tal como em: *A Alta Comissária das Nações Unidas **sugeriu** a criação de um Instituto Nacional de Direitos Humanos, para **monitorar** e **melhorar** as leis relativas aos direitos dos cidadãos angolanos* (ROSA, 2013, grifos nossos). Neste exemplo, destaca-se o verbo *dicendi sugerir*, que reforça a importância da figura de Navy, mas a coloca numa condição de distanciamento. A representante da ONU apenas pode sugerir, pois a decisão continua sendo do Estado. Ainda neste exemplo, utilizam-se *monitorar* e *melhorar* como recursos para conseguir a adesão do coenunciador ao discurso (mesmo que este se oponha ao governo), nesse sentido, se há a alegação da oposição em relação ao descumprimento dos direitos humanos, pode-se sempre *melhorar* a situação.

No seguinte exemplo: *A responsável da ONU também **enalteceu** o facto de Angola **possuir** uma Constituição **forte** em matéria de direitos humanos* (ROSA, 2013, grifos nossos), a escolha dos verbos e do adjetivo destacados inscrevem o enunciador numa posição ideológica que, reforçada por marcas linguísticas como *também*, colabora para a soma de argumentos de uma mesma natureza, que denotam um *ethos* de adesão às questões ideológicas do Estado.

Em outro veículo, o *Club-K*, apresenta-se a notícia *Violações de direitos humanos ameaçam democracia em Angola – ONG*, de 17 de abril 2013, que relata supostas mortes e agressões de cidadãos presos nas cadeias do país. A notícia assinala também a corrupção nas demolições de casas e deslocamentos forçados de famílias, cobra esclarecimentos do executivo pelo desaparecimento consecutivo de ativistas cívicos e denuncia o descumprimento de leis, inclusive do direito à manifestação, que afirma ter sido *constantemente atropelado*.

Segundo Maingueneau, no processo de construção do discurso político, um dos constituintes do círculo comunicativo corresponde à construção de sua imagem pessoal e institucional e, portanto, de sua imagem como enunciador coletivo. Se nos textos publicados pelo *Jornal de Angola* os enunciadores são porta-vozes do Estado, no texto do *Club-K* o enunciador assume uma posição de distanciamento do Estado, apresentando um *ethos* de acusador, de opositor ao governo: *Supostas mortes de cidadãos no Cacuaco, agressões a cidadãos presos na cadeia de Viana, a corrupção, as demolições de casas e deslocamentos forçados de famílias são algumas das violações mencionadas pelo conselho* (CLUB-K, 2013).

Neste caso, o enunciador faz com que seu coenunciador aceite o que está sendo dito por meio de uma enunciação de caráter persuasivo ao utilizar uma argumentação por meio de exemplos. Destaca-se também o uso expressivo da linguagem, na medida em que se utiliza da emoção, da atribuição de injustiças sociais à população de Angola.

Em: *outra preocupação colocada às autoridades do estado **prende-se** com o direito à manifestação e de reunião, garantido na Constituição angolana, artigo 47 e que, **segundo disseram**, é constantemente **atropelado** pelo executivo* (CLUB-K, 2013, grifos nossos), revela-se uma cenografia que, além de ser o cenário onde o discurso se desenrola, é também a enunciação desenvolvida para constituir o dispositivo narrativo, ou melhor, o discurso de oposição. O efeito de tomar a palavra, emitir uma informação, que é o que nos apresenta o enunciado, implica assumir um risco, dessa forma, a fala do enunciador, sua maneira de dizer, atesta um *ethos* de resistência ao fazer julgamento de valor negativo em relação ao executivo pelo descumprimento das leis.

Destaca-se deste enunciado a forma *prende-se*, utilizada no sentido de relacionar-se e não no sentido comum de tirar a liberdade, embora seu uso implique uma duplicidade de sentido. Também a preferência pelo verbo

atropelar identifica sua narração dramática e enfatiza seu estilo sensacionalista. Porém, em *segundo disseram*, o enunciador marca a presença de outra voz e distancia-se do enunciado, evitando problemas com a acusação de falsas alegações.

Nesse mesmo sentido, apresentam-se as imagens a seguir:

Figura 1 – Imagem do Portal Club-K.



Fonte: Portal Club-K.

Figura 2 – Imagem do Portal Club-K.



Fonte: Portal Club-K.

A escolha das imagens e o posicionamento de cada uma colaboram no processo de produção da argumentação jornalística para demonstrar que os direitos humanos estão sendo desrespeitados. Trata-se de imagens fortemente ligadas ao título *Violações de direitos humanos ameaçam democracia em Angola*, que procuram, pela emoção, conseguir a adesão do coenunciador e destituir a imagem de governo que atende aos Direitos Humanos.

Enquanto a imagem do presidente caminhando tranquilamente é acompanhada pela foto do policial que parece esconder nas suas costas a arma com que combaterá qualquer manifestação, o uso de figuras com pessoas ensanguentadas descreve atos de desrespeito para com a vida e com os direitos humanos. Essas imagens funcionam como meios mais eficazes do enunciador atingir o coenunciador, causando impacto e provocando reações. Assim, caberá ao coenunciador discernir a respeito do assunto e definir qual será a sua posição.

Podemos afirmar que o caráter do enunciador advém de representações sociais valorizadas pelo suporte, que, sendo não governamental, trata com parcialidade os assuntos políticos e sociais que julga serem relevantes para a população. Essa parcialidade pode ser observada em: *Pesa-nos quando assistimos as realidades sobre violações de direitos humanos acontecerem mas acreditamos que é um processo contínuo.*

Neste caso, as escolhas lexicais utilizadas para transmitir a informação, como *pesar* e o pronome oblíquo *nos*, favorecem o posicionamento dos lugares da fala do sujeito que enuncia, e o modo como o enuncia conota sua identidade jornalística, como afirma Ringoot:

[...] No caso do discurso jornalístico trata-se de analisar aquilo que conta o jornal, mas também de analisar como são posicionados os que o escrevem e os leem, trabalhando sobre os dispositivos enunciativos, as formas de disponibilizar a informação. (RINGOOT, 2006, p. 135).

O enunciador não deixa dúvidas sobre a sua oposição ao discurso estatal, afirmando que há desrespeito aos Direitos Humanos em Angola e, mais do que isso, buscando, em sua enunciação, mostrar-se com um *ethos* solidário às questões humanísticas e sofredor pela situação que declara existir.

Em outra notícia, *Alta Comissária das Nações Unidas não viu realidade angolana – UNITA*, de 02 de maio de 2013, ressalta-se que a representante da ONU para os Direitos Humanos saiu de Angola com uma imagem totalmente falsa sobre os direitos humanos no país. A notícia esclarece que, nas visitas realizadas a algumas cadeias, a comissária encontrou imagens não reais do que, de fato, se vive. Reforça essa ideia ao assinalar que a recusa de encontros com ativistas cívicos e que a falta de debate plural com outros partidos fizeram com que Navy Pillay só pudesse ver o que lhe permitiram e não o que realmente deveria ver.

Neste texto, a cena de enunciação é legitimada no meio em que está inserida, isto é, percebe-se que o *Portal Club-K* assume uma posição opositora ao Estado, assim, constrói-se uma cena englobante do discurso político de oposição. Para isso, a cena genérica jornalística se utiliza de uma linguagem que procura um efeito de verdade para envolver o coenunciador, como vemos em: *A UNITA¹ disse hoje que a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, se recusou a encontrar com partidos da oposição, saindo de Angola com uma imagem totalmente falsa sobre a realidade dos direitos humanos no país* (CLUB-K, 2013, nota nossa).

Destaca-se que o enunciador apresenta a voz da UNITA, partido do governo angolano, para, implicitamente, questionar a informação de que houve recusa da Comissária em se encontrar com a oposição. Assim, em: *saindo de Angola com uma imagem totalmente falsa sobre a realidade dos direitos humanos no país* (CLUB-K), o enunciador assume uma posição ideológica conflitante em relação ao *Jornal de Angola* e ao governo angolano e, com isso, produz um *ethos* denunciante.

Charaudeau (2010) discute a questão das escolhas que devem ser realizadas neste processo de transmissão do saber: o conteúdo a transmitir, a forma mais adequada de transmissão e os efeitos de sentido que produzem: *Nós solicitamos uma audiência com a Alta Comissária da ONU para os direitos humanos e foi nos dito que (ela) não encontraria nenhum partido político*”, disse o parlamentar da UNITA (CLUB-K, 2013, grifos nossos). Neste caso, o momento da enunciação é reconstruído pelo sujeito que transmite a informação, é esta descrição subjetiva que condiciona o discurso citado. O emprego da pessoa Nós, no início da oração, não serve apenas para descrever os membros pertencentes ao partido a que se refere, visa também a inscrever o coenunciador na situação do discurso presente. Sobre isso, escreve Charaudeau:

Com relação ao receptor, a questão é saber o que ele é e como atingi-lo, pois, como dissemos, o receptor nunca é apenas o alvo ideal visado pelo fornecedor da informação. Sendo assim, é conveniente, na análise de todo ato de informação, distinguir efeito visado e efeito produzido, e, por conseguinte, levantar uma nova série de questões: que efeito é visado quando se quer informar e que tipo de destinatário é o alvo? (CHARAUDEAU, 2010, p. 37).

¹ UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) – Partido angolano fundado em 1966, sendo considerado o segundo maior partido opositor do país. Também conhecido pelo acrônimo “Galo Negro”, devido à figura de um galo presente na sua bandeira, o partido possui uma ideologia centro-esquerdista.

Neste caso, constrói-se uma cenografia de denúncia pelo enunciador e percebe-se o posicionamento discursivo de (re)formar a opinião do coenunciador ao atribuir a negativa enfática *Não*. Indica-se, assim, a recusa ao direito de pluralismo, referendado nas sociedades democráticas.

O exemplo a seguir apresenta outro reforço da forma com que o enunciador busca a adesão do coenunciador por meio de um *ethos* injustiçado: “*Mesmo a nível da Assembleia Nacional não houve a oportunidade de estarmos num debate plural com a tal signatária importante,*” acrescentou (CLUB-K, 2013).

As marcas de subjetividade presentes neste discurso são mais claras e evidentes, tais como na ironia utilizada em *não houve a oportunidade*. A própria característica da produção discursiva propicia uma singularidade na escolha das palavras, *debate plural* e *signatária importante* são recursos expressivos para mostrar um posicionamento no enunciado. O enunciador desta situação discursiva evidencia um *ethos* opositor, que dá o tom de autoridade ao que é dito.

Ao se referir à comissária da ONU como *a tal signatária*, o enunciador busca dar ao coenunciador a possibilidade de perceber indícios textuais de diversas ordens, atribuir-lhe um caráter e, com isso, a corporalidade. Dessa forma, implica-se pelo *ethos* a necessidade de ter voz e vez, de ser oposição ao Estado, como também de combater as infrações contra os Direitos Humanos.

No trecho: *É preocupante que quanto mais os anos passam mais se restringe a liberdade de optar e de reunir, há angolanos que estão a desaparecer em função das suas opiniões, há direitos constitucionais que são negados com consequências sobre a vida, disse Adalberto Júnior* (CLUB-K, 2013), verifica-se a intenção de criticar o governo, com a afirmação *há direitos constitucionais que são negados*. Dessa forma, o enunciador, por meio do enunciado que o legitima, investe-se de valores historicamente específicos para a projeção do *ethos* de opositor como componente do convencimento e da persuasão.

Assim, vemos que o *Club-K* assume uma posição de distanciamento do Estado, emite sua crítica ao governo e o acusa de descumprimento das leis. Para isso, utiliza recursos linguístico-estilísticos para conquistar a adesão do coenunciador, que, normalmente, já conhece o seu estilo jornalístico, baseado na busca de assuntos sensacionalistas, que tende a fomentar escândalos e chocar a sociedade.

Considerações finais

Os estudos linguísticos realizados pela análise do discurso estão sempre nos confirmando que nenhum texto está isento de subjetividade, assim, passa-se a ideia de que cada escolha lexical denota um posicionamento discursivo e que ela visa à produção de sentidos. Dessa forma, a construção discursiva dos textos jornalísticos do *Jornal de Angola* e do *Portal Club-K*, apresentada neste trabalho, delinea marcas linguístico-discursivas conflitantes de posições ideológicas distintas.

Embora os enunciadores se constituam em um contexto histórico-social comum, para a produção da informação, constroem-se cenografias e representação dos *ethé* conflitantes. Dessa maneira, no *Jornal de Angola*, nota-se uma cenografia de respeito aos Direitos Humanos e indica-se um *ethos* prudente, que aponta para uma situação que tende a melhorar. Por sua vez, no *Portal Club-K*, registra-se uma cenografia de descumprimento às leis de direitos humanos e de solidariedade às questões humanísticas, apresenta-se, assim, um *ethos* injustiçado que se posiciona como instância de resistência e oposição.

Percebe-se, então, que o *Jornal de Angola* tem um caráter que o legitima como pertencente ao poder estatal, enquanto o *Portal Club-K* posiciona-se ideologicamente como uma instância cidadã de oposição às questões políticas do governo angolano.

Esses discursos de posições conflitantes levam-nos a identificar como são importantes as questões discursivas para uma leitura mais atenta das questões políticas e dos embates ideológicos existentes na sociedade e ainda como a linguagem possui mecanismos de consolidação da cenografia e do *ethos* pretendido para que as intenções discursivas sejam atingidas.

Nesse sentido, com o presente trabalho, espera-se contribuir para o estudo sistemático do discurso da mídia e com o desvendamento de instâncias sociais conflitantes, mascaradas na “imparcialidade” dos discursos jornalísticos.

ALMEIDA, Danilsa Iracelma Morais de; IÓRIO, Patrícia Silvestre Leite Di. Direitos Humanos em cena: uma análise do discurso jornalístico angolano. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 5-20, dez.2015.

Referências

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na interação das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____ (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-28.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luís. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

JOSÉ, Manuel. Alta comissária das Nações Unidas não viu a realidade angolana. **Club-K.net**, Nova Iorque. Disponível em: <http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=15067:pillay-nao-viu-a-realidade-angolana-unita&catid=23:politica&Itemid=123&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. A Propósito do *Ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar (Org.). **Ethos Discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. *Ethos*, cenografia incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

OS DIREITOS Humanos. **Jornal de Angola**. Angola, 23 abr 2013. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/editorial/os_direitos_humanos_1>. Acesso em: 23 abr. 2013.

RINGOOT, Roselyne. Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo? **Comunicação e Espaço Público**. Ano IX, n.º 1 e 2, 2006, p. 133-139. Disponível em: <<file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia-9/Downloads/Tradu%C3%A7%C3%A3o+3.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

ROSA, Kumuênho da. Direitos Humanos avançam. **Jornal de Angola**. Angola, 25 abr. 2013. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/direitos_humanos_avancam>. Acesso em: 25 maio 2013.

VIOLAÇÕES de direitos humanos ameaçam democracia em Angola. **Club-K.net**. Nova Iorque, 25 maio 2013. Disponível em: <http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=14866:violacoes-de-direitos-humanos-ameacam-democracia-em-angola-ong&catid=2:sociedade&Itemid=88>. Acesso em: 25 maio 2013.

DE JOSEPH A BENTO, DE JORGE A FRANCISCO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ETHOS E SUA RELAÇÃO COM OS NOMES DOS PAPAS

Dayane Sávia Monteiroⁱ
Mônica Santos de Souza Meloⁱⁱ

Resumo: Recentemente, a Igreja Católica passou por momentos de crise, que teriam culminado com a renúncia de Bento XVI. Após a eleição de Francisco, muitos se surpreenderam por sua postura diferenciada. Um elemento representativo dessa diferença se deu a partir do nome que adotaram após serem eleitos. Ratzinger justificou a escolha à sua homenagem a São Bento, que é patrono da Europa. Bergoglio remete a São Francisco de Assis, que se dedicou aos pobres. Tendo isso em vista, objetivamos entender como acontece a construção dos *ethé* de ambos a partir da escolha de seus nomes papais, investigando como essa opção interfere na imagem que eles constroem de si. Para tal, analisamos os discursos oficiais pós-eleição. Os principais autores utilizados foram Orlandi (1999), Amossy (2005), Charaudeau (2006) e Maingueneau (2006). Tal estudo permitiu verificar a construção de *ethé* distintos, susceptíveis de provocar uma recepção diferenciada da população.

Palavras-chave: Discurso. Argumentação. *Ethos*. Discurso Religioso.

Abstract: Recently, the Catholic Church went through a crisis that would have culminated in the resignation of Benedict XVI. After Francisco's election, many were surprised by its unique stance. A representative element of this difference lies in the name that they have adopted after being elected. Ratzinger justified the choice as a homage to St. Benedict, who is the patron of Europe. Bergoglio refers to St. Francis of Assis, who dedicated himself to the poor people. With this in mind, we aim to understand the construal of both *ethé*, considering the choice of his papal name, investigating, thus, how this option affects the image that they build for themselves. In order to do so, we analyzed their post-election official speeches. The main authors we used were Orlandi (1999), Amossy (2005), Charaudeau (2006) and Maingueneau (2006). This study showed the construal of different *ethé*, which could cause a distinct receptions from the population.

Keywords: Discourse. Argumentation. *Ethos*. Religious Discourse.

ⁱ Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: dayanesavia@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: monicassmelo@yahoo.com.br.

Introduao

O presente trabalho traz uma proposta de estudo sobre a construao dos *ethé* dos Papas Bento XVI e Francisco, a partir das escolhas de seus novos nomes. Para tanto, analisaremos discursos oficiais de ambos, nos quais eles justificam e comentam essas escolhas, pouco tempo depois de sua eleiao.

A Igreja Católica, nos últimos tempos, tem sido afetada por polêmicas e revoltas, o que tem gerado uma reestruturaao em seus valores. Esses momentos de crise no catolicismo, marcados por fortes críticas, teriam culminado com a repentina renúncia do Papa Bento XVI. Atualmente, a presença do novo Papa Francisco também tem surpreendido a todos, dessa vez por sua postura diferenciada em relaao ao anterior, diferença esta que estaria representada inclusive nos nomes adotados pelos papas.

O Papa Francisco, como tem sido bastante ressaltado pelos meios de comunicaao, ao contrário de seus antecessores (inclusive de Bento XVI), recusou vários benefícios papais, tais como roupas de luxo, anéis, o carro oficial do Vaticano, dentre outras “regalias”, mostrando-se humilde e despojado. Desde sua primeira apariao, Francisco se mostrou uma figura peculiar com uma aparência serena e demonstrou simplicidade ao inclinar a cabeça e pedir aos fiéis que orassem por ele, antes de lhes conceder a bencao, fugindo dos costumes e protocolos da Igreja Católica. Francisco também marca a história do catolicismo por ser o primeiro papa latino-americano.

A escolha do nome Francisco  bastante significativa, já que evoca São Francisco de Assis, santo que optou pela pobreza, renunciando a seus bens e dedicando-se aos pobres, além de ter sido chamado por Deus para “renovar sua igreja”.

Já Bento XVI, com sua fisionomia mais austera, parecia mais fechado e menos caloroso com o público, dedicando-se mais  escrita de livros e documentos da igreja do que ao contato direto com os fiéis. Durante seu papado, foi alvo de críticas, bombardeado por polêmicas, acabando por renunciar a sua posiao, alegando problemas de saúde e idade avançada para prosseguir como líder da Igreja Católica. Sobre a escolha do nome papal, Bento XVI homenageia tanto Bento XV quanto São Bento de Núrsia. Isso mostra sua admiraao por seu antecessor homonimo e pelo santo, que  muito cultuado na Alemanha (principalmente em Baviera, cidade natal de Bento XVI), além de ser conhecido como o “Pai da Europa”.

Diante desse cenário, objetivamos entender como acontece a construção dos *ethé* dos Papas Bento XVI e Francisco a partir, principalmente, da escolha de seus novos nomes, investigando a relação entre essa denominação e a imagem que eles tentam construir de si através do discurso. Para isso, analisaremos discursos oficiais pós-eleição de ambos, por meio dos quais justificam a escolha de seus nomes. Nosso embasamento teórico está pautado em Brandão (1986), Orlandi (1999), Amossy (2005), Charaudeau (2006), Maingueneau (2006), Charaudeau e Maingueneau (2008) e Chamone (2012).

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, traremos algumas considerações e esclarecimentos sobre os papas: o porquê de eles mudarem de nome; uma breve biografia de Bento XVI e de Francisco, bem como dos santos homônimos que inspiraram a escolha de seus nomes. Na segunda parte, traremos o referencial teórico que faz um apanhado breve sobre a Análise do Discurso e uma breve discussão do conceito de *ethos*. Na terceira, traremos a metodologia, a análise do *corpus* e os resultados do estudo e, por fim, considerações finais.

1 Os Papas Bento XVI e Francisco¹

As informações que se seguem são uma síntese dos dados fornecidos por Joseph Ratzinger, **Papa Bento XVI**, que nasceu em Marktl am Inn (Alemanha), em 1927. A fé e a educação da sua família prepararam-no para enfrentar a dura experiência da época, período em que o regime nazista mantinha um clima de grande hostilidade contra a Igreja Católica. Recebeu a Ordenação Sacerdotal em 29 de Junho de 1951. Um ano depois, começou a sua atividade de professor na Escola Superior de Freising. No ano de 1953, doutorou-se em teologia com a tese “Povo e Casa de Deus na doutrina da Igreja de Santo Agostinho”. Prestou uma notável contribuição ao Concílio Vaticano II como perito. A sua intensa atividade científica levou-o a desempenhar importantes cargos a serviço da Conferência Episcopal Alemã e na Comissão Teológica Internacional. Paulo VI criou-o Cardeal, do título presbiteral de “Santa Maria da Consolação no Tiburtino”, no Consistório em 27 de junho de 1977.

¹ As informações sobre a biografia dos papas foram extraídas do site oficial do Vaticano e estão disponíveis em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/biography/documents/hf_ben-xvi_bio_20050419_short-biography.html.

Jorge Mário Bergoglio, o **Papa Francisco**, nasceu em Buenos Aires, em 1936. Diplomou-se como técnico químico, e depois escolheu o caminho do sacerdócio. Em 1958, entrou no noviciado da Companhia de Jesus, tendo sido ordenado em 1969. Foi eleito, em 1973, provincial dos jesuítas da Argentina, cargo que desempenhou durante seis anos. Depois retomou o trabalho no campo universitário e, de 1980 a 1986, foi reitor do colégio de São José e pároco em San Miguel. Foi nomeado em 1992, por João Paulo II, bispo titular de Auca e auxiliar de Buenos Aires. Em 2001, tornou-se cardeal. Na Americ Latina, a sua figura tornou-se cada vez mais popular. Propôs projetos de evangelizaao e campanhas de solidariedade em nível nacional.

2 A questão das denominaoes dos Papas

2.1 Por que os papas mudam de nome?

Mudar de nome no âmbito eclesial traz simbologias. De acordo com Aquino (2009), essa mudança ocorria a partir de uma nova missão que era concedida aos indivíduos, isso porque, para os judeus, o nome da pessoa tinha a ver com a sua identidade e missão. O nome do próprio Jesus, que significa “Deus salva”, mostra a sua identidade divina (Deus) e a sua missão na terra (salvar). Outros personagens bíblicos tambem tiveram seus nomes modificados. Abrao (que significa ‘pai elevado’), figura do antigo testamento, torna-se posteriormente Abraão (que significa ‘pai de uma multidão’) devido  missão que Deus lhe ortoga de guiar o Seu povo. A esposa de Abraão, chamada Sarai, que significa ‘estéril’, tambem tem seu nome mudado a partir da benao que Deus lhe concede de conceber um filho e torna-se Sara (que significa ‘fértil’). O primeiro papa da história da Igreja tambem teve seu nome modificado. São Pedro, que se chamava Simão, que significa ‘aquele que ouve’, tornou-se Pedro (que significa ‘pedra, rocha’), quando Jesus o chamou para a missão de segui-lo e principalmente de guiar a sua Igreja: “[...] *Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja [...]*” (Mt 16,18).

Porém, depois de Pedro, o primeiro papa a mudar de nome foi Mercúrio no ano de 533. Essa mudança teria ocorrido primeiramente, não pelo fato de uma nova missão, mas devido a Mercúrio ser um nome de um deus pagão. Sendo assim, Mercúrio optou por chamar-se João II, escolhendo assim um nome bíblico e homenageando João I. Interessante destacar tambem que nenhum dos sucessores de Pedro quis usar o seu nome e chamar-se Pedro II,

por exemplo. Isso pode indicar que, independente do nome, todos os papas seriam “pedros”, ou seja, pedras, alicerces da Igreja Católica no mundo.

2.2 Os santos que inspiraram os nomes de Bento XVI e Francisco²

Bento XVI se inspirou em São Bento. São Bento, o Patriarca dos Monges do Ocidente, nasceu por volta do ano 480 na província de Núrsia – Itália. Era de uma família da alta nobreza e com uma sólida formação familiar cristã, mas renunciou aos estudos superiores, escandalizado com a vida imoral que encontrou em Roma. Seu lema “ora et labora” (“reza e trabalha”), não perdeu ainda hoje a sua importância e eficácia como desafio e modelo de santidade perfeita. Durante a vida, construiu mosteiros, curou doentes, tendo inclusive ressuscitado mortos, enfrentou tiranos e fundou a Ordem Beneditina. Iluminado por tantas graças, acredita-se que Bento tinha o dom da profecia.

A denominação do Papa Francisco se inspira em São Francisco de Assis, que nasceu em 1182, na cidade de Assis, Itália, com o nome de Giovanni di Pietro di Bernardone. Pertencia a uma família da rica burguesia de Assis. Francisco cresceu e se tornou popular entre seus amigos devido à sua vida rebelde, às extravagâncias, bebedeiras e por esbanjar dinheiro. Recebeu seu chamado em Assis, durante uma farra com os amigos, onde foi tocado por Deus e, desde então, começou a se preocupar com os mais necessitados e passou a servir a Deus, através da doação total e incondicional da sua vida. Abandonou a vida mundana e adotou uma vida religiosa de completa pobreza. Com isso, atraiu outros adeptos, tendo fundado, mais tarde, a Ordem dos Frades Menores, hoje conhecidos como Franciscanos.

Procuraremos analisar a relação entre essas denominações e a imagem construída pelos papas a partir de seus pronunciamentos. Antes disso, apresentaremos uma síntese da noção de *ethos* que norteará nossa análise.

² Informações extraídas dos seguintes sites católicos: <http://santo.cancaonova.com/santo/sao-francisco-de-assis-o-santo-que-desposou-a-pobreza/>;
<http://www.paulinas.org.br/diafeliz/?system=santo&id=377>;
<http://santo.cancaonova.com/santo/sao-bento-vida-de-oracao-e-meditacao/>;
<http://www.beneditinasdp.org.br/devocoes.php>

3 A noao de *ethos* numa perspectiva discursiva

Nossa proposta é analisar a construao do *ethos* no corpus selecionado, abordando essa noao, que é herdada dos estudos de Aristóteles, sob a perspectiva da Análise do Discurso.

Segundo Orlandi (1999), a Análise do Discurso se interessa em estudar a “língua funcionando para a produao de sentidos” (ORLANDI, 1999, p.17). Sendo assim, a Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente e procura detectar, então, num texto, como ele significa, enxergando-o como detentor de uma materialidade simbólica própria e significativa.

Corroborando esta concepao, Brandão (1986) salienta que a Análise do Discurso inscreve-se em um quadro de articulaao com o social, investigando essa relaao e suas consequências. Para Brandão, a Análise do Discurso:

[...] toma a linguagem como um fenômeno que deve ser estudado não so em relaao ao seu sistema interno, enquanto formaao linguística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formaao ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica [...] (BRANDÃO, 1986, p. 18).

é a partir dessa concepao que vamos interpretar a noao de *ethos*. Sabemos que o *ethos* é uma temática discutida desde a antiguidade e diz respeito a um dos três pilares da tríade aristotélica ligadas à retórica, ao lado do *pathos* e do *logos*. O *ethos* está ligado à figura do orador, não exatamente aos atributos reais do indivíduo, mas à imagem que ele deixa transparecer, que emerge de seu discurso. Assim, o *ethos* seria basicamente a “imagem de si” que o interlocutor constrói através do discurso. Essa noao tem sido incorporada aos estudos discursivos, no sentido de se vincular às condioes de produao do discurso e manter relaao estreita com o espaço de restrioes e estratégias por elas determinados. Refere-se “às várias modalidades linguísticas e extralingusticas de apresentaao de si, no discurso, com intenao persuasiva” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). Nessa perspectiva, afirma Maingueneau (2006): “[...] A eficácia do *ethos* relaciona-se assim, com o fato de ele envolver de algum modo a enunciaao sem ser explicitado no enunciado” (MAINGUENEAU, 2006, p.268). Para Amossy (2005):

Todo ato de tomar a palavra implica a construçao de uma imagem de si. Para tanto não  necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopdicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representacao de uma pessoa (AMOSSY, 2005, p.9).

Segundo a autora, há, portanto, uma diferença entre um *ethos* dito e um *ethos* mostrado.  importante ressaltar também que o *ethos*  construído com base nas expectativas do auditório, fazendo com que, se necessário, o autor jogue com suas várias imagens, podendo forj-las de acordo com sua intencao. A autora enfatiza, portanto, a funcao social do locutor, propondo que um discurso s terá autoridade se o locutor possuir legitimidade. Nas palavras da autora:

[...] o poder das palavras deriva da adequacao entre a funcao social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situacao legítima, portanto, diante de receptores legítimos.  assim com um sermão, com uma entrevista coletiva, com um poema; enfim, com todas as formas de discurso que circulam em uma sociedade (AMOSSY, 2005, p.120).

Maingueneau (2006) propõe que o ouvinte cria uma imagem do locutor antes mesmo de ele se pronunciar e  durante seu discurso que ele (o ouvinte) refuta ou confirma essa imagem. Além disso, Maingueneau (2006) explica que há também um *ethos* coletivo, afinal, toda imagem que se constr do outro está pautada nos referenciais das representaoes sociais.

Outro ponto destacado por Maingueneau diz respeito  recepao do *ethos*. Segundo ele, não se pode dizer que interpretar um *ethos* seja apenas uma decodificaao: ele está inserido em uma experiência sensível que envolve também elementos não verbais. Não existe somente o *dizer*, o *ser* também está envolto nesse processo:

A problemática do *ethos* impede assim que se reduza a recepao a uma mera decodificaao; algo da ordem da experiência sensível se acha envolvido no processo de comunicaao verbal. Os enunciados suscitam a adesão do leitor através de um modo de dizer que  igualmente um modo de ser (MAINGUENEAU, 2006, p.290).

Em consonância com esses estudos, o linguista Patrick Charaudeau explica que não há uma divisão fechada que limite e classifique todos os tipos de *ethé*, afinal, afirma o autor:

Não se pode dizer que existam marcas específicas do *ethos*. Tanto pelos diversos tipos de comportamento do sujeito (o tom de voz, os gestos e as maneiras de falar) quanto pelo conteúdo de suas propostas, ele mais transparece do que aparece. Não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de construir imagens (CHARAUDEAU, 2006, p.118).

Além disso, ele esclarece que o *ethos* não  baseado necessariamente naquilo que o falante diz, explicitamente, mas na imagem que ele elabora de si, ou seja, no modo como ele se mostra ao outro, ou ainda no modo como ele quer mostrar-se ao outro. E essa imagem pode afetar a materialidade linguística, o que facilita a análise através de marcas na enunciação.

Charaudeau (2006) traz alguns exemplos de *ethé* recorrentes, em especial, no discurso político, mas que podem coincidir com discursos de outros domínios. Ele os categoriza em dois grupos principais: os *ethé* de credibilidade e os de identificação. Nos *ethé* de credibilidade, o sujeito, para ser aceito, deve produzir uma imagem que atenda às expectativas de seu eleitorado. Dessa forma, para se garantir credibilidade, faz-se necessário que o sujeito construa uma identidade discursiva julgada digna de crédito. Já os *ethé* de identificação estão relacionados ao afeto: o interlocutor, diante de um processo de identificação, funde a sua identidade  do locutor. Nesse grupo, ganha destaque e pertinência para nosso trabalho o *ethos* de ‘humanidade’, no qual o sujeito se mostra sensível, demonstrando seus sentimentos e assumindo suas fraquezas. Finalmente, Charaudeau define o *ethos* de chefe. Nele, o sujeito mostra-se como um líder, que gerencia ou até mesmo guia um rebanho. Para Charaudeau:

O guia-pastor  um agregador, aquele que reúne o rebanho, o acompanha, ilumina seu caminho com uma perseverança tranquila [...] transpostos para uma moral humana, esses traços tornam-se, metaforicamente, os de um condutor de homens, que sabe se fazer seguir, do sábio que tem uma vida interior e do homem determinado que sabe onde vai (CHARAUDEAU, 2006, p.154).

Vejamos, a seguir, como essas imagens são construídas no discurso religioso, mais especificamente, nos pronunciamentos dos Papas Bento XVI e Francisco.

4 Análise

O discurso religioso remete  persuasão e ao convencimento. Nesse contexto, a construao da imagem do enunciador visa a algum tipo de influência sobre o alocutário. A linguagem, como nos lembra Charaudeau (2012), não se refere somente aos sistemas de signos internos da língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos. Segundo Orlandi (1987),  através dela que os sujeitos constituem diversos tipos de discursos, estabelecendo relaoes sociais, políticas e ideológicas. A partir dessas características, podemos destacar que o discurso religioso  marcado fortemente pelo seu intuito de convencer, “de agir sobre o outro na tentativa de gerar certos efeitos no interlocutor com o objetivo de conquistar sua adesão  ideologia que propõe” (CHAMONE, 2012, p.32). No discurso religioso cristão, nosso objeto, a Palavra tem um lugar privilegiado, visto que o próprio Cristo  chamado o *verbo*. Segundo Orlandi (1987), nossa civilizaao  atravessada pelo discurso religioso e na Igreja se concentram diferentes formas de discursividade.

Para o propósito deste trabalho, o *corpus* escolhido  composto de dois discursos oficiais, um de cada pontífice, por meio dos quais eles justificam a escolha de seus nomes. O primeiro, do Papa emrito Bento XVI, aconteceu em uma Audiência Geral, um pronunciamento rotineiro dos papas aos fiéis, no Vaticano, pouco tempo depois de sua eleiao. Já o segundo, do atual papa Francisco, aconteceu num encontro com os representantes dos meios de comunicaao que cobriram o conclave que o elegeu.  pertinente ressaltar que ambos são discursos oficiais, que foram posteriormente disponibilizados pelo site oficial do Vaticano por escrito.

Sendo assim, nos propomos a analisar como os papas constroem seu *ethos* a partir de seus discursos.

4.1 O discurso de Bento XVI

No discurso do Papa Bento XVI, convivem vários *ethé*. Desde o início de sua fala, e em vários outros momentos, há uma tentativa de identificaao com o público através da construao de um *ethos* de fraternidade. Há, portanto, uma tentativa de aproximaao com o fiel a partir de saudaoes, tais como “carssimos irmãos e irmãs” e enunciaoes elocutivas, nas quais o papa

manifesta contentamento por estar compartilhando com o fiel aquele momento (“Sinto-me feliz por vos receber”). Porém, deve-se destacar o uso do verbo “receber”, que sugere que a posiao e o lugar ocupados pertencem ao papa, e que os fiéis ali se acham na qualidade de “visitantes”.

Já nos primeiros momentos, Bento assume um *ethos* de humanidade, através do qual demonstra seus sentimentos e, principalmente, assume os sentimentos contraditórios provocados pela sua “eleiao” como papa: sentimentos de gratidão, mas, ao mesmo tempo, de medo e insegurança, como sugere a seguinte passagem:

(1) “**Experimento no ânimo sentimentos entre sí contrastantes** nestes dias de início do meu ministério petrino: **admiraao e gratidão em relaao a Deus que surpreendeu antes de tudo a mim mesmo, chamando-me a suceder ao apóstolo Pedro; trepidaao interior perante a grandeza da tarefa e das responsabilidades que me foram confiadas**”.

No entanto, o papa não deixa de reconhecer sua posiao de líder, ao mencionar “a grandeza da tarefa e das responsabilidades” que lhe foram confiadas. Em seguida, reafirma o *ethos* de “guia-pastor”, ao se identificar como “**Bispo de Roma e Pastor universal da Igreja**”.

Identifica-se, ainda, o *ethos* de humildade, em algumas outras passagens da sua fala. Quando pede as oraoes dos fiéis, provoca uma espécie de inversão de papéis, pois, a princípio, o que se espera é que o pastor, como representante de Deus, ore pelos fiéis. Também ao reverenciar seu antecessor, o papa João Paulo II, mostra-se humilde e disposto a adotá-lo como parâmetro de comportamento. Ao mesmo tempo, assume uma imagem conservadora, sugerindo que adotara uma postura afinada à anterior. Tal postura parece ser reforçada quando sugere que, a partir daquele momento, tudo voltaria à normalidade:

(2) “Depois da piedosa partida **do meu venerado** predecessor João Paulo II, recomenam hoje as **tradicionais** Audiências gerais da quarta-feira. **Voltamos assim à normalidade**”.

(3) “Por conseguinte, na próxima quarta-feira **retomarei precisamente de onde se tinham interrompido** as suas catequeses”.

O mesmo sentimento de reverência ou veneraao é assumido em relaao à figura de São Bento. O papa Bento XVI apresenta uma série de asseroes descritivas, apontando os títulos que atestam o valor e a grandeza

de São Bento. Adota, para isso, a modalidade delocutiva, que sugere que o conteúdo da asserção se refere a verdades que independem da avaliação pessoal do locutor:

(4) “Além disso, **o nome Bento recorda também a extraordinária figura do grande ‘Patriarca do monaquismo ocidental’ São Bento de Núrsia, co-padroeiro da Europa**”.

(5) “Por isso, **São Bento é muito venerado também na Alemanha e, em particular, na Baviera, a minha terra de origem**; constitui um ponto de referência fundamental para a **unidade da Europa** e uma forte chamada às irrenunciáveis raízes cristãs da sua cultura e da sua civilização”.

Descrevendo as qualidades de São Bento, sugere que, adotando a mesma denominação, vai seguir seu exemplo, “suas pegadas”, sendo, também, um “profeta corajoso da paz”. Também sugere-se uma identificação com o papa Bento XV, especialmente no que se refere a uma preocupação com a unidade e a evangelização na Europa:

(6) “Quis chamar-me Bento XVI para me relacionar idealmente com o venerado Pontífice Bento XV, **que guiou a Igreja num período atormentado devido ao primeiro conflito mundial. Ele foi um profeta corajoso e autêntico de paz**”.

Reiterando a devoção a São Bento, assume uma posição de obediência diante dos desígnios de Cristo, defendidos por ele:

(7) “Deste **Pai do Monaquismo ocidental** conhecemos a recomendação deixada aos monges na sua Regra: **‘Nada antepõem absolutamente a Cristo’**”.

Por fim, reforça sua imagem de pastor, representante da igreja (sucessor de Pedro) e se coloca em posição de devoção e humildade para cumprir a sua missão:

(8) “No início do meu serviço como **Sucessor de Pedro peço a São Bento** que nos ajude a manter firme a centralidade de Cristo”

4.2 O discurso de Francisco

No discurso do Papa Francisco, mostra-se mais recorrente o *ethos* de humanidade. Assim como Bento XVI, Francisco dirige-se ao público com um tratamento afetuoso. Contudo, substitui o tradicional “Caríssimos irmãos”, forma escolhida por Bento XVI, por uma expressão bem mais íntima:

“Queridos amigos”. Ao contrário de Bento XVI, que, ao colocar-se diante dos fiéis, usa o verbo “receber”, Francisco manifesta sua alegria ao “encontrar” os fiéis. Sendo assim, sugere uma aproximaao maior com o público.

Uma referência especial é dedicada aos profissionais da comunicaao, destinatários primeiros do discurso, o que mostra uma sensibilidade do novo papa que procura se identificar com os profissionais responsáveis por aproximá-lo do grande público:

(9) “O vosso trabalho requer estudo [...] e **isto torna-nos particularmente vizinhos**”.

Ao mesmo tempo, ao buscar essa identificaao, reivindica que esses profissionais mantenham o compromisso com a verdade. Essa solicitaao explica-se em funao de toda conjuntura que envolveu a renúncia de Bento XVI, com a denúncia de escândalos (os “pecados” aos quais se refere) no âmbito da Igreja Católica:

(10) “Mas tambem um **convite para procurardes conhecer cada vez mais a verdadeira natureza da Igreja** e tambem o seu caminho no mundo, com as suas virtudes e os seus pecados [...] Podeis estar certos de que **a Igreja**, por sua vez, **presta grande atenao ao vosso precioso trabalho**”.

(11) “**O vosso trabalho requer estudo, uma sensibilidade própria** e experiência, como tantas outras profissões, **mas implica um cuidado especial pela verdade**, a bondade e a beleza”.

Francisco reforça o *ethos* de humanidade ao manifestar seu sentimento de alegria por estar próximo do povo e, ao mesmo tempo, de surpresa, diante da renúncia de seu antecessor. No entanto, ao manifestar essa surpresa, isenta Bento XVI de qualquer culpa em relaao a renúncia.

(12) “**O protagonista** de tudo o que aconteceu foi, em última análise, o **Espírito Santo. Ele inspirou a decisão tomada por Bento XVI para bem da Igreja**. Ele dirigiu na oraao e na eleiao os Cardeais”.

Ao contrário do que se observa no discurso de Bento XVI, que reitera, constantemente, o poder histórico e político da Igreja, através da imagem de São Bento, o “Patriarca do monaquismo ocidental” e “co-padroeiro da Europa”, Francisco procura relativizar esse papel, valorizando o caráter “essencialmente espiritual” da Igreja.

(13) “Realmente a Igreja, apesar de ser indubitavelmente uma instituiao também humana e histórica, com tudo o que isso implica, não  de natureza política, mas essencialmente espiritual:  o Povo de Deus, o Povo santo de Deus, que caminha rumo ao encontro com Jesus Cristo”.

O ethos de humildade  reafirmado quando Francisco relativiza a importância da figura do papa:

(14) “Cristo  o Pastor da Igreja, mas a sua presença na história passa através da liberdade dos homens: um deles  escolhido para servir como seu Vigário, Sucessor do Apóstolo Pedro, mas Cristo  o centro. Não o Sucessor de Pedro, mas Cristo. Cristo  o centro. Cristo  o ponto fundamental de referimento, o corao da Igreja. Sem Ele, Pedro e a Igreja não existiriam, nem teriam razão de ser”.

Finalmente, o novo papa procura explicar a escolha do nome Francisco. Mais uma vez demonstrando simplicidade, refere-se a si mesmo na terceira pessoa, mas não como “o Papa”, e sim como “o Bispo de Roma” e atribui a escolha do nome Francisco ao pedido do Cardeal Cláudio Hummes: “Não te esqueças dos pobres”. Refere-se, num tom de humor,  possibilidade de ser o escolhido (“quando o caso começava a tornar-se um pouco perigoso”), informao que sugere outra característica: o bom-humor. Referindo-se, também, às brincadeiras que teriam ocorrido durante o processo de escolha do nome do novo papa, desconstro a imagem grave e solene do conclave:

(15) “Depois não faltaram algumas brincadeiras ‘Mas, tu deverias chamar-te Adriano, porque Adriano VI foi o reformador; e  preciso reformar...’. Outro disse-me: ‘Não! O teu nome deveria ser Clemente’. ‘Mas por qu?’ ‘Clemente XV! Assim vingavas-te de Clemente XIV que suprimiu a Companhia de Jesus!’ So brincadeiras...”

A partir daí, passa a descrever Francisco de Assis, sugerindo a inteno de incorporar as marcas que caracterizam o comportamento desse santo da Igreja Católica ao seu pontificado:

(16) “Logo depois, associando com os pobres, pensei em Francisco de Assis. Em seguida pensei nas guerras, enquanto continuava o escrutínio até contar todos os votos. E Francisco  o homem da paz. E assim surgiu o nome no meu corao: Francisco de Assis. Para mim,  o homem da pobreza, o homem da paz, o homem que ama e preserva a criao; neste tempo, também a nossa relao com a criao no  muito boa, pois não? [Francisco]  o homem que nos dá este espírito de paz, o homem pobre... Ah, como eu queria uma Igreja pobre e para os pobres”.

A partir dos dados acima, podemos constatar que os dois papas constroem imagens diferentes de si. O primeiro, Bento XVI, traz uma imagem mais conservadora, sugerindo que não trará mudanças radicais em seu papado. A escolha de seu nome evidencia sua admiração por Bento XV, papa que lutou pela paz, e sua devoção por São Bento, santo muito cultuado em sua cidade natal, além de ter sido chamado ‘pai do monaquismo ocidental’. Foi considerado também o responsável pela unidade da Europa. O que mostra a preocupação e a atenção que o pontífice reserva ao continente europeu. Já Francisco traz uma imagem de mais proximidade com seu público, de humanidade e principalmente de humildade, ao escolher Francisco de Assis, que renunciou à riqueza para dedicar-se inteiramente aos pobres. Nota-se também, no discurso do Papa Francisco, um tom mais descontraído e leve.

Considerações finais

Pensar na construção do *ethos* implica uma série de fatores. É importante percebermos que essas construções da ‘imagem de si’ são muito pertinentes dentro da análise de um discurso. Através delas, emana o não-dito e nos deparamos com vários outros discursos imbricados, outras vozes, outros valores. Ao refletirmos sobre a construção dessa imagem dentro do discurso religioso, outros fatores vêm à tona, tanto pelo teor doutrinário e ideológico dessa instância, quanto pelas diversas críticas e polêmicas que a acompanham.

Nessa análise, podemos perceber como essas imagens são construídas de forma bem diferenciada, especialmente a partir das escolhas dos nomes adotados intencionalmente, pelas pessoas. Verificamos ainda que, em seus pronunciamentos, através de procedimentos variados, os papas constroem os *ethé* de credibilidade e identificação, tão importantes no âmbito do discurso religioso. Percebemos a importância dessas escolhas, associadas a pronunciamentos que as corroboram, dentro do ambiente eclesial e, a partir disso, conseguimos enxergar as imagens que os pontífices queriam passar de si: de um lado um papa conservador que valoriza sua nacionalidade europeia e de outro um papa descontraído e despojado, que deseja mudanças principalmente em relação à ostentação da Igreja e à atenção aos mais necessitados.

Enfim, este trabalho foi um primeiro passo para uma reflexão mais ampla sobre como os líderes de uma instância detentora de tanto poder e influência no mundo, a Igreja Católica, constroem sua imagem e também a imagem da instituiao e de como isso pode refletir sobre os fiéis e a sociedade como um todo.

Referências

AQUINO, Felipe. **O sagrado Magistério**. São Paulo: Cleofas, 2009.

AMOSSY, Ruth. Da noao retórica de *ethos*  analise do discurso. In: _____ (Org.). **Imagens de si no discurso: a construao do ethos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2005. p.9-28.

BRANDÃO, Helena Negamine. **Introduao  analise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1986.

CHAMONE, Sonia. O *ethos* o *pathos* na construao do discurso religioso. **e-hum: revista científica das áreas de humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte**, v. 5, n. 1, p.24-44, 2012. Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum. Acesso em: 10 jun. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de analise do discurso**. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mdias**. Trad. Angela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Anexo 1 - Audiência Geral - Bento XVI - Quarta-feira, 27 de abril de 2005

As razões do nome Bento XVI

“Caríssimos Irmãos e Irmãs! Sinto-me feliz por vos receber e dirijo uma cordial saudação a quantos estão aqui presentes, assim como aos que nos seguem mediante a rádio e a televisão. Como já expressei no meu primeiro encontro com os Senhores Cardeais, precisamente na quarta-feira da semana passada na Capela Sistina, experimento no ânimo sentimentos entre si contrastantes nestes dias de início do meu ministério petrino: admiração e gratidão em relação a Deus que surpreendeu antes de tudo a mim mesmo, chamando-me a suceder ao apóstolo Pedro; trepidação interior perante a grandeza da tarefa e das responsabilidades que me foram confiadas. Contudo dá-me serenidade e alegria a certeza da ajuda de Deus, da sua Mãe Santíssima, a Virgem Maria, e dos santos Padroeiros; é para mim de apoio também a proximidade espiritual de todo o Povo de Deus ao qual, como no domingo passado tive a ocasião de repetir, continuo a pedir que me acompanheis com a oração insistente. Depois da piedosa partida do meu venerado predecessor João Paulo II, recomeçam hoje as tradicionais Audiências gerais da quarta-feira. Voltamos assim à normalidade. Neste primeiro encontro gostaria antes de tudo de falar sobre o nome que escolhi ao tornar-me Bispo de Roma e Pastor universal da Igreja. Quis chamar-me Bento XVI para me relacionar idealmente com o venerado Pontífice Bento XV, que guiou a Igreja num período atormentado devido ao primeiro conflito mundial. Ele foi um profeta corajoso e autêntico de paz e comprometeu-se com coragem infatigável primeiro para evitar o drama da guerra e depois para limitar as consequências nefastas. Nas suas pegadas desejo colocar o meu ministério ao serviço da reconciliação e da harmonia entre os homens e os povos, profundamente convencido de que o grande bem da paz é antes de tudo dom de Deus, dom frágil e precioso que deve ser invocado, tutelado e construído dia após dia com o contributo de todos. Além disso, o nome Bento recorda também a extraordinária figura do grande “Patriarca do monaquismo ocidental”, São Bento de Núrsia, co-padroeiro da Europa juntamente com os santos Cirilo e Metódio e as mulheres santas, Brígida da Suécia, Catarina de Sena e Edith Stein. A expansão progressiva da Ordem beneditina por ele fundada exerceu uma influência enorme na difusão do cristianismo em todo o Continente. Por isso, São Bento é muito venerado também na Alemanha e, em particular, na Baviera, a minha terra de origem; constitui um ponto de referência fundamental para a unidade da Europa e uma forte chamada às irrenunciáveis raízes cristãs da sua cultura e da sua civilização. Deste Pai do Monaquismo ocidental conhecemos a recomendação deixada aos monges na sua Regra: “Nada antepõem absolutamente a Cristo” (Regra 72, 11; cf. 4, 21). No início do meu serviço como Sucessor de Pedro peço a São Bento que nos ajude a manter firme a centralidade de Cristo na nossa existência. (grifo nosso). Que ele esteja sempre no primeiro lugar nos nossos pensamentos e em cada uma das nossas atividades! O meu pensamento volta com afeto ao venerado predecessor João Paulo II, ao qual somos devedores de uma extraordinária herança espiritual. “As nossas comunidades cristãs escreveu na Carta Apostólica Novo millennio ineunte devem tornar-se autênticas escolas de oração, onde o encontro com Cristo não se exprima apenas em pedidos de ajuda, mas também em ação de graças, louvor, adoração, contemplação, escuta, fervor e afetos, até se chegar a um coração verdadeiramente apaixonado”, como foi João Paulo II (33). Ele mesmo procurou realizar estas indicações dedicando as catequeses da quarta-feira dos últimos tempos ao comentário dos Salmos das Laudes e das Vésperas. Como ele fez no

início do seu pontificado, quando quis prosseguir as reflexões iniciadas pelo seu Predecessor sobre as virtudes cristãs (cf. *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, I [1978], pp. 60-63), assim também eu pretendo repropor nos próximos encontros semanais o comentário por ele preparado sobre a segunda parte dos Salmos e Cânticos que compõem as vésperas. Por conseguinte, na próxima quarta-feira retomarei precisamente de onde se tinham interrompido as suas catequeses, na Audiência geral de 26 de Janeiro passado. Queridos amigos, obrigado de novo pela vossa visita, obrigado pelo afeto com que me circundais. São sentimentos que retribuo cordialmente com uma especial bênção, que concedo a vós aqui presentes, aos vossos familiares e a todas as pessoas queridas”.

Anexo 2 - Encontro com os representantes dos meios de comunicação social - discurso do Santo Padre Francisco - Sábado, 16 de março de 2013

“Queridos amigos é para mim uma alegria poder, no início do meu ministério na Sé de Pedro, encontrar-vos, a vós que estivesdes empenhados aqui em Roma num período tão intenso como este que teve início com o inesperado anúncio do meu venerado Predecessor Bento XVI, no dia 11 de Fevereiro passado. Saúdo cordialmente a cada um de vós. Ao longo dos últimos tempos, não tem cessado de crescer o papel dos mass media, a ponto de se tornarem indispensáveis para narrar ao mundo os acontecimentos da história contemporânea. Por isso, vos dirijo um agradecimento especial a todos pelo vosso qualificado serviço – trabalhastes... e muito! – nos dias passados, quando os olhos do mundo católico e não só se voltaram para a Cidade Eterna, nomeadamente para este território que tem como «centro de gravidade» o túmulo de São Pedro. Nestas semanas, tivestes ocasião de falar da Santa Sé, da Igreja, dos seus ritos e tradições, da sua fé e, de modo particular, do papel do Papa e do seu ministério. Um agradecimento particularmente sentido dirijo a quantos souberam olhar e apresentar estes acontecimentos da história da Igreja, tendo em conta a perspectiva mais justa em que devem ser lidos: a perspectiva da fé. Quase sempre os acontecimentos da história reclamam uma leitura complexa, podendo eventualmente incluir também a dimensão da fé. Certamente os acontecimentos eclesiais não são mais complicados do que os da política ou da economia; mas possuem uma característica fundamental própria: seguem uma lógica que não obedece primariamente a categorias por assim dizer mundanas e, por isso mesmo, não é fácil interpretá-los e comunicá-los a um público amplo e variado. Realmente a Igreja, apesar de ser indubitavelmente uma instituição também humana e histórica, com tudo o que isso implica, não é de natureza política, mas essencialmente espiritual: é o Povo de Deus, o Povo santo de Deus, que caminha rumo ao encontro com Jesus Cristo. Somente colocando-se nesta perspectiva é que se pode justificar plenamente aquilo que a Igreja Católica realiza. Cristo é o Pastor da Igreja, mas a sua presença na história passa através da liberdade dos homens: um deles é escolhido para servir como seu Vigário, Sucessor do Apóstolo Pedro, mas Cristo é o centro. Não o Sucessor de Pedro, mas Cristo. Cristo é o centro. Cristo é o ponto fundamental de referimento, o coração da Igreja. Sem Ele, Pedro e a Igreja não existiriam, nem teriam razão de ser. Como repetidamente disse Bento XVI, Cristo está presente e guia a sua Igreja. O protagonista de tudo o que aconteceu foi, em última análise, o Espírito Santo. Ele inspirou a decisão tomada por Bento XVI para bem da Igreja; Ele dirigiu na oração e na eleição os Cardeais. É importante, queridos amigos, ter em devida conta este horizonte interpretativo, esta hermenêutica, para identificar o coração dos acontecimentos destes

dias. Destas consideraoes nasce, antes de mais nada, um renovado e sincero agradecimento pelas canseiras destes dias particularmente rduos, mas também um convite para procurardes conhecer cada vez mais a verdadeira natureza da Igreja e também o seu caminho no mundo, com as suas virtudes e os seus pecados, e conhecer as motivaoes espirituais que a norteiam e que são as mais verdadeiras para entendê-la. Podeis estar certos de que a Igreja, por sua vez, presta grande atenao ao vosso precioso trabalho;  que vos tendes a capacidade de identificar e exprimir as expectativas e as exigências do nosso tempo, de oferecer os elementos necessários para uma leitura da realidade. O vosso trabalho requer estudo, uma sensibilidade própria e experiência, como tantas outras profissões, mas implica um cuidado especial pela verdade, a bondade e a beleza; e isto torna-nos particularmente vizinhos, já que a Igreja existe para comunicar precisamente isto: a Verdade, a Bondade e a Beleza «em pessoa». Deveria resultar claramente que todos somos chamados, não a comunicar-nos a nós mesmos, mas esta triade existencial formada pela verdade, a bondade e a beleza. Alguns não sabiam por que o Bispo de Roma se quis chamar Francisco. Alguns pensaram em Francisco Xavier, em Francisco de Sales, e também em Francisco de Assis. Deixai que vos conte como se passaram as coisas. Na eleiao, tinha ao meu lado o Cardeal Cláudio Hummes, o arcebispo emérito de São Paulo e também prefeito emérito da Congregaao para o Clero: um grande amigo, um grande amigo! Quando o caso começava a tornar-se um pouco «perigoso», ele animava-me. E quando os votos atingiram dois terços, surgiu o habitual aplauso, porque foi eleito o Papa. Ele abraçou-me, beijou-me e disse-me: «Não te esqueças dos pobres!» E aquela palavra gravou se-me na cabeça: os pobres, os pobres. Logo depois, associando com os pobres, pensei em Francisco de Assis. Em seguida pensei nas guerras, enquanto continuava o escrutínio até contar todos os votos. E Francisco  o homem da paz. E assim surgiu o nome no meu coraao: Francisco de Assis. Para mim,  o homem da pobreza, o homem da paz, o homem que ama e preserva a criaao; neste tempo, também a nossa relaao com a criaao não  muito boa, pois não? [Francisco]  o homem que nos dá este espírito de paz, o homem pobre... Ah, como eu queria uma Igreja pobre e para os pobres! Depois não faltaram algumas brincadeiras... «Mas, tu deverias chamar-te Adriano, porque Adriano VI foi o reformador; e  preciso reformar...». Outro disse-me: «Não! O teu nome deveria ser Clemente». «Mas porquê?». «Clemente XV! Assim vingavas-te de Clemente XIV que suprimiu a Companhia de Jesus!». São brincadeiras... Amo-vos imensamente! Agradeço-vos por tudo o que fizestes (grifo nosso). E, pensando no vosso trabalho, faço votos de que possais trabalhar serena e frutuosamente, conhecer cada vez melhor o Evangelho de Jesus Cristo e a realidade da Igreja. Confio-vos  intercessão da bem-aventurada Virgem Maria, Estrela da Evangelizaao. Desejo o melhor para vos e vossas famílias, para cada uma das vossas famílias. E de coraao a todos concedo a minha benao. Obrigado.

A IMAGEM DO SUJEITO ENAMORADO NA ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO E DA PSICANÁLISE: UM ESTUDO DE CASO

Ida Lucia Machadoⁱ

Cássio Eduardo Soares Mirandaⁱⁱ

Resumo: O presente artigo, escrito a quatro mãos, seguirá dois objetivos: o primeiro será o de mostrar como é vista a noção de “sujeito enamorado” pela Psicanálise e pela Análise do Discurso Semiollingüística. O segundo será o de trabalhar tais conceitos de modo prático, ou seja, pela localização e abordagem do supracitado sujeito em um poema, ou mais precisamente, na letra de uma canção brasileira. Iremos assim reunir duas teorias distintas, mas que podem se revelar complementares (teorias psicanalíticas e conceitos de uma análise comunicacional do discurso), em busca das estratégias discursivas que são mobilizadas pelo sujeito supracitado em seus desdobramentos.

Palavras-chave: Sujeito enamorado. Psicanálise. Semiollingüística. Desdobramento dos sujeitos.

Abstract: This paper, written by four hands, follows two goals: the first is to show how the notion of “enamoured subject” is understood by Psychoanalysis and Semiollingüistics Discourse Analysis. The second is to develop such concepts in a practical way, in other words, through the location and approach of the aforesaid subject in a poem, or more precisely, in the lyric of a Brazilian song. Thus, we will gather two distinct theories, but which can be revealed as complementaries (concepts of psychoanalytic theories and concepts of communication discourse analysis), searching the discursive strategies that are mobilized by the aforesaid subject in theirs ramifications.

Keywords: Enamored subject. Psychoanalysis. Semiollingüistics. Subject’s ramifications.

ⁱ Doutora em Linguística pela Université de Toulouse II e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: idaluz@hotmail.fr.

ⁱⁱ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: cassio.edu2007@gmail.com.

Introdução

No mundo musical existem artistas que não apenas cantam canções como também as compõem. Esse duplo trabalho criativo se desdobra na criação das músicas e das letras das canções. A esse duplo talento acrescentamos ainda um outro: esses artistas podem transformar (de modo consciente ou inconsciente) as letras que escrevem em verdadeiros poemas. Este é caso do compositor/poeta/cantor/escritor Francisco Buarque de Hollanda, cuja obra já foi objeto de tantas análises, pesquisas e trabalhos em várias disciplinas.

Ainda assim, neste artigo, iremos propor mais uma abordagem de uma das canções do artista em pauta. O que nos move a realizar tal ação é o desejo de poder desvelar algumas das estratégias discursivas que comandam a ação desse *sujeito-comunicante* e as diretivas que ele fornece ao seu *alter-ego* ou *porta-voz*, ou seja seu *sujeito-enunciador* ou *poeta*¹ para que este faça, através de palavras, uma declaração de amor que foge às normas das tradicionais declarações românticas.

Obedecendo à forma com a qual se reveste o gênero artigo, nosso trabalho é um concentrado de uma pesquisa maior que reúne ideias vindas de uma analista do discurso que trabalha com textos ligados às narrativas de vida, à literatura e à poesia (entre outros) e as de um psicanalista que é também analista do discurso. Os dois pesquisadores realizaram assim, em conjunto, um *projeto de escrita*² suscetível de gerar um artigo.

Nossa atenção será voltada sobretudo para a construção da imagem de um *sujeito enamorado* particular que, ao dirigir-se ao seu objeto de amor, opera um curioso processo linguageiro: ele se valoriza negando seu valor, em um movimento de construção e de destruição que não deixa de lembrar o do processo paródico (MACHADO, 2013). Tentaremos enfatizar as estratégias propostas por tal sujeito em seus esforços para se desvelar diante do outro,

¹ Os sintagmas colocados em itálico na *Introdução*, são oriundos da teoria de análise do discurso criada pelo linguista francês Charaudeau (1983) e são aqui apresentados na forma de que se revestiram após sucessivas transformações operadas tanto por Charaudeau como por outros pesquisadores adeptos de sua teoria, tais como Machado (2013, 2015), Machado e Mendes (2013), entre outros. Estamos nos referindo aos *sujeito-comunicante* e ao *porta voz* deste, o *sujeito-enunciador* ou *poeta*. O primeiro sujeito refere-se ao compositor ou autor da letra, ser real; o segundo representa uma entidade do “mundo de papel” onde as palavras transitam.

² *Projeto de escrita* é uma versão de pesquisadores brasileiros (vide nota 1) para o sintagma *projeto de fala*, de Charaudeau, 1983. Tais projetos precedem o trabalho linguageiro ou a colocação da palavra nos atos de linguagem ou enunciados.

esforços estes que vão se abrir em duas direções: o sujeito amoroso constrói uma imagem de si e a expõe ao ser amado ou ao objeto de seu amor. No entanto, ao fazê-lo, em um movimento transgressivo, ele emprega um discurso que o (des)valoriza assim como também o ser amado, seu espelho.

Antes de prosseguirmos, acreditamos que devemos explicar nossa concepção do que seja um texto escrito ficcional, como é o caso do poema/letra de música que aqui nos interessa. Produções desse tipo – sejam elas cantadas, lidas ou representadas – ocupam um lugar fundamental na formação e na constituição da vida e da cultura de um povo. Segundo as diferentes épocas, cada uma delas produz um efeito diferenciado em seus respectivos públicos: tais efeitos podem ser de admiração, encantamento, rejeição, surpresa ou decepção. Assim sendo, a relação entre a ficção escrita e o público não está presa somente a um mas a vários horizontes de expectativas. Determinados documentos ficcionais podem romper tais esperas de modo radical com o primeiro público e começar a formar seu “verdadeiro público” (no sentido positivo) somente com o passar do tempo (JAUSS, 1994).

De todo modo, tais textos não são criados aleatoriamente: eles visam a uma comunicação na concepção da análise semiolinguística do discurso e podem conter elementos que levam ao inconsciente de seus criadores, como mostra uma concepção desta análise em um encontro com a psicanálise (MIRANDA, 2008). Nesses termos, tal comunicação obedece a uma espécie de jogo entre sujeitos: aquele que imagina/concebe/escreve o texto e aquele que o recebe. No caso que aqui será tratado, tal recepção pode passar pela leitura ou pela audição do poema já transposto em letra de canção.

Para Aristóteles, no ano IV a.C., as obras literárias possuíam uma função catártica, ao fazer apelo às emoções primárias dos indivíduos. Mas ao mesmo tempo elas tinham também a função de instruir, de criar identificações imaginárias, de estabelecer uma visão do mundo, de condicionar modos particulares e coletivos de se interpretar a realidade. Foi assim que, paulatinamente, através dos séculos, surgiu uma “literatura prescritiva”³

³ “Literatura prescritiva” é um conceito pontual que, desde Erasmo de Roterdã em *De Civilitate Morum Puerilium* (1512) tinha como função prescrever os modos de agir dos indivíduos, o que o autor realiza pela transmissão de certos preceitos, por meio de diálogos entre “personagens” ou pela exposição de máximas. Para nós, tal sintagma é visto como um conceito aplicado também a um universo de textos cuja função principal seria a de edificar uma pedagogia do amor. Em outras palavras, “literatura prescritiva” é aquela que dá orientações e sugestões, explícitas ou implícitas, sobre os modos de viver e agir em função de melhor saber amar.

(MIRANDA; MACHADO, 2012) sobre o amor, o sexo, a sexualidade e o erotismo, que perdura até hoje.

Alguns poetas antecipam em seus versos teorias que mais tarde irão se confirmar e, no caso que vamos aqui observar, algumas delas dizem respeito ao amor. É nesse sentido que empreenderemos uma análise da letra da canção *Sob Medida* de Francisco Buarque de Hollanda. O objeto da análise será por nós considerado como um macro-ato de linguagem, um campo linguageiro que nos oferece a possibilidade de verificarmos a construção e o jogo de sedução empreendido pelo sujeito apaixonado a partir da articulação entre conceitos discursivos e psicanalíticos, como dissemos.

No entanto, cabe ressaltar que não abordaremos aqui um signo constitutivo da canção, ou seja, o musical propriamente dito. Preferimos centrar nossos olhares apenas nas palavras, tratando a letra da música como um texto poético que foi escrito para ser cantado, como eram os de trovadores da idade média francesa: Guillaume de Poitiers, Bernard de Ventadour (ambos do século XII), alguns nomes entre tantos outros.

O artigo será dividido em três partes. Na primeira, de modo bem panorâmico, teceremos algumas considerações sobre o amor na ótica da psicanálise. Na segunda, enfatizaremos algumas contribuições que a análise discursiva Semiolinguística pode trazer para nosso artigo. Na terceira parte realizaremos um “possível interpretativo” (CHARAUDEAU, 1983, p. 57) da letra da música *Sob Medida*⁴, buscando desvendar algumas das estratégias discursivas ali empregadas.

1 Breves considerações sobre o amor do ponto de vista da psicanálise

O edifício teórico freudiano em torno do amor é construído com base nos pilares do masculino e do feminino. Se já em 1914, ao escrever *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud apresenta, por um lado, o ponto de partida para a caminhada humana no campo do amor, por outro lado e em outros trabalhos (1910, 1912, 1917), ele irá demonstrar como homens e mulheres trilham tais caminhos de modo diferenciado. Para Freud, existe um modo particular de “escolha objetal”⁵ feita pelos seres humano, e seu interesse é

⁴ A letra completa será apresentada no Anexo, colocado no final do artigo, antes das Referências.

⁵ A “escolha objetal” no caso, refere-se ao modo inconsciente como cada sujeito se enlaça afetivamente ao outro. Trata-se de um modo particular de relacionamento, que cada um faz com determinado objeto e, sobretudo, o objeto do amor.

apresentar algumas “condições necessárias ao amor” (FREUD, 2006, p. 71), que seriam em número de quatro.

Vejamos rapidamente, cada uma delas.

A primeira refere-se ao fato de que os homens sempre escolheram um objeto de amor baseados na condição prévia de que haverá uma pessoa (do par amoroso) que será prejudicada. Desse modo, certos homens não escolherão uma mulher sem compromissos, livre, mas preferirão aquelas que têm um tipo de ligação afetiva com outros homens: a não-disponibilidade civil da mulher funcionaria como atrativo para o homem. Nesse caso, ele se colocará como alguém que vai se interpor entre o casal e assumirá a posição de um terceiro na relação.

Já a segunda condição está ligada à atração que um homem pode ter por uma mulher de “má reputação”, um amor que terá como objeto uma espécie de prostituta ou em termos mais suaves e menos machistas que o empregado por Freud, uma mulher livre e que não vê problemas em ter vários parceiros sexuais. Esta condição é oposta à primeira:

Enquanto que a primeira precondição fornece a oportunidade para gratificar impulsos de rivalidade e hostilidade em direção ao homem de quem a mulher é arrebatada, a segunda, a da mulher se assemelhar a uma prostituta, se relaciona à experiência do ciúme, que parece ser uma necessidade para os amantes desse tipo (FREUD, 2006, p. 172).

Entretanto, as duas condições supracitadas se referem a uma tendência universal que tem em sua base certa depreciação do amor.

A terceira condição, por sua vez, apresenta o homem na posição de dependente compulsivo da mulher amada, ainda que este amor seja pouco e que ele seja abandonado por ela. Os homens que assim amam investem demais em seu objeto amoroso e despendem grandes quantidades de energia mental, o que resulta na minimização ou mesmo no apagamento dos demais interesses de suas vidas.

Por fim, um outro modo de amar se sustenta na fantasia de salvar a mulher amada: trata-se de uma posição narcísica assumida por homens que se convencem de que a mulher “[...] precisa dele, que sem ele [ela] perderá todo o controle moral e, rapidamente, descerá para um nível lamentável” (FREUD, 2006, p.174). Segundo Freud, não há qualquer fundamento na realidade que justifique tal postura.

De fato, a tendência à depreciação na esfera do amor se fundamenta em duas correntes sexuais presentes no psiquismo humano. A postura amorosa denominada “normal” baseia-se na união de uma dimensão sensual e de uma dimensão afetiva, e qualquer tipo de perturbação deriva de uma falha na conciliação destes dois polos. A corrente afetiva refere-se a uma afeição, a uma *dessexualização* do objeto em função de um investimento no campo do amor. Este, segundo Freud (op. cit.) atribuiria um caráter celestial ao amor, enquanto que a corrente sensual lhe atribuiria um caráter terreno, uma vez que nele se encontra o fundamento do encontro sexual.

O amor “normal”, então, aparece como a capacidade de o homem conciliar o desejo sexual com a afeição, o que o possibilita encontrar um modo mais digno de amar, pois “[...] o máximo de intensidade de paixão sensual trará consigo a mais alta valorização psíquica do objeto – sendo esta a supervalorização normal do objeto sexual por parte do homem” (FREUD, 2006, p.187). A anormalidade no campo do amor é, dessa maneira, a divisão do amor, uma cisão: quando se ama, não se deseja e, quando se deseja, não se ama.

Resumindo bem, para Freud, em certos sujeitos existe um amor fundamental, que serve de base para todos os outros amores. Esse amor é voltado para um “objeto amável fundamental” (op. cit.), ainda que haja uma tendência à depreciação na esfera amorosa e que o amor busque sempre uma pessoa determinada, em detrimento de outras. Lembremo-nos de que o amor acontece por surpresa, mas também é possível definir o que faz um sujeito apaixonar-se por determinada pessoa, pois o amor tem uma matemática com condições estabelecidas para que aconteça.

Lacan (1960) sustenta a ideia de que o amor não é só narcísico, mas tem também a função de restabelecimento de fazer existir a relação sexual. Dessa maneira, Lacan apresenta a noção do amor como uma suplência da falta de equivalência sexual, sendo, portanto, uma ilusão. A falsidade característica do amor refere-se à sua reciprocidade intrassubjetiva, uma vez que a dimensão narcísica do amor aponta para o seu essencial: amar é querer ser amado, é demanda de reconhecimento e, portanto, de amor.

Todavia o amor não é apenas ilusão, mas ele é também signo, gozo e compromisso, mas com a mesma função de suprir a falta de equivalência sexual.

Em suma, na ótica psicanalítica – aqui apresentada em grandes linhas – o amor se apresenta sempre sob o signo da dessimetria. Tal signo coloca homens e mulheres em posições diferentes quanto ao sentimento em pauta.

Para nós, é possível sustentar que um aspecto cultural é encontrado no amor, uma vez que ele não prescinde da cultura de tal modo que “se não houvesse cultura, não haveria a questão do amor” (LACAN, 2005, p.114).

São tais dimensões culturais que serão investigadas, ainda que de forma bastante panorâmica, levando em conta: (i) a relação entre as condições de produção de determinados discursos de ficção; (ii) suas representações socialmente partilhadas e (iii) os imaginários sócio-discursivos que compõem a representação do amor na contemporaneidade⁶.

O amor enfim é uma construção social e histórica e, por isso mesmo, não implica só o sujeito mas a cultura que o envolve. E desta fazem parte os poemas/letras de canções como a que nos interessa aqui. Mas antes de desconstruir tal produção para melhor entender sua construção, gostaríamos de expor, também *à vol d’oiseau*, alguns conceitos da teoria Semiolinguística que nos serão úteis para empreender tal tarefa.

2 O sujeito enamorado em face de alguns conceitos da Semiolinguística

Tentamos mostrar de maneira simplificada algumas noções psicanalíticas que buscam interpretar o sentimento amoroso. Cabe-nos agora buscar na análise do discurso os diferentes ângulos pelos quais o *sujeito enamorado* poderia ser tratado.

A teoria supracitada, proposta por Charaudeau em 1983, oferece ao pesquisador que se interessa por discursos (sejam eles da ordem do factual ou do ficcional) vários conceitos interessantes. Vejamos alguns deles, que poderiam ser utilizados na análise prática que realizaremos no próximo segmento, sobre o poema/letra já citado.

Um desses conceitos seria o do contrato que se estabelece entre os pares da comunicação. Há um *sujeito-comunicante* que busca conquistar, seduzir ou ao menos fazer ouvir um *sujeito-receptor*, que a Semiolinguística chama de *sujeito-interpretante*. O objetivo desse contrato, uma vez estabelecido entre esses dois sujeitos, é simples: o primeiro sujeito envia uma mensagem – sob a forma escrita ou oral (na conversação cotidiana por exemplo) ou por meio de uma forma literária (um livro, um poema, a letra de uma canção, etc.) – ao segundo sujeito e espera que ele entre nesse jogo

⁶ No segmento 3, quando faremos a aplicação prática de teorias ao poema-letra de música, (i), (ii) e (iii) apresentar-se-ão misturados.

comunicativo, aceite sua mensagem, e possa se deixar influenciar por ela muito, pouco, quase nada ou nada. Possa, no mínimo escutá-la ou ler a mensagem. Ou deixá-la de lado. Nesse caso, a comunicação não teve sucesso, não aconteceu e por conseguinte, o contrato foi ignorado.

Como dissemos, todo ato de linguagem é considerado um ato comunicativo pela análise do discurso que praticamos. No entanto, no que diz respeito ao processo comunicacional, é preciso convir que há diferenças entre a recepção de um texto de ficção, mais ligado à literatura e uma conversa ou a transmissão de algo factual (como informações midiáticas, por exemplo).

Levando em conta o que dissemos sobre o amor, aos olhos da psicanálise, podemos inferir que esse sentimento, quando ocorre entre dois seres, é sempre algo não simétrico, ou seja, as maneiras de amar são diferentes e têm suas origens profundas enraizadas no misterioso mundo psíquico de cada membro do par amante. Essa assimetria é também complexa no caso do processo comunicacional. Quando ela se dá oralmente, em um face a face, e aquele que enviou a mensagem percebe que ela foi mal recebida, pode sempre tentar corrigi-la e mesmo refazer seus contratos ou propostas comunicativas até chegar a um entendimento (por mínimo que seja) com seu receptor. Mas, quando a mensagem é enviada por meio de um poema/letra de música, ou seja, em um regime mais literário, a situação contratual apresenta-se mais complicada...

O fato é que textos vindos do gênero literário – iremos colocar o poema/letra neste vasto gênero – muitas vezes se apresentam ao leitor (ou ouvinte) fora de sua situação de origem. Deslocados. O *sujeito-interpretante* deve operar uma reconstituição daquilo que lê ou escuta pois quem compôs a mensagem não está diante dele. Nesse sentido, as palavras de Iser são elucidativas em relação à situação de comunicação ou à situação contratual:

O discurso ficcional é privado da situação referencial cuja determinação rigorosa assegura ao ato linguístico sua plena realização. Essa falta evidente não implica em um fracasso por parte do discurso ficcional, mas pode servir de ponto de partida para melhor captar o que faz a particularidade do discurso de ficção (ISER, 1995, p.117⁷).

⁷ Nossa tradução de: “Le discours fictionnel est privé de la situation référentielle dont la détermination rigoureuse assure à l’acte linguistique sa pleine réalisation. Ce manque évident n’implique pas un quelconque échec du discours de fiction, mais peut servir de point de départ pour mieux saisir ce qui fait la particularité du discours de fiction.”

No texto literário, “[...] assim como aquele que escreve não é o mesmo que enuncia, também aquele a quem o texto é dirigido não é o mesmo que lerá a obra.” (MELLO, 2006, p. 295). Isso nos leva a visualizar o desdobramento das instâncias enunciativas, que Mello assim explica:

[...] de um lado, o leitor inscrito no texto e, do outro, um indivíduo que tem o livro em suas mãos – um sujeito que sofre o impacto da leitura e que, ao mesmo tempo, (re)age a esta experiência, participa do processo, (re)cria sentidos e, conseqüentemente, faz circular todo o processo comunicacional (MELLO, 2006, p. 293).

Mello⁸, também adepto da teoria Semiolinguística, menciona o leitor diante de um “livro” na citação acima: iremos tomar a liberdade de substituir “livro” por poema/letra de música. Ainda que seus objetivos na produção citada sejam outros, nota-se que este pesquisador também recorre à teoria psicanalítica – no caso, Freud – fazendo-a fundir, como é nosso desejo agora, com a análise do discurso Semiolinguística. Ele lembra que literatura e psicanálise convivem em paz, ao contrário de tantas outras disciplinas que dialogam entre si, mas com alguma dificuldade (MELLO, 2006, p.294), pois, na verdade, o que alguns analistas do discurso buscam “[...] é a emergência dos processos inconscientes na fala, no discurso” (op.cit.)

Endossamos as afirmações de Mello, pois fazemos também parte do grupo de analistas do discurso que procuram não só o sentido do explícito, mas que buscam também, sobretudo no âmbito dos discursos ficcionais “[...] a patologia não só das personagens, como do autor, da obra e do leitor, não só nos enunciados como nas enunciações” (op.cit.).

Em outros termos, consideramos, como Bakhtin já nos havia sugerido (1970), que nenhuma *palavra* é neutra, pura, virgem de qualquer uso anterior... Assim vemos todas as palavras (no sentido amplo que Bakhtin concede a essa terminologia) ou seja, todos os discursos atravessados por interdiscursos.

Desse modo, se consideramos o “sujeito enamorado” no âmbito da análise Semiolinguística e dentro dessa visão mais dinâmica que foi a ela conferida pelos pesquisadores por nós citados, veremos que tal sujeito é fruto de trocas reais e imaginárias: as trocas reais se devem ao autor que concebe a ideia de um *sujeito enamorado*; aí aciona um *sujeito-enunciador*, cuja missão vai

⁸ Incluímos também o pesquisador Renato de Mello entre os citados na nota 1, no sentido de estar sempre formulando pesquisas que fazem avançar as ideias originais propostas pelo criador da teoria Semiolinguística.

ser a de enunciar, por meio de palavras, sua ou suas ideias. Mas tanto o sujeito-comunicante quanto o sujeito por ele concebido, o *sujeito-enunciador*, ainda não sabem quem vai ler ou entender o que está sendo escrito. Para escrever uma obra – no presente caso o poema/letra de música – eles o dirigem então para um receptor idealizado, virtual, que a Semiolinguística denomina *sujeito-destinatário*. Assim, no âmbito do discurso amoroso, a primeira declaração é feita para essa entidade imaginária, que faz parte da escrita e nela se insere. Ora, o ser real que receber a declaração de amor em pauta, pode muito bem ser diferente desse *sujeito-destinatário*, mero ser de papel. Mais ainda: existem *n* *sujeitos-interpretantes*, ou receptores reais que irão, cada um a seu modo, decodificar a mensagem.

Paradoxalmente, isso concede, ao mesmo tempo, liberdade e limitação ao nosso trabalho como analistas de um discurso ficcional. Liberdade, pois sabemos que nossa subjetividade vai poder se manifestar no momento de nossa interpretação; limitação, pois sabemos que nossa interpretação será aceita por uns, recusada por outros...

Conscientes desse fato, iremos propor no próximo segmento um “possível interpretativo” (CHARAUDEAU, 1983, p.57), lembrando que ele será um entre tantos outros e que, no caso atual, para realizá-lo, unimos princípios vindos da psicanálise e da Semiolinguística.

3 Um amor sob medida: a constituição imaginária e a identidade do sujeito enamorado

Alguns dos poemas/letras para canções de Francisco Buarque de Hollanda se destacam pela decantação do “eu” feminino e por retratar temas partindo de um modo de subjetivação no qual o *sujeito-comunicante* (o autor) se “descentra” e se transforma em *sujeito-enunciador* feminino. Citemos, como exemplo, as letras de *Olhos nos olhos*, *Teresinha*, *Atrás da Porta* e *Folhetim*, interpretadas por cantoras tais como Maria Bethânia, Elis Regina e Gal Costa⁹. Sabemos que muito já foi dito e escrito sobre isso. Nosso artigo não visa a estudar a obra deste autor, mas apenas tomar emprestado um de seus poemas/letra de canção para nele verificar a articulação entre a análise do discurso e a psicanálise.

⁹ Somente a título de ilustração: *Sob Medida*, enquanto canção, foi o grande sucesso da cantora Fafá de Belém. Foi também interpretado por outras vozes, como a de Simone.

Mas, antes disso e somente a título de ilustração, gostaríamos de reviver, rapidamente o contexto em que o poema/letra de canção por nós escolhido foi criado. Iremos tentar responder a uma questão que diz respeito ao título: “- Sob medida para que ou para quem?”

3.1 A instância de produção de *Sob medida* de Chico Buarque

A letra de *Sob medida* foi escrita por Chico Buarque (1979) para uma canção do filme *República dos assassinos*, dirigido por Miguel Faria Jr. O filme conta a história do tristemente famoso *Esquadrão da morte*, que foi formado por um grupo de policiais cariocas decidido a fazer justiça por conta própria. É narrada então a história desses policiais, dos bandidos que deles tentam escapar e das artimanhas de uma imprensa corrupta. Até aí, não temos muitas novidades nesse tipo fílmico de narrativa. O que chama a atenção na história é que a liderança dos bandidos não foi dada a um homem protótipo de força e coragem, mas a uma personagem que oscila entre os gêneros feminino e masculino: Eloína, um travesti. Ora, a canção que nos interessa é a ela dedicada, ao travesti, ou seja, ao anti-herói ou antimachão brasileiro. Que identidade seria então esta?

Encontramos uma resposta em Charaudeau (2009, p. 21). Para o teórico, a identidade discursiva se difere da identidade social, na medida em que a social diz respeito aos lugares marcados na cultura, tais como os espaços institucionais. Ora, a identidade discursiva refere-se a uma construção do discurso posta em prática pelo *sujeito-enunciador*. Desse modo, no macroato de linguagem da canção, a identidade social do compositor ou *sujeito-comunicante* dá lugar a uma identidade discursiva de um *sujeito-enunciador* que assume o posicionamento *alocutivo*¹⁰ de um ser que assume o gênero feminino e que quer estabelecer com o outro, seu par, seu escolhido, uma relação íntima, amorosa. Podemos dizer, desse modo, que a identidade construída no discurso do poema/letra de música, em sua ligação com a personagem Eloína, estabelece uma relação imaginária vinda de um *sujeito-enunciador* do gênero feminino: um sujeito que fala de si mesmo, de modo apaixonado, diante do objeto amado que, este, não fala (BARTHES, 1981). Com isso, temos uma construção da imagem de si que o sujeito enamorado realiza,

¹⁰ Lembramos que, na Semiologia, um ato *alocutivo* tem como traço fundamental o fato de que o locutor envolve “[...] o interlocutor em seu ato de enunciação e lhe impõe o conteúdo de seu propósito” (CHARAUDEAU, 2004, p. 125).

ao estabelecer, em sua construção imaginária, algo que poderíamos denominar como fazendo parte de *categorias discursivas do amor*. Nesse sentido, é oportuno destacar que tais categorias são elementos constitutivos do poema/letra da canção e que, uma vez associados a outros elementos, por sua vez, irão construir a imagem do sujeito enamorado.

3.2 As categorias discursivas do amor

A primeira categoria refere-se à valorização que o sujeito faz diante do objeto amado. Poderíamos, então, identificar a imagem do sujeito enamorado com a de um sujeito que afirma “Eu tenho valor”. Tal sujeito constrói uma imagem de si destacada no diálogo enunciativo da relação amorosa e proclama seu amor, oferecendo-o ao objeto amado como uma promessa de contentamento infinito. É o que dizem os versos iniciais de *Sob Medida*¹¹:

(1) Se você crê em Deus // Erga as mãos para os céus // E agradeça // Quando me
cobiçou // Sem querer acertou // Na cabeça [...]

Podemos notar que o processo de autovalorização se mostra aí bem evidente. Estamos aqui em um registro amoroso lírico, *à la Tristão e Isolda*, por exemplo.

Ainda nos referindo a tais versos, lembramos Lacan: para o psicanalista francês, a mulher não faz amor sem palavras, “[...] é falando que se faz amor” (LACAN, 1985 p. 113). Se considerarmos que a voz que enuncia é uma voz que assume o gênero feminino, diremos então que ela se valoriza diante do objeto amado (ausente) e declara sua capacidade de fazê-lo feliz. Tal procedimento pertence, acreditamos, a uma espécie de retórica do amor. É sem dúvida o que vemos, quando essa mesma voz declara:

(2) [...] Sou bandida// Sou solta na vida // E sob medida // Pros carinhos seus //
Meu amigo // Se ajeite comigo // E dê graças a Deus [...]

Note-se, nos versos acima, que a autovalorização do sujeito enamorado começa a oscilar. Ele ousa revelar sua identidade de “bandida”. O que é uma “bandida”? Um ser marginal. E tal ser é feito “sob medida” para o outro. Logo, o outro deve ter também seu lado marginal, que lhe permitirá aceitar essa parceira para que o encontro amoroso se produza. Entramo-nos aí na

¹¹ Notamos que os versos destacados no corpo do texto foram por nós numerados (1, 2, 3 e 4), a fim de facilitar nossas explicações/interpretações.

dimensão especular do sujeito enamorado e em nossa segunda categoria discursiva amorosa. Aquele que ama constrói traços imaginários da semelhança ou, como diria a análise do discurso Semiolinguística, dirige-se a um *sujeito-destinatário* idealizado pelo enunciador dos versos. A semelhança, por sua vez, passa por gradações, e pode ir de uma semelhança entre gêneros (masculino e feminino) até uma semelhança pontual, localizada, como pode também apontar para outra afinidade, que é visível apenas para o *sujeito-enunciador* ou sujeito enamorado. A ênfase no reflexo do espelho continua, cada vez mais forte, nos versos que se seguem:

(3) Eu sou sua alma gêmea // Sou sua fêmea // Seu par, sua irmã // Eu sou seu incesto // Sou perfeita porque // Igualzinha a você // Eu não presto // Eu não presto [...]

Por meio de (3), o sujeito enamorado reforça sua identidade mirando-se no outro: daí os termos “alma gêmea”, “seu par” que apontam para algo lírico. Mas, o sujeito enamorado é surpreendente e, por isso mesmo é também irônico, pois quebra a expectativa do receptor de (3). Em vez de continuar sua escalada lírica empreende um movimento descendente. Tal movimento estaria, portanto, conforme ao que se espera de um amor marginal e completamente transgressivo, que afronta as regras sociais. Isso explicaria a presença dos termos “sua irmã” e “seu incesto”. Na verdade, tudo se passa como em um jogo do tipo em que várias palavras são reunidas e o jogador deve eliminar aquela que destoa das demais. No presente caso, temos termos que têm uma carga axiológica positiva e, logo, apontam para uma conclusão *p*; mas temos também outros não-positivos que apontam para uma conclusão *não-p*. Entre as duas conclusões a que aponta para *não-p* - logo, para a marginalidade dos amantes- parece-nos ser a mais forte, se seguirmos Machado (1995, p.144).

Em resumo, em nossa opinião, a imagem que o sujeito enamorado fornece de si, até agora, no que diz respeito ao registro da semelhança concerne à relação que ele faz do objeto do amor consigo mesmo, relação que foi constituída como uma escolha narcísica de um ser, em busca de complementaridade. E colocar-se como alguém que não presta é também colocar-se em posição de ser marginalizado.

Finalmente, a terceira categoria encontrada é a categoria da exceção. Se, de modo geral, encontramos em nossa cultura uma valorização que é feita em torno do amor ligado ao acesso cada vez mais fácil e sempre impulsionado ao

gozo, o *sujeito-enunciador* feminino aparece aqui como uma exceção. Acreditamos que, por não ser o que se poderia chamar de “mulher sem defeitos” dentro dos padrões convencionais da sociedade e da moral, a ela só resta se identificar ao homem amado, à sua marginalidade. Vejamos outros versos:

(4) Traíçoeira e vulgar // Sou sem nome e sem lar // Sou aquela // Eu sou filha da rua // Eu sou cria da sua // Costela// Sou bandida // Sou solta na vida // E sob medida // Pros carinhos seus // Meu amigo // Se ajeite comigo // E dê graças a Deus.

O *sujeito-enunciador* da voz feminina conclama então que *ela* seria uma exceção às santas, que são construídas pela moral e pelos bons costumes sociais, mesmo no século atual. No entanto, *ela* também não é a mulher sofisticada que vemos em belas revistas femininas como *Vogue* ou *Cosmopolitan*; *ela* é também uma exceção à tão propagada mulher multimídia dos séculos XX e XXI. Em suma, o *sujeito-enunciador* feminino de *Sob Medida* é nada mais nada menos que uma exceção.

No entanto, é enquanto lugar de exceção que tal sujeito pode amar e se fazer amado, na medida em que um dos signos do amor absoluto, presente em *Tristão e Isolda* e nas narrativas líricas do longínquo século XII francês, seria que os verdadeiros amantes deveriam dar tudo de si um ao outro e mesmo aquilo que não tinham: o impossível. Mas, ao mesmo tempo, a exceção foi concebida pelo Criador, já que ela adota a imagem de Eva e é sob essa imagem, a da mulher primeira, em sua originalidade, que ela se oferece a Adão.

Algumas palavras para concluir

O amor que se expõe em *Sob Medida* não é apenas uma declaração de amor feita por uma marginal dirigindo-se a outro marginal: mais que isso, é uma quase exigência do amor do outro. Mas a voz que declara seu amor e se expõe não é ingênua: ela sabe que, no outro, algo marginal também existe e palpita e é por isso que ele é amado e, talvez, possa também vir a amá-la, a *ela*, a sua costela de Adão, que afirma, em (2) ser “perfeita” (com suas qualidades transgressivas), pois foi feita sob medida para *ele*.

Ao construir a imagem de si no discurso e por meio dela estabelecer um contrato com seu eventual interlocutor, o sujeito enamorado constrói também (ou idealiza) a imagem do objeto amado. Assim, o *sujeito-destinatário*, aquele que é idealizado pelo *sujeito-enunciador*, não é o avesso

MACHADO, Ida Lucia; MIRANDA, Cássio Eduardo Soares. A imagem do sujeito enamorado na ótica da Análise do Discurso e da Psicanálise: um estudo de caso. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 39-55, dez.2015.

dele, mas apenas o seu espelho, no sentido de que ele é uma imagem recuperada da própria instância enunciativa. Dessa maneira, a estratégia de autovalorização através da desvalorização, surge como uma tentativa para trazer à cena o outro ausente.

Buscamos assim, desvelar no poema/letra de música algumas estratégias discursivas para a captação do outro – tanto o outro “ser de papel” (do mundo de ficção formado pela linguagem) como o outro *sujeito-interpretante* do mundo real.

Referências

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. São Paulo: DIFEL, 1959.

BAKHTINE, Mikhail. **La poétique de Dostoïevski**. Paris: Seuil, 1970.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours**. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. Locutivo (ato-). In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (Org.) **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p.254.

CHARAUDEAU, Patrick. Identité sociale et identité discursive. Un jeu de miroir fondateur de l’activité langagière. In: CHARAUDEAU, Patrick. (sous la direction de) **Identités sociales et discursives du sujet parlant**. Paris: L’Harmattan, 2009, p. 16-37.

FREUD, Sigmund. Contribuições à psicologia do amor I e II (1910, 1912). In: FREUD, S. **Edição Standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. Sobre narcisismo: uma introdução (1914). In: FREUD, S. **Edição Standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias à psicanálise (1917). In: FREUD, S. **Edição Standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

ISER, Wolfgang. **L’acte de lecture: théorie de l’effet esthétique**. Bruxelles: Mardaga, 1995.

MACHADO, Ida Lucia; MIRANDA, Cássio Eduardo Soares. A imagem do sujeito enamorado na ótica da Análise do Discurso e da Psicanálise: um estudo de caso. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 39-55, dez.2015.

JAUSS, Hans Robert. **A História da Literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

LACAN, Jacques. **O Seminário livro I: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

LACAN, Jacques. **O Seminário livro XX: mais ainda (1972/1973)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **O Seminário livro VIII: a transferência (1960)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. **O Seminário livro X: l'angoisse (1962/1963)**. Paris: Seuil, 2004.

MACHADO, Ida Lúcia. **Parodie et Analyse du Discours**. Paris: L'Harmattan, 2013.

MACHADO, Ida Lúcia. A ironia como fenômeno linguístico-argumentativo. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, FALE/UFMG, ano 4, v. 2, 1995, p. 143-155.

MACHADO, Ida Lúcia; MENDES, Emilia. A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. In: **Revista da ALED**, vol. 13 (2), 2013, p.7-20.

MIRANDA, Cassio Eduardo Soares. **A Bela e a Fera**. Rio de Janeiro: Editora Litteris, 2010.

MIRANDA, Cassio Eduardo Soares. **Abordagem do discurso amoroso na perspectiva da análise do discurso e da psicanálise**. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG, 2008.

MIRANDA, Cassio Eduardo Soares; MACHADO, Ida Lúcia. Romances de caráter pedagógico: retórica da perversão do signo. In: **Cadernos Discursivos**, Catalão/UFG, v.1, 2012, p.85-100.

MELLO, Renato de. A análise do discurso e suas interseções com a crítica literária. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William. (Org.) **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Col. NAD, FALE/UFMG, 2006, 287-298.

Anexo – Transcrição integral do poema/letra de música *Sob Medida*, de Francisco Buarque de Hollanda (1979)

Sob medida

Se você crê em Deus
Erga as mãos para os céus
E agradeça
Quando me cobiçou
Sem querer acertou
Na cabeça
Eu sou sua alma gêmea
Sou sua fêmea
Seu par, sua irmã
Eu sou seu incesto
Sou perfeita porque
Iguazinha a você
Eu não presto
Eu não presto

Traíçoeira e vulgar
Sou sem nome e sem lar
Sou aquela
Eu sou filha da rua
Eu sou cria da sua
Costela
Sou bandida
Sou solta na vida
E sob medida
Pros carinhos seus
Meu amigo
Se ajeite comigo
E dê graças a Deus

SÁTIRA E RETÓRICA

José Rodrigues Seabra Filhoⁱ

Resumo: Este artigo é uma análise da sátira como tipo de arte retórica desenvolvida quase como autêntica entre os antigos romanos; é também, por consequência, um estudo resumido da produção de dois dos principais poetas do latim literário, Horácio e Juvenal, nessa técnica literária. Focaliza o principal da arte argumentativa e do objetivo de cada um desses poetas. Apresenta ao final uma comparação quanto às características – mais humorísticas e zombeteiras em Horácio, mais moralistas em Juvenal – satírico-literárias propiciadas pelo ambiente político-social da Roma antiga.

Palavras-chave: Retórica satírica. Literatura latina. Horácio. Juvenal.

Abstract: This article is an analysis of satire as rhetorical art developed almost as authentic among the ancient Romans; it is also, consequently, a study summarized in the production of two literary Latin poets, Horace and Juvenal, in this literary technique. The focus is on the main of the argumentative art and on the objective of each of these poets. This article presents a comparison about the characteristics – more humorous and mocking in Horace, more moralistic in Juvenal – satirical and literary propitiated by ancient Rome's political and social environment.

Keywords: Satirical rhetoric. Latin literature. Horace. Juvenal.

ⁱ Doutor e Livre-Docente em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo (USP) e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ricklou@usp.br.

Introdução

Como tipo de arte retórica e gênero literário a sátira, que se define de modo geral como peça em versos na qual se atacam os erros e vícios das pessoas, pode ser considerada em parte criação original romana. Apesar da proclamação orgulhosa de Quintiliano [*satira quidem tota nostra* (X, 1, 93)], essa originalidade não é total, pois a sátira romana se formou com a combinação de dois aspectos provenientes da literatura grega: a invectiva pessoal e a filosofia moral. A palavra *satira* (ou *satura*) provavelmente provenha da expressão *satura lanx* (prato ou travessa cheia de ingredientes ou de legumes ou ainda de frutas diversas); a partir daí vem o sentido de composição literária com mistura de tópicos. Mas a forma *satura* por si só pode ser também substantivação do feminino do adjetivo *satur* (saturado), ou ainda plural substantivado da forma neutra desse adjetivo. Lucílio (séc. II a. C.) é considerado o criador do gênero tal como este se fixou na literatura latina. Na época de Augusto, Horácio retoma o gênero e o aperfeiçoa artisticamente. Já no século I d. C., Pérsio continua a tradição do gênero satírico e publica seis sátiras de objetivos morais. Por fim Juvenal (séculos I e II) publica dezesseis sátiras para principalmente criticar a decadência moral dos romanos de sua época. Em resumo: Lucílio: fixação da sátira como gênero literário autônomo, crítica aos costumes, ataques pessoais; Horácio: apuro na forma, perfeição composicional, conversações filosóficas; Pérsio: moralismo estoico, reforma dos costumes; Juvenal: pessimismo em relação à sociedade romana, assuntos universais. Também quanto ao tom satírico é possível considerar a influência da obra original do filósofo grego Menipo (século III a. C.). De Menipo o texto, hoje perdido, era mescla de prosa e verso e apresentava questões morais. Esse tipo de literatura – prosa mais poesia –, designado então como sátira menipeia, foi retomado em Roma no século I a. C. por Varrão na obra *Saturae Menippeae*, da qual só restam fragmentos (veja-se a propósito um trecho em Aulo Gélcio 1, 17, 4). Pode-se considerar ainda Petrônio, escritor contemporâneo de Pérsio e anterior a Juvenal, com o *Satiricon* (ou *Saturarum libri*), obra que no aspecto formal é um misto de novela e sátira menipeia.

I) Horácio

De Horácio dois são os livros de sátiras, intitulados *sermões* (conversações): o I publicado em aproximadamente 35 a. C., o II em 30 ou 29. As 18 sátiras horacianas são do tipo conversações literário-filosóficas e

contemplam assuntos diversos, conforme a regra do gênero satírico. Assuntos do primeiro livro: I, 1 sobre os que estão descontentes com sua sorte e invejam a sorte de outrem; I, 2 sobre ater-se a um meio termo e evitar o excesso; I, 3 opinião que cada qual tem de si mesmo; I, 4 sobre o gênero satírico; I, 5 sobre uma viagem com Mecenas; I, 6 sobre os que acusam de origem humilde o poeta; I, 7 discussão entre dois defensores em tribunal; I, 8 sobre feitiçarias; I, 9 sobre um importuno; I, 10 julgamento sobre Lucílio, valor do texto literário. Assuntos do segundo livro: II, 1 contra os críticos; II, 2 elogio da vida simples; II, 3 sobre loucuras humanas; II, 4 gastronomia; II, 5 testamentos; II, 6 elogio da vida campestre; II, 7 a liberdade como exclusiva do sábio; II, 8 um banquete ridículo. Embora de assuntos variados, é possível dividir essas peças todas em sátiras literárias (I, 4, I, 10 e II, 1), sátiras morais (I, 1, I, 6, I, 8, I, 9, II, 2 a 8) e sátiras lucilianas (I, 2, I, 3, I, 5, I, 7). Para exemplificação do livro I, podem servir a primeira e a última, analisadas a seguir.

A primeira sátira do primeiro livro apresenta o tema indicado já nos primeiros versos. Por técnica de composição de poema – e que aqui serve também como dedicatória –, Horácio dirige-se a Mecenas (I, 1, 1-3):

Qui fit, Maecenas, ut nemo, quam sibi sortem
seu ratio dederit seu fors obiecerit, illa
contentus uiuat, laudet diuersa sequentis?

[Que acontece, Mecenas, que ninguém, quão a si uma sorte ou a razão tenha dado ou o acaso tenha lançado diante, com ela viva contente, e louve a /sorte/ daquele que segue por /carreira/ diversa?]

Essa constatação passa a ser desenvolvida nos versos seguintes: não há limites para as riquezas, para a posse de bens; sempre difícil se apresenta a situação do avarento; nem convém ser avaro nem dissipador; há um meio termo (vv. 106-107):

est modus in rebus, sunt certi denique fines,
quos ultra citraque nequit consistere rectum

[há um meio termo nas coisas, são determinados afinal os limites além e aquém dos quais não se pode achar o que é correto].

Note-se aí que a ideia do correto (*rectum*) é a do bem moral, que só pode consistir num justo meio termo, numa justa medida, o *modus*. Equilíbrio de vida, entre evitar a exuberância e fugir da carência, em enfim não reclamar de sua sorte nem desejar a de outrem. Logo na primeira sátira, um tema recorrente em Horácio, uma visão de mundo que com maior ou menor evidência vai passar por outras peças, vai dar o tom da moral horaciana.

Quanto à sátira I, 10, trata-se de peça sobre literatura, a qual por isso mesmo e por ideias apresentadas sobre a composição literária pode ser considerada como um prefácio da também horaciana *Arte Poética*. De início uma crítica a Lucílio (I, 10, 1-3):

Nempe incomposito dixi pede currere uersus
Lucili. Quis tam Lucili fautor inepte est,
ut non hoc fateatur?

[Seguramente eu disse correrem com pé descomposto os versos de Lucílio. Qual partidário de Lucílio é tão inepto que não reconheça isso?]

A peça começa com o que é próprio do gênero: o ataque pessoal. Mais adiante, conselhos sobre a arte da composição de textos (I, 10, 9-14):

Est breuitate opus, ut currat sententia neu se
impediat uerbis lassas onerantibus auris,
et sermone opus est modo tristi, saepe iocoso,
defendente uicem modo rhetoris atque poetae,
interdum urbani, parcentis uiribus atque
extenuantis eas consulto.

[É necessário brevidade, para que a sentença corra e não se embarace com palavras que sobrecarregam as cansadas orelhas, e é necessário linguagem ora triste, muitas vezes jocosa, ora que defende a vez dum retor e dum poeta, algumas vezes dum urbano, que poupa as forças e as extenua de propósito.]

Os versos se estendem em críticas a Lucílio e em informações sobre a arte do texto (vv. 64-71):

Fuerit Lucilius, inquam,
comis et urbanus, fuerit limatior idem
quam rudis et Graecis intacti carminis auctor
quamque poetarum seniorum turba; sed ille,
si foret hoc nostrum fato delapsus in aeuum,
detereret sibi multa, recideret omne quod ultra
perfectum traheretur, et in uersu faciendo
saepe caput scaberet, uiuos et roderet unguis.

[Tenha sido Lucílio, digo, afável e urbano, tenha sido ele mesmo mais limado do que o rude autor de poema não tentado pelos gregos e do que a turba de poetas mais antigos; mas ele, se tivesse sido tombado por este destino para nosso tempo, apagaria para si muitas /palavras/, refaria tudo que ultrapassasse além do perfeito, e no verso que deve ser feito muitas vezes coçaria a cabeça, e roeria unhas vivas.]

A arte literária exige labuta e trabalho de revisão. E parece que Horácio já previa que até seu texto, assim aperfeiçoado, seria objeto de estudo (vv. 72-76):

Saepe stilum uertas iterum quae digna legi sint
scripturus neque te ut miretur turba labores
contentus paucis lectoribus. An tua demens

uilibus in ludis dictari carmina malis?
Non ego.

[Frequentemente o estilete voltas para escrever de novo as coisas que sejam dignas de ser lidas, e, contente com poucos leitores, não trabalhes para que te admire a turba. Acaso como um insensato preferirias teus poemas serem recitados em escolas de baixa qualidade? Não eu.]

No livro II, as sátiras 2 e 6 apresentam respectivamente elogio da vida simples com frugalidade, elogio da vida campestre com simplicidade. Viver com simplicidade é evitar o excesso (II, 2, 63-65):

Quali igitur uictu sapiens utetur, et horum
utrum imitabitur? Hac urget lupus, hac canis, aiunt.
Mundus erit qua non offendat sordibus, atque
in neutram partem cultus miser.

[Qual portanto meio de vida o sábio usará, e desses /do meio de vida sórdido e do frugal/ qual dos dois ele imitará? Por aqui um lobo ameaça, por ali um cão - dizem. Ele será asseado, tanto quanto não ofenda com sujidades, como também em nenhuma parte de seu aparato /ele será/ miserável.]

Daí, em manifestação pessoal, o elogio da mesa simples da propriedade rural do próprio Horácio (II, 6, 65-67):

O noctes cenaequae deum, quibus ipse meique
ante Larem proprium uescor uernasque procaces
pasco libatis dapibus!

[Ó noites e ceias divinas nas quais eu próprio e meus /amigos/ comemos, diante de um /deus/ Lar meu próprio, e a escravos domésticos e impertinentes eu alimento com as refeições as refeições restantes /da mesa!/]

Nesses dois trechos a visão da vida com simplicidade, da alimentação com frugalidade, dos prazeres proporcionados pela companhia dos seus e dos amigos, de um enfim meio termo entre a pobreza e a exuberância. O conceito da primeira *est modus in rebus* (I, 1, 106), ideal horaciano de vida, perpassa por uma e outra das demais sátiras. Ainda do livro II as sátiras 1, 3, 4, 5, 7 e 8 foram compostas em forma de diálogo entre o próprio Horácio e um amigo (1, 3, 4, 8), Horácio e seu escravo (7), e personagens mitológicas (Ulisses e Tirésias, sátira 5). A sátira 7 pode aqui exemplificar essas todas de diálogos. Horácio imagina uma conversação com seu escravo Davo. Para Davo, uma parte dos homens se alegra constantemente com seus vícios, outra parte ora se atém aos vícios ora ao que é correto (II, 7, 6-20). Horácio quer saber por que Davo diz isso; Davo expõe então toda a incoerência do seu dono, que fala sobre vida simples mas não a pratica (II, 7, 23-115). Sobre a frugalidade à mesa, por exemplo, sempre proposta por Horácio, Davo revela (II, 7, 29-35):

Si nusquam es forte uocatus
ad cenam, laudas securum holus ac, uelut usquam
uinctus eas, ita te felicem dicis amasque,
quod nusquam tibi sit potandum; iusserit ad se
Maecenas serum sub lumina prima uenire
conuiuum: “Nemon oleum feret ocius? etquis
audit?” Cum magno blateras clamore fugisque.

[Se por acaso em parte nenhuma foste chamado para cear, louvas /teu/ legume livre de inquietações, e como que a parte alguma vinculado vás, assim dizes e amas seres feliz, porque em nenhuma parte deverás beber; que Mecenas te haja convidado tarde para a casa dele, sob os lumes primeiros: “Acaso ninguém trará mais depressa o óleo? E então? Alguém está ouvindo?” Com grande clamor fazes uma gritaria, e foges /sem esperar/.]

A expressão *sub lumina prima* (sob os lumes primeiros) significa “no momento em que se acendiam as luzes”, isto é, “no começo da noite”; e *oleum* é o óleo que um escravo carregava para a candeia do dono. Mas quanto ao que diz o texto, fica evidente aí a contradição entre a mensagem horaciana exposta na sátira anterior (II, 6, 65-67) e a revelação agora do escravo. Parece que Horácio não conseguia seguir seus próprios preceitos. Por isso Davos diz então que seu dono é também escravo, mas escravo das paixões (II, 7, 80-82):

nempe
tu mihi qui imperitas alii seruis miser atque
duceris ut neruis alienis mobile lignum
[certamente tu que me dás ordens, /tu/, infeliz, és também comandado por
escravos de outro /dono/, como lenho móvel por cordas de outrem],
e daí expõe conceito conhecido da moral estoica (II, 7, 83-85):
Quisnam igitur liber? sapiens sibi qui imperiosus,
quem neque pauperies neque mors neque uincula terrent,
responsare cupidinibus, contemnere honores.

[Quem pois é livre? o sábio, a quem nem a pobreza nem a morte nem as cadeias aterrorizam, e que é cheio de domínio sobre si mesmo para resistir às paixões, para desprezar as honrarias.]

Após o discurso de Davo, no final da sátira, Horácio intervém, e o diálogo fica cômico (II, 7, 116-118):

HO. – Vnde mihi lapidem?
DA. – Quorsum est opus?
HO. – Vunde sagittas?
DA. – Aut insanit homo aut uersus facit.
HO. – Ocius hinc te
ni rapis, accedes opera agro nona Sabino.

[HO. – Onde para mim uma pedra?
DA. – Para que finalidade?
HO. – Onde umas flechas?
DA. – Ou o homem ficou louco, ou faz versos.

HO. – Se não te arrancas mais depressa daqui, irás para os trabalhos da nona hora no campo Sabino.]

Como a sátira se define como peça em que o autor ataca os erros e vícios, tem-se aí então o máximo em poema satírico: o poeta que ri de si mesmo e de sua própria incoerência.

II) Juvenal

Em sequência cronológica, depois de Horácio, sobressai no gênero satírico Juvenal que em suas 16 sátiras trata principalmente de questões de moral: censura, em tom de indignação, os vícios; mostra-se contra o sexo, o dinheiro, o estrangeiro; acusa, com o objetivo de corrigir, os costumes dos romanos. A sátira I *cur satiras scribat* [por que /Juvenal/ escreveria sátiras] trata da vocação do poeta satírico, que é aí bem determinada:

Cum tener uxorem ducat spado, Mevia tuscum
figat aprum et nuda teneat uenabula mamma,
patricios omnis opibus cum prouocet unus
quo tondente grauis iuueni mihi barba sonebat,
cum pars Niliacae plebis, cum uerna Canopi
Crispinus Tyrias umero reuocante lacernas
uentilet aestiuum digitis sudantibus aurum
nec sufferre queat maioris pondere gemmae,
difficile est saturam non scribere

[Quando um amaciado eunuco se casa, Mévia transpassa um javali etrusco e com a mama despida segura venábulos, quando um único com riquezas provoca a todos os patrícios, um pelo qual a barba pesada a mim, jovem, fazia ruído rapando-a ele, quando uma parte da plebe do Nilo, quando o escravo de Canopo Crispino ao ombro aplicando lacernas tírias exhibe ouro estivo em dedos transpirantes e não é capaz de suportar os pesos de uma joia maior, é difícil não escrever sátira – I, 22-30].

Percebe-se já nesta primeira sátira o que vai perpassar pelas demais. Pela arte, pela poesia satírica, Juvenal tenciona acusar para corrigir a sociedade romana; tal o objetivo do poeta satírico. Assim na sátira I temos o “programa” de Juvenal. A sátira II é contra os hipócritas, contra os pretensos filósofos que censuram os costumes mas estão eles mesmos mergulhados nos piores vícios; a III *Vrbis incommoda* (incômodos da cidade), sobre a dificuldade de viver em Roma; a IV sobre a intemperança e tolice dos nobres; a V *parasiti*, sobre os parasitas da sociedade. As cinco primeiras constituem o primeiro livro de sátiras de Juvenal. O segundo livro apresenta apenas a sátira VI *mulieres*,

sobre os vícios das mulheres, a mais longa da série, com pouco mais de 650 versos. Nela o poeta ataca antes de tudo a falta de pudor da sociedade:

Credo Pudicitiam Saturno rege moratam
in terris uisamque diu, cum frigida paruas
praeberet spelunca domos ignemque Laremque
et pecus et dominos communi clauderet umbra,
siluestrem montana torum cum sterneret uxor
frondibus et culmo uicinarumque ferarum
pellibus, haut similis tibi, Cynthia, nec tibi, cuius
turbauit nitidos extinctus passer ocellos,
sed potanda ferens infantibus ubera magnis
et saepe horridior glandem ructante marito

[Creio ter-se demorado nas terras no tempo do rei Saturno e ter sido vista durante muito tempo a Pudicícia, enquanto a fresca caverna fornecesse pequenas casas, e sombra comum encerrasse o fogo juntamente com os deuses Lares e também o rebanho e seus donos, enquanto a esposa pelas montanhas estendesse leito silvestre com folhagens e colmo e peles dos animais selvagens das vizinhanças, não semelhante a ti, ó Cíntia, nem a ti, cujos brilhantes olhinhos um pardal morto turbou, mas ela carregava os peitos que haviam de ser mamados por bebês robustos – e era frequentemente mais repugnante que o marido que espectorava uma bolota – VI, 1-10].

O poeta ataca então as mulheres: censura nelas a impudência e os vícios, observa não existir mais a antiga castidade das romanas:

faciunt grauiora coactae
imperio sexus minimumque libidine peccant

[coagidas pelo império de seu sexo, elas cometem crimes mais graves, e o menos que procedem mal é pela libido – VI, 134-135].

O terceiro livro apresenta as três sátiras seguintes. A sátira VII, sobre um assunto que é também atual: a pobreza dos homens de letras (*litteratorum egestas*). De início o tom amargo (vv. 1-7):

Et spes et ratio studiorum in Caesare tantum:
solus enim tristes hac tempestate Camenas
respexit, quum iam celebres notique poetae
balneolum Gabiis, Romae conducere furnos
tentarent; nec foedum alii, nec turpe putarent
praecones fieri; quum desertis Aganippes
uallibus esuriens migraret in atria Clio.

[Tanto a esperança como a razão dos estudos em César apenas: só ele com efeito neste tempo voltou os olhos para as tristes Camenas, quando já célebres e conhecidos poetas tentassem conduzir banheiros em Gábios, fornos em Roma; e outros nem feio nem torpe julgassem o tornar-se pregoeiros; quando Clio, abandonados os vales de Aganipe, esfomeante migrasse para os átrios /dos ricos/.]

Início até sarcástico. Em outras palavras, uns poetas, mais famosos, acabam na profissão de banhistas - na época qualquer cidade tinha sua piscina pública, e assim também Gábios, na região do Lácio -, ou de padeiros; outros, na de leiloeiros. Essa maneira de rir da própria atividade de poeta estende-se para os vários ramos da literatura: o da história, o da oratória, o da gramática etc. Nenhum escapa; cada gênero literário representa, para quem o cultiva, pobreza. Para os amantes das letras, a situação parece pois sem solução (vv. 50-52):

Nam, si discedas, laqueo tenet ambitiosi
consuetudo mali; tenet insanabile multos
scribendi cacoethes, et aegro in corde senescit.

[Pois caso te afares, por um laço te retém o costume de um ambicioso mal: retém insanavelmente a muitos o cocoete do escrever, e num coração doente envelhece.]

A sátira VIII *nobiles* (os nobres), sobre a verdadeira nobreza, que é pessoal e vem da virtude de cada um; a IX, em forma de diálogo, tem por título *cinaedi et pathici* (depravados e passivos), sobre a devassidão e as baixezas de Roma. O quarto livro apresenta: sátira X *uota* (os votos), sobre a loucura da maior parte dos votos que os homens dirigem aos deuses; XI *mensae luxus* (o luxo da mesa), sobre gastronomia; XII a respeito do retorno de um amigo. O quinto livro apresenta: sátira XIII, em que o poeta tenta acalmar um amigo irritado por lhe terem retido um depósito; XIV, sobre o exemplo que os filhos pegam dos pais, sobre a educação; XV *superstitio*, sobre superstições egípcias; XVI *militiae commoda*, sobre as vantagens de seguir a carreira de soldado. Estúltima sobrou incompleta, com 60 versos.

Vê-se pelo resumo acima que as questões são na maioria das vezes de interesse universal. Interessado pelas questões sociais, Juvenal parece bem intencionado em seu moralismo. Ao atacar a sociedade romana, ele age como visionário: vê o povo bestializado pelas paixões, e percebe que isso levará a sociedade à destruição. Daí a indignação do poeta voltada contra os espertos, os corruptos que viviam em Roma: *quid Romae faciam? mentiri nescio* [que farei em Roma? não sei mentir – III, 41]. O tom de indignação que perpassa pelas sátiras já havia sido determinado de início, logo na primeira: *si natura negat, facit indignatio uersus* [se a natureza nega, a indignação faz versos – I, 79]. Daí se entende também a crítica à população romana quando esta, tendo perdido o interesse por política, só desejava *panem et circenses* [pão e espetáculos circenses – X, 81], e se entende então a preocupação com a

educação do futuro cidadão: *maxima debetur puero reuerentia* [deve-se a máxima reverência à criança – XIV, 47].

Considerações finais

A arte de falar bem e de escrever bem e de argumentar bem – a retórica clássica originária da Grécia antiga – sobressai igualmente na produção dos poetas romanos analisados. Deve-se considerar no entanto que no texto em geral das sátiras dos dois poetas há diferenças de conteúdo e conseqüentemente de objetivo. Em Horácio senso humorístico, visão zombeteira mas sem cólera ou desprezo, sem denúncia contra os vícios dos homens ou contra as injustiças da sociedade; em Juvenal, ao contrário, indignação, denúncia, visão negativa dos homens e dos costumes sociais. O comportamento humano é motivo para Horácio rir, e para Juvenal escandalizar-se; nas sátiras deste registram-se as causas do poderio de Roma, mas também, principalmente, de sua decadência. Como um vate, Juvenal prevê que a salvação da sociedade em que ele vive está na educação (*Sat. XIV, 44-47*):

Nil dictu foedum uisuque haec limina tangat
intra quae puer est. Procul hinc, procul inde puellae
lenonum, et cantus pernoctantis parasiti.
Maxima debetur puero reuerentia.

[Que nada imundo por palavra ou por visão toque esses portais entre os quais está a criança. Longe dali, longe desse lugar as moças dos alcoviteiros e os cantos do parasita que pernoita. A máxima reverência se deve à criança.]

Preocupação social típica do texto de Juvenal. Nas sátiras de Horácio não se vai achar algo semelhante. Horácio se mostra como homem de sociedade, preocupado sim com os compatriotas, mas no sentido de transmitir-lhes regras do bem viver, da moderação, do bom senso. Assim se entende seu próprio exame de consciência (*Serm. I, 4, 134-139*):

“Rectius hoc est;
hoc faciens uiuam melius; sic dulcis amicis
occurram; hoc quidam non belle; numquid ego illi
imprudens olim faciam simile?” haec ego mecum
compressis agito labris. Vbi quid datur oti,
inludo chartis.

[“Isto é mais correto; fazendo aquilo eu viveria melhor; assim eu me apresentaria doce aos amigos; nisto aquele tal não age belamente; acaso eu, imprudente, algum dia o imitarei?” Essas palavras eu comigo exercito,

comprimidos os lábios. Logo que algo de lazer me é dado, recreio-me /em lançar essas ideias/ sobre folhas de papel.]

Eis aí a contribuição social de Horácio: não o escândalo e indignação por causa dos vícios, mas só a procura do bom senso e do saber viver, que cada um pode proporcionar a si mesmo. E é esse “viver bem e moderadamente” que vai significar conseqüentemente viver de maneira útil e proveitosa aos demais.

Referências

AULO GÉLIO. **Noites Áticas**. Tradução e notas de José Rodrigues Seabra Filho. Londrina: EDUEL, 2010.

HORACE. **Oeuvres d'Horace**. T. II *Satires* (éd. F. Villeneuve). Paris: Les Belles Lettres, 1932.

JUVÉNAL. **Satires**. éd. P. de Labriolle et F. Villeneuve. Paris : Les Belles Lettres, 2001.

ANÁLISE DE UMA REDAÇÃO NOTA MIL DO ENEM 2012: O MODO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO ARGUMENTATIVO E O EMPREGO DOS ARTICULADORES TEXTUAIS

Maria Isabel Soares Oliveiraⁱ
Ana Lúcia Tinoco Cabralⁱⁱ

Resumo: O artigo aborda a produção textual argumentativa, entendendo que ela retrata uma organização planejada conforme as intenções de dizer do produtor na defesa de um ponto de vista. Tendo como base teórica a Linguística Textual de abordagem sócio-interacional cognitiva, o trabalho analisa uma redação nota mil (1000) resultante da proposta do ENEM 2012, focalizando o modo de organização argumentativo (CHARAUDEAU, 2008) e os articuladores textuais empregados, enquanto estratégias que marcam a direção argumentativa (KOCH, 2009 e 2012; CABRAL, 2010). Inicialmente, apresenta a produção textual no contexto do ENEM (BRASIL, 2013); em seguida, expõe o modo de organização do discurso argumentativo postulado por Charaudeau (2008), dialogando com os articuladores textuais (KOCH, 2009 e 2012; CABRAL, 2010); finalmente, apresenta a análise dos articuladores textuais. A análise indica que o produtor organizou o seu dizer argumentativo e utilizou os articuladores textuais de forma a direcioná-los ao objetivo visado.

Palavras-chave: Produção textual. Modo de organização argumentativo. Articuladores textuais. ENEM.

Abstract: This paper approaches the argumentative textual production understanding that it portrays a planned organization according to the producer saying intentions defending a viewpoint. Having as a basis on the Textual Linguistics of socio-interactional and cognitive approach, this work analyzes an outstanding score in composition (1000), that outcomes from the ENEM 2012 proposal, focusing the way of argumentative organization (CHARAUDEAU, 2008) and the textual articulators put as strategies that mark the argumentative direction (KOCH, 2009 e 2012; CABRAL, 2010). At first, it shows the ENEM textual organization (BRAZIL, 2013); then, it exposes the way of argumentative discourse organization postulated by Charaudeau (2008), dialoging with the textual articulators; finally, it presents the analysis of the textual articulators by (KOCH, 2009 e 2012; CABRAL, 2010). The analysis indicates that the producer arranged their argumentative saying and used the textual articulators in order to direct them to the aimed objective.

Keywords: Textual production. Way of argumentative organization. Textual articulators. ENEM.

ⁱ Mestranda em Linguística pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). E-mail: isa.oliver@hotmail.com.

ⁱⁱ Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e docente do Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). E-mail: altinococabral@gmail.com.

Introdução

Sendo a produção textual um problema discutido na Linguística de Texto e nas práticas de ensino e aprendizagem, interessamo-nos especialmente pelo modo de organização argumentativo e pelos articuladores textuais, compreendendo-os como estratégias linguísticas que direcionam a produção argumentativa e, conseqüentemente, a compreensão textual. Desse ponto de vista, o modo de organização argumentativo mantém forte relação com os articuladores textuais empregados pelo produtor na tessitura do texto, tanto como “pistas” na defesa da tese quanto como direcionamento do tipo de argumento sustentado. Partindo dessas considerações, analisamos uma redação que alcançou a nota mil (1000) na proposta do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – 2012; nosso objetivo é analisar esse texto focalizando esses dois fenômenos e a contribuição que eles fornecem para o dizer argumentativo do participante.

As análises fundamentam-se na Linguística Textual de abordagem sócio-interacional cognitiva em diálogo com a proposta de Charaudeau (2008) quanto ao modo de organização argumentativo, destacando, com Koch (2011 e 2012) e Cabral (2010), a importância dos articuladores textuais para o processo coesivo e argumentativo do texto.

Assim, além desta introdução e da conclusão, o presente texto apresenta três (3) partes. A primeira aborda a perspectiva adotada relativamente à produção textual no ENEM; a segunda trata brevemente do modo de organização argumentativo proposto por Charaudeau (2008) e dos articuladores textuais; e a terceira traz as análises, que retomam e aplicam os conceitos abordados.

1 A Produção textual no contexto do ENEM

Na perspectiva da Linguística Textual de abordagem sócio-interacional cognitiva, a produção de texto é vista como uma atividade de construção de sentidos e sua organização deve refletir um modo de expressão que, por sua vez, retrata a interação verbal entre o conhecimento prévio e cultural, o desenvolvimento das capacidades cognitivas e o domínio linguístico-textual do produtor. Todos esses conhecimentos normalmente participam do planejamento textual, tendo em vista o objetivo almejado pelo produtor.

Desse ponto de vista, o estudo da Língua Portuguesa na escola deve orientar-se para uma reflexão sobre o uso da língua na vida e na sociedade, conforme afirmam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

O caráter sócio-interacionista da linguagem verbal aponta para uma ação metodológica de verificação do saber linguístico do aluno, como ponto de partida para a decisão daquilo que será desenvolvido, tendo como referência o valor da linguagem nas diferentes esferas sociais (BRASIL, 1999, p. 139).

Esse caráter sócio-interacional da linguagem verbal aliado ao saber linguístico adquirido no processo de ensino-aprendizagem estabelece, no ensino médio, perspectivas de conhecimento cultural requerido à defesa consistente de um ponto de vista. Tal possibilidade advém do período de estudo em que os alunos desenvolvem, dentre outras atividades, o de confrontar e defender opiniões e pontos de vista de forma coerente em determinado contexto. Esses atos são pensados para conduzir a uma reflexão de forma consciente, mesmo que momentânea, sobre a postura assumida frente a temas considerados polêmicos; é o que sustentam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A opção do aluno por um ponto de vista coerente, em situação determinada, faz parte de uma reflexão consciente e assumida, mesmo que provisória. A importância de liberar a expressão da opinião do aluno, mesmo que não seja a nossa, permite que ele crie um sentido para a comunicação do seu pensamento. Deixar falar/escrever de todas as formas, tendo como meta a organização dos textos. (BRASIL, 1999, p. 143).

Na esfera social de cidadão crítico e reflexivo, o produtor usará a palavra escrita publicamente de forma ética, estética e responsável. No caso das redações, esse produtor está inserido num contexto sócio-cultural da produção textual argumentativa, que deverá ser marcado pelo entendimento do uso da língua, considerando o conhecimento dos recursos e das estratégias argumentativas requeridas na construção do texto, conforme assinala o texto das Orientações Curriculares para o Ensino Médio.

O aluno deverá passar a lidar com situações de interação que se revestem de uma complexidade que exigirá dele a construção de saberes relativos ao uso de estratégias (linguística, textual e pragmática) por meio das quais se procura assegurar a autonomia do texto em relação ao contexto de situação imediato (BRASIL, 2006, p. 33).

Deve-se considerar que, desde 1998, foi construída uma dimensão compreensiva que orienta a produção e a recepção do texto dissertativo-argumentativo no ENEM¹, e não se pode perder de vista a complexidade do domínio linguístico exigido nessa produção textual. Ela está inserida num exame, cujo principal objetivo é avaliar o desempenho do aluno ao término da educação básica, inclusive quanto ao desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Nesse exame, a prova de redação tem uma característica que a difere das demais: o candidato deve propor uma solução para um problema apresentado numa proposta temática. Essa proposta, desde 1998, tem versado sobre um assunto político, social ou cultural da atualidade. Assim, por exemplo, em 2012, a temática foi *O movimento migratório para o Brasil no século XXI*. Ela continha textos motivadores e a seguinte orientação:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (BRASIL, 2013, p. 24).

Podemos observar que a proposta direciona o produtor a rever os conhecimentos prévios, tanto de ordem linguística (norma padrão da língua) quanto culturais (temática). Além disso, ela exige que ele situe socialmente o texto a ser produzido quanto a aspectos como: de qual ponto de vista o candidato escreve, para qual destinatário, com que intenção, que percurso de organização deve seguir, quais escolhas linguísticas deve operar, que grau de formalização é exigido no contexto em que está usando a linguagem. Esses aspectos servem de base ao desenvolvimento de uma produção argumentativa que objetiva ser persuasiva relativamente à opinião que defende, tendo claro, ainda, que o produtor será avaliado por seu texto.

Para auxiliar na construção da argumentação adotada no ENEM, desde 2012, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -

¹ Exame Nacional do Ensino Médio, doravante (ENEM). Trata-se de uma idealização, concretização e realização do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (INEP), autarquia do Ministério da Educação (MEC) que permitiu a consolidação de um modelo de avaliação de desempenho por competência, oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio, tendo como referência principal a articulação entre o conceito de educação básica e o de cidadania, tal como definido nos textos constitucionais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96. Textos Teóricos e Metodológicos: ENEM. Brasília-DF (BRASIL, 2009: p. 5)

INEP - disponibilizou o “Guia do Participante: A redação no Enem 2012”, e tomou como modelo explicativo textos que alcançaram a nota mil (1.000) em 2011; o guia passou por uma revisão em 2013 e trouxe análises de redações nota mil (1.000) do Exame de 2012.

O “Guia do Participante: A redação no Enem 2013” explicita a estrutura dissertativo-argumentativa a ser produzida, chamando a atenção para o fato de que os conhecimentos nas competências avaliativas devem ter sido adquiridos ao longo da escolaridade. “Nessa redação você deverá desenvolver uma tese, apoiada em argumentos consistentes estruturados de forma coerente e coesa” (BRASIL, 2013, p. 9). Esses argumentos, de acordo com as orientações do guia, devem ser evidenciados ao longo do desenvolvimento do texto e, quanto à estrutura, compor-se de: tema, tese, argumentos e proposta de intervenção.

Ainda segundo o guia, a redação deverá atender às exigências de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo, combinando dois princípios de estruturação: apresentar um tema desenvolvido com justificativas comprovadas e conclusão e utilizar estratégias argumentativas para expor o problema e detalhar os argumentos utilizados.

Argumento – É a justificativa utilizada por você para convencer o leitor a concordar com a tese defendida. Estratégias Argumentativas – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor: exemplos; dados estatísticos; pesquisas; fatos comprováveis; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; alusões históricas; e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos (BRASIL, 2013, p.7).

Seguindo essas matrizes de referência, Brasil (2013) disponibiliza orientações quanto ao processamento da compreensão de cada uma das cinco competências empregadas na pontuação avaliativa do texto. Destacamos a competência três (3), que determina “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista” (BRASIL, 2013, p. 8); e a competência quatro (4), que estabelece “Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação” (BRASIL, 2013, p. 8). Entendemos que articular uma informação a outra, um argumento a outro, uma marca linguística a outra, uma direção argumentativa a outra implica ter conhecimentos sobre a temática, para fazer escolhas de acordo com critérios de sentido claramente definidos, e sobre a língua, para eleger as estratégias

linguísticas mais adequadas à defesa dos argumentos, desde a seleção lexical até os conectores argumentativos. Ao relacionar a escolha de um argumento a outro na defesa de uma tese, por exemplo, o produtor deve estabelecer uma conexão entre as escolhas feitas a fim de expandir a construção do sentido do texto de forma coesa e coerente. Essa construção de sentido de forma organizada direciona produtor/leitor ao caminho utilizado na defesa do objetivo visado. Nesse sentido, as competências citadas dialogam diretamente com a produção textual argumentativa, tanto no que diz respeito ao modo de organização como do ponto de vista do emprego dos articuladores textuais.

Não são banais os conhecimentos exigidos, tanto que, de acordo com dados divulgados pelo INEP, segundo levantamento do Ministério da Educação, 25,4% das redações do Enem de 2012 receberam notas médias entre 400 e 499 pontos e apenas 1,1% dos concorrentes passou dos novecentos (900) pontos. Em 2013, dos mais de cinco milhões de textos corrigidos, apenas 481 participantes, tiveram nota mil. Em 2014, 5,9 milhões de redações foram corrigidas, e apenas 250 participantes alcançaram a nota máxima de 1.000 pontos. São, portanto, poucas as redações que alcançam a nota máxima de duzentos (200) pontos em cada uma das cinco competências, o que permitiria alcançar a nota mil.

Acreditamos que o modo de organização do discurso argumentativo proposto por Charaudeau, relacionado aos articuladores textuais argumentativos, conceitos que desenvolveremos no próximo item, pode constituir um caminho possível para a proficiência na produção textual argumentativa. Assim, teoria e prática em diálogo procuram apontar, neste artigo, um caminho consciente de uso social da língua pelo produtor textual, que deve adequar o conhecimento linguístico ao contexto público no qual se utiliza a linguagem verbal.

2 O modo de organização argumentativo e os articuladores textuais de orientação argumentativa

O viver em sociedade exige uma interação na qual o ser humano necessita influenciar e /ou convencer o semelhante à adesão de um ponto de vista. Essa interação “envolve mais do que simplesmente informação, envolve, sobretudo alguma forma de ação sobre o outro” (CABRAL, 2010, p. 10).

Nesse contexto, a argumentação ocupa lugar de destaque visto que a linguagem é tida como uma ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, o que exige a utilização de estratégias conscientes para a organização do processo de produção textual. É também esse o ponto de vista de Charaudeau, que define a argumentação como uma “relação triangular entre: um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo” (CHARAUDEAU, 2008, p. 205).

Ao relacionarmos as exigências da prova de Redação do ENEM com os postulados de Charaudeau, *a proposta sobre o mundo* é ponto em comum, pois esse autor sustenta que, para haver argumentação, é necessário que haja “uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento em alguém quanto à sua legitimidade (um questionamento quanto à legitimidade da proposta)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 205).

O sujeito argumentante em Charaudeau, na redação do ENEM, constitui o próprio estudante que passa pelo exame, o participante. A respeito do sujeito argumentante, o pesquisador postula ser necessário que exista:

Um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples aceitabilidade ou de uma legitimidade) quanto a essa proposta (CHARAUDEAU, 2008, p. 205).

O produtor da redação necessita, como sujeito argumentante, ter conhecimentos sobre a proposta temática a ser escrita, pois é desse lugar que ele planejará o seu dizer intencional de modo organizado a fim de persuadir o leitor do seu texto, levando-o a avaliar positivamente a redação. Esse leitor será “um outro sujeito que, relacionado com a mesma proposta, questionamento e verdade, constitua-se no alvo da argumentação” (CHARAUDEAU, 2008, p. 205). Em suma, o sujeito-alvo do participante do exame do ENEM é o avaliador, a quem o sujeito argumentante deseja, acima de tudo, convencer de que seu texto atende adequadamente à solicitação da proposta da prova.

Partindo então de “uma proposta sobre o mundo” (CHARAUDEAU, 2008, p. 205), o sujeito que argumenta necessita de um projeto de dizer para dirigir-se ao sujeito-alvo da argumentação esperando persuadi-lo duplamente: sobre seu ponto de vista sobre o tema e sobre a adequação de sua escrita. O sujeito-alvo pode, no entanto, *aceitar* (ficar a favor) ou *refutar* (ficar contra) a

argumentação. Tal processo de intenção do dizer no modo argumentativo exige do produtor um saber vivenciado sobre a proposta de mundo. Esse saber é operacionalizado pelas capacidades de raciocínio dos produtores textuais e, ao se materializar linguisticamente na escrita, expressa o modo de organização discursivo combinado. Por isso, argumentar é entendido como uma capacidade de reflexão e compreensão no alcance de um objetivo visado:

Argumentar é uma atividade que inclui numerosos procedimentos, mas o que distingue esses procedimentos daqueles de outros modos de discurso é precisamente o fato de que se inscrevem numa finalidade racionalizante e fazem o jogo do raciocínio que é marcado por uma lógica e um princípio de não contradição (CHARAUDEAU, 2008, p. 207).

O raciocínio lógico não contraditório contido no texto reflete uma combinação de componentes diferentes com finalidade de persuasão. Esse texto poderá apresentar-se sob forma dialógica (argumentação interlocutiva), escrita ou oratória (argumentação monolocutiva), e é nesse quadro que poderão ser utilizadas as expressões “desenvolver uma boa argumentação”, “ter bons argumentos”, “bem argumentar” (CHARAUDEAU, 2008, p. 207).

Nesse sentido, o modo de organização do discurso argumentativo tem por “função permitir a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo (quer essas asserções tratem de experiência ou de conhecimento) numa dupla perspectiva de razão demonstrativa e razão persuasiva” (CHARAUDEAU, 2008, p. 207). A razão persuasiva, por exemplo, tem o movimento argumentativo baseado “num mecanismo que busca estabelecer a prova com a ajuda de argumentos que justifiquem propostas a respeito do mundo e as relações de causalidade que unem as asserções umas às outras” (CHARAUDEAU, 2008, p. 208). Na organização dessas relações argumentativas, estão presentes os elementos de base da relação argumentativa e modos de encadeamento.

Toda relação argumentativa se compõe de pelo menos três elementos: uma asserção de partida (dado, premissa), uma asserção de chegada (conclusão, resultado), e uma (ou várias) asserção de passagem que permite passar de uma a outra (inferência, prova, argumento) (CHARAUDEAU, 2008, p. 209).

Dentre os procedimentos que contribuem para validar a argumentação estão os que utilizam as *categorias linguísticas* com o objetivo de produzir certos efeitos de discurso. São os procedimentos discursivos:

Consistem em utilizar ocasionalmente ou sistematicamente certas categorias de língua ou procedimentos de outros Modos de organização do discurso, para no âmbito de uma argumentação, produzir certos efeitos de persuasão, principalmente a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa, a reiteração e o questionamento (CHARAUDEAU 2008, p. 236).

No âmbito da argumentação, a comparação é utilizada para reforçar a prova de uma conclusão ou de um julgamento, produzindo um efeito pedagógico (comparar para ilustrar e fazer compreender melhor) quando a comparação é objetiva; ou um efeito de ofuscamento (desviar a atenção do interlocutor para um outro fato analógico que, por ser semelhante ao outro, impede que se examine a validade da prova) quando a comparação é subjetiva (CHARAUDEAU, 2008, p. 237).

Quanto ao modo de encadeamento, do ponto de vista do seu fundamento, ele é definido por Charaudeau como “uma relação de causalidade. É normal que as relações lógicas pertencentes às categorias da implicação e da explicação sejam destinadas a expressá-las” (CHARAUDEAU, 2008, p. 209).

Vale ressaltar que a ideia de encadeamento lógico de Charaudeau dialoga com as contribuições de Koch (2011; 2012) e Cabral (2010) desenvolvidas a partir da análise dos conectores (conjunções e alguns advérbios com a função de estabelecer a conexão entre os enunciados). Essas contribuições são propostas com base na Teoria da Argumentação na Língua – ADL - de Oswald Ducrot, para quem os conectores deixaram de ser vistos apenas como elementos de ligação como nas gramáticas tradicionais, e passaram a ser vistos “como uma palavra de ligação e de orientação, isto é, que articula as informações e os argumentos de um texto” (CABRAL, 2010, p. 86). Nesse sentido, “a argumentação é um traço constitutivo de numerosos enunciados, [...] para com eles orientar nosso interlocutor em direção a certo tipo de conclusão” (CABRAL, 2010, p. 16).

Os articuladores argumentativos, no dizer de Cabral, denominados operadores argumentativos em Koch, são “responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando-os em textos e determinando a sua orientação discursiva” (KOCH, 2012, p. 33). Essa autora apresenta uma sequência de operadores, explicando as direções argumentativas para as quais eles podem apontar nos enunciados.

Assinalam o argumento mais forte: até, mesmo, até mesmo, inclusive. Somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: e, também, ainda, nem (= e não), não só... mas também, tanto...como, além de..., além disso..., a par de... etc. Estabelecem relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão: mais que, menos que, tão...como, etc. Introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior: porque, que, já que, pois, etc. Introduzem no enunciado, conteúdos pressupostos: já, ainda, agora, etc., dentre outros (KOCH, 2012, p. 31-38).

Com base nesses ensinamentos, defendemos, com Koch (2012) e com Cabral (2010), a importância dos articuladores textuais para a prática de escrita argumentativa, dado que eles “nos fornecem elementos úteis para a produção textual, pois mostram possibilidades de escolhas linguísticas eficazes para conferir maior força argumentativa a nossos textos”. (CABRAL, 2010, p. 139). Logo, o emprego dos conectores direciona para o valor argumentativo, constituindo estratégia linguística de argumentação, sendo, portanto, importante instrumento para a produção de textos, uma vez que nossas escolhas linguísticas determinam a maior ou menor força argumentativa de nossos discursos.

3 Análise de uma redação nota 1000

O quantitativo de notas baixas nas redações do ENEM retrata as dificuldades que os participantes encontram na produção de textos argumentativos. Compreendemos que o sucesso na produção do texto resulta de uma série de recursos empregados pelo produtor, cujo objetivo é defender um ponto de vista, o que exige dele iniciativas estratégicas que permitam a organização dos argumentos e, conseqüentemente, a realização de sua intenção de dizer. Trata-se do contato com um “saber que tenta levar em conta a experiência humana, através de certas operações do pensamento” (CHARAUDEAU, 2008, p. 201).

A fim de analisar o modo de organização argumentativo e a direção argumentativa oriunda do emprego dos articuladores textuais, selecionamos, a título de exemplificação, uma redação *dissertativo-argumentativa* resultante da proposta do ENEM 2012 que alcançou a nota mil (1.000), constante no Anexo I, p. 19. Procuramos contemplar os articuladores textuais em dois (2) parágrafos que compõem o desenvolvimento da redação analisada, apontando o que eles indicam relativamente ao modo de organização

argumentativo, tanto no que diz respeito à exposição e explicação da opinião defendida pelo produtor quanto no que diz respeito às explicações justificadas em prol dos argumentos apresentados.

A partir do tema proposto “O movimento migratório para o Brasil no século XXI”, o produtor intitulou a redação, *Imigração no Brasil: resolver para poder crescer*. O ponto de vista frente à imigração para o Brasil no século XXI é que ela constitui um fenômeno cultural positivo apesar de desafiador sócio e economicamente. É desse lugar que ele defende a sua tese, conforme podemos observar no excerto (1) a seguir:

(1) O Brasil enfrenta um grande desafio social e econômico ao receber tantos imigrantes na atualidade, e o governo deve interferir para integrar esses novos cidadãos assegurando emprego, qualificação e cursos de Língua Portuguesa, direitos trabalhistas e habitação. (BRASIL, 2013, p. 31).

3.1 Recursos argumentativos contidos no desenvolvimento do texto

(2) Durante o século XIX, muitos foram os povos que, em busca de trabalho e bem estar social, desembarcaram no Brasil e enriqueceram nossa cultura. (3) Atualmente, em pleno século XXI, a imigração para o Brasil mantém-se crescente, desafiando não somente nossa sociedade como também nossa economia (BRASIL, 2013, p. 30).

Como recurso estratégico, o participante utiliza a *comparação entre os fatos históricos* em (2) e em (3). Tem-se em (3) uma comparação que qualifica a *semelhança* destacada. Conforme (CHARAUDEAU, 2008, p. 238) “Ela pode pôr em evidência uma *igualdade*: (porque) x é como y”. É o que se percebe no final do enunciado em (3) “Desafiando não somente nossa sociedade **como** também nossa economia”. Ainda em termos de recursos discursivos, tem-se um procedimento de *acumulação* “que consiste em utilizar vários argumentos para servir a uma mesma prova” (CHARAUDEAU, 2008, p. 241) feita por meio de uma gradação em (3). “Atualmente, em pleno século XXI, a imigração para o Brasil mantém-se crescente, desafiando não somente nossa sociedade como também nossa economia”.

Quanto à organização textual introdutória dos enunciados, temos *marcadores temporais* (2) **Durante o século XIX** e (3) **Atualmente**, que direcionam para a organização temporal do discurso e distribuição no espaço do texto. Seus valores são, além de marca temporal, de abertura e

fechamento da ideia no parágrafo, mostrando que há uma progressão temporal, mas que o texto mantém a temática abordada. “Tais marcadores temporais sinalizam etapas de construção do texto, pondo em prática a sua organização textual” (KOCH 2015, p. 131). “Os marcadores temporais têm por função organizar o tempo, função desempenhada especialmente pelos advérbios de tempo, pelos tempos verbais, pelas orações temporais” (CABRAL, 2010, p. 105).

Outro recurso estratégico utilizado pelo produtor na relação entre (2) e (3) constitui a *comparação por semelhança entre os fatos históricos* “A imigração para o Brasil mantém-se crescente em pleno século XXI como foi durante o século XIX.” Além dos fatos históricos, destacamos o estabelecimento de relação de equivalência, desta vez entre os anseios dos imigrantes. Em (2) “Os povos que desembarcaram no Brasil no século XIX buscavam **trabalho e bem-estar social**”. Em (3) há comparação explícita no enunciado que trata dos desafios que a imigração crescente no século XXI traz ao Brasil “... desafiando **não somente** nossa sociedade **como também** nossa economia.” Neste caso, o desafio social é comparado em *grau de igualdade* e, adicionado ao desafio econômico.

Em (2) “...enriqueceram nossa cultura”, e (3) desafiando não somente **nossa** sociedade como também **nossa** economia.” A recorrência do termo, **nossa**, demonstra que o produtor constrói uma tese sobre a proposta e assume a posição de *sujeito engajado*, que tem participação ativa, na argumentação. O pronome, **nossa**, é inclusivo; o produtor se inclui como brasileiro. Nesse contexto, o conhecimento de mundo do produtor o leva a afirmar em (2) que os imigrantes do século XIX, **enriqueceram** a nossa cultura. O verbo, **enriquecer**, direciona para aspectos positivos e mostra o engajamento desse produtor textual quanto a vencer os desafios sociais e econômicos advindos da imigração para o Brasil no século XXI.

Tratando dos *articuladores textuais* presentes em (2) “Durante o século XIX, muitos foram os povos que, em busca de trabalho e bem estar social, desembarcaram no Brasil e enriqueceram nossa cultura”, há recorrência do conectivo, **e**, dentro do período composto. Ele está empregado com função de adição de termos de mesma função sintática, na primeira ocorrência, na função de objeto direto do verbo buscar. Na segunda ocorrência, indica as ações praticadas pelos imigrantes do séc. XIX. “... desembarcaram no Brasil e

enriqueceram nossa cultura.” Como recurso estratégico da comparação, em (3), o par de conectores não **somente/como também**, “liga dois argumentos orientados no mesmo sentido” (KOCH, 2011, p. 183). “Atualmente, em pleno século XXI, a imigração para o Brasil mantém-se crescente, desafiando não somente como também.....”.

Vale ainda ressaltar a expressão temporal que exerce função de articulador textual interligando os períodos em (2), **Durante o século XIX**; essa expressão indica uma temporalidade distante e articula uma comparação com fatos atuais. O direcionamento para essa compreensão conduz para o outro articulador e marcador temporal em (3), **Atualmente**. Ambos os marcadores temporais estabelecem a anterioridade de um fato em relação a outro. O primeiro direciona a uma conclusão positiva sobre a imigração para o Brasil do ponto de vista cultural, já o segundo marcador aponta que a ação da imigração para o Brasil continua, e o argumentante a vê de modo desafiador do ponto de vista social e econômico. Esse argumento vai sendo detalhado no segundo parágrafo do texto.

(4) Assim como os antigos imigrantes, os indivíduos que hoje se instalam em território brasileiro anseiam por melhores e mais dignas condições de vida. (5) Muitos deles, devido à Crise Econômica originada em 2008, viram-se obrigados a se dirigir para outras nações como o Brasil. (6) Os espanhóis, por exemplo, por terem sido intensamente atingidos pela recessão, já somam uma quantidade expressiva na periferia de São Paulo. (7) Diante disso, a fração da sociedade que reside em tal localidade vem enfrentando muitas dificuldades em “dividir” seu espaço, que, inicialmente, não era adequado à sobrevivência, quem dirá após a chegada dos europeus. (8) Segundo pesquisas realizadas pelo jornal “A folha de São Paulo”, no primeiro semestre de 2012, brasileiros e espanhóis dos arredores de São Paulo vivem em constantes conflitos e a causa traduz-se justamente, na irregularidade habitacional que ambos compartilham (BRASIL, 2013, p. 30).

Ao desenvolver os argumentos em (4), “Assim como os antigos imigrantes, os indivíduos que hoje se instalam em território brasileiro anseiam por melhores condições de vida.” O produtor retoma a ideia defendida na tese, acrescenta uma informação nova e concentra a ideia-chave que será desenvolvida ao longo de cinco períodos.

Ainda em (4), o procedimento argumentativo empregado é o de *comparação*. Expressa por meio dos articuladores textuais, **assim como**, que estabelecem uma relação de igualdade, a comparação direciona argumentativamente para a causa da instalação dos antigos imigrantes, como os indivíduos de hoje, que **anseiam** por melhores condições de vida. Nessa

construção argumentativa, o participante empregou o recurso da *comparação dos fatos e épocas* para desenvolver sua argumentação. Esse recurso constitui uma das sugestões do Guia do Participante: A redação no Enem 2013, para a construção dos argumentos conforme (BRASIL, 2013, p. 16). O emprego da comparação parece revelar o conhecimento sobre o tema e a habilidade do participante em buscar persuadir não por meio das diferenças, talvez mais visíveis ao sujeito-alvo, mas pelas semelhanças, neste contexto, do **anseio** por melhores condições de vida, entre os imigrantes do séc. XIX aos do Séc. XXI. Se o motivo foi pertinente no passado, também pode sê-lo no presente. Dessa forma, com a analogia apresentada, o sujeito argumentante demonstra um olhar mais persuasivo diante do fato da chegada de imigrantes ao Brasil na atualidade. No âmbito de uma argumentação, a *comparação* é utilizada para reforçar a prova de uma conclusão ou de um julgamento (CHARAUDEAU, 2008, p. 237).

O direcionamento argumentativo advindo do emprego dos articuladores em (4), **Assim como**, leva à compreensão de que dois elementos são colocados em graus de equivalência, nesse caso, *antigos imigrantes / indivíduos de hoje*. Os verbos, **instalam** e **anseiam**, embora com significados diferentes referem-se aos indivíduos, e analogamente, aos antigos imigrantes. Ao empregar o verbo no tempo presente o produtor imprime maior comprometimento, proximidade e realidade à ação dos indivíduos que se instalam/ indivíduos que anseiam, contribuindo para a organização coesiva e argumentativa do texto.

Em (5), a coesão entre períodos é assegurada por, **Muitos deles**, que retoma anaforicamente o termo indivíduos e adiciona uma informação ao prosseguimento da construção textual. Já o valor semântico do enunciado, **viram-se obrigados a dirigir-se**, indica ao leitor uma ação imposta, sem o direito de escolha, determinada pela obrigação.

O produtor utiliza a estratégia *exemplificativa* em (6, 7 e 8) para continuar a defesa do ponto de vista. Em (6), a expressão, **por exemplo**, introduz asserção derivada, que visa a esclarecer a enunciação anterior, ajustando com precisão o sentido dessa expressão anterior, espanhóis. “Essa asserção traz um esclarecimento sobre o que foi dito, mas encerra um argumento mais forte no sentido de uma determinada conclusão” (KOCH, 2011, p. 105).

O enunciado em análise mostra que o sujeito argumentante esteve atento ao emprego das estratégias argumentativas sugeridas nas competências (3 e 4) do Guia do participante: a redação no ENEM 2013, (ver p. 4 deste artigo) e empregou o recurso da *exemplificação*, conforme sugestão do guia (BRASIL, 2013, p. 16), para desenvolver os argumentos selecionados na defesa do ponto de vista. Ao exemplificar os espanhóis como imigrantes que chegam ao Brasil no séc. XXI e ocasionam desafios tanto de ordem social quanto econômica, o participante demonstrou ter “conhecimento enciclopédico armazenado na própria mente e construído de forma personalizada, com base em conhecimentos que ouvimos falar ou que lemos, ou adquirimos em vivência e experiências variadas” (KOCH, 2009, p. 41). Com esse exemplo, o sujeito argumentante revela o posicionamento quanto a proposta sobre o mundo: a imigração para o Brasil no séc. XXI.

Ao mencionar os espanhóis, destacando-os como imigrantes que se instalam no Brasil atual faz com que eles representem, além dos europeus, outros povos que migram para a América Sul e, nesse contexto, trazem desafios de ordem social e econômica à sociedade brasileira. Desse modo, o produtor do texto amplia o argumento exemplificativo, que surtirá inclusive mais efeito se tais informações também fizerem parte do conhecimento do sujeito-alvo. De qualquer forma, o argumento pelo exemplo permite demonstrar conhecimento real da situação, constituindo uma argumentação eficaz.

Outra escolha do produtor, contida em **intensamente atingidos** pela recessão, direciona o leitor para a compreensão da causa de os espanhóis representarem uma quantidade expressiva de indivíduos que se instalam no Brasil. Essa orientação advém do emprego de expressão de valor intensificador; o advérbio, **intensamente**, modifica o verbo atingido, na frase “...intensamente atingidos pela recessão...” direcionando o leitor para a causa da escolha do produtor pela exemplificação dos espanhóis como imigrantes que hoje se instalam em território brasileiro. Por outro lado, a instalação de uma **quantidade expressiva dos espanhóis**, na periferia de São Paulo indica a direção argumentativa ao desafio social a ser enfrentado.

Podemos afirmar que a organização argumentativa da redação retrata o *saber* acumulado pelo argumentante sobre a realidade sócio-econômica enfrentada pelos brasileiros, tornando seu texto convincente. Essa representação está materializada no texto por meio das escolhas do produtor,

tais como: imigração de europeus e asiáticos para o Brasil nos séculos XIX e XXI; desafio social e econômico; crise europeia, divisão de espaço na periferia de São Paulo; são escolhas linguísticas que explicitam “certas operações do pensamento” (CHARAUDEAU, 2008, p. 201) relevantes para a construção dos sentidos pelo sujeito-alvo.

Em (7) “Diante disso, a fração da sociedade que reside em tal localidade vem enfrentando muitas dificuldades em “dividir” seu espaço, que, inicialmente, não era adequado à sobrevivência, quem dirá após a chegada dos europeus”, as informações em (7) articulam-se à construção argumentativa defendida pelo sujeito argumentante; o período acrescenta informações sobre o desafio sócio-econômico brasileiro advindo da imigração na atualidade, que foi afirmado anteriormente nesse mesmo parágrafo. A coesão com as informações citadas em (5) e (6) é estabelecida em (7), com a expressão, **diante disso**, pois uma nova informação é adicionada: um indivíduo que sai obrigado de seu país, em consequência de uma Recessão Econômica, entra em outro país de forma irregular. Esse indivíduo normalmente chega sem recursos econômicos e instala-se nos **arredores da metrópole brasileira**, lugares originados, geo-economicamente, de forma irregular, pouco assistidos pelo Estado e onde já residem brasileiros que enfrentam dificuldades.

Os marcadores de articulação de conteúdo proposicional, **inicialmente/após**, em (7) “sinalizam as relações espaciais e temporais entre os estados de coisas” (KOCH, 2014, p. 87) “... seu espaço, que, **inicialmente**, não era adequado à sobrevivência, quem dirá **após** a chegada dos europeus”. Esses operadores articulam-se para comprovar a veracidade, convocando o interlocutor à concordância; são, assim, responsáveis pela orientação argumentativa dos enunciados que introduzem.

O produtor utiliza a estratégia *fato comprovável* divulgado no jornal, **A Folha de São Paulo**, a qual direciona o leitor para o inevitável conflito entre os moradores da periferia e os europeus imigrantes espanhóis. É o que se compreende em (8), em que o produtor apoiou-se em *dados jornalísticos* para detalhar o argumento selecionado, “Segundo pesquisas realizadas pelo jornal, “A Folha de São Paulo”.

Nesse momento, o produtor conclui que o conflito entre “imigrantes espanhóis e brasileiros que habitam na periferia de São Paulo” exemplifica a causa dos conflitos que originam o desafio social a ser enfrentado pela

sociedade brasileira. Charaudeau, ao referir-se ao modo de encadeamento articulado logicamente pela causalidade diz que, na *asserção de passagem/Argumento*, estão compartilhados entre o sujeito argumentante e o sujeito alvo “um universo de crença sobre a maneira como os fatos se determinam mutuamente” (CHARAUDEAU 2008, p. 209). A asserção de passagem interage na argumentação e estabelece a prova da validade da relação argumentativa que une a *asserção de partida/dado (A1)* e a *asserção de chegada/Conclusão (A2)*. Desse modo, o conflito entre espanhóis e brasileiros é causado pela irregularidade habitacional nos arredores de São Paulo.

(9) Como se não bastasse, a economia brasileira também tem sofrido com a chegada dos migrantes. (10) Existem, entre eles, tanto trabalhadores desqualificados como profissionais graduados. (11) O problema reside na pouca oferta de emprego a eles destinada. (12) Visto que não recebem oportunidades, passam a integrar setores informais da economia, sem direitos trabalhistas e com ausência de pagamentos dos devidos impostos. (13) O Estado, dessa forma, deixa de arrecadar capital e de aproveitar a mão-de-obra disponível o que auxiliaria no andamento da economia nacional (BRASIL, 2013, p. 30).

Em (9), “Como se não bastasse, a economia brasileira também tem sofrido com a chegada dos migrantes”. A sequência coesiva de articuladores que introduz o terceiro parágrafo pode ser assim explicada: **Como**, “estabelece entre o termo comparante e o termo comparado uma relação de igualdade” (KOCH, 2009, p. 74). Nesse sentido, direciona para uma extensão, em que o segundo elemento exprime uma amplificação da ideia expressa em (8).

Em (10), “Existem, entre eles, tanto trabalhadores desqualificados como profissionais graduados”, o pronome pessoal “eles” retoma o termo “migrantes” citado em (9) “Como se não bastasse, a economia brasileira também tem sofrido com a chegada dos migrantes”. Ainda em (10), os articuladores **tanto/como**, gramaticalmente, constituem “advérbio em gradação de igualdade” (CUNHA, 2008, p. 562) e, nesse caso, colocam em igualdade os termos que dizem respeito à mão-de-obra dos migrantes *trabalhadores desqualificados à dos profissionais graduados*. Em (11) “O problema reside na pouca oferta de emprego a eles destinada”, o produtor relaciona a ideia do desafio social e econômico do ponto de vista do migrante espanhol que chega ao Brasil a “pouca oferta de emprego.”

Em (12) “Visto que não recebem oportunidades, passam a integrar setores informais da economia, sem direitos trabalhistas e com ausência de pagamentos dos devidos impostos”, o articulador, **visto que**, introduz o

período e direciona o leitor para uma explicação do destino trabalhista e, conseqüentemente, do bem-estar desses imigrantes que chegam para ficar no Brasil neste século XXI. Nesse caso, tem-se uma recorrência causal em “o fato de os imigrantes não receberem oportunidades” cuja consequência é a integração deles nos setores informais da economia.

Em (13), “O Estado, dessa forma, deixa de arrecadar capital e de aproveitar a mão-de-obra disponível, o que auxiliaria no andamento da economia nacional”, a locução adverbial **dessa forma** direciona para o modo como o Estado poderia aproveitar essa mão-de-obra que, em vez de causar problema, poderia trazer solução, pois se os imigrantes trabalhassem de forma legalizada poderiam contribuir com a arrecadação dos impostos.

Assim, o produtor traçou um planejamento para a escrita do texto visando à defesa de um ponto de vista previamente estabelecido. Nele é possível encontrar a seguinte organização: primeiramente o produtor apresenta um ponto de vista positivo quanto à integração cultural, e desafiador frente à imigração para o Brasil no século XXI; do ponto de vista sócio-econômico, os imigrantes da atualidade anseiam por melhores condições de vida e bem-estar social, mas a sociedade brasileira não está preparada para receber um número expressivo de imigrantes, pois não há habitação e emprego e renda suficiente para todos esses imigrantes; em seguida, apresenta os desafios sociais advindos dessa instalação dos imigrantes em território brasileiro, seguido dos desafios econômicos como pouca oferta de emprego x informalidade; finalmente, sugere as medidas que devem ser tomadas sócio e economicamente para a chegada de novos imigrantes, isto é, o Estado oferecer incentivo econômico às empresas que empregarem os recém-chegados; essas preparem os imigrantes para o mercado brasileiro, *oferecendo qualificação, cursos de Língua Portuguesa e direitos trabalhistas e habitação*, e a sociedade respeitando os povos que aqui chegarem.

Conclusão

A situação contextual de escrita do ENEM requer do produtor textual o uso formal da Língua Portuguesa e o emprego de estratégias linguísticas regidas por edital, matrizes de referência, competências e habilidades e, desde 2012, por um “Guia do participante”. Desse ponto de vista, o produtor textual precisa ativar os conhecimentos prévios e as estratégias linguísticas requeridas à produção dissertativo-argumentativa no ENEM, uma vez que seu leitor é um

avaliador que espera desse participante informação e criatividade para criar soluções, além de habilidade para defender seu ponto de vista. A orientação do Guia do participante direciona ao modo de avaliação da proficiência escrita do produtor que o leva às escolhas linguísticas que sejam adequadas a esse objetivo. Assim, por exemplo, a atitude de *selecionar* implica escolhas baseadas em conhecimentos já adquiridos e relaciona-se com a tomada de decisão cujas consequências afetarão diretamente a nota a ser obtida no texto produzido. Esses conhecimentos foram constatados nas análises da redação que apresentamos, uma vez que o participante selecionou, desenvolveu e organizou duas estratégias argumentativas. A primeira constitui a *comparação dos fatos em épocas diferentes*, exemplificando a imigração de diversos povos para o Brasil no contexto dos séculos XIX e XXI. Apresentou como semelhança positiva ligada a esse fato, a contribuição cultural; e, como desafio, a interferência social e econômica na sociedade brasileira. A segunda estratégia foi o *exemplo*, construído argumentativamente como uma indução, com foco nos imigrantes europeus espanhóis.

É do lugar de contribuição *cultural*, e desafio *social e econômico* que o sujeito argumentante propõe uma possibilidade de resolução para o problema: o Estado oferece incentivo econômico às empresas que empregarem os recém-chegados; essas preparam os imigrantes para o mercado brasileiro. Socialmente, o governo resolve o desafio habitacional para os imigrantes. Assim, o sujeito argumentante dá fecho à sua “proposta sobre o mundo” no dizer de Charaudeau (2008). Além disso, as escolhas linguísticas relativas aos articuladores textuais, foco de nossas análises, indicam que o produtor, para o alcance da nota máxima na redação, demonstra ter se apropriado tanto de estratégias relativas ao planejamento textual do modo de organização argumentativo, como da utilização de estratégias linguísticas de articulação argumentativa para a defesa de seu ponto de vista.

Acreditamos que, se o aluno do ensino médio vivenciar a escrita argumentativa organizando o seu dizer de forma planejada e articulada, desenvolverá a competência de argumentar de modo eficaz, tornando-se de fato sujeito argumentante. Assim, quando necessário, ele ativará as estratégias linguísticas adquiridas e a habilidade de controlar a própria escrita adequando a linguagem ao contexto em que estiver inserido, posicionando-se

OLIVEIRA, Maria Isabel Soares; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Análise de uma redação nota mil do ENEM 2012: o modo de organização do discurso argumentativo e o emprego dos articuladores textuais. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 67-87, dez.2015.

de forma crítica e cidadã como é sugerido nas orientações curriculares nacionais ao ensino da língua portuguesa no Brasil.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Vol. 1. **Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Textos Teóricos Metodológicos**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

_____. Ministério da Educação. **A redação do Enem 2013**. Guia do participante. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). Brasília: Ministério da Educação, 2013.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coord. Da trad. CORREA, Ângela M. S.; MACHADO, Ida Lúcia. São Paulo: Contexto, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do Português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: contexto, 2015.

Anexo I – Redação nota 1.000 - ENEM 2012²

Imigração no Brasil: Resolver para poder crescer

Japoneses, italianos, portugueses, açorianos ou espanhóis. Durante o século XIX, muitos foram os povos que, em busca de trabalho e bem-estar social, desembarcaram no Brasil e enriqueceram nossa cultura. Atualmente, em pleno século XXI, a imigração para o Brasil mantém-se crescente, desafiando não somente nossa sociedade como também nossa economia.

Assim como os antigos imigrantes, os indivíduos que hoje se instalam em território brasileiro anseiam por melhores e mais dignas condições de vida. Muitos deles, devido à Crise Econômica originada em 2008, viram-se obrigados a se dirigir para outras nações como o Brasil. Os espanhóis, por exemplo, por terem sido intensamente atingidos pela recessão, já somam uma quantidade expressiva na periferia de São Paulo. Diante disso, a fração da sociedade que reside em tal localidade vem enfrentando muitas dificuldades em “dividir” seu espaço, que, inicialmente, não era adequado à sobrevivência, quem dirá após a chegada dos europeus. Segundo pesquisas realizadas pelo jornal “A folha de São Paulo”, no primeiro semestre de 2012, brasileiros e espanhóis dos arredores de São Paulo vivem em constantes conflitos e a causa traduz-se justamente, na irregularidade habitacional que ambos compartilham.

Como se não bastasse, a economia brasileira também tem sofrido com a chegada dos migrantes. Existem, entre eles, tanto trabalhadores desqualificados como profissionais graduados. O problema reside na pouca oferta de emprego a eles destinada. Visto que não recebem oportunidades, passam a integrar setores informais da economia, sem direitos trabalhistas e com ausência de pagamentos dos devidos impostos. O Estado, dessa forma, deixa de arrecadar capital e de aproveitar a mão-de-obra disponível o que auxiliaria no andamento da economia nacional.

Assim, com a finalidade de preparar a sociedade e a economia brasileiras para a chegada dos novos imigrantes, medidas devem ser tomadas. O Estado deve oferecer incentivos às empresas que empregarem os recém-chegados; essas, por sua vez, devem prepará-los para o mercado brasileiro, oferecendo treinamentos adequados e cursos de Língua Portuguesa e, ainda, garantir seus direitos trabalhistas. É imprescindível que o governo procure habitações para os imigrantes e que nós, brasileiros, respeitemos os povos que, seja no passado ou no presente, somente têm a nos acrescentar.

² Anexo – I. Redação nota mil (1.000), Enem 2012. Disponível em: BRASIL, Ministério da Educação. **A redação do Enem 2013. Guia do participante**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). Brasília: Ministério da Educação. 2013, p. 30.

OS CAMINHOS DO SENTIDO NA NOTÍCIA: MEMÓRIA DISCURSIVA E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA

Marise Rodrigues Guedesⁱ
Maria D’Ajuda Alomba Ribeiroⁱⁱ

Resumo: Com base nas contribuições teóricas de Guimarães (2002, 2005, 2007, 2011) e Lage (1979), o objetivo geral desse artigo constituiu-se em descrever a orientação argumentativa da notícia *Padre desaparece em voo com balões de festa*, veiculada pelo jornal Folha de São Paulo (2008). Para atingir esse propósito, selecionamos recortes para análise; identificamos passados memorados neles atualizados; e descrevemos a construção da orientação argumentativa do texto tendo em vista as memórias apresentadas. Observamos que a notícia em estudo atualiza memórias que orientam o texto argumentativamente, tais como as relacionadas à mídia e ao jornalismo, à profissão de padre e à prática desportiva de balonismo caseiro, as quais apontam o padre como responsável pelo próprio desaparecimento. Assim, entendemos que este artigo contribui com os estudos em torno da linguagem, pois apresenta discussões acerca da constituição dos sentidos do texto.

Palavras-chave: Notícia. Memória discursiva. Orientação argumentativa. Análise de texto.

Abstract: Based on Guimarães (2002, 2005, 2007, 2011) and Lage (1979) theoretical contributions, the general aim of this paper is describing the argumentative orientation of the news *Padre desaparece com balões de festa*, disseminated by Folha de São Paulo News (2008). In order to accomplish this aim, we selected cut-offs to be analyzed; we identified updated pasts on them; and we described the construction of text’s argumentative orientation, considering the presented memories. We observed that the studied news updates memories that guide the text argumentatively, such as the ones related to medium and the journalism, the priest profession and the home ballooning sportive practice, in which point out the priest as the responsible for his own disappearing. Thus, we understand that this article contributes to the studies on language, since it presents discussions about the text’s senses constitution.

Keywords: News. Discursive memory. Argumentative orientation. Text analysis.

ⁱ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), bolsista CAPES. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO). E-mail: mariseguedess@hotmail.com.

ⁱⁱ Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Alcalá e docente do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: profdajuda@gmail.com.

Introdução

O objetivo geral desse artigo é descrever a orientação argumentativa da notícia *Padre desaparece em voo com balões de festa* veiculada pelo Jornal Folha de São Paulo (2008). Para atingir esse propósito maior tencionamos: selecionar recortes¹ para análise; identificar passados memorados atualizados no texto; descrever a construção da orientação argumentativa do texto tendo em vista as memórias apresentadas.

Entendemos que o sentido de um texto se constrói a partir das relações que os elementos intratextuais e extratextuais estabelecem uns com os outros e com o texto que integram. Dessa forma, não apenas formas linguísticas funcionam num texto, ao contrário, os sentidos que essas formas assumem e atualizam naquele trazem consigo funcionamentos determinados pela história e pelo sujeito.

Gênero textual de ampla circulação, a notícia se apresenta como uma rica fonte de pesquisa para a prática de análise de texto. Isso porque em sua construção, com vistas à simulação de uma produção textual como mais distante de si possível, o locutor-jornalista ativa a memória discursiva que mobiliza sentidos e descontrola a provável imparcialidade, demonstrando o caminho argumentativo percorrido.

Para a análise da notícia, utilizamos a metodologia proposta por Guimarães (2011), na qual primeiramente é estabelecido o contato com o texto e, a partir desse, observa-se o que ele permite – em nosso caso, quais memórias atualiza; tais memórias podem ser obtidas através de um recorte textual, o qual é selecionado, analisado e descrito semanticamente e, em seguida, relacionado semanticamente a outro recorte, que também é analisado e descrito. Esse procedimento é realizado até que se chegue ao caminho semântico percorrido pelo texto. Ressaltamos que a seleção desses recortes não se dá, necessariamente, pela sua linearidade, mas por uma relação transversal que mobiliza sentidos.

Dessa maneira, entendemos que esse artigo contribui com os estudos em torno da linguagem, sobretudo os estudos semânticos, uma vez que traz discussões acerca da constituição da textualidade e apresenta o

¹ Como recorte, compreendemos uma “unidade discursiva. [...] fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. [...] um recorte é um fragmento de situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p.14).

funcionamento da notícia, através da utilização de um procedimento semântico-enunciativo, qual seja, a memória discursiva.

Dividimos o presente trabalho em três tópicos: primeiro trataremos sobre a memória discursiva; em seguida, sobre a orientação argumentativa; e, no terceiro tópico, realizaremos a análise do funcionamento da notícia *Padre desaparece com balões de festa*, tendo em vista os passados memorados atualizados nela.

1 A memória discursiva

Nesta pesquisa, tratamos o texto como um todo que integra e é integrado por enunciados e consideramos que as palavras ou expressões que o constituem não se apresentam como jamais significadas, quer dizer, elas não aparecem destituídas das significações que já lhes foram dadas em outras enunciações; ao contrário, carregam consigo os sentidos adquiridos naquelas, das quais já fizeram parte: “e as palavras têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado. (GUIMARÃES, 2007, p.81)”.

Na análise de texto, é importante considerar as outras enunciações nas quais uma palavra já significou, tendo em vista a atualização desses significados na nova enunciação. Assim, o significado das palavras que o integram se dá a partir das relações dessas com outras e também em sua relação com o sentido que carrega historicamente, destituído do qual não é possível existir significação.

Ao abordar a enunciação como acontecimento no qual o enunciado ocorre, Guimarães (2005) trata da temporalidade. Essa temporalidade remete a três tempos, quais sejam: o presente, o passado e o futuro, que diferem das noções de tempo que geralmente temos em Língua Portuguesa. No contexto que estamos tratando, esses tempos se referem ao presente do acontecimento, que rememora enunciações passadas e, dessa forma, abre possibilidades de significação ao enunciado, enquanto enunciado de um texto.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Isso quer dizer que a diferença do acontecimento não está relacionada ao fato de ele constituir-se enquanto um fato inédito ou novo no tempo, tal como o conhecemos, o tempo cronológico. Não se pode pensar o acontecimento de enunciação como um fato no tempo, acreditando que ele temporaliza porque sucede uns e precede outros fatos, portanto.

A construção do sentido se dá a partir dessa temporalização, uma vez que o futuro, aqui entendido como o interpretável, só é possível se o acontecimento rememorar enunciações passadas. Assim, “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.” (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Sobre essa relação entre uma enunciação e outra, Orlandi (1984, p. 16) traz o conceito de incompletude que se relaciona ao de recorte. Com esse conceito “apaga-se, em relação a turnos, o limite que separa o meu dizer e o do outro”; quer dizer, o sentido de um dizer está na sua relação com outros dizeres, [...] um dizer completa o outro e faz com que ele signifique. Nesse contexto, a autora aborda a noção de interdiscurso, entendido como “conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido [...]. O interdiscurso é do nível de constituição do discurso [...], da ordem do repetível” (ORLANDI, 1997, p. 89-90); ou, ainda, conforme Guimarães (1995, p. 66) “o interdiscurso é uma relação do discurso com outros discursos”. Esse caráter relacional entre um enunciado e outro se dá a partir do cruzamento de dizeres, de modo que nada na linguagem se constitui só, mas na sua relação com o sujeito que é histórico e com outros elementos, de modo que se torna “impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação” (GUIMARÃES, 1989, p. 74).

Ao exemplificar como se dá essa relação, Guimarães (2005) elenca as seções X, Y e Z de uma revista e as matérias que delas fazem parte. O autor explica que o fato de as matérias A e B estarem na seção X e não nas demais, já a faz significar diferentemente. Isso porque ao integrar essa seção, a matéria pode significar de um modo distinto do que se estivesse na seção Z, por exemplo. O rememorado das matérias A e B, portanto, é instaurado pela seção X; esta constitui o passado daquelas e as faz projetar determinados sentidos porque estão circunscritas no seu âmbito, movimentando o interdiscurso.

Ao tratar das memórias discursivas rememoradas numa matéria cujo título é *Prefeitos deixaram as cidades depenadas*, publicada pela Revista Veja na seção *Municípios*, o autor afirma:

O que aqui se rememora como categoria para a matéria (Municípios) faz o título projetar como sentidos (futuridade do acontecimento), entre outros, a) as cidades como sinônimos de municípios; b) a irresponsabilidade das administrações das cidades como própria dos municípios brasileiros; e c) um sentido de generalização da irresponsabilidade neste nível de governo: o município como lugar da irresponsabilidade (o que sem dúvida localiza a intenção do leitor de um modo muito particular). (GUIMARÃES, 2005, p. 13).

Assim, percebemos o memorável como fundamental para a movimentação dos sentidos no texto, uma vez que é a partir dele que se abrem possibilidades de significar, é claro, por sua indispensável articulação às enunciações passadas que se atualizam no acontecimento, projetando assim, a sua futuridade, seu interpretável, seus sentidos. Ainda, os passados memoráveis atualizados em um texto constroem a orientação argumentativa desse, uma vez que possibilitam determinadas conclusões em detrimento de outras. Nesse contexto, no tópico seguinte, teceremos alguns esclarecimentos acerca da orientação argumentativa.

2 A orientação argumentativa

A argumentação é um elemento linguístico, uma vez que a própria língua é “marcada argumentativamente” (GUIMARÃES, 2006, p. 134). Argumentar, na concepção semântica aqui adotada, diz respeito a perceber como os elementos funcionam dentro do texto, construindo argumentos que possibilitem uma conclusão. Não é, portanto, uma questão lógica, nem individual, ao passo que é uma relação enunciativa e se dá no acontecimento. A enunciação, portanto, é entendida como social, não como individual, de modo que existem formas na língua que significam socialmente. Conforme Ducrot (1987), o sentido não é, portanto, um produto da apropriação individual da língua, mas o resultado de uma enunciação de forma que significa socialmente, por ser enunciada de um modo social.

Também para Ducrot (1987), “a argumentação está na língua” e relaciona-se ao enunciado que, por significar algo, conduz a outro significado: “um enunciado argumentativo apresenta sua enunciação como levando a admitir tal ou tal conclusão.” (DUCROT, 1987, p.174), relacionando um

enunciado a outros, ao já dito. Assim, o caminho argumentativo percorrido por um texto é obtido por um conjunto de instruções obtidas através de palavras cujo “valor argumentativo [...] é a orientação que ela dá ao discurso” (DUCROT, 1988, p. 51).

Guimarães (2007, p. 209), por sua vez, considera que “argumentar é dar uma diretividade ao dizer”. Essa diretividade liga-se ao silenciamento de uma ou outra conclusão, em detrimento de outra(s). O que é dito é constituído por este silêncio, pois é justamente através dos sentidos descartados (silenciados) que se chega ao sentido convidado pela argumentação.

Atrelada à argumentação tem-se também a classe argumentativa, sendo esta um conjunto de enunciados/argumentos que se direcionam a mesma conclusão possível; já a escala argumentativa define-se como a relação entre duas sequências onde uma se sobrepõe à outra. Enfim, a orientação argumentativa é um caminho não fixo, mas previsto, por conta das regularidades, que direcionará o texto a determinada conclusão; ou seja, orientar argumentativamente é apresentar enunciados organizados, correlacionados de uma forma, num dado momento e com elementos que, apesar de permitir mais de uma significação, não possibilita uma outra determinada: “a orientação argumentativa constitui o modo de construção da progressão textual” (GUIMARÃES, 2002, p.193). Nesse contexto, o futuro interpretável, compatível com a orientação argumentativa estabelecida no texto, é obtido injuntivamente, ou seja, orienta-se o texto a uma conclusão imposta pelos argumentos.

Estão diretamente relacionados à orientação argumentativa a temporalidade do acontecimento, além das formas linguísticas que nele funcionam. Já discutida anteriormente, a temporalidade do acontecimento recorta memoráveis, relacionados ao interdiscurso, que também contribuem para a significação. Esses memoráveis autorizarão a passagem de um a outro argumento e daí para a conclusão: “o memorável sustenta uma relação de orientação argumentativa e assim projeta como interpretar o futuro do texto” (GUIMARÃES, 2007, p. 211). Assim, através do discurso memorado na argumentação ou interdiscurso, é possível chegar até mesmo a conclusões antes descartadas no âmbito da textualidade.

3 Análise da notícia “Padre desaparece em voo com balões de festa”

No texto em análise – “Padre desaparece em voo com balões de festa” – o passado do acontecimento instaura, pelo menos, três memórias, em relação com as quais o texto produz os seus significados. Primeiramente, por se tratar de uma notícia publicada no Jornal Folha de São Paulo, temos aí articuladas o passado memorável da mídia, do jornal e da própria notícia. Temos também, relacionada à “navegação em balões de festa”, a memória relativa às práticas desportivas, sobretudo, às aéreas. Ainda, observamos também, ligada ao padre, personagem do texto em estudo, a memória relativa à função social dessa figura religiosa e à igreja. Essas memórias se cruzam e se articulam no texto, fazendo-o significar.

3.1 Mídia e jornalismo significando no texto

O texto da notícia, sua forma de construção e os sentidos a serem produzidos, possuem forte relação com o suporte em que aquele será veiculado. Nesse contexto, observamos que a partir de um mesmo fato ocorrido, várias versões são produzidas e circulam para os leitores na sociedade. Para os textos veiculados por este ou aquele jornal, busca-se a consonância e manutenção de ideias.

No período da ditadura de 1964, por exemplo, a repressão a determinados conteúdos que poderiam ser objetos das notícias funcionou como forma de coibir o acesso à informação e consolidar a manutenção do poder pelos que já o detinham. Com o passar do tempo, a notícia passa a conquistar novos leitores e ser encarada como objeto de consumo que, por assim ser, deve atender aos anseios desse público sem, sobretudo, transparecer os interesses que permeiam a sua produção, quer dizer, deve-se construir um texto imparcial, “de modo que aparentemente eliminam-se crenças e perspectivas” (LAGE, 1979, p. 33). Ressaltemos a utilização da palavra aparentemente, uma vez que consideramos difícil pensar um jornalismo no qual as relações de poder existentes em nossa sociedade não imperem.

Nessa relação com o consumo, materializa-se no texto, o lugar ocupado socialmente pelo jornal Folha de São Paulo, para o qual foi construído socialmente um lugar de prestígio, o que influencia diretamente na aceitação de que o que por esse jornal é veiculado é expressão da verdade. Assim,

[...] como o prestígio se vincula à tradição e ao hábito, temos por certo que o exercício continuado da tarefa de informar e o uso de formas socialmente prestigiadas de veiculação (o aspecto físico, ou o discurso gráfico, consagrado dos jornais) acentua a autoridade do emissor (LAGE, 1979, p.42).

Atualizam-se, portanto, no acontecimento enunciativo que é uma notícia -"Padre desaparece em balões de festa" -, as enunciações referentes à mídia e sua relação com o consumo, à medida que o que é noticiado no jornal precisa ser ou parecer de interesse dos leitores. Também é atualizada nessa notícia a relação da mídia com o sistema de poder vigente em nossa sociedade, onde as informações são expostas ou omitidas tendo em vista a manutenção da hegemonia de uma classe. Ainda, é um passado memorado significativo a relação do texto em estudo com o jornal Folha de São Paulo, enquanto instrumento de comunicação reconhecido nacionalmente e pertencente a essa mídia que defende os próprios interesses.

O jornalista, como peça fundamental desse cenário, submete-se a esse sistema de interesses do jornal para o qual trabalha, encarregando-se da tarefa de compor um texto imparcial, muitas vezes obtido pelo embate do seu posicionamento - cheio de preconceitos e julgamentos-, com o posicionamento que se deve camufladamente fazer prevalecer: o da produção massiva de informações aparentemente desinteressadas.

Nesse contexto, podemos construir alguns enunciados relacionados às memórias destacadas:

1. A mídia está atrelada a um sistema de controle, produção e divulgação de informações;
2. O jornal possui interesses envolvidos na produção e veiculação de informações;
3. O jornalista, vinculado a um jornal, seleciona os fatos, as palavras e organiza o texto de modo a não ferir os interesses do jornal para o qual trabalha.

As memórias acima, que se atualizam na notícia em estudo, podem situar de maneira mais específica o leitor, uma vez que relaciona a notícia ao sistema que a molda e produz. Esse passado do acontecimento, instaurado pela enunciação, significa muito para a ampliação, quebra ou reformulação dos sentidos que aparecem na superfície textual. Através das memórias,

portanto, é possível despertar um olhar mais atencioso sobre as verdades que se enunciam nas notícias às quais estamos expostos ao longo dos dias.

3.2 Memórias relacionadas ao lugar social de padre

Na notícia que estamos analisando, o fato principal é o voo do padre Adelir Antonio de Carli. Em primeiro lugar, observamos que, na seleção das palavras para a composição do título da notícia “Padre desaparece em voo com balões de festa”, o locutor-jornalista situa o leitor em relação ao sujeito da ação verbal: não foi um homem qualquer que desapareceu no voo, foi um padre; o voo, também, não é um voo qualquer: o desaparecimento se deu em virtude de um “voo com balões de festa”.

Ao colocar o padre como personagem central do relato, o locutor-jornalista atualiza memórias referentes não apenas ao que é comum a essa profissão, mas, sobretudo, em relação ao que, é provável, não seria esperado socialmente para um padre: líder religioso de uma comunidade católica.

O exercício da profissão de padre é concebido como um sacerdócio, do qual faz parte a caridade. No entanto, da forma como se apresenta no texto, não é a caridade o objetivo central do voo realizado por Adelir:

Praticante do balonismo caseiro, também conhecido como navegação em balões de festa, o padre Adelir Antônio de Carli, 42, tentava bater um recorde mundial da categoria - queria ficar 20 horas no ar. Segundo a equipe de apoio do padre, o recorde pertence a dois norte-americanos que ficaram 19 horas no ar. Além do recorde, o padre dizia ainda que iria divulgar a Pastoral Rodoviária, de apoio a caminhoneiros. (VALLE, 2008)

Conforme esse recorte, um dos objetivos do padre era divulgar a pastoral rodoviária de apoio aos caminhoneiros. No entanto, o modo como o locutor-jornalista seleciona as informações presentes no texto, deixa-nos entrever que não era esse o intuito maior que moveu os interesses do padre pela realização do voo mesmo tendo sido aconselhado a adiá-lo. Além disso, o fato de o padre não ter ouvido as recomendações de sua equipe de apoio, também constrói sentidos contrários ao que se esperaria de um personagem cujo discurso de alteridade é prevacente.

A utilização da expressão “Além do recorde” na construção desse recorte e em sua relação com o texto funciona como uma expressão aditiva que torna a divulgação da Pastoral Rodoviária, uma ação secundária. Assim, o interesse mundano expresso no desejo do religioso em ser recordista de voo

com balões de festa se sobrepõe à dedicação às causas nobres, que colocaria como primária, no texto, a relação do voo com a divulgação da pastoral rodoviária de apoio aos caminhoneiros.

Assim, temos significados juntamente a essas memórias os seguintes enunciados:

- (1) O objetivo central do padre era ser recordista mundial de balonismo caseiro.
- (2) O exercício da caridade é um objetivo secundário no voo do padre.
- (3) O objetivo central do voo do padre mostra-se como desviante em relação à sua condição de sacerdote.

Pensar nessas formas de como o locutor-jornalista atualiza as memórias na construção do texto é pensar que o sentido não está posto na superfície textual, mas se estabelece das relações entre as palavras, o enunciado e o texto, com as memórias de sentido que carregam.

3.3 A prática de voo

Apresentada inicialmente como “voo com balões de festa”, ao longo do texto as reescrituras dessa expressão por “balonismo caseiro” e “navegação com balões de festa” situam a atenção do leitor de um modo particular, uma vez que acrescentam a um simples voo com balões de festa o significado provocado pela impressão de que se constitui como um esporte que, como tal, requer preparo e conhecimento:

Padre desaparece em voo com balões de festa. Suspenso por mil bexigas com gás hélio, Adelir Antônio de Carli, 42, tentava bater recorde mundial de balonismo caseiro. Praticante do balonismo caseiro, também conhecido como navegação em balões de festa [...] (VALLE, 2008)

Por ser uma prática de voo pouco comum, o balonismo caseiro se apresenta como inusitado, mas nem por isso apaga as memórias relativas à segurança exigida para o seu exercício; ao contrário, ratifica a necessidade de existência de elementos favoráveis à sua realização. O primeiro desses elementos memorados instaurado é a existência de condições climáticas mínimas para a realização de um voo. No entanto, o que é percebido no texto é que não houve, por parte do padre, a mínima atenção a esse fator, uma vez que, contra a vontade de sua equipe de apoio, decidiu voar:

Mesmo com o céu nublado e pancadas de chuva, o padre manteve o voo. Segundo o empresário José Agnaldo de Moraes, da equipe de apoio, Carli chegou a ser aconselhado a adiar a viagem, mas se recusou. “Ele sempre tomou a última decisão sobre o que fazer.” (VALLE, 2008).

O religioso, portanto, não considerou as desfavoráveis condições climáticas para uma navegação na qual “o balão depende da direção do vento e é apenas controlado pelo piloto nos momentos de subida ou descida”, pois manteve o voo “mesmo com o céu nublado e pancadas de chuva”. Nesse contexto, o fator meteorológico é apontado como uma possível causa do desaparecimento do padre: “A suspeita é que o balão do religioso tenha sido atingido por uma corrente de vento.”.

O que observamos, no entanto, é que o padre, reescriturado como “praticante do balonismo caseiro” e alertado por sua equipe de apoio, dispunha das informações necessárias e indispensáveis à prática aérea, as quais não foram por ele próprio consideradas e acarretaram em seu desaparecimento.

Além do exposto, outro elemento fundamental ao exercício de voos aparece significado no texto como algo desconhecido do padre *Adelir Antonio de Carli*: o GPS – Sistema de Posicionamento Global. O aparelho permite ao seu usuário localizar-se espacialmente. O padre Adelir, no entanto, apesar de portar o GPS no voo realizado, praticante dessa atividade, não dispôs do conhecimento necessário para a sua utilização, solicitando auxílio dos bombeiros para tal:

[...] o padre entrou em contato com os bombeiros de Guaratuba (PR) e disse que precisava que alguém o ensinasse a operar o aparelho de GPS (Sistema de Posicionamento Global) que portava. (VALLE, 2008).

O modo como essas memórias significam no texto, deixa-nos compreender que:

1. O padre era praticante de navegação com balões em festa;
2. O padre não sabia operar o GPS;
3. O padre tinha conhecimento das condições climáticas desfavoráveis;
4. O padre tinha conhecimento dos riscos que corria;
5. O padre não desistiu do voo;
6. O padre é o responsável pelo próprio desaparecimento.

Dessa forma, percebemos que os passados memorados relativos à prática de voo, demonstram que a falta de conhecimento do padre em relação às operações exigidas no voo, bem como o fato de não ter considerado as condições climáticas impróprias, pois chovia e o céu estava encoberto de nuvens, temos que o padre assumiu o risco por ter caído. Assim, mesmo almejando a construção da imparcialidade da notícia, o locutor orienta os caminhos do sentido do texto, a partir dos passados que atualiza e que servem de sustentação para apontar o religioso como responsável pela própria queda e desaparecimento.

Considerações finais

Dado o exposto, observamos memórias sendo atualizadas no texto, de modo que a partir das análises dessas, podemos depreender da leitura mais do que está posto na superfície linguística, uma vez que as memórias instauradas abrem espaço para novas interpretações. Na notícia *Padre desaparece em voo com balões de festa*, a significação, como vimos, é construída através de sentidos que as palavras trazem como passado de outras enunciações, bem como dos enunciados dos quais já fizeram parte e situam o leitor de um modo peculiar, desafiando-o a construir significados com o texto.

Percebemos que a notícia em estudo atualiza passados memorados tais como: a memória referente à mídia e ao jornalismo em suas relações de consumo, além da manutenção de ideias a que muitos jornais se propõem; a memória relacionada à função social de padre, bem como suas atribuições enquanto liderança religiosa de uma comunidade; e a memória relativa ao voo - no caso, o voo com balões de festa -, ligada aos pré-requisitos necessários a essa prática e às condições climáticas a ela indispensáveis.

Nesse sentido, os passados memorados atualizados orientam argumentativamente o texto, apontando a culpabilidade de Adelir pelo próprio desaparecimento, uma vez que o padre: tinha conhecimento das condições climáticas desfavoráveis ao voo; foi alertado por sua equipe de apoio, sendo aconselhado, inclusive, a adiar a viagem; não sabia operar o aparelho de posicionamento global – GPS; utilizou os balões de festa fora de sua função prototípica de decorar festas, sabendo dos possíveis riscos que corria.

GUEDES, Marise Rodrigues; ALOMBA RIBEIRO, Maria D'Ajuda. Os caminhos do sentido na notícia: memória discursiva e orientação argumentativa. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 88-101, dez.2015.

Assim, ao lado de apenas informar o leitor sobre determinado fato, o modo como a notícia é construída apresenta argumentos que conduzem os caminhos de sentido do texto à responsabilização do padre pelo próprio desaparecimento. A interpretação desses argumentos é possível devido às memórias discursivas que rememoram enunciações passadas e fazem com que os enunciados signifiquem na notícia. Dessa forma, as memórias nela atualizadas acabam por desconstruir a noção de imparcialidade que geralmente está atrelada a esse gênero textual.

Referências

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. São Paulo: Cultrix, 1987.

_____. Polifonía y argumentación. **Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso**. Cali: Universidad del Valle, 1988.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português**. 3ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Semântica do acontecimento**. 2ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Dois modos de não dizer eu. In.: FONTANA, Mônica; GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **A palavra e a frase**. Campinas: Pontes editores, 2006.

_____. **Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português**. 4ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino**. Campinas: RG, 2011.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Linguística: Questões e Controvérsias**. Série Estudos, número 10, Uberaba, Fiube, 1984.

_____. **As Formas do Silêncio**. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

VALLE, Dimitri do. **Padre desaparece em voo com balões de festa**. São Paulo: 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2204200801.htm#_=_>, acesso em: abr. 2015.

Anexo – Transcrição da notícia “Padre desaparece em voo com balões de festa”

Padre desaparece em voo com balões de festa

Suspenso por mil bexigas com gás hélio, Adelir Antônio de Carli, 42, tentava bater recorde mundial de balonismo caseiro.

Mesmo com céu nublado e chuvoso, ele partiu de Paranaguá (PR) e, em seu último contato, disse que iria cair no litoral de SC.

DIMITRI DO VALLE
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA

Suspenso por cerca de mil balões de festa cheios de gás hélio, um padre de 42 anos desapareceu na noite de anteontem no litoral de Santa Catarina.

Praticante do balonismo caseiro, também conhecido como navegação em balões de festa, o padre Adelir Antônio de Carli, 42, tentava bater um recorde mundial da categoria -queria ficar 20 horas no ar.

Segundo a equipe de apoio do padre, o recorde pertence a dois norte-americanos que ficaram 19 horas no ar.

Além do recorde, o padre dizia ainda que iria divulgar a Pastoral Rodoviária, de apoio a caminhoneiros.

Carli partiu de Paranaguá (96 km de Curitiba) às 13h de domingo. Seu destino era Ponta Grossa (113 km de Curitiba), a 180 km do local da decolagem.

Mesmo com o céu nublado e pancadas de chuva, o padre manteve o vôo. Segundo o empresário José Agnaldo de Moraes, da equipe de apoio, Carli chegou a ser aconselhado a adiar a viagem, mas se recusou. “Ele sempre tomou a última decisão sobre o que fazer.”

Nesse tipo de navegação, o balão depende da direção do vento e é apenas controlado pelo piloto nos momentos de subida ou descida. A suspeita é que o balão do religioso tenha sido atingido por uma corrente de vento. Por causa disso, ele foi levado para o mar, em sentido oposto ao de Ponta Grossa, seu destino original. Ele chegou a atingir 5.500 m de altura, segundo a equipe de apoio.

Por celular via satélite, o padre entrou em contato com os bombeiros de Guaratuba (PR) e disse que precisava que alguém o ensinasse a operar o aparelho de GPS (sistema de posicionamento global) que portava. Disse ainda que a bateria do seu telefone estava acabando.

Carli fez o último contato do balão com bombeiros de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina, às 20h45 de anteontem. Informou que perdia altura e que precisava de resgate, pois iria cair no mar.

O padre dizia estar a 20 km da costa, entre as cidades de São Francisco do Sul e Barra do Sul. Pela costa, o local fica a 90 km do ponto da decolagem. [...]

ARGUMENTAÇÃO E PERSUASÃO EM GÊNEROS TEXTUAIS

Rosalice Botelho Wakim Souza Pintoⁱ

Resumo: Este artigo perspectivado em uma linguística dos gêneros (RASTIER, 1989, 2001; BOUQUET, 2004) visa, a partir de uma metodologia descendente de análise (BRONCKART, 1999, 2004), observar de que forma algumas estratégias argumentativas presentes em certos gêneros textuais (os persuasivos) são condicionadas por aspectos contextuais. Para atender este objetivo, este trabalho será dividido em três partes. Num primeiro momento, o termo *argumentação*, numa perspectiva de gêneros, será aqui definido. Em seguida, mostrar-se-á de que forma a *argumentação* em um gênero textual pode ser textualmente descrita, tanto por elementos contextuais, quanto por organizacionais, estilísticos e enunciativos ampliados. Por fim, observar-se-ão algumas estratégias argumentativas presentes em um estudo de caso: um exemplar de um outdoor político. Com isso, tenciona-se mostrar que, ao se descrever a argumentação em textos, os aspectos contextuais estão dinamicamente indexados aos elementos internos.

Palavras-chave: Argumentação. Linguística dos gêneros. Gênero textual. Metodologia descendente de análise.

Abstract: This paper, which adopts the perspective of the Linguistics of genres (RASTIER, 1989; BOUQUET, 2004), aims at observing, from a top-down methodological analysis (BRONCKART, 1999, 2004), in which way some argumentative strategies in certain text genres (the persuasive ones) are constrained by contextual aspects. To reach this objective, this paper is divided in three parts. Firstly, the term *argumentation* in a text genre, will be defined. Secondly, it will be shown that the *argumentation* in text genre can be textually described both from contextual elements and from organizational, enunciative and stylistic aspects. At last, some argumentative strategies will be observed in a case study: a portuguese political poster. This means that to analyse the argumentation in texts, contextual aspects are dynamically indexed to internal elements and must be considered in textual analysis.

Keywords: Argumentation. Linguistics of genres. Text genres. Top-down methodology of analysis.

ⁱ Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) pesquisadora colaboradora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa e colaboradora do Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Universidade Nova de Lisboa. E-mails: rosapinto1@netcabo.pt; rpinto@fcsh.unl.pt.

Introdução

Este artigo, que segue o quadro teórico de uma Teoria do Texto, perspectivado numa Linguística dos Gêneros (RASTIER, 2001, p. 231), objetiva demonstrar que a argumentação, inserida forçosamente em determinada prática textual, deve ser descrita tanto por aspectos contextuais quanto por elementos micro-textuais.

Ao se relevar a importância da dimensão contextual (sócio-histórica), forçosamente incorporada ao estudo da argumentação, considera-se toda a complexidade a ela atrelada – aspecto ainda pouco evidenciado em outras abordagens linguístico-textuais que trouxeram o estudo da argumentação em textos/gêneros textuais e/ou discursivos (BRONCKART, 1999; ADAM, 2013).

De forma a atingir o objetivo proposto, admite-se aqui que um agente produtor, ao produzir determinado texto empírico, deve, com certa regularidade, adotar modelos de texto já previamente existentes no arqutexto e adaptá-los, de forma mais ou menos criativa. Essa adaptação dar-se-á em função das atividades/práticas sociais, do papel social dos interlocutores, das próprias representações individuais e sociais do agente produtor em função do seu conhecimento de mundo e da finalidade a que se propõe. Sublinha-se que gêneros menos instituídos, como salienta Maingueneau (2005), seriam mais permeáveis a ‘flutuações’ do que outros.

É exatamente face ao caráter dinâmico, social, interativo da categoria gênero, que se deve levar em conta toda essa complexidade, evitando reducionismos de vários tipos. Como menciona Maingueneau:

É acordado hoje de pensar que a noção de gênero tem um papel central na análise do discurso que objetiva a não considerar os lugares independentemente das falas que autorizam (redução sociológica), nem as falas independentemente dos lugares aos quais estão atreladas (redução linguística) (MAINGUENEAU, 2004, p. 107, destaque meu).

A partir do pressuposto de que todo texto está forçosamente integrado a um gênero, procura-se mostrar, seguindo uma metodologia descendente de análise, privilegiada dentro do programa de trabalho do Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD), de que forma a escolha pelo agente produtor de determinadas estratégias argumentativas pode vir a ser influenciada por aspectos genéricos.

De fato, quando das análises, considera-se que se deve inicialmente pontuar as atividades de linguagem (práticas sociais). Em seguida, passa-se aos textos –

submetidos a coerções genéricas várias e à sua semiotização plurissemiótica ou multimodal¹ (recursos verbais e não verbais utilizados em sua materialização).

Este trabalho, que recupera aspectos desenvolvidos em trabalhos anteriores (PINTO, 2010, 2011), dividir-se-á em três partes. Num primeiro momento, as noções de argumentação no gênero (doravante ANG) e gênero persuasivo serão apresentadas. Em seguida, a partir da análise de um estudo de caso (*outdoor* político), verificar-se-ão algumas estratégias argumentativas utilizadas, demonstrando o seu constrangimento em função da prática social em que este exemplar de gênero textual se insere.

1 Alguns aspectos teóricos

No escopo deste trabalho, o termo *argumentação*, como mencionado, assume uma complexidade ainda pouco descrita pelas abordagens linguístico-textuais que o estudaram. Refere-se aqui aos trabalhos pioneiros de Anscombe & Ducrot sobre o estudo da argumentação numa abordagem pragmático-semântica, ou ainda aos da linguística textual e do ISD que a consideraram, sobretudo, ao nível das sequências textuais, com suas especificidades (ADAM, 1999; BRONCKART, 1999). Considera-se que o ato de argumentar, de forma a ter um efeito persuasivo, deve, evidentemente, ser descrito do ponto de vista linguístico (ou melhor plurissemiótico) e retórico, mas também deve estar relacionado às diversas práticas sociais em que está integrado. De fato, aceitar a noção de argumentação neste sentido - mais lato do que o trabalhado nas abordagens teóricas tradicionais - exige considerar, à partida, a natureza social dos textos e, conseqüentemente, o vínculo dos mesmos às dimensões humana e social².

E é no intuito de ‘dar conta’ da complexidade do ato de argumentar que se define o termo ANG. Este corresponde a todos os mecanismos plurissemióticos (verbais e não verbais) presentes em textos que circulam nas diversas atividades sociais (e são por elas coibidos), sendo que estes têm como objetivo persuadir determinado interlocutor a perfazer determinado ato, aderir a uma ideia, ser

¹ Pela abordagem multimodal, considera-se que existem várias modos semióticos produtores de sentido, não apenas os de caráter verbal. Nestes estão incluídos a imagem, os gestos, a prosódia, os elementos cromáticos e tipográficos, dentre outros. Cada um destes sistemas semióticos são sócio-culturalmente moldados e apresentam especificidades descritivas. Para mais detalhes, ver os trabalhos de Kress & Van Leeuwen (1996) ou Kress et al. (2001).

² Amossy (2012, p.5), inclusive, afirma, ao mostrar a relação estabelecida entre um ordenamento lógico de argumentos e o seu ‘sentido discursivo’, que é a partir da colocação dos argumentos no mundo discursivo que são atribuídos sentido e força a esses mesmos argumentos.

convencido a agir de certa forma. E, evidentemente, o trabalho de análise dos mesmos só poderá ser realizado numa perspectiva descendente, como preconizado por Bronckart (2005), isto é, “das atividades sociais às atividades de linguagem, destas últimas aos textos e aos seus componentes linguísticos”. Contudo, evidentemente, a estes também deve se considerar a forma composicional (organizacional) em que essas unidades são estruturadas e organizadas, como afirma Bronckart:

Os textos constituem os correspondentes empíricos das atividades de linguagem, realizados com os recursos de uma língua natural. São *unidades comunicativas globais*, cujas características composicionais dependem tanto das propriedades das situações de interação e das relativas às das atividades gerais que elas comentam, quanto das condições histórico-sociais de sua elaboração (BRONCKART, 2004, p.103).

E ainda, face à grande variedade de gêneros textuais que circulam socialmente, interessa-se aqui pelo estudo de um grupo específico de gêneros textuais: os persuasivos. Estes, como todos os outros, estão evidentemente integrados a atividades de linguagem/práticas sociais. Contudo, apresentam certa especificidade. O aspecto persuasivo associado à funcionalidade está sempre presente e, além disso, quando da análise dos textos que apresentam esta característica, a argumentação assume uma maior complexidade. Com isso, ela deve ser descrita a partir de aspectos linguístico/não linguísticos (no caso de gêneros plurissemióticos), retóricos, organizacionais que estão em contante interação entre si e com outros elementos contextuais. Dentre os aspectos retóricos, salientam-se as imagens do locutor (*ethos*) e do interlocutor (*pathos*), suscitando neste certa ‘empatia’ e, provavelmente, uma adesão a certa ideia defendida textualmente. Defende-se que serão as estratégias linguístico-textuais selecionadas pelo agente produtor que permitirão a identificação desses perfis imagísticos. Na verdade, advoga-se a tese da existência, no interior de cada texto inserido num gênero textual persuasivo, de uma argumentação complexa, dinâmica e, conseqüentemente, própria e diferenciada.

Ressalta-se aqui que essa argumentação, a ANG, é uma categoria abstrata e só pode ser analisada no interior dos textos, a partir da materialização plurissemiótica dos mesmos. Porém, para que essa face argumentativa dos textos seja inteligível, insiste-se no fato de que não se pode deixar de levar em conta os aspectos contextuais. Assim, a metodologia descendente de análise preconizada pelo ISD é importante para a análise textual. Apresenta-se a seguir o quadro analítico para a análise dos textos em gêneros persuasivos.

Tabela 1: Grade de análise de um texto pertencente a um gênero persuasivo

Dimensão contextual	
Componentes³	Definição
- Arquitextual	Textos já existentes diretamente relacionados, consistindo uma espécie de memória textual
- Situacional Lugar/Época de produção e de circulação Instâncias interlocutivas/estatuto dos interlocutores Finalidade Suporte Material	Lugar e época em que os textos foram produzidos / ou que circularam Pessoas responsáveis pela produção/interpretação / papel social e institucional dos interlocutores Objetivo do ato comunicacional Suporte utilizado, colocação na página, escolha tipográfica
- Peritextual	Fronteiras do texto
- Metatextual	Discurso sobre o gênero característico da formação sociodiscursiva e também das teorias desenvolvidas sobre o gênero.
- Discursiva	Prática sociodiscursiva onde o texto está integrado.
- Intertextual	Ecos dos textos nele presentes
Dimensão linguístico-textual	
Componentes	Definição
Organizacional	Planos de texto (tipos de discurso ⁴ e sequências), Escolha semântica e temática. Argumentações internas e externas ⁵ .
Estilística	Textura micro-linguística (organizadores textuais, modalizações, aspectos multimodais, dentre outros elementos)
Enunciativa Ampliada	Grau de responsabilidade dos enunciados, identidade e implicações dos enunciadores (<i>ethos</i> ⁶ e <i>pathos</i>).

³ Embora apresentem-se aqui todos os componentes, para as análises serão trabalhados os elementos contextuais mais relevantes para a determinação dos elementos linguístico-textuais. Um trabalho mais completo de análise poderá ser observado em Pinto (2010).

⁴ Segundo Bronckart, os tipos de discurso correspondem a unidades linguísticas infra-ordenadas, relacionadas aos modos de enunciação. Existem quatro tipos : o discurso interativo, o teórico, a narração e o relato interativo. Em uma língua natural, estes tipos são semiotizados por unidades linguísticas relativamente estáveis. Para detalhes, ver BRONCKART (1999, cap. V).

⁵ Segundo Carel e Ducrot, na nova versão da *argumentação na língua*, a teoria dos blocos semânticos, (TBS), o léxico, os enunciados e os parágrafos, podem ser traduzidos por discursos normativos ou transgressivos. Os primeiros são traduzidos por aspectos em “então” *donc* (DC) e os outros pelos aspectos em “contudo” /*pourtant* (PT). E ainda a *argumentação interna* constitui uma espécie de paráfrase de uma entidade; por outro lado a *argumentação externa* desta mesma entidade corresponde a um dos aspectos onde esta mesma unidade aparece como antecedente ou consequente (CAREL, 2001, p.10-21; DUCROT, 2001, p. 22-40).

A partir da exposição desse quadro teórico, passar-se-á à análise do exemplar de um gênero persuasivo: um *outdoor* político português que circulou em Portugal, na época da eleição do 1º Ministro em 2002, de forma a ilustrar os aspectos apresentados.

Considerar-se-á que o exemplar selecionado constitui um exemplar prototípico⁷ do gênero em questão uma vez que o texto apresenta o *ar de família* do gênero textual ao qual se integra.

No entanto, inicia-se pela definição do gênero textual *outdoor* político, apresentando algumas características genéricas a ele associadas.

2 Gênero textual *outdoor* político

É necessário, logo inicialmente, esclarecer o conceito aqui atribuído a *outdoor*. Para Marcuschi (2008), o *outdoor* é considerado um suporte, definido pelo autor como um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. É através do suporte que um texto se torna visível à comunidade. Contudo, aqui, considera-se que o termo *outdoor político* diz respeito a propagandas/publicidades políticas com circulação em *outdoors* e, conseqüentemente, corresponde aqui a um gênero textual.

Tendo esclarecido este conceito, pode-se afirmar que o gênero textual *outdoor político* é essencialmente persuasivo. Visa a levar um eleitor a votar em um partido (Portugal – regime parlamentarista) ou em um candidato (Brasil – regime presidencialista). Os eleitores a partir de conhecimentos prévios de modelos de texto já interiorizados (dimensão arquitextual) em sua memória a longo termo podem reconhecer esse gênero, interpretando-o e reproduzindo-o, com maior ou menor criatividade. Evidentemente, os recursos plurissemióticos utilizados (multimodais) são coibidos por questões textuais diversas.

Como afirma Charaudeau (1991, p. 46), no que tange à dimensão espacial, a comunicação através de um *outdoor* supõe a restituição de um

⁶ A noção de *ethos* foi transposta para a linguística por Ducrot (1984), a partir dos estudos aristotélicos. Para Ducrot, o *ethos* corresponde à imagem do locutor transmitida no enunciado.

⁷ Para Lakoff, prototípico corresponde à ideia de que os membros de uma categoria podem estar relacionados uns aos outros sem que haja uma propriedade comum que defina essa categoria (LAKOFF *apud* KLEIBER 1990, p. 151).

espaço tridimensional no interior de uma superfície bidimensional. Dessa forma, existe uma construção espacial relativamente complexa.

Do ponto de vista da circulação, os *outdoors* políticos circulam, em Portugal, em locais bem diversificados: rotatórias, ‘entradas de cidade que implicam redução de velocidade dos automóveis, por exemplo. Devem respeitar, no entanto, diretivas fixadas pela legislação vigente no país. O importante é ressaltar que o constrangimento causado por estes espaços de circulação ocasiona também determinadas limitações ao nível da construção linguístico-textual desses textos. Assim, o que se verifica nestes gêneros textuais é a presença de enunciados verbais bem curtos de forma a serem facilmente lidos e apreendidos pelo público em geral. Estes enunciados devem se distinguir tanto pela dimensão, quanto pelos aspectos gráficos apresentados. Convém ressaltar, ainda, a relevância da imagem/fotografia que deve ser apresentada de forma a estabelecer uma distância comunicativa com o leitor.

Acrescenta-se, também, que a produção dos *outdoors* políticos também segue a temporalidade de determinada campanha política (eleição de presidente, ministro, deputados, em função da realidade política do país). Com isso, existe uma cronologia e uma sequencialidade da campanha que é respeitada, mantendo inclusive um diálogo intertextual com as propostas do(s) outro(s) partido(s) com o(s) qual(is) são estabelecidos diálogos intertextuais. Como salienta Charaudeau (1991, p. 49): “O significado do *outdoor* político não está verdadeiramente nele próprio”.

O estudo de caso que se apresenta é do Partido Socialista (doravante PS) português que circulou em Portugal, na primeira vaga de cartazes políticos do PS, em 2002. Todos os cartazes pontuavam aspectos/valores morais atribuídos ao candidato Ferro Rodrigues, líder do partido na altura e ao próprio partido. Nesta primeira fase, várias unidades lexicais são utilizadas para atribuir credibilidade ao partido/candidato: *coragem*, *determinação*, *seriedade*. Essas unidades eram veiculadas nos cartazes junto com a foto do candidato e alguns elementos identitários do próprio partido: o logo (anterior e o novo), o site, as cores. O exemplo que será analisado tem como unidade lexical de destaque o termo *determinação*. Já no final da campanha desse mesmo partido são atos diretivos que predominam para persuadir o público a votar no candidato: *Vote num Portugal solidário* é o slogan que predomina nesta segunda etapa.

3 Outdoor político do PS: breve contextualização

Em 2001, mais precisamente em dezembro, o Primeiro Ministro Português, António Guterres, líder do PS, pediu demissão em função das derrotas sofridas nas diversas Câmaras Municipais do país. Com isso, a eleição para o Primeiro Ministro em Portugal foi antecipada. Os dois partidos com maior força de votação no país apresentaram os seus líderes para concorrer às eleições: (PS) - Ferro Rodrigues e Partido Social Democrata (PSD) – Durão Barroso. O primeiro candidato ainda muito pouco conhecido do grande público.

3.1 Outdoor do PS: Aspectos situacionais relevantes

Como se observa na Figura 1, o exemplar selecionado é facilmente identificável como pertencente ao gênero textual *outdoor político*:

Figura 1 – Imagem do *outdoor* do PS - 2002



Fonte: Site do Partido Socialista (PS), de Portugal: www.ps.pt

Apresenta a fotografia do candidato do PS, Ferro Rodrigues, que constitui uma unidade textual não verbal, acompanhado pela unidade verbal *Determinação* (localizada na parte vermelha do cartaz). Na parte inferior, temos várias referências que identificam o partido: o símbolo do PS (o punho fechado), as iniciais do PS, o endereço de seu site. No mundo ocidental, em que se vive, a partir dos conhecimentos prévios dos modelos interiorizados de textos, pode ser identificado este exemplar como um *outdoor político*.

Do ponto de vista situacional, já foi apontada a relevância do lugar e do tempo de circulação desse texto, explicitando-se que o fato de estar fixado em rotatórias ou locais em que há redução de velocidade, contribui para as escolhas tipográficas e cromáticas utilizadas. A unidade textual *Determinação* está com caracteres maiúsculos e retos e em negrito, na parte vermelha do cartaz, tornando-a facilmente inteligível pelo leitor que consegue, perfeitamente, em pouco tempo, associá-la ao candidato e ao partido.

Além desse aspecto, o texto apresenta uma finalidade persuasiva bem clara: convencer os eleitores a votar no PS. Mas como é que está argumentação de caráter persuasivo é construída ao nível da dimensão linguístico-textual, lidando com questões organizacionais, estilísticas e enunciativo-ampliadas.

3.2 Outdoor do PS: aspectos linguístico-textuais relevantes

Do ponto de vista organizacional, pode-se observar que a unidade textual *Determinação* pode desencadear várias *argumentatações* externas⁸ possíveis:

1. [Este senhor tem determinação, conseqüentemente tem condição de resolver problemas]
2. [Este senhor tem determinação, então vai vencer obstáculos]
3. [Este senhor tem determinação, então tem condição de ser primeiro ministro]

Ao se observar as três continuações possíveis para a unidade *Determinação*, evidentemente associado à fotografia, nota-se que a terceira é a mais adequada ao universo textual em análise.

E, ainda, pode-se associar a unidade textual *Determinação* às iniciais do partido, ao símbolo e ao site e outras argumentações externas poderiam ser desencadeadas:

1. [Se quiser alguém com determinação vote no partido] (enunciado inferido a partir do punho fechado);

⁸ Para Carel (2001), pela Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), a toda entidade linguística estão associados dois tipos de argumentação: um interno e um externo. Pelo primeiro, poder-se-ia pensar que a unidade lexical pode ser parafraseada por discursos em Portanto (PT) e Contudo (CT). Através do segundo, cada entidade lexical poderia apresentar continuações possíveis em (PT) e (CT).

2. [Se quiser alguém com determinação, vote no partido] (enunciado inferido pelas iniciais do partido);
3. [Se quiser alguém com determinação, vote no partido] (identificado pelo site (enunciado inferido a partir do site)

Na verdade, todos esses ‘discursos’ (aqui adota-se o conceito atribuído a discurso pela TBS) são inferidos a partir da unidade verbal *Determinação*, associados às unidades presentes na parte verde do *outdoor*.

Quanto aos aspectos estilísticos, evidencia-se aqui a importância das cores e da tipografia no texto em análise, funcionando como organizadores textuais, associando-se à segmentação do texto, atuando em sua planificação. Por exemplo, no caso em análise, a cor vermelha, presente em cerca de um terço do cartaz isola o *argumento da tese* (esta diz respeito ao símbolo, às iniciais e ao *site* do partido) defendida no *outdoor* em análise. Ao mesmo tempo, a tipografia da unidade textual *Determinação* é distinta das outras unidades. Na verdade, essa unidade funciona como argumento a serviço de todo o universo textual.

As cores (da bandeira de Portugal) funcionam também como *marcadores de modalidade* (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996, p. 160)⁹. As tonalidades do verde e do vermelho são diferentes, desencadeando uma ideia de uma bandeira em movimento, o que evidencia, talvez, a dinamicidade do partido e a sua determinação (unidade textual explicitada no cartaz). Na realidade, todos os modos semióticos interagem entre si, de forma dinâmica.

Ainda, a relevância da fotografia do candidato é fundamental neste texto. Do ponto de vista do *significado interativo* (aspecto a ser aqui ressaltado), observa-se que o candidato do PS (*participante representado*) olha diretamente para os olhos do interlocutor, criando assim uma espécie de *demanda*. No caso, o observador da imagem é levado a entrar em contato direto com a fotografia, estabelecendo certa afinidade. Na sociedade em que vivemos tal forma de estabelecer contato cria transparência e credibilidade.

⁹ Nesta publicação, adaptando trabalhos anteriores de Halliday, tais autores assumem que todo modo semiótico possui recursos para realizar três funções básicas denominadas de: significados representacionais, interativos e composicionais, cada qual apresentando certa especificidade descritiva. No caso, deter-se-á prioritariamente no significado interativo (fundamental em gêneros textuais persuasivos). Este é expresso pelo tipo de interação estabelecida entre os participantes representados, os produtores da imagem e os espectadores das mensagens visuais, por meio de vários recursos: sistema do olhar, enquadramento e perspectiva. Para detalhes sobre a questão ver Kress & van Leeuwen (1996) e Pinto (2011).

Com isso, esse *significado interativo* corrobora o teor persuasivo do gênero textual em análise.

Em relação à *distância social*, os planos variam em função da relação que é estabelecida entre o participante representado e os observadores. No texto analisado, é o plano médio que é apresentado, ou seja, a foto do candidato a partir do ombro. Com isso, o produtor da imagem quer estabelecer certa objetividade, transmitindo seriedade e credibilidade ao mesmo tempo ao candidato fotografado. Salienta-se que as fotos em *close up* transmitem um tom mais emocional ou afetivo, o que não é condizente com este gênero textual.

Ainda, quanto à *atitude*, nota-se que os ângulos oblíquo e frontal denotam diferenças relativas ao afastamento e ao envolvimento do produtor da imagem em relação àquilo que apresenta. O que se observa no exemplo, é a predominância do ângulo frontal, criando certo envolvimento entre o produtor e o participante representado. Deve-se lembrar que o responsável pela fotografia é um representante também do marketing do partido político e, como tal, comprometido diretamente com a busca por sua vitória nas eleições.

Ressalta-se ainda que a imagem está em ângulo no mesmo nível do olhar do provável leitor, criando certa parceria entre o candidato e o povo. Na verdade, representa-se aqui um político que está próximo à comunidade e, assim, pronto para exercer a sua função em prol do bem-estar social.

Evidentemente, os aspectos estilísticos não-verbais aqui enumerados interagem de forma dinâmica, por exemplo, com os verbais. Poder-se-ia pensar, inclusive, que a existência do ponto final na unidade textual *Determinação* poderia vir a atribuir certo valor epistêmico a esta unidade textual. Este valor axiologicamente positivo atribuído à esta unidade é, estilisticamente importante para conceder credibilidade a este candidato.

Através dos diversos elementos analisados (organizacionais, estilísticos), poder-se-á depreender o *ethos* de credibilidade, de transparência, de seriedade atribuído ao candidato, visando a atingir um eleitor mais racional (*pathos* de racionalidade).

Considerações finais

Neste trabalho, foram apresentadas algumas estratégias argumentativas específicas num exemplar de gênero persuasivo: o *outdoor* político. A complexidade do objeto de análise e a relevância da panóplia de recursos

semióticos (com especificidades descritivas específicas) foram mostradas. Com isso, o analista é obrigado a percorrer preceitos teóricos diversos, mas complementares.

Evidentemente, lidou-se aqui, por limitações espaciais, com um texto singular, representativo de um gênero textual persuasivo. Outros exemplares do mesmo gênero devem ser analisados para que o gênero textual *outdoor* político possa ser detalhadamente descrito em seu caráter genérico.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **Linguistique textuelle**: des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

_____. **A Linguística textual**. Introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

AMOSSY, Ruth. Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours? Problématiques et enjeux. **Argumentation et analyse du discours**, n. 9, disponível em: <http://aad.revues.org/1346>. Acesso em: 24 set. 2015.

BOUQUET, Simon. Linguistique générale et linguistique des genres. **Langages**. Paris, n. 153, p. 3-14, 2004.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

_____. Commentaires conclusifs. Pour un développement collectif de l'interactionnisme socio-discursif. **Calidoscópio**, n. 2, v. 2, p.113-123, 2004.

_____. Os gêneros do texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento. In: MENÉNDEZ, Fernanda Miranda (Org.). **Análise do Discurso**. Lisboa: Hugin, 2005. p. 39-79.

CAREL, Marion. Argumentation externe et argumentation interne au lexique. **Langages**, Paris, n. 142, p. 10-21, 2001.

DUCROT, Oswald. **Le Dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.

_____. Critères argumentatifs et analyse lexicale. **Langages**, Paris, n. 142, p. 22-40, 2001.

KLEIBER, Georges. **La sémantique du prototype**: catégories et sens lexical. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

PINTO, Rosalice Botelho Wakim Souza. Argumentação e persuasão em gêneros textuais. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 102-114, dez.2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Retour sur une catégorie: le genre. In: ADAM, Jean-Michel et al (éds). **Texte et discours: catégories pour l'analyse**. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004. p. 107-118.

_____. As categorias da análise do discurso. In: MENÉNDEZ, Fernanda Miranda (Org.). **Análise do Discurso**. Lisboa: Hugin, 2005. p. 83-105.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

PINTO, Rosalice B. W. S. **Como argumentar e persuadir: práticas política, jurídica, jornalística**. Lisboa: Quid Juris, 2010.

_____. **Multimodalidade em outdoors políticos: propostas de análise**. In: ANDRADE, Carlos; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco (Org.). **Práticas linguístico-discursivas: alguns caminhos para aplicação teórica**, São Paulo: Terracota, 2011.

KRESS, Gunther; Van LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design**. London: Routledge, 1996.

KRESS, Gunther *et al.* **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Routledge, 1996.

RASTIER, François. **Sens et textualité**. Paris: Hachette, 1989.

_____. **Arts et Sciences du Textes**. Paris: PUF, 2001

UMA VISÃO GERAL DAS TEORIAS DO HUMOR: APLICAÇÃO DA INCONGRUÊNCIA E DA SUPERIORIDADE AO SARCASMO

Sabina Tabacaruⁱ

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão de duas grandes teorias do humor: a da Superioridade e a da Incongruência. Nós aplicamos essas duas teorias ao estudo do sarcasmo, que tem sido visto como um caso paradigmático de ironia (TOBIN & ISRAEL, 2012) ou uma subcategoria dela (KIHARA, 2005). A retomada dessas teorias ajuda a esclarecer o fenômeno do sarcasmo, pois explica como ele se apoia em certas características de ambas as perspectivas. Nós analisamos exemplos de duas séries de televisão, *House M.D.* e *The Big Bang Theory*ⁱⁱ, as quais apresentam grande número de comentários sarcásticos. Esses exemplos são explicados a partir das duas perspectivas, mostrando como o sarcasmo constantemente se baseia na incongruência de certas ideias apresentadas pelo falante e na existência de um alvo que é ridicularizado no discurso.

Palavras-chave: Incongruência. Superioridade. Sarcasmo. Análise do discurso.

Abstract: This article presents a review of two major humor theories: Superiority and Incongruity. We apply these two theories to the study of sarcasm, which has been seen as a paradigm case of irony (TOBIN & ISRAEL, 2012) or a subcategory of irony (KIHARA, 2005). Reviving both these theories helps to shed some more light into the phenomenon of sarcasm, by explaining how it draws certain features from both perspectives. We analyze examples from two television-series, *House M.D.* and *The Big Bang Theory*, both of which include a great number of sarcastic remarks. These examples are explained from the two perspectives, showing how sarcasm constantly builds on the incongruity of certain ideas presented by the speaker as well as the existence of a target that is mocked in the discourse.

Keywords: Incongruity. Superiority. Sarcasm. Discourse analysis.

ⁱ Doutora pela Université Charles de Gaulle, Lille 3 & Katholieke Universiteit Leuven. Docente pela Université Charles de Gaulle, Lille 3. E-mail: sabina.tabacaru@laposte.net.

ⁱⁱ N.T. A série americana *House M. D.* recebeu, no Brasil, o nome de *House*; *The Big Bang Theory*, por sua vez, conservou seu nome original quando de sua exibição no Brasil.

Introdução

Toda análise de humor considera as três teorias que explicam como ele é construído: Superioridade, Incongruência e o modelo de Tensão-Relaxamento¹. A Teoria da Superioridade afirma que “o divertimento [...] emerge de sentimentos elevados de valor próprio após a difamação verbal de um alvo” (PERKS, 2012, p. 20). A Teoria da Incongruência é cognitiva por natureza e salienta que o divertimento se deve ao inesperado. De acordo com Raskin, o modelo de Tensão-Relaxamento (também chamado de Teoria do Alívio²) postula que o humor “promove liberação de energia mental, nervosa e/ou física” (1985, p. 38).

O presente artigo explora tanto a Teoria da Superioridade quanto a da Incongruência no uso do sarcasmo. Argumentamos que ambas as teorias podem ser utilizadas para uma análise do sarcasmo, uma vez que elas ressaltam a provocação (pseudo-)agressiva de um alvo, assim como enfatizam as interpretações incongruentes criadas pelos falantes durante as suas falas, o que é consistente com as ideias postuladas por ambas as teorias do humor³. Nós partimos de uma breve explicação das ideias propostas pelas duas teorias do humor, ao que se segue uma discussão sobre o sarcasmo a partir dessas duas perspectivas.

1 Teoria da Superioridade

Pode-se dizer que os filósofos antigos se apoiavam principalmente na Teoria da Superioridade (também chamada de Teoria da Depreciação, Hostilidade, Agressão, Escárnio). Platão foi o primeiro filósofo a notar que há, na raiz do divertimento cômico, malícia ou inveja. Ele enfatizou que o humor pode explorar falhas humanas de uma maneira cruel e observou que os seres humanos riem do que é ridículo nos outros. A mesma ideia é encontrada no trabalho de Aristóteles, para quem a comédia é “uma imitação de homens piores do que a média; piores, no entanto, não em relação a qualquer tipo de

¹N. T. Na versão original em inglês, *Tension-Release model*.

² N.T. Na versão original em inglês, *Relief Theory*.

³ Como afirmado por Raskin (198) e também conforme explicado a seguir, essas três teorias do humor podem ser consideradas complementares; entretanto, como nosso foco de atenção é a dimensão cognitiva e discursiva da construção do sarcasmo, enfocaremos apenas a abordagem da Superioridade e da Incongruência, em oposição ao modelo de Tensão-Relaxamento, que pode ser analisado como o efeito mental do humor.

defeito, mas apenas no que se refere a um tipo particular, o Ridículo, que é uma espécie do Feio” (*apud* PERKS, 2012, p. 127). As mesmas ideias são encontradas no trabalho de Cícero. Assim como a filosofia grega, que focava o aspecto negativo do humor e da risada, Cícero afirmava que a risada causa dor e é inspirada pelas anormalidades das outras pessoas.

Dentro desse quadro teórico, o humor é visto como uma comparação entre um falante e um ouvinte, por exemplo. O que nós consideramos humorístico é “a tolice dos outros” (JOECKEL, 2008, p. 418). Rimos quando as pessoas se comportam de forma imoral ou tola: “nossa risada parece proceder de um senso implícito de que nós somos superiores àqueles de quem rimos” (*ibid.*). Nesse sentido, Morreall (1987, p. 19) pensa que o humor é uma expressão de nossa “glória repentina quando nos damos conta de que, de alguma maneira, somos superiores a alguém.” Para Zabalbeascoa (2005, p.193), as piadas mais interessantes “envolvem algum tipo de vítima ou alvo”. Se não há vítima, o humor tende a ser infantil — alguns dos exemplos desse autor incluem humor escatológico e charadas.

Dessa forma, essa teoria, que remonta à filosofia clássica, pode ser relacionada à agressão. Por humor agressivo, entendemos 'rir de' alguém, isto é, ver a outra pessoa como um oponente ou adversário. Tipos de humor como sarcasmo ou hipercompreensão⁴ (BRÔNE, 2008) tomam explicitamente como alvo uma vítima e estão ligados diretamente a sentimentos de superioridade. Não se pode ser agressivo com uma árvore, nem se pode ofendê-la, afirma Attardo (2002). Zabalbeascoa (2005, p. 196) sugere que se pode, no entanto, abertamente tomar árvores como alvo, ou instituições, ambientalistas, autoridades locais etc. Tais mecanismos, de acordo com Perks (2012, p. 129), não são (sempre) utilizados para entreter uma audiência, mas também para “demonstrar a astúcia do falante”. Rir é vencer, e indivíduos, grupos sociais, ideologias políticas, práticas ou crenças comuns e instituições tornam-se alvos a fim de que o divertimento possa ser obtido por meio da difamação (FREUD, 1989; ZABALBEASCOA, 2005; FERGUSON & FORD, 2008). As pessoas sentem-se bem consigo mesmas em comparação àqueles que estão ridicularizando (por qualquer motivo: falta de habilidade, defeitos etc.). O humor é visto principalmente como um triunfo sobre os outros.

⁴ N.T. Na versão original em inglês, *hyper-understanding*,

Entretanto, rir de outra pessoa não é o único elemento da Teoria da Superioridade. Nós também podemos rir de nós mesmos, e exemplos de humor autodepreciativo são comumente citados na literatura atualmente. Esse sentimento de superioridade ainda está presente em alguns casos, uma vez que, como indicado por Rapp (1947), o que se está ridicularizando é “uma figura de si mesmo em uma situação desconfortável.” Como assinalado por Morreall (1983), a parte que ri está dissociada da parte da qual se está rindo. Falantes podem sempre ridicularizar a si mesmos em, por exemplo, certa situação do passado, dissociando-a mentalmente do eu presente que está contando a piada.

Muitos exemplos se relacionam com a Teoria da Superioridade; considere-se o segmento (1) a seguir, analisado por Veale *et al.* (2006):

- (1) G.B. Shaw: Aqui está um convite para a noite de estreia da minha nova peça. Traga um amigo, se tiver algum.
Churchill: Receio que não possa comparecer à estreia. Mas talvez compareça à segunda noite, se houver uma.⁵

Como indicado por Veale *et al.* (2006), a fala inicial já é um ataque ao ouvinte (neste caso, Churchill). O ouvinte, copiando a base estrutural da fala inicial, consegue neutralizar esse ataque. Essa estratégia pode ser descrita como o uso de um trunfo sobre o outro por meio do paralelismo estrutural, que ecoa a escolha lexical do primeiro falante. A suposição introduzida pela construção condicional⁶ estabelece em ambos os casos um ataque abertamente assinalado na forma de uma pressuposição positiva (que o agente tem amigos ou que a peça não vai terminar na estreia). No entanto, a primeira pressuposição positiva também inclui um ataque a Churchill, cujo significado implícito é que Churchill não tem amigos. Pela repentina manipulação do espaço discursivo, Churchill consegue “virar o jogo⁷ e arrancar a vitória das garras da derrota” (ibidem, p.307, ênfase original). A pressuposição de Churchill sugere que a peça irá acabar na noite de estreia, o

⁵ N.T. Na versão original em inglês:

- (1) G. B. Shaw: Here is an invitation to the opening night of my new play.
Bring a friend, if you have one.
Churchill: I'm afraid I can't make it on the opening night.
But I may attend on the second night, if there is one.

⁶ N.T. Na versão original em inglês, *if-construction*.

⁷ N.T. Na versão original em inglês, *turning the tables*.

que dá a entender que ela é de má qualidade. Embora ambos tenham atacado um ao outro com sucesso, Churchill “é considerado vencedor porque seu ataque foi especialmente moldado” para imitar a forma da fala do seu oponente (ibidem).

Embora haja muitas formas de teorias da Superioridade (que vão de sarcasmo ao humor de gênero⁸), todas se centram na ideia de uma conclusão rápida que resulta em vitória para o vencedor e em derrota para o perdedor (GRUNER, 1997). O público aprecia a maestria verbal do agente em subverter a linguagem de um adversário (cf. VEALE et al., 2006).

2 Teoria da Incongruência

A Teoria da Incongruência, também conhecida como Teoria da Inconsistência, Contradição, Ambivalência ou Bissociação, articula-se tendo por base a noção de contraste. Teve sua origem na filosofia grega, a partir de Platão e Aristóteles, e foi posteriormente desenvolvida pelos estudiosos romanos (Cícero e Quintiliano). Estes filósofos, como criadores das bases da Teoria da Superioridade, destacaram algumas ideias que foram usadas mais tarde para desenvolver a Teoria da Incongruência.

Keith-Spiegel (1972) defende que Platão é um protótipo da Teoria da Ambivalência, que ressalta a percepção de dois sentimentos contrastantes. De acordo com ele, pessoas riem do que é novo ou inconsistente com seus esquemas prévios (cf. PERKS, 2012). Ainda que o principal livro de Aristóteles sobre comédia não tenha chegado aos dias de hoje, tem-se mencionado que sua visão do humor era baseada em uma combinação incongruente e no elemento surpresa (cf. JANKO, 1984, ATTARDO, 1994; PERKS, 2012). No entanto, a filosofia grega não foi a única a tratar da incongruência. Alguns estudiosos romanos, começando por Cícero, também descreveram métodos diferentes por meio dos quais um falante pode usar o elemento surpresa. Como notado por Attardo (1994), o trabalho de Cícero explicou os gêneros de humor, introduzindo a distinção entre humor verbal e referencial. Por um lado, o humor referencial inclui anedotas e caricaturas que se referem a outras pessoas. Por outro lado, o humor verbal inclui uma variedade completa de métodos, como ambiguidade, falsas etimologias, provérbios, interpretações

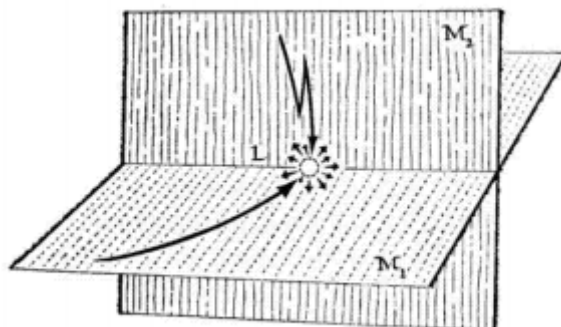
⁸ N.T. Na versão original em inglês, *gender humor*.

literais de significados figurativos, metáforas ou até ironia. Esta última categoria diz respeito à incongruência e ao inesperado. Como afirma Cícero, “de todas as piadas, nenhuma cria riso maior do que algo dito ao contrário das expectativas, do que existem inúmeros exemplos” (II.LXX). A diversão, neste caso, surge do sentimento de surpresa, visto que o discurso encaminha um significado diferente daquele antecipado pelo ouvinte.

Até o momento, todas essas explicações indicam que a incongruência gira em torno da ideia de que o humor é baseado em duas partes distintas que não se coadunam. Como observado por Morreall (2009), não é este o caso. A incongruência, como um fenômeno cognitivo, destaca o modo como a experiência humana é adquirida por meio de padrões aprendidos. Algumas vezes, nós percebemos ou imaginamos coisas e/ou eventos de forma diferente do nosso padrão mental: “O significado central da incongruência em teorias de incongruência padrão é que alguma coisa ou evento que percebemos ou sobre o qual pensamos viola os nossos padrões mentais normais e nossas expectativas normais” (MORREALL, 2009). A ideia de incongruência pode ser encontrada também em trabalhos de filósofos mais modernos, tais como Kant, Schopenhauer ou Kierkegaard. A visão de Kant sobre a incongruência, por exemplo, é demasiado complexa para ser elaborada aqui, mas, essencialmente, ele a vê como uma violação das nossas expectativas: “Em tudo que é para provocar uma vívida e convulsiva risada tem de haver alguma coisa absurda [...]. O riso é uma afeição decorrente da transformação repentina de uma expectativa tensionada em nada” (como citado em MORREALL, 2009). O foco é dado ao fato de que repentinamente ocorre, no discurso, um choque, uma mudança que geralmente reduz nossa expectativa a nada. Nesse sentido, Schopenhauer foi o primeiro a dar uma definição mais específica ao fenômeno: “a causa do riso em todos os casos é simplesmente a repentina percepção da incongruência entre um conceito e os objetos reais que têm sido pensados por meio dele em alguma relação, e a risada é apenas a expressão desta incongruência” (apud RASKIN, 1985, p. 31). De modo análogo, Koestler (1964) destaca a ideia de bissociação⁹, ao afirmar o papel que a experiência e a comunicação desenvolvem nas projeções mentais de ideias (cf. Krikmann 2006, p. 28). A figura 1, a seguir, apresenta a ideia de bissociação de Koestler:

⁹ N.T. Na versão original em inglês, *bisociation*.

Figura 1 - Visão de Koestler sobre a bissociação



De acordo com Koestler, o humor envolve uma variedade de estímulos intelectuais e emotivos aos quais o cérebro humano reage. Uma bissociação repentina de um evento mental a duas matrizes normalmente incompatíveis (M_1 e M_2) não permite que nossas emoções acompanhem esta rápida mudança e encontra sua solução no riso (L). Conforme já salientado por Brône e Feyaerts (2003, p. 1), a teoria da bissociação de Koestler é relevante, uma vez que “ele investiga os fundamentos cognitivos comuns de fenômenos muito díspares, como humor, criatividade artística e descoberta científica.” Como observado por Attardo (1994), essas são claramente as raízes das teorias de incongruência modernas. Anos mais tarde, Raskin (1985) desenvolveu a ideia de oposição de *script*¹⁰ em relação ao humor, que é influenciada pela Teoria da Incongruência. Para o melhor entendimento deste processo, considere-se o exemplo a seguir, retirado de Raskin (1985):

- (2) “O doutor está em casa?”, o paciente pergunta com um sussurro brônquico. “Não”, sussurrou em resposta a jovem e bonita esposa do médico. “Entre”¹¹.

Conforme indicado por Raskin, o humor, neste exemplo, tem como base a sobreposição de duas leituras distintas. Na sua teoria de oposição de *scripts*, dois *scripts* (também chamados de esquemas ou *frames* de referência) se sobrepõem. Os dois *scripts* compartilham uma determinada característica que faz a mudança de um significado para o outro possível. Este processo cognitivo é engraçado, como visto no exemplo (2). É óbvio que o paciente em (2) quer ver o

¹⁰ N.T. Na versão original em inglês, *script-oppositeness*.

¹¹ N.T. Na versão original em inglês:

No original: (2) “Is the doctor at home?” the patient asked in his bronchial whisper. “No”, the doctor’s young and pretty wife whispered in reply. “Come right in.”

médico, um fato evidenciado por seu “sussurro brônquico”. Enquanto o sussurro do paciente pode ser explicado por sua doença, o da “jovem e bonita esposa” do médico é deixado sem explicação. A incongruência surge quando a “jovem e bonita esposa” convida o paciente a entrar enquanto o médico não está em casa. Assim, um *script* não-sexual inicial (ou [-sexual]) sobrepõe-se à leitura do episódio com uma característica [+sexual], e é o convite da esposa que causa a mudança instantaneamente. A primeira situação (a saber, o paciente procurando um médico) é sobreposta por uma situação de adultério que é imposta ao leitor. Os detalhes dados pela piada (o “sussurro brônquico”, o verbo “sussurrar”) ajudam o leitor a reconhecer a nova situação e reinterpretar o texto de uma forma engraçada. Esses elementos (“sussurro”, “jovem”, “bela”) causam a mudança entre as duas interpretações incompatíveis ([-sexual] e [+sexual]). Sem isto, a primeira situação seria a única entendida pelo falante/escritor (mas possivelmente não a única que ouvinte poderia entender). Ou, conforme defendido por Pinker (1997), um *frame* de referência não é mais compatível com o contexto e tem de ser substituído por outro.

A Teoria da Incongruência, apropriadamente sintetizada por Krikmann (2006), refere-se ao processamento de informação textual por um receptor. A tentativa dele de encontrar a interpretação mais saliente do texto encontra um obstáculo semântico, “então alguns trabalhos cognitivos instantâneos serão feitos para superar a contradição e para que outra interpretação até então oculta possa ser encontrada” (KRIKMANN, 2006, p. 27).

3 Uma abordagem diferente

Outra possibilidade é que essas teorias do humor¹² não estejam realmente em conflito e devam ser consideradas complementares, ponto de vista também defendido por Raskin:

As três abordagens, na verdade, caracterizam o complexo fenômeno do humor a partir de ângulos muito diferentes e de forma alguma se contradizem - ao invés disso, elas parecem complementar-se muito bem¹³. Nos nossos termos, as teorias baseadas na incongruência se referem ao estímulo; as teorias da superioridade caracterizam as relações ou atitudes entre o falante e o ouvinte; e as teorias de liberação/relaxamento comentam apenas sobre os sentimentos e psicologia do ouvinte (RASKIN, 1985, p. 4).

¹² Isso inclui a Teoria do Alívio, da qual não tratamos aqui.

¹³ N.T. Na versão original em inglês, *quite nicely*

Portanto, falas humorísticas podem ser interpretadas a partir de diferentes pontos de vista, a depender de qual conceito se quer enfatizar. O exemplo (3) foi retirado de Weaver (2011, p. 29):

- (3) Q: Qual posição sexual produz as crianças mais feias?
A: Pergunte a um muçulmano...!!¹⁴.

Do ponto de vista da Teoria da Superioridade, o exemplo (3) visa ridicularizar os muçulmanos; eles são, portanto, inferiores a outros grupos étnicos. A Teoria da Incongruência permite ligar muçulmanos à feiúra, com uma repentina troca de um *frame* para o outro: a característica [+muçulmano] está ligada à característica [+feio]. Isso implica que, ao acessar o *script*¹⁵ [+muçulmano], o recipiente também acessará a característica [+feio] ao mesmo tempo (ou vice-versa). Essa mudança é dada pela segunda fala, quando os ouvintes são capazes de ligar as características uma à outra. Weaver conclui que “uma interpretação da piada que une as três teorias não precisa criar conflito.”

O humor é um campo muito vasto, que inclui variados exemplos, e muitos pesquisadores decidiram desenvolver essas teorias em conjunto. Kirkmann (2006, p. 28) observa que teorias linguísticas sobre o humor giram em torno da Teoria da Incongruência, mesmo que pesquisadores como Raskin e Attardo prefiram negá-lo. Isso não é inteiramente falso, uma vez que os exemplos aqui apresentados favorecem uma mudança de uma imagem mental para outra, que se torna possível por meios linguísticos. Ainda assim, mostraremos que a Teoria da Superioridade também tem um papel na criação e no entendimento de conceitos humorísticos, como o sarcasmo.

4 Sarcasmo: entre Incongruência e Superioridade

O sarcasmo tem sido comparado principalmente à ironia, que é definida como “dizer o oposto do que você quer dizer”, como discutido por Grice

¹⁴ N.T. Na versão original em inglês:

(3) Q: Which sexual position produces the ugliest children?

A: Ask a Muslim...!!

¹⁵ Ver Raskin (1985) para uma análise de *scripts* mais detalhada.

(1989) ou Sperber e Wilson (1981) entre outros¹⁶. Lee e Katz (1998) enfatizam que a distinção principal entre ironia e sarcasmo é a agressividade. Parece que o sarcasmo tem uma conotação mais negativa quando comparado à ironia, porque ele inclui uma crítica (MESING et al., 2012).

De acordo com Barbe (1995, p. 28), o sarcasmo é mais pessoal que a ironia, e seu propósito é evidente para todos os participantes. Além disso, Averbek (2013, p. 49) considera que a diferença principal entre ironia e sarcasmo é que aquela não identifica o destinatário (isto é, o alvo) enquanto este é mais crítico e identifica o destinatário. Diz-se que, quando se usa o sarcasmo, o tom do falante é agressivo (LEE & KATZ, 1998; BOWES & KATZ, 2011). Em outras palavras, o sarcasmo é mais abertamente crítico do que a ironia, com “marcadores/deixas claros e um alvo evidente”. (ATTARDO, 2000, p. 795).

No presente estudo, consideramos apenas a noção de sarcasmo, e não a de ironia, em virtude da clara agressividade e crítica que caracterizam as falas sarcásticas. Nós focamos principalmente o modo como a Teoria da Superioridade e a Teoria da Incongruência explicam o sarcasmo, uma como uma linguagem agressiva e uma atitude que o falante poderá mostrar diante de um interlocutor, e a outra em termos de incompatibilidade entre significados diferentes que são gerados nas falas sarcásticas. Desta forma, por um lado, o sarcasmo implica algum tipo de alvo ou vítima de um escárnio explícito por parte do falante e, por outro lado, expressa um pensamento “oposto” (incongruente) ao que o falante mostra em seu comportamento. Os exemplos discutidos a seguir foram retirados de duas séries de televisão: *House M.D.* e *The Big Bang Theory*. O primeiro é um drama médico, que inclui, no entanto, um grande número de observações sarcásticas e sagazes (geralmente proferidas pelo personagem principal, Dr. Gregory House), enquanto o último é uma comédia de situação (*sitcom*), que, por definição, tem por objetivo ser cômica. Enquanto Dr. House é sarcástico de propósito com o fim de triunfar sobre todo mundo ao seu redor e mostrar sua maestria verbal, *The Big Bang Theory* apresenta um grupo de “nerds acadêmicos”¹⁷

¹⁶ Gibbs (2000) afirma que os estudos de ironia são, na verdade, estudos sobre sarcasmo, uma vez que há muita confusão em torno desses conceitos. De maneira similar, Nunberg (2001) acredita que o conceito de sarcasmo foi expandido para incluir o conceito de ironia. Inversamente, Tobin e Israel (2012, p.26) veem o sarcasmo como um “caso paradigmático” de ironia, ao passo que Kihara (2005) considera o sarcasmo uma “subcategoria” de ironia.

¹⁷ N.T. Na versão original em inglês, *nerdy scholars*. *Nerdy* é um adjetivo de uso informal derivado do substantivo *nerd*, vocábulo gírio que descreve indivíduos pouco aptos socialmente cujo

bem-sucedidos que frequentemente compreendem mal o mundo e as pessoas ao seu redor. Ambas as séries foram escolhidas por conta de suas disparidades, o que permite uma grande variedade de enunciados sarcásticos.

A seguir, apresentamos exemplos de sarcasmo que são analisados a partir das perspectivas das teorias da Superioridade e da Incongruência, mostrando como as técnicas descritas por ambas nos ajudam a entender a maneira como o sarcasmo é criado no discurso. Os exemplos nas séries vieram de interação, o que permite que significados sejam criados a partir do que os falantes anteriores tinham dito (vejam também os exemplos apresentados anteriormente).

5 Exemplos de interação de humor¹⁸

O exemplo (4), a seguir, é retirado da série de televisão *House M.D.* Tal exemplo constrói o sarcasmo por meio do uso de uma metáfora, que toma como alvo o Dr. House. Nesta cena, Dr. House, aborrecido pela presença de sua chefe (Cuddy) na sala, pergunta para um dos membros de sua equipe se fora ele que havia ligado para ela:

- (4) House: [para Chase, porque Cuddy está na sala] O quê, você tem ela na discagem rápida?
Cuddy: Eu apenas sigo o aroma de arrogância.¹⁹

Esse exemplo é consistente com as teorias de Superioridade e de Incongruência. Por um lado, a Superioridade é detectada na alusão específica a House, visto que o *aroma de arrogância* refere-se claramente a ele. Essa perspectiva exagerada sugere que a arrogância de House começou a cheirar (o que reforça uma perspectiva exagerada da arrogância dele). A falante (Cuddy), nesse caso, coloca-se acima de seu alvo (House). Por outro lado, da perspectiva da Incongruência, os ouvintes estão cientes de que essa é uma

desempenho escolar e acadêmico pode ser notável e que apresentam uma espécie de obsessão por determinados temas ou atividades, tais como a leitura, jogos e/ou informática.

¹⁸ N.T. Vale salientar que a tradução dos exemplos levou em conta o contexto da própria cena do episódio e o caráter oral das interações.

¹⁹ N.T. Exemplo retirado do episódio *Role model* (Fox Network, 2005). Na versão original em inglês:

(4) House: [to Chase, because Cuddy is in the room] What, you've got her on speed dial?

Cuddy: I just follow the scent of arrogance.

metáfora e que a arrogância de House não cheira realmente, uma vez que não existe algo com *aroma de arrogância*. A metáfora ARROGÂNCIA É UM AROMA²⁰ é também incongruente devido à incompatibilidade das ideias a que ela se refere. Arrogância alude a uma atitude negativa enquanto que a palavra *aroma* relaciona-se a um cheiro agradável. As duas ideias são incompatíveis em significado, destacando, assim, a teoria da Incongruência.

Considere-se o exemplo (5) a seguir, também retirado de *House M.D.* Nesta cena, a equipe se reúne para debater a condição do paciente. A opinião de Kutner (funcionário de House) é ridicularizada pela fala de House, que se baseia na reação surpresa de Taub após sugestão de Kutner:

- (5) Kutner: Prednisona pode causar *roid rage*²¹, que poderia causar hipertensão, que resulta...
- Taub: *Roid rage* após seis horas?
- House: Nesse ritmo, até o pôr do sol ele terá comido todos nós.²²

Nesse caso, o sarcasmo é construído por meio do raciocínio²³ (isto é, se P, então Q; ver Schechter [2013]). Se a sugestão de Kutner for verdadeira e o paciente puder desenvolver *roid rage* após seis horas, então ele terá comido o resto da equipe até o pôr do sol. A partir da perspectiva da Teoria de Superioridade, esse é também um caso em que está implícito que o falante (House) coloca-se acima do alvo de sua zombaria (Kutner). Isso é sugerido pelo raciocínio que está por trás da fala sarcástica, na qual o falante fornece uma estimativa virtual dos resultados de tal hipótese ser verdadeira. Da perspectiva da Teoria da Incongruência, é a falta de seriedade que cria a incompatibilidade

²⁰ De acordo com a Teoria de Metáfora Conceptual na Linguística Cognitiva (Lakoff & Johnson, 1980).

²¹ N.T. A expressão gíria *roid rage* refere-se ao comportamento caracterizado por raiva intensa expressa física e/ou verbalmente causada pelo uso de esteroides anabolizantes.

²² N.T. Exemplo retirado do episódio *No more Mr. Nice Guy* (Fox Network, 2008). Na versão original em inglês:

- (5) Kutner: Prednisone could cause Roid rage, which could cause hypertension, which results...
- Taub: Roid rage after six hours?
- House: At that rate, by sundown, he'll have eaten all of us.

²³ Esse mecanismo inclui uma hipótese (P) e uma conclusão (Q). Schechter (2013) defende que, no raciocínio dedutivo, “a verdade das proposições de entrada (as premissas) garante logicamente a verdade da proposição de saída (a conclusão)”. Consequentemente, é a hipótese que gera a verdade da conclusão. A maior parte desses exemplos são introduzidas por *if-clauses* (*orações condicionais*, em português), que ligam a hipótese à conclusão.

de significados. Obviamente, por um exagero dos resultados (a saber, que o paciente terá comido todos eles até o pôr do sol), o falante marca a falta de seriedade da fala de House (ele não espera sinceramente que o paciente irá comê-los). Esse exagero é que cria a oposição no sarcasmo.

No exemplo (6), a seguir, Kutner sugere um novo caso para Dr. House. A maneira como Kutner se expressa é novamente sujeita a crítica, que vem sob a forma de sarcasmo, baseado nas teorias da Superioridade e da Incongruência:

(6) Kutner: Eu tenho um garoto doente. Eu vi um mágico na noite de ontem [...] O coração dele parou enquanto ele estava de cabeça para baixo num tanque com água.

House: O coração de um homem se afogando parou. Isso é um mistério!²⁴

Esse exemplo baseia-se na explicitação²⁵, por meio da qual o falante faz uma declaração óbvia para os interlocutores. Pela apresentação da fala de Kutner a partir de uma perspectiva diferente — *enquanto ele estava pendurado de cabeça para baixo no reservatório de água torna-se um homem que se afoga* — o efeito de humor é dado ao contexto. A partir da perspectiva da Teoria da Superioridade, House zomba de Kutner, sugerindo que este não vê algo bastante óbvio: um homem que está de cabeça para baixo em um tanque de água está realmente se afogando. Ao apresentar a nova perspectiva, House torna Kutner o alvo de sua piada. A ideia de incongruência é salientada pela adição de *Isso é um mistério* ao final da resposta de House. Ela sugere, na verdade, uma ideia de oposição, também enfatizada por uma nova perspectiva dada para o contexto: se um homem está de cabeça para baixo em um reservatório de água, não é um mistério seu coração ter parado. A fala *Isso é um mistério*, seguindo as teorias de

²⁴ N.T. Exemplo retirado do episódio *You don't want to know* (Fox Network, 2007). Na versão original em inglês:

(6) Kutner: I have a sick guy. I saw this magician last night [...] His heart stopped while he was hanging upside down in the water tank.

House: A drowning man's heart stopped. That is a mystery.

²⁵ Tabacaru (2014) apresenta explicitação como algo descaradamente óbvio. O efeito de humor virá da afirmação do óbvio ou apenas da exemplificação do significado de uma fala. Na verdade, ao afirmar o óbvio, o falante enfatiza certa ideia que, então, torna-se uma forma de escárnio.

ironia e sarcasmo, representa o oposto do que House quis dizer – não é mistério que um homem nessa situação irá começar a se afogar.

O exemplo (7), retirado da série *The Big Bang Theory*, apresenta um diálogo entre Leonard e Sheldon, que moram juntos. Leonard entra na sala cantando uma música de seu iPod:

- (7) Leonard: [cantando] Você não me conhece, você não carrega minhas correntes...
Meu Deus, essa é uma boa canção.
Sheldon: Se você estiver compilando um CD para um suicídio duplo.²⁶

Sarcasmo combinado com exagero e hipercompreensão²⁷ está presente na resposta de Sheldon à avaliação positiva da canção feita por Leonard, que se torna o alvo da zombaria de seu interlocutor. A incongruência entre as duas diferentes interpretações é construída por meio do adjetivo *boa*, que permite adicionar diferentes perspectivas para o mesmo contexto. O primeiro significado que vem à mente quando Leonard diz *essa é uma boa canção* é alterado pela observação *se você estiver compilando um CD para um suicídio duplo*. Os dois interlocutores usam diferentes significados/interpretações para o mesmo adjetivo, tal como indicado a seguir. A mesma forma (*boa*) realiza a mudança a partir de uma leitura para outra, o que permite alterar a interpretação pretendida por Leonard.

(Leonard) Boa canção = uma canção de alta qualidade

(Sheldon) Boa canção = canção adequada para uma dada situação

Esse exemplo reúne mais uma vez recursos de duas teorias de humor, por girar em torno de um alvo (Leonard) e também pela criação de uma incongruência entre os diferentes significados (o pretendido por Leonard é alterado pelo novo sentido na resposta de Sheldon). O mesmo acontece no

²⁶ N.T. Exemplo retirado do episódio *The Fuzzy Boots Corollary* (TBS, 2007). Na versão original em inglês:

- (7) Leonard: [singing] You don't know me, you don't wear my chains...
God, that's a good song.
Sheldon: If you're compiling a mix CD for a double suicide.

²⁷ A hipercompreensão tem sido definida como a exploração dos pontos fracos na fala anterior do falante. O novo significado irá “divertidamente” ser o eco da fala anterior pela “virada de jogo” e mudança da interpretação inicial ao revelar os potenciais pontos fracos das escolhas linguísticas do outro” (BRÔNE, 2008, p. 2031).

exemplo (8) a seguir, também retirado de *The Big Theory*, no qual a palavra *look*²⁸, inicialmente usada como substantivo, é transformada em verbo, a fim de escarnecer Leonard. De maneira semelhante ao que ocorre nos exemplos anteriores, as ideias de superioridade e incongruência ajudam a criar o sarcasmo e a hipercompreensão na observação final:

(8) Leonard: Não, eu não sou ciumento; eu estou apenas um pouco preocupado com ela. Eu não gostei da aparência (*look*) do rapaz que estava com ela.

Howard: Porque ele tem aparência (*looks*) melhor do que a sua?²⁹

Claramente, Howard tirou proveito da má escolha de palavras feita por Leonard quando ele disse que não gosta *da aparência do rapaz* (*the look of the guy*). O substantivo *aparência* (*look*) na interpretação de Leonard refere-se à aparência física, mas a implicação é que o rapaz pode parecer de alguma forma perigoso. Esse sentido é sobreposto pela interpretação de Howard, que usa *parecer* (*look*) como um verbo. Desta vez, a leitura é revertida, e mesmo que ele ainda se refira à aparência física, a implicação é que o rapaz é atraente, de boa aparência (daí o uso do adjetivo *melhor*). Essa hipercompreensão é possível em virtude da polissemia: o primeiro sentido de uma palavra (nesse caso, *look*) é revertido com outro significado da mesma palavra/forma. Assim, a interpretação de aparência perigosa na primeira fala é substituída pela atratividade física, ambos os significados gerados pela mesma forma. No segundo caso, o adjetivo *melhor* permite uma leitura positiva em lugar da leitura negativa sugerida pela fala de Leonard. Esse elemento chave permite que Howard “vire o jogo” com relação a Leonard (lexicalmente, nesse caso). O efeito de humor é devido a essa reversão na interpretação e à mudança nos significados. A superioridade vem da zombaria dirigida a Leonard (o alvo da

²⁸ N.T. A palavra *look* é polissêmica, podendo significar, como verbo, “parecer” (*They look sad* → *Eles parecem tristes*) ou “ter aparência” (*They look good* → *Eles têm boa aparência*); como substantivo, *look* normalmente é traduzido como “aparência”, “jeito”. A reversão da leitura devido à transformação da forma *look* causa humor na versão original do exemplo; contudo, em português, não há uma forma correspondente.

²⁹ N.T. Exemplo retirado do episódio *The Fuzzy Boots Corollary* (TBS, 2007). Na versão original em inglês:

(8) Leonard: No, I'm not jealous; I'm just a little concerned for her. I didn't like the look of the guy that she was with.

Howard: Because he looks better than you?

piada, neste caso), que não seria tão bonito quanto a outra pessoa, enquanto que a Incongruência permite a mudança de significado.

Outro exemplo é (9), retirado de *House M.D.*, no qual Foreman (empregado de House) pergunta sobre o fato de House não querer fazer a análise para os membros de sua equipe. Em resposta, House utiliza o sarcasmo e a hipercompreensão (compare com o exemplo (7) acima), a fim de escarnecer Foreman:

- (9) Foreman: Você não quer dar conta da papelada.
House: Eu estou preocupado com a floresta tropical.³⁰

É a partir da palavra *papelada* de Foreman em que tanto o sarcasmo quanto a hipercompreensão são construídos. Mais particularmente, a hipercompreensão é desencadeada pela palavra *papel*, que metonimicamente refere-se a um problema que o mundo enfrenta hoje: o desmatamento. Dar conta da papelada implicaria, assim, o uso de papel, e House tira vantagem da escolha de palavras de Foreman para mudar a interpretação para um problema maior que o mundo está enfrentando. A assim chamada preocupação com a floresta tropical é, na verdade, um comentário sarcástico que tem como alvo Foreman e também a sociedade moderna e seus interesses. A incongruência, então, aparece na resposta de House, como uma forma de atingir Foreman e as preocupações modernas, bem como em sua declaração *Eu estou preocupado*, que não tem caráter sério e é usada para criar implicações humorísticas.

Um último exemplo é (10), retirado da série *The Big Bang Theory*; nele, a cena se passa no escritório do Dr. Gablehauser (o chefe do Departamento), que procura acalmar uma disputa entre Sheldon e Leslie, uma colega, que apelidou Sheldon de *Dr. Idiota*:

³⁰ N.T. Exemplo retirado do episódio *No more Mr Nice Guy* (Fox Network, 2008). Na versão original em inglês:

- (9) Foreman: You don't want to do the paperwork.
House: I am concerned about the rainforest.

- (10) Gablehauser: Dr. Winkle, por qual nome você chamou o Dr. Cooper desta vez?
Leslie: Dr. Idiota.
[...]
[O telefone de Sheldon começa a tocar]
Gablehauser: Você precisa atender, Dr. Cooper?
Sheldon: Deus, não.
Leslie: Bem, não desligue o telefone; você pode perder a chamada do Comitê Nobel informando que você foi indicado para o prêmio de idiota do ano.³¹

O sarcasmo aqui é alcançado pelo uso da metonímia (CARACTERÍSTICA POR ENTIDADE), por meio da qual se faz referência a Sheldon em termos de uma das suas características, de acordo com Leslie. Assim, Leslie usa o adjetivo *idiota* para referir-se a ele, exagerando a perspectiva ao sugerir que ele poderia ser *indicado ao prêmio de idiota do ano*. Essa visão exagerada sugere que ele passaria então a ser conhecido internacionalmente por ser um idiota. A Teoria da Superioridade vem a partir do insulto que é dirigido a Sheldon por Leslie, que se coloca, por sua vez, acima dele. A Teoria da Incongruência, por sua vez, vê o descompasso entre o que Leslie diz e o que ela quer dizer: ela não acredita sinceramente que o Comitê Nobel indicará Sheldon para o *prêmio de idiota do ano*. Os ouvintes (e o público em casa assistindo ao programa) estão conscientes desse conflito e percebem isso como um discurso sem seriedade, ou como um espaço de simulação³² (FAUCONNIER, 1984, 1994).

Como visto nos exemplos, ambas as teorias de humor combinam-se a fim de criar implicações sarcásticas. A Teoria da Superioridade fica evidente em virtude da existência de um alvo, traço específico do sarcasmo (em

³¹ N.T. Exemplo retirado do episódio *The Barbarian Sublimation* (TBS, 2008). Na versão original em inglês:

- (10) Gablehauser: Dr. Winkle, what colorful name did you call Dr. Cooper this time?
Leslie: Dr. Dumbass.
[...]
[Sheldon's phone goes off]
Gablehauser: You need to get that, Dr. Cooper?
Sheldon: God, no.
Leslie: Well, don't turn it off; you might miss your call from the Nobel committee letting you know you've been nominated as dumbass laureate of the year.

³² N.T. Na versão original em inglês, *pretense space*.

oposição à ironia, por exemplo), contra o qual zombarias são dirigidas. Para a Teoria da Incongruência, o sarcasmo, em especial, apresenta ideias incongruentes com o que o falante mostra ser verdade ou incongruência com a situação apresentada.

Considerações finais

Nesse artigo, exploramos o sarcasmo a partir da perspectiva das teorias da Superioridade e da Incongruência. Um tipo humorístico como o sarcasmo, que, segundo se diz, reúne um pensamento oposto (GRICE, 1989) e um alvo (ATTARDO, 2000; AVERBECK, 2013), congrega, então, características de ambas as antigas teorias de humor. A compreensão do sarcasmo significa vê-lo a partir dessas duas perspectivas que incluem significados incongruentes, bem como uma agressividade ou críticas dirigidas a um alvo.

O sarcasmo não é, pois, apenas o oposto do pensamento pretendido por alguém (como seria o caso da ironia); ele reúne essas duas teorias para a criação de significados e implicações ricos e humorísticos. As ideias de incongruência e a existência de um alvo mostram-se fundamentais para a construção de sentidos sarcásticos. O entendimento dessas duas teorias subjacentes, cuja combinação permite a criação de significados sarcásticos, elucida a forma como esse mecanismo é formado na conversação.

Além disso, os dados aqui apresentados abrem novos caminhos para futuras pesquisas que podem, por sua vez, auxiliar a investigar e traçar os limites entre os mecanismos como a ironia e o sarcasmo. Embora a ideia de incongruência tenha sido associada a observações irônicas e sarcásticas (por exemplo, AVERBECK & HAMPLE, 2008), a ideia da superioridade tem sido relacionada com o sarcasmo (ATTARDO, 2000, por exemplo). Como a pesquisa de humor é ainda recente (RUIZ GURILLO & ALVARADO ORTEGA, 2013), a investigação deve centrar-se na delimitação dessas duas técnicas usadas para alcançar o humor.

Outra área de pesquisa³³ poderia levar em consideração o domínio da argumentação no sarcasmo, especialmente em exemplos como os de *House M.D.*, nos quais Dr. House repetitivamente usa observações sarcásticas como

³³ Agradecemos a um dos pareceristas pela sugestão da ligação entre argumentação e sarcasmo.

TABACARU, Sabina. Uma visão geral das Teorias do Humor: aplicação da Incongruência e da Superioridade ao sarcasmo. Trad. Douglas Rabelo de Sousa, Maria Gabriela Rodrigues de Castro, Winola Weiss Pires Cunha, Filipe Mantovani Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 115-136, dez.2015.

argumento. Do ponto de vista da Teoria da Superioridade, esses exemplos podem ser vistos como argumentos de sua superioridade, por considerar outras pessoas como inferiores a ele.

Embora nesse artigo tenhamos apresentado apenas alguns exemplos de sarcasmo na interação, eles claramente evidenciam a existência de superioridade (ou seja, de um *alvo*) e incongruência. Ainda assim, como também indicado anteriormente, há ainda consideráveis campos de pesquisa a serem desbravados, os quais poderiam colaborar para que se delineassem com mais precisão processos como a ironia e o sarcasmo.

Referências

ATTARDO, S. Irony as relevant inappropriateness. **Journal of Pragmatics**, v. 32, p. 793-826, 2000.

_____. Translation and Humour: An Approach Based on the General Theory of Verbal Humour. **The Translator**, v. 8, n. 2, p. 173-194. Número especial: Translating humor, VANDAELE, J. (Org.). 2002.

AVERBECK, J. M. Comparison of ironic and sarcastic arguments in terms of appropriateness and effectiveness in personal relationships. **Argumentation and Advocacy**, Florida, v. 50, p. 47-57, 2013.

_____. MAMPLE, D. Ironic message production: How and why we produce ironic messages. **Communication Monographs**, v. 75, p. 396-410, 2008.

BARBE, K. **Irony in context**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

BOWES, A.; KATZ, A. When sarcasm stings. **Discourse Processes**, v. 48, p. 215-236, 2011.

BRÔNE, G. Hyper and misunderstanding in interactional humor. **Journal of Pragmatics**, v. 40, p. 2027-2061, 2008.

CICERO. **Cicero on oratory and orators**. Tradução e Edição de John Selby Watson. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1970.

FAUCONNIER, G. **Espaces mentaux**. Aspects de la construction du sens dans les langues naturelles. Paris: Les Editions de minuit, 1984.

TABACARU, Sabina. Uma visão geral das Teorias do Humor: aplicação da Incongruência e da Superioridade ao sarcasmo. Trad. Douglas Rabelo de Sousa, Maria Gabriela Rodrigues de Castro, Winola Weiss Pires Cunha, Filipe Mantovani Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 115-136, dez.2015.

_____. **Mental spaces**. Aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FERGUSON, M. A.; FORD, T. E. Disparagement humor: A theoretical and empirical review of psychoanalytic, superiority, and social identity theories. **Humor: International Journal of Humor Research**, v. 21, n. 3, p. 283-312, 2008.

FREUD, S. **Jokes and their relation to the unconscious**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1989.

GIBBS, R. Irony in talk among friends. **Metaphor and Symbol**, v. 15, p. 5-27, 2000.

GRICE, P. **Studies in the way of words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

GRUNER, C. **The game of humor: A comprehensive theory of why we laugh**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1997.

JANKO, R. **Aristotle on comedy: Towards a reconstruction of Poetics II**. Berkeley: University of California Press, 1984.

JOECKEL, S. Funny as hell: Christianity and humor reconsidered. **Humor: International Journal of Humor Research**, v. 21, n. 4, p. 415-433, 2008.

KEITH-SPIEGEL, P. Early conceptions of humor: Varieties and issues. In: GOLDSTEIN, J. H.; MCGHEE, P. E. (Eds.). **The Psychology of Humor: Theoretical perspectives and empirical issues**. New York: Academic Press, 1972, p. 4-39.

KIHARA, Y. The mental space structure of verbal irony. **Cognitive Linguistics**, v. 16, n. 3, p. 513-530, 2005.

KOESTLER, A. **The Art of Creation**. London: Hutchinson & Co, 1964.

KRIKMANM, A. Contemporary linguistic theories of humor. **Folklore**, Tartu, v. 33, p. 27-58, 2006. Disponível em: <<http://www.folklore.ee/folklore/vol33/kriku.pdf>>. Acesso em 15 de out. 2015.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEE, C. J.; KATZ; A. N. The differential role of ridicule in sarcasm and irony. **Metaphor and Symbol**, v. 13, p. 1-15, 1998.

MESING, J.; WILLIAMS, D.; BLASKO, D. Sarcasm in relationships: hurtful or humorous? **International Journal of Psychology**, v. 47, p. 724-724, 2012.

TABACARU, Sabina. Uma visão geral das Teorias do Humor: aplicação da Incongruência e da Superioridade ao sarcasmo. Trad. Douglas Rabelo de Sousa, Maria Gabriela Rodrigues de Castro, Winola Weiss Pires Cunha, Filipe Mantovani Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 115-136, dez.2015.

MORREALL, J. **The philosophy of laughter and humor**. Albany: State University of New York Press, 1987.

_____. **Comic relief: a comprehensive philosophy of humor**. West Sussex: Blackwell Publishing, ebook, 2009.

NO MORE Mr. Nice Guy. **House M. D.** 4.^a Temp., epis. 13. EUA: Fox Network, 28 abr 2008. Seriado.

NUNBERG, G. **The way we talk now: Commentaries on language and culture**. Boston: Houghton Mifflin, 2001.

PERKS, L. G. The ancient roots of humor theory. **Humor: International Journal of Humor Research**, v. 25, n. 2, p. 119-132, 2012.

PINKER, S. **How the mind works**. Harmondsworth: Penguin, 1997.

RAPP, A. Toward an eclectic and multilateral theory of laughter and humor. **Journal of General Psychology**, v. 36, n. 2, p. 207-219, 1947.

RASKIN, V. **Semantic mechanisms of humor**. D. Reidel: Dordrecht, 1985.

ROLE MODEL. **House M. D.** 1.^a Temp., epis. 17. EUA: Fox Network, 12 abr 2005. Seriado.

RUIZ GURILLO, L. R.; ALVARADO ORTREGA, M. B. In: Ruiz Gurillo, L. R.; Alvarado Ortega, M. B. (Eds.). **Irony and humor**. From pragmatics to discourse. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2013. p. 1-13.

SCHECHTER, J. Deductive reasoning. In: HAROLD, P. (Ed.). **Encyclopedia of the Mind**. Thousand Oaks: SAGE Publishing, v. 4, 2013. p. 227-231.

SPERBER, D.; WILSON, D. Irony and use-mention distinction. In: COLE, P. (Ed.). **Radical pragmatics**. New York: Academic Press, 1981. p. 295-318.

TABACARU, S. **Humorous implications and meanings: a multimodal study of sarcasm in interactional humor**. Lille: Université Charles de Gaulle - Lille III, 2014.

THE BARBARIAN Sublimation. **The Big Bang Theory**. 2.^a Temp., epis. 03. EUA: TBS, 6 out 2008. Seriado.

THE FUZZY Boots Corollary. **The Big Bang Theory**. 1.^a Temp., epis. 03. EUA: TBS, 8 out 2007. Seriado.

TOBIN, V.; ISRAEL, M. Irony as a viewpoint phenomenon. In: DANCYGIER, B; SWEETSER, E. (Eds.). **Viewpoint in language**. A multimodal perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 25-46.

TABACARU, Sabina. Uma visão geral das Teorias do Humor: aplicação da Incongruência e da Superioridade ao sarcasmo. Trad. Douglas Rabelo de Sousa, Maria Gabriela Rodrigues de Castro, Winola Weiss Pires Cunha, Filipe Mantovani Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 115-136, dez.2015.

VEALE, T.; FEYAERTS, K.; BRÔNE, G. The cognitive mechanisms of adversarial humor. **Humor: International Journal of Humor Research**, v. 19, n. 3, p. 305-338, 2006.

WEAVER, S. **The Rhetoric of Racist Humor**: US, UK and global race joking. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2011.

YOU DON'T want to know. **House M. D.** 4.^a Temp., epis. 08. EUA: Fox Network, 20 nov 2007. Seriado.

ZABALBESCOA, P. Humor and translation: an interdiscipline. **Humor: International Journal of Humor Research**, v. 18, n. 2, p. 185-207, 2005.

Tradução:

Douglas Rabelo de Sousa
Graduando em Língua Portuguesa e Linguística pela Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: douglas.rabelo.sousa@usp.br

Maria Gabriela Rodrigues de Castro
Bacharel em Língua Portuguesa e Linguística pela Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: maria.gabriela.castro@usp.br

Winola Weiss Pires Cunha
Graduanda em Língua Portuguesa e Linguística pela Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: winola.cunha@usp.br

Filipe Mantovani Ferreira
Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: filipe.mantovani.ferreira@usp.br

O ÉTHOS EM ANTÍGONA, DE SÓFOCLES

Shirley Maria de Jesusⁱ

Resumo: Esta pesquisa propõe uma discussão teórica sobre a noção de *éthos*, a partir da qual se pretende analisar a obra *Antígona*ⁱⁱ, de Sófocles. Apresentamos, para tal, as abordagens de Aristóteles (2013), Amossy (2005), Maingueneau (2011, 2010, 2008, 2005) e Machado (2001). A partir dessa atualização teórica, que mobiliza uma noção central da retórica aristotélica, pretendemos demonstrar a construção do *éthos* feminino na tragédia sofocleana. Nosso propósito é trabalhar com um texto de estatuto ficcional que faz uma espécie de crítica social da época. Trabalharemos, neste estudo, com a hipótese de que um dos possíveis *éthos* da personagem Antígona origina-se na recusa da injustiça.

Palavras-chave: *Antígona*, Aristóteles, *Éthos*, Sófocles.

Abstract: This research proposes a theoretical discussion about the notion of *ethos*, which will act as a framework for the analysis of Sophocles' *Antigone*. The approaches of Aristotle (2013), Amossy (2005), Maingueneau (2011, 2010, 2008, 2005) and Machado (2001) are presented here. From this theoretical update, that mobilizes a central notion in Aristotelian Rhetoric, we intend to demonstrate the construction of the feminine *ethos* in Sophoclean Tragedy. Our purpose is to work with a fictional text that makes a kind of social critique of the period. We will work in this study with the hypothesis that one of the possible *ethos* of the character Antigone stems from the refusal of injustice.

Keywords: *Antigone*, Aristotle, *Ethos*, Sophocles.

ⁱ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista CAPES. E-mail: linguaportuguesa.shirleymaria@gmail.com.

ⁱⁱ Quando nos referirmos à obra *Antígona*, de Sófocles, vamos usar o termo em itálico. Quando se tratar da personagem, não usaremos o destaque.

Introdução

A noção de *éthos*¹ vem sendo retomada enquanto objeto de investigação de parte das pesquisas em Análise do Discurso nos últimos tempos. Mediante essa percepção, propomo-nos a discutir sobre o *éthos* enquanto constructo teórico a partir de algumas perspectivas por meio das quais foi abordado. Apresentamos, para tal, as abordagens de estudiosos como Maingueneau (2011, 2010, 2008, 2005), Amossy (2005), Kerbrat-Orecchioni (2010), Machado (2001), dentre outros, pois eles tomam o *éthos* retórico como matriz e, portanto, assinalam em Aristóteles (2013) as formulações ancestrais de suas propostas. Em seus trabalhos, eles observam, ainda, tanto as relações histórico-culturais como, por exemplo, os posicionamentos intersubjetivos dos indivíduos, como os fatores psicossociais que participam da construção dos sentidos. Nessa construção dos sentidos a partir das relações do *sujeito comunicante* com o mundo, encontramos, segundo Machado (2001, p. 52),

[...] um sujeito que cria seu texto a partir de dados extraídos de sua cultura, de suas convicções e de seu *ethos*, enfim, do universo discursivo que lhe é próprio, a ele, sujeito-individual único. Mas, essas convicções vão encontrar eco no sujeito coletivo e social, cujos gestos e palavras são determinados por uma ideologia de vida ou, se preferirem, por *contratos* sociais dominantes. Nem completamente livre, nem completamente submisso, eis como vemos tal sujeito, evoluindo num mundo dominado pelas práticas e trocas languageiras. (Grifo da autora).

Logo após esse preâmbulo, propor-se-ão algumas considerações sobre o *éthos* pelo viés de Aristóteles (2013).

1 O *éthos* retórico

O *éthos* na obra *Retórica*², de Aristóteles (2013), tratado enquanto caráter, propõe algumas estratégias a serem observadas pelo orador durante seu

¹ *Éthos* (ἦθος) e *êthos* (ἔθος). No grego clássico, temos duas formas de grafia para esses termos, pois seus significados são distintos. No *Dicionário Grego-Português* (2007, p. 195), a palavra *éthos*, grafada com a vogal inicial longa “η” (*eta*), significa “[...] caráter; natureza habitual; costume; [...] maneira de ser; caráter ingênito; [...] representação de um caráter; caracterização de uma personagem teatral; impressão moral (produzida pelo orador)”. Já o termo *êthos*, grafado com a vogal inicial *epsilon* “ε”, significa “[...] hábito; costume; tradição; de hábito; habitualmente; segundo o costume” (DICIONÁRIO GREGO-PORTUGUÊS, 2007, p. 12). Nesta pesquisa, empregaremos o termo *éthos* quando se tratar da índole natural do(s) *sujeito(s) comunicante(s)*, *interpretante(s)*, *enunciante(s)* e *destinatário(s)* ou de seu conjunto de disposições físicas ou psíquicas; e *êthos* quando se tratar do caráter dos seres que vivem em determinada sociedade, a tradição dessa comunidade, elementos, portanto, pertinentes à coletividade, conforme os significados dos dicionários consultados.

² O termo “retórica” (iniciando com letra minúscula), neste trabalho, é aqui estabelecido para designar as várias teorias e práticas possíveis (não só as aristotélicas). Por outro lado, a palavra

discurso: “criar” determinada imagem para seu público-alvo, escolher adequadamente seu repertório e a entonação a ser utilizada. Aristóteles, portanto, ao tratar da retórica enquanto arte, apresenta-nos algumas técnicas que têm por objetivo: (i) problematizar o caráter do orador tendo em vista que, para persuadir, este caráter (*éthos*) deve ser “construído” como “verdadeiro” (mesmo que não o seja); (ii) apresentar análise das três provas retóricas: *éthos*, *pathos* e *logos*; (iii) propor uma tipologia das argumentações, estabelecendo relação entre lógica e dialética. Para o filósofo, a importância dessa arte consiste na capacidade de persuadir o ouvinte através do discurso oral, fazendo com que ele formule um juízo sobre a situação que a ele se apresenta. Neste sentido, a retórica liga-se, portanto, à política, aos costumes e à ética.

Podemos dizer, desse modo, que Aristóteles parece tomar o cuidado de firmar sua arte retórica a partir de uma responsabilidade social ao observar os costumes da sociedade, ao propor uma produção discursiva cujos meios de produção sejam permeados por vários fatores, dentre eles, a construção moral, identitária e política do orador³. Nas palavras do autor, a retórica demanda

[...] raciocinar logicamente, compreender costumes e virtudes, e conhecer as emoções, ou seja, o que são, sua natureza, suas causas e o meio pelo qual são despertadas. Parece, assim, que a retórica é um ramo da dialética e também do estudo dos costumes (ARISTÓTELES, 2013, livro I, capítulo 2, p. 46)⁴.

Se a arte retórica permeia, de certo modo, responsabilidade social, costumes individuais e coletivos, portanto, compreende o indivíduo, ou seja, o *sujeito comunicante*, e toda a sociedade na qual ele se insere, já que costumes, *habitus* (“[...] conjunto de disposições duráveis adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização [...]” (AMOSSY, 2005, p. 26), que se adequa ao seu tipo social e exprime certa maneira de sentir os fatos), devem ser levados em consideração durante o discurso, consoante Aristóteles (2013).

Retórica (iniciando com letra maiúscula e em itálico) é aqui reservada para fazer referência aos três livros que compõem a obra de Aristóteles em estudo.

³ A expressão “espaço interno” merece esclarecimento, já que Charaudeau propõe um modelo de comunicação da seguinte maneira: são quatro os sujeitos do discurso: “[...] um *espaço externo* que corresponde aos dados da situação de comunicação (nível situacional) e um *espaço interno* que corresponde à discursivização enunciativa (nível discursivo). Esses dois espaços se determinam reciprocamente. No espaço externo se encontram os parceiros do ato de comunicação, chamados *sujeito comunicante* e *sujeito interpretante*; no espaço interno, os protagonistas da cena enunciativa chamados *sujeito enunciante* (ou enunciador) e *sujeito destinatário* [...]” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 200). O conceito de campo discursivo é de Maingueneau.

⁴ A referência completa é: ARISTÓTELES, 2013, livro I, capítulo 2, p. 46; entretanto, faremos, de agora em diante, toda referência à obra *Retórica* da seguinte forma (ARISTÓTELES, 2013, I, 2, p. 46).

O filósofo, em seus estudos sobre a retórica, a percebe “[...] como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão⁵”. Para Aristóteles (2013, I, 1, p. 44-45), a “[...] persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito”. Mediante o exposto, Menezes (2006, p. 323-324) retoma Aristóteles (2013) para ratificar o pensamento deste, declarando que

[...] a ênfase aristotélica contempla duas perspectivas importantes: i) se o orador é alguém de reconhecida sinceridade e honestidade, *a priori*, é preciso que a sua fala deixe a impressão [confirme] ou mesmo reforce este caráter; ii) se o orador é alguém a quem não reputamos ser digno de fé, *a priori*, é preciso que o seu discurso contrarie este preconceito e se apresente como alguém merecedor de confiança.

Segundo Aristóteles (2013), o *éthos* (caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo que não o tenha de fato), o *pathos* (conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso) e o *logos* (razão) são tipos de “instrumentos” que podem ser utilizados no sentido de persuadir o auditório. Em outras palavras, o importante não é o caráter que o orador tem e que o auditório conhece que é importante, e sim o caráter que ele cria (ARISTÓTELES, 2013). E Menezes (2001, p. 84), em consonância com Aristóteles, aponta-nos que “[...] o produto da argumentação é aquilo que se crê”.

O filósofo [Aristóteles] concordava que a retórica “*é a arte do verossímil*”. Isto é, o *produto da argumentação é aquilo que se crê* - uma racionalidade que corresponde à maioria das motivações humanas no cotidiano. Mas insistiu que esse produto *não poderia abster-se do critério da prova*. Pelo contrário, ele deveria corresponder àquilo que é o *mais provável*. Só que sua racionalidade não pertence ao critério da certeza ou da verdade única, válida para todos em quaisquer circunstâncias. Isso, tanto em relação às provas que são independentes (testemunhos, fatos e convenções que preexistem ao discurso), quanto às dependentes (integrantes do método da argumentação ou criadas pelo orador). E estas últimas, mais destacadas por Aristóteles, podem ser *referentes ao caráter moral ou ethos do orador* (Ele é de confiança? É simpático? Possui credibilidade?), *disposições criadas no ouvinte ou phatos* (A quem se dirige? Quais são as suas paixões, emoções e sentimentos?) e *aquilo que o próprio discurso demonstra ou parece demonstrar ou logos* (A materialidade do discurso indica alguma verdade? Há algum efeito demonstrativo - através do

⁵ Para Aristóteles, “[...] a persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta.” (ARISTÓTELES, 2013, I, 2, p. 46). Em outros termos, “Aquilo que é persuasivo o é para alguém, e algo é persuasivo quer porque é de imediato e por si só evidente, quer porque parece ser demonstrado a partir de outras premissas que são, elas, persuasivas e convincentes” (ARISTÓTELES, 2013, I, 2, p. 47).

exemplo (que permite a indução) ou do *entimema* (que permite a dedução)) (MENEZES, 2001, p. 84) (Grifos do autor).

Em outras palavras, agora, pelo viés de Reboul (2004, p. 48),

[...] *etos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança [...]” e, ainda, que o “[...] *etos* é um termo moral, “ético”, e que é definido como o caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo que não o tenha de veras.

Mediante o exposto, podemos destacar, a partir das noções retóricas de Aristóteles (2013), que para convencer pelo discurso é preciso aliar a “honestidade” do orador aos hábitos e costumes da comunidade da qual o orador e os ouvintes fazem parte. O orador, ao interagir com o auditório, tem como “dever” levá-lo a acatar seus argumentos enquanto possíveis verdades - verdades que podem moldar comportamentos. Desse modo, o *éthos* retórico é procedural na medida em que o dizer é um fazer (molda comportamento(s)).

Em seguida, propomos algumas considerações sobre o *éthos* a partir da Análise do Discurso, a fim de demonstrar a construção do *éthos* feminino na tragédia sofocleana.

2 O *éthos* aristotélico e o *éthos* pelo viés da Análise do Discurso: diálogos

Ao retomarmos Aristóteles (2013), pelo viés da Análise do Discurso, percebemos a importância de lidar com o jogo discursivo, com as opiniões conflitantes entre si, por meio da retórica que funcionou e funciona ainda hoje como instrumento que nos permite adentrar nesse jogo a fim de situar o orador (sujeito comunicante) em uma ordenação discursiva e social em busca do agir social, política e historicamente. Na retórica, percebemos que saber lidar socialmente com o campo da verossimilhança (campo discursivo em que as supostas verdades não são irrefutáveis) é inevitável e imprescindível para a construção dos *éthe*, a ordenação social e o exercício da cidadania.

A relação entre o orador (locutor) e o auditório (receptor) torna-se assim essencial. O orador é, para Aristóteles, incorporado pelo *Ethos*, pois sua credibilidade é função de seu caráter, de sua virtude e da confiança que o auditório lhe atribui (SOUZA, 2001, p. 163-164).

Como vimos, Aristóteles (2013) vê a retórica como prática que proporciona ao orador oportunidades sociais de aprendizagem sobre como

lidar com o público durante um discurso oral, projetando-se enquanto um orador digno de fé. Na arte retórica, até mesmo a posição social do orador é levada em consideração enquanto elemento que valida ou dá credibilidade a ele. E Amossy (2005), ao abordar o jogo de imagens - que dos outros fazemos e vice-versa - que se estabelece por meio do *éthos*, lembra-nos de que o *status* do *sujeito comunicante* é, de fato, um elemento significativo na enunciação.

Talvez se possa dizer que o *status* de que goza o orador e sua imagem pública delimitam sua autoridade no momento em que ele toma a palavra. Entretanto, a construção da imagem de si no discurso tem, em contrapartida, a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica do campo (AMOSSY, 2005, p. 138).

O *éthos* enquanto *imagem de si*, consoante Amossy (2005), pode ser também representação de uma imagem geral, ou seja, compartilhada, por exemplo, por um grupo, por uma sociedade. Como imagem, o *éthos* é responsável por caracterizar, definir, exhibir modos de pensar e de agir, dentre outros. Imagem que se constrói, articula-se enquanto jogo, artifício, estratégia de construção discursiva. Tudo isso faz com que a retórica, pelo viés do instrumento *éthos*, se mantenha como possibilidade de análise, inclusive, das narrativas ficcionais, já que nelas pode instalar-se o verossímil, o incerto, às vezes, o falso, a aparência. Por isso, percebemos, hoje, a importância da arte retórica e sua aplicabilidade em várias áreas de estudos, inclusive, na Literatura, na Pragmática e na Análise do Discurso. Dessa maneira,

Privilegiando o emprego do enunciado em situação e a força da palavra, as diferentes correntes da Análise do Discurso e da Pragmática hoje reencontram a Retórica definida como a arte de persuadir. À maneira de Aristóteles, procuram compreender e explicar como o discurso se torna eficaz (AMOSSY, 2005, p. 10).

Dando continuidade ao pensamento de Amossy (2005) que, como vimos, considera o *éthos* enquanto *imagem de si*, notamos que, para analisarmos determinada imagem, é preciso relacionar o *sujeito comunicante* a seu *sujeito interpretante*. Logo, vivenciar, isoladamente, o *éthos* não é o mesmo que vivenciá-lo em grupo. Quando isolado, o *sujeito comunicante* não conta com a resposta do outro e, conseqüentemente, também não aprende acerca de sua própria reação diante da imagem que dele o outro constrói. Reafirmamos que se trata de um jogo de imagens no qual cada interlocutor desfruta de oportunidades para o autoconhecimento e, para isso, precisa do outro, precisa interagir. Cada reação ao outro pode significar uma confirmação do próprio ser

que reage, no sentido de ele realizar em ato o que imaginara para si, confirmando pela prática social a sua imagem que fora imaginada.

Essa interação insere o *sujeito comunicante* em um possível devir de seu ser, ou seja, o ser é levado a sair de si e consultar a imagem que dele fazem os demais, avaliando a autenticidade de seus próprios predicados e, ao mesmo tempo, retornando a si a fim de redimensionar sua imagem projetada em busca de aperfeiçoamento pessoal ou, simplesmente, do manejo da arte retórica. Nesse processo de idas e vindas - de si para o social e do social para si -, o orador analisa o seu caráter, aprimorando-o a fim de transformar em ato o que em si habita enquanto sujeito psico-sócio-linguagístico - ação deliberada, segundo o próprio Aristóteles (2013). Esse movimento é próprio do ser racional, e é nessa dinâmica de se abrir para o social e de voltar para si, que o *sujeito comunicante* pode aprimorar seus conceitos e práticas, a sua relação com o mundo, suas potencialidades e o domínio de suas paixões. Logo, cada vez que ele reencontra ou adentra o espaço social, pode visitar o *habitus* dessa sociedade, e é nessa dinâmica que o *éthos* pode ser construído no entrelaçamento entre o individual e o coletivo⁶. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2010, p. 119),

[...] o *ethos* individual se ancora no *ethos* coletivo (o orador deve se valer de um estoque de valores partilhados para que “a coisa funcione”), e, por outro lado, o *ethos* coletivo só é apreensível através dos comportamentos individuais nos quais ele vem se incarnar (são os indivíduos que, pelo seu comportamento, confirmam e consolidam os valores do grupo, atestando, ao mesmo tempo, sua adesão⁷ a esses valores coletivos): trata-se, pois, de sempre se mostrar sob um certo aspecto, tanto quanto possível favorável, conformando-se a certas normas em vigor na sociedade à qual se pertence (a não conformidade sendo entendida como uma forma de suicídio social).

Amossy, em seus estudos (2005, p. 121), expande a noção de *éthos* aristotélico ao admitir que apenas o bom manejo do verbo não é suficiente para persuadir o *sujeito interpretante*, é necessário também um *sujeito comunicante* investido de “poder” - poder reconhecido pelo *sujeito interpretante* e legitimado

⁶ Na perspectiva de Reboul (2004, p. 197), “[...] o que salva a retórica é que o orador não está sozinho, que a verdade é encontrada e afirmada na prova do debate. Tanto com os outros quanto consigo mesmo.”

⁷ O termo “adesão” implica que o leitor é levado a identificar-se com a fala do enunciador, a incorporar um certo modo de ver o mundo; é levado a habitar o mesmo mundo ético. O conceito de “adesão” é trabalhado também por Alain Viala (2005, p. 167) de forma mais abrangente e, por isso, mais satisfatória, por assim dizer. Segundo o estudioso, trata-se do “[...] conjunto dos efeitos de crença em uma opinião e, em sentido mais estrito, consiste em atribuir uma crença à posição na qual alguém se encontra. [...] Essa lógica da adesão constitui uma forma extrema da argumentação, já que instaura uma ordem dos valores e constitui uma maneira extrema de falar ou de escrever sobre si mesmo, já que, enunciando aquilo que o sujeito que se exprime acredita serem evidências, ela revela as crenças, isto é, a ordem do irracional nos comportamentos e nas escolhas.”

pelas condições de produção. E, segundo Menezes (2006, p. 326), como afirmamos anteriormente, “[...] falar em *ethos* é convocar, ao mesmo tempo, o *pathos* (paixões, emoções e sentimento) e o *logos* (ou razão persuasiva). As três dimensões servem para mostrar ao outro aquilo que se pretende, obtendo o seu consentimento e adesão. Logo, “[...] dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro” (AMOSSY, 2005, p. 11-13) e que a “[...] apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais” (AMOSSY, 2005, p. 9).

Dessa maneira, a imagem necessita “[...] causar impacto e suscitar a adesão” por meio da eficácia da palavra (AMOSSY, 2005, p. 17). Diferentemente de Aristóteles (2013), que considerava a arte retórica procedural, Amossy (2005) considera que o *éthos* não constitui um discurso que segue regras de procedimentos vários em busca de uma enunciação eficaz; não se trata de um processo automatizado de conteúdo *versus* forma; não diz respeito apenas à capacidade de ser bom orador. E, como vimos, Amossy (2005, p. 17) defende ainda que “[...] ao mesmo tempo, o *ethos* está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de legitimação pela fala [...]”, validando o pensamento de Maingueneau (2008, p. 98), a saber: a enunciação, enquanto ação, leva à construção / legitimação da imagem do *fiador*. Já Reboul (2004, p. 177) percebe a *autoridade* de que goza o orador durante a enunciação como uma espécie de técnica, que se baseia na moralidade, portanto, por esse viés, podemos compreendê-la como um elemento do *éthos*. Essas perspectivas ampliam, portanto, o pensamento de Aristóteles (2013), que considerava o *éthos* interligado apenas ao caráter do orador, já que a retórica observa somente procedimentos a serviço da oratória, ou seja, do bom manejo do verbo. Segundo Amossy (2005, p. 120), “[...] o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos”. A autora nos remete ao fato de o papel social ter relevância no processo de análise do *éthos* individual / *éthos* coletivo, tendo em vista que ele também significa, sendo de grande importância, portanto, para a Análise do Discurso. Em outros termos,

[...] a autoridade do locutor não provém somente de seu estatuto exterior e das modalidades da troca simbólica da qual ele participa. Ela é também produzida

pelo discurso em uma troca verbal que visa a produzir e a fazer reconhecer sua legitimidade (AMOSSY, 2005, p. 138).

Mediante o exposto até então, podemos inferir, segundo Amossy (2005), que para a enunciação ser aceita enquanto suposta verdade, não deve ser produzida apenas de um lugar que demonstre a autoridade do *sujeito comunicante*, em outros termos, ela defende que o discurso enquanto interação entre os sujeitos permite (inter)agir, pois a fala possui poder e produz um efeito discursivo sobre o *sujeito interpretante* nessa troca verbal. Desse modo, a construção discursiva de uma *imagem de si* confere ao *sujeito comunicante* certa autoridade que lhe permite influenciar opiniões, por exemplo.

Outro teórico, já aqui referenciado, a abordar a questão do *éthos* é Maingueneau (2011, p. 98-99). Segundo ele, o

[...] *ethos* não diz respeito apenas, como na retórica antiga, à eloquência judiciária ou aos enunciados orais: é válido para qualquer discurso, mesmo para o escrito. Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um *tom*⁸ que dá autoridade ao que é dito. Esse *tom* permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito. (Grifos do autor)

Ao afirmar que o *éthos individual / éthos coletivo* é válido para qualquer discurso, Maingueneau se debruça sobre o discurso literário - um discurso de sedução, pertencente ao espaço social, que propõe um jogo sobre os significados linguísticos e a ficção, assim como sobre uma cenografia original no sentido de não ser tão previsível - e afirma que o papel do *éthos* nesse tipo de discurso é o mesmo, ou seja, visa, “[...] através de uma maneira de dizer, configurar uma certa maneira de habitar o mundo” (MAINGUENEAU, 2010, p. 195).

Ao tratar o *éthos* no discurso literário, Maingueneau (2005, p. 88-89) reafirma a importância da noção *ethotica*, ao declarar que “Também no discurso literário o *ethos* desempenha um papel de primeiro plano, dado que, por natureza, visa a instaurar mundos que ele torna sensíveis por seu próprio processo de enunciação”.

O *ethos literário*, entretanto, tem uma particularidade, a saber: não ativa pela leitura um mundo ético atribuível. Em outras palavras, o mundo que ativa

⁸ Maingueneau (2008b, p. 18) declara em outro estudo que ao optar pelo termo “*tom*”, opta por uma “[...] concepção “encarnada” do *ethos* [...]”. Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “*fiador*” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “*caráter*” e uma “*corporalidade*”, cujos graus de precisão variam segundo os textos”.

nem sempre se fundamenta em estereótipos tipificados, pois consoante Maingueneau (2010, p. 196),

De fato, um verdadeiro autor, ou seja, uma instância enunciativa que se propõe a construir e a se construir através de sua própria enunciação, não se satisfaz em incorporar o seu leitor projetando-o, de certa forma, em estereótipos já cristalizados: essa instância *joga* com os *ethé* sobre os quais se apóia. Nesse caso, a relação com a temporalidade desempenha um papel essencial. O texto literário pode, de fato, se estender no tempo, fazendo com que o leitor entre progressivamente no universo singular configurado pelo autor.

Desse modo, o *ethos literário* apresenta-se poroso na medida em que o “escritor” (*sujeito comunicante*) busca construir uma apresentação de si ou de sua(s) personagem(ns), por meio do *ethos discursivo* (*dito* ou *mostrado*), com uma cenografia imprevisível e estratégias de sedução, levando o *sujeito destinatário* a aderir a uma maneira de dizer e, talvez, a uma maneira de ser.

Mediante o exposto, passaremos à análise do *éthos* em *Antígona*, de Sófocles.

3 O *éthos* em *Antígona*, de Sófocles

Sófocles (Atenas, 496 a.C. - 406 a.C.), importante dramaturgo da Grécia Antiga, é considerado um dos grandes representantes do teatro grego. Relatam que ele escreveu inúmeras obras, entretanto, somente sete tragédias são conhecidas na íntegra hoje.

O dramaturgo se debruça, em suas obras, a saber: *i)* sobre as leis gregas de seu tempo, a fim de ordenar o mundo e os atos para que as coisas sejam justas; *ii)* sobre o destino humano e o destino do herói que sofre e é destruído. Pode-se inferir, portanto, que suas tragédias são marcadas por dois tipos de sofrimento: aquele que advém de um excesso de paixão (*pathos*) e aquele que se origina de um acidente.

Entre as obras de Sófocles que merecem destaque, segue-se *Antígona*. A obra relata o drama vivido pela filha de Édipo e Jocasta, Antígona, depois que seu pai parte para Colono e seus irmãos, Polinices e Etéocles (herdeiros do trono), disputam o poder, se matando mutuamente. Creonte, rei de Tebas como sucessor de Édipo e irmão de Jocasta, de acordo com as leis da *polis*, proíbe o sepultamento de Polinices, príncipe tebano, considerado inimigo da cidade por comandar os argivos na invasão de Tebas para exigir de seu irmão

Eteócles o cumprimento do pacto de permutação no trono. O rei, portanto, priva-o de todo acesso ao reino dos mortos, o que é inconcebível para Antígona.

Sepultar o irmão se torna, para Antígona, um dever determinado por uma Lei, que se encontra acima e além das leis da cidade: a Lei dos Deuses. A personagem, portanto, ao se decidir por sepultar Polinices, já havia transposto o limite da lei da *polis*. E ela o sabe bem, pois conceder-lhe honras fúnebres é o mesmo que atribuir-lhe outro *status*: “Foi como irmão que ele morreu, não como escravo” (SÓFOCLES, 2004, p. 222). E era qualquer forma de reconhecimento que Creonte evitava com seu decreto.

Mediante a recusa de Antígona a acatar as leis da *polis*, Creonte faz novo decreto: que ela seja encerrada viva. E apesar dos apelos recebidos, ele permanece irredutível. Entretanto, quando o profeta Tirésias o alerta sobre possíveis acontecimentos que viriam a desgraçar sua família e a cidade mediante seus atos, ele retrocede. Porém, é tarde demais, pois, ao dirigir-se ao túmulo, encontra-a morta e sobre seu corpo está a pranteá-la Hémon, seu filho e noivo de Antígona, que se levanta e encaminha-se para matá-lo, mas, ao fazê-lo, erra o golpe e morre diante do pai - “[...] então, com raiva de si mesmo, o desditoso filho com todo o peso de seu corpo se deitou sobre a aguçada espada que lhe traspassou o próprio flanco [...]” (SÓFOCLES, 2004, p. 253). E Eurídice com “[...] as próprias mãos se apunhalou no fígado logo que soube da desgraça atroz do filho [...]” e quando Creonte retorna ao palácio, sua esposa também já está morta (SÓFOCLES, 2004, p. 256-257).

Antes de focarmos nos *éthe* femininos, vamos abordar, brevemente, os *éthe* masculinos em *Antígona*.

O *éthos* de Creonte revela que ele é o arquétipo do herói que aprende tardiamente, pois como o deus Cronos, “devora” seu filho e sua futura nora (que seria também sua “filha”). E o *éthos* de Hémon aponta-o como aquele que sabiamente pode intervir enquanto conselheiro do pai, já que toda a sua intervenção buscava expandir o período político de Creonte a outro patamar, conforme percebemos nos excertos a seguir:

Hêmon
[...] - nenhuma, em tempo algum,
“terá por feitos tão gloriosos quanto os dela [Antígona]
“sofrido morte mais ignóbil; ela que,
“quando em sangrento embate seu irmão morreu
“não o deixou sem sepultura, para pasto
“de carneiros cães ou aves de rapina,
“não merece, ao contrário, um áureo galardão?”
(SÓFOCLES, 2004, p. 231)

[...] - não há vergonha alguma, mesmo sendo sábio, em aprender cada vez mais, sem presunções.
(SÓFOCLES, 2004, p. 231)

O *éthos* de Hêmon tem, ainda, o intuito de revelar ao *sujeito interpretante* que o bem político não é uma verdade pronta, mas um processo em curso, um caminho nunca acabado. Seu *éthos*, tal como o de Antígona, revela-se porta-voz dos novos tempos ou da necessidade de se abrir para esse fato incontestável.

Passaremos, agora, à análise dos *éthe* femininos na obra de Sófocles.

Ismene, irmã de Antígona, ao contrário dessa, opta por obedecer à lei e à vontade do rei Creonte, pois, ela procura, mediante sua condição de oprimida, reavivar o fato de que as mulheres, sozinhas, não são capazes de modificar as leis.

[...] não nos esqueçamos de que somos mulheres e, por conseguinte, não poderemos enfrentar, só nós, os homens. Enfim, somos mandadas por mais poderosos e só nos resta obedecer a essas ordens e até a outra inda mais desoladora. Peço indulgência aos nossos mortos enterrados mas obedeço, constrangida, aos governantes; ter pretensões ao impossível é loucura (SÓFOCLES, 2004, p. 203).

Esse excerto nos faz perceber outra preocupação tratada por Sófocles em sua obra, a saber: a exclusão da mulher enquanto cidadã. Se o *ethos discursivo* de Ismene procura demonstrar que o *éthos* feminino tende a ser esvaziado, pois pertence ao registro do que é possível, previsível, racional, determinado e já que esse gênero é destituído de voz no período retratado por Sófocles, Antígona, ao recusar o que é possível, dá um salto no desconhecido e introduz a ideia de liberdade como uma nova forma de pensar na *polis*. Dessa maneira, *Antígona* parece abordar a oposição entre a lei humana, representada por Creonte, e a Lei divina, da qual Antígona seria a porta-voz.

E essa nova maneira de pensar faz Antígona perceber, primeiramente, seu gesto como insano, mas como último recurso para manter-se íntegra em relação aos seus princípios: “[...] Deixa-me enfrentar, nesta loucura apenas minha, esses perigos; assim me livro de morrer envergonhada” (SÓFOCLES, 2004, p. 204). Para, em seguida, reconhecer também em seu ato um gesto sagrado: “[...] de qualquer modo hei de enterrá-lo e será belo para mim morrer cumprindo esse dever: repousarei ao lado dele, amada por quem tanto amei e santo é o meu delito, pois terei de amar aos mortos muito, muito tempo mais que aos vivos” (SÓFOCLES, 2004, p. 204).

Esse duplo posicionamento (ato insano - gesto sagrado) a distingue das figuras arcaicas dos heróis que, tendo se destacado por altos feitos, buscavam a “bela morte”, que lhes valeria a glória eterna. Parece-nos que o Coro, por compaixão, acaba propondo esse papel a Antígona, ao afirmar que ela morrerá como Níobe, encerrada viva no túmulo, podendo glorificar-se com esse destino, apesar de ela não se reconhecer na postura do herói, pois Antígona está convencida de que sua atitude é a correta. Tão correta, que ela declara a Ismene: “A tua escolha foi a vida; a minha, a morte.” (SÓFOCLES, 2004, p. 225)

E apesar da resignação de Ismene, Antígona, ainda, tenta dissuadi-la, conforme percebemos nos fragmentos abaixo:

Minha querida Ismene, irmã do mesmo sangue, conheces um só mal entre os herdados de Édipo que Zeus não jogue sobre nós enquanto vivas?
(SÓFOCLES, 2004, p. 201)

[...]
Esse é o decreto imposto pelo bom Creonte a mim e a ti (melhor dizendo: a mim somente) [...] Ele não dá pouca importância ao caso: impõe aos transgressores a pena de apedrejamento até a morte perante o povo todo. Agora sabes disso e muito em breve irás tu mesma demonstrar se és bem-nascida ou filha indigna de pais nobres.
(SÓFOCLES, 2004, p. 202)

[...]
Ele não pode impor que eu abandone os meus.
(SÓFOCLES, 2004, p. 203)

Entretanto, Antígona não consegue convencer sua irmã a mudar de ideia.
Ismene
Mas, nessas circunstâncias, infeliz irmã, teria eu poderes para te ajudar a desfazer ou a fazer alguma coisa?
(SÓFOCLES, 2004, p. 202)

[...]
Agora que restamos eu e tu, sozinhas, pensa na morte inda pior que nos aguarda se contra a lei desacatarmos a vontade do rei e a sua força.
(SÓFOCLES, 2004, p. 203)

O *éthos* de Antígona coloca-se em ruptura em relação aos limites e aos compromissos da vida cívica. Seu engajamento político se inscreve na fidelidade a uma justiça atemporal e divina; é o que explica o fato de, em várias passagens da tragédia, ser comparada ora a um animal selvagem e intratável, ora a um ser igual aos deuses.

A determinação de Antígona é inflexível, inabalável, surda, como vimos, até mesmo às injunções de Ismene. Ela parece flutuar entre fronteiras, entre a

norma(lidade) e a prudência. Seu *éthos* reflete, portanto, uma personalidade exagerada / ultrajada, que a conduz além do medo e do conformismo. Desde o início, ela se alça a uma grandeza que excede aquela na qual se inscreve, naturalmente, sua condição de mulher em estado de dependência em relação a seu tio Creonte. Ela fala e pensa em voz alta, pois seus feitos são altos feitos, já que Antígona é antes de tudo um ato desesperado de (re)instaurar a Lei dos deuses - maior que a lei dos homens. De certo modo, é seu ato e seu corpo que falarão por ela. Dessa maneira, mediante seu gesto solitário e soberano, Antígona traça um caminho sem volta, pois, em expiação do seu “crime”, juntar-se-á a Polinices.

A obra de Sófocles, como um todo, demonstra-nos, mediante o *éthos* individual e o *éthos* coletivo - representado pelo povo que valoriza a decisão de Antígona, pelo Coro e pelo próprio Tirésias, que representa a voz dos deuses antigos -, que os governantes devem buscar ajustamentos progressivos que busquem o bem público, pois essas adequações visam ao equilíbrio dos tempos, a temperança, a promessa que anima o futuro. Assim, corrigido pelo perdão que Antígona pedia para Polinices e aberto pela revisão sugerida por Hêmon, o presente político de Creonte poderia ter sido o de uma cidade pacificada. Mas, a temperança e a pacificação não pertencem ao universo trágico de *Antígona*.

Conclusão

Mediante o exposto, a obra de Sófocles parece fazer-nos o seguinte questionamento: qual seria a fronteira entre o justo e o injusto? Se toda ciência começa com uma recusa, em *Antígona*, compreendemos que a justiça origina-se a partir de uma denegação. A recusa da injustiça, portanto, forjará o *éthos* de Antígona.

O *éthos* da personagem tende a revelar sua insensibilidade às exigências modernas do bem público, já que ela se apegava a uma divisão dicotômica do mundo que a coloca decididamente no campo dos familiares unidos pela pertença ao clã familiar. Antígona é o protótipo da justiça consciente, pois seu ato solitário revela-se desprovido da vontade política de transformar a lei. E se ela o faz, é somente por razões familiares e religiosas.

Seu *éthos* pode apontá-la, de certo modo, como dissidente, pois existe contradição entre uma ordem ideal de princípios e uma ordem real sustentada

pelas normas do poder; e como delatora, em nome de seus princípios, dessa ordem real, ao preço de sua exclusão permanente da sociedade.

O *éthos* de Antígona revela-se, ainda, porta-voz dos novos tempos ou da necessidade de se abrir para esse fato incontestável.

Referências

AMOSSY, Ruth (Org.). **A imagem de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). **Retórica**. Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011, 1. reimp. 2013.

AUCLIN, Antoine. Ethos e experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - NAD, Faculdade de Letras da UFMG, 2001. p. 201-225.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3.ed. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2012.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. O *ethos* em todos os seus estados. Trad. Emília Mendes e Judite Ana Aiala de Mello. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (Org.). **Análises do discurso hoje**. v.3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 117-135.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - NAD, FALÉ/UFMG, 2001. p. 39-62.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **A imagem de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

_____. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, Sírio. **Cenas da enunciação**. (Org.). São Paulo: Parábola, 2008. p. 55-73.

_____. Ethos literário, ethos publicitário e apresentação de si. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Org.). **Análises do Discurso Hoje**. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 193-207.

_____. O *ethos*. In: **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. Tradução de Cecília P. de Sousa-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011. p. 95-103.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Equipe de coord.). *ÉTHOS* (ἦθος). In: Dicionário grego-português (DGP). Cotia: Ateliê Editorial, 2007. p. 195. v. 2.

_____. *ÉTHOS* (εθος). In: Dicionário grego-português (DGP). Cotia: Ateliê Editorial, 2007. p. 12. v. 2.

MENEZES, William Augusto. Faces e usos da argumentação. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - NAD, FALE/UFMG, 2001. p. 179-199.

_____. Ethos, ética e lugares de degenerescência do discurso político. In: EMEDIATO, Wander, H.; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (Org.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - NAD, FALE/UFMG, 2006. p. 311-331.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÓFOCLES (496 OU 494 a.C.). **A trilogia tebana**. 11 ed. Trad. do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SOUZA, Wander Emediato de. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - NAD, FALE/UFMG, 2001. p. 157-177.

VIALA, Alain. A eloquência galante: uma problemática da adesão. In: **A imagem de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 166-182.

ARGUMENTAÇÃO E ORALIDADE: A CONFLUÊNCIA DE SABERES ENTRE ENSINO DE LÍNGUA E ARTES CÊNICASⁱ

Zilda Gaspar Oliveira de Aquinoⁱⁱ
Ana Luísa Feiteiro Cavalari Lottiⁱⁱⁱ

Resumo: Neste trabalho, propomos a correlação entre oralidade, argumentação e arte, em especial o teatro. A partir da confluência entre procedimentos de disciplinas distintas, buscamos evidenciar o tratamento da dimensão argumentativa da linguagem que se faz a partir dos Jogos Teatrais numa aula de língua portuguesa voltada à modalidade falada. O *corpus* constitui-se da coleta, por meio de filmagem e transcrição, de uma sequência de jogo teatral aplicada em aula de língua portuguesa, em que foram analisados, pelo prisma da multimodalidade, a interação, a argumentação e o corporeamento. Os resultados apontam para o fato de que os jogos, amplamente difundidos no meio teatral, constituem importante contribuição para a vivência e a experiência com e por meio da linguagem. Os aportes teóricos voltam-se à Análise da Conversação (MARCUSCHI, 1986), à Argumentação (AMOSSY, 2007), ao Teatro (SPOLIN, 2012) e à Comunicação e corporeamento (GOODWIN, 2000; QUAEGHEBEUR, 2012; LIBERMAN, 2011).

Palavras-chave: Argumentação. Oralidade. Interação. Jogos teatrais.

Abstract: This study proposes the correlation among orality, argumentation and art, especially the theater. Through the confluence among procedures from distinct disciplines, we evidenced the treatment of the argumentative dimension of language on Theater Games performed in a Portuguese class that focuses the oral modality. The *corpus* is made up of the collection, through recording and transcription of a theatrical play sequence applied in Portuguese language class. It was analyzed through the prism of multimodality, interaction, argumentation and embodiment. The results point to the fact that games, widespread in the theatrical medium, are an important contribution to the experience with and through language. The theoretical framework draws upon Conversation Analysis (MARCUSCHI, 1986), Argumentation (AMOSSY, 2007) and Theater (SPOLIN, 2012) studies, besides researches about communication and embodiment (GOODWIN, 2000; QUAEGHEBEUR, 2012; LIBERMAN, 2011).

Keywords: Argumentation. Orality. Interaction. Theater games.

ⁱ Este artigo constitui parte da Dissertação de Mestrado de Ana Luísa Feiteiro Cavalari Lotti, orientada pela Profa. Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino.

ⁱⁱ Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: zildaquino@gmail.com.

ⁱⁱⁱ Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ana.cavalari@usp.br.

Introdução

Sabe-se que, no tocante ao ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa, questões voltadas à argumentação e à língua falada merecem destaque, tendo em vista, entre outros, o fato de que o homem aprende primeiramente a falar, a interagir pela fala (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009) e, acrescentamos, a alcançar seus objetivos pela persuasão. Segundo as autoras, persiste, para muitos, um posicionamento no sentido de que a oralidade consiste apenas da emissão sonora realizada pela fala, valorizando-se mais a escrita; além disso, desconhecem-se resultados de aplicação, em larga escala, em sala de aula, que revelem uma abordagem significativa, sobre seu real funcionamento e mais, associado à argumentação e às artes.

Em nosso país, a partir da década de 80, os estudos linguísticos desenvolveram-se visando a uma compreensão mais produtiva dos fenômenos da linguagem. No âmbito do que de perto nos interessa, merece destaque a Linguística de Texto (LT) em consonância com a Análise da Conversação (AC), esta com pesquisas de base etnometodológica que se abrem para o estudo do funcionamento da interação cotidiana, a partir da concepção de que a oralidade se constitui de som e de muitos outros elementos extremamente significativos, como os gestos. Grupos de pesquisa constituíram-se para descrever o funcionamento da língua falada no Brasil, como foi o caso da Gramática do Português Falado, coordenado por Castilho (1989), que direcionou estudos sobre Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Texto. Por outro lado, a aplicabilidade de estudos que abordem interações reais de língua falada em sala de aula em que se proceda a uma correlação interdisciplinar entre língua e arte constituem trabalhos isolados.

No Brasil, quanto ao ensino de Língua Portuguesa, as políticas públicas têm elaborado diversos parâmetros e orientações aos professores, empreendendo ações para propagar novas práticas de ensino e procedimentos metodológicos com vistas à superação dos inúmeros problemas inerentes às atividades pedagógicas de modo geral. Assim, concepções caras aos estudos linguísticos e do discurso ecoaram nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa de 1997/1998; entretanto, da proposta à ação adequada há um caminho a ser percorrido e, assim, o ensino da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa esbarra em uma questão fundamental: o que nós, professores, conhecemos sobre oralidade? Como aplicar esses conhecimentos em sala de aula de maneira ajustada? Do

mesmo modo, o que os professores conhecem sobre argumentação? E sobre Artes, para que procedam a correlações durante as aulas?

Nessa direção é que propomos o estudo de língua na interface com as Artes e desta destacamos o Teatro, em especial os Jogos Teatrais (JT), por observamos a possibilidade de que se proceda à junção entre a linguagem corporal associada à verbal na produção de sentido em aulas de Língua Portuguesa, buscando, assim, privilegiar um trabalho que leve à compreensão da língua em funcionamento. Para tanto, observamos uma concepção de comunicação face a face que é, por constituição, interacional e multimodal, bem como a percepção de que a linguagem é, ao mesmo tempo, corporeada e social. A aplicação se faz a partir do ensino dos JT) como um gênero do discurso do domínio das Artes Cênicas que tem como característica central a interação a partir do debate de um tema específico. Assim, a argumentação constitui questão importante neste trabalho, pelo fato de ser o elo por nós selecionado entre o ensino da língua na modalidade falada e da arte teatral.

Metodologicamente, analisamos uma situação de JT, por nós proposta e aplicada em uma aula de Língua Portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental II. A ocorrência analisada intitula-se “Debate em contraponto 3”, proposta por Spolin (2012) e sua aplicação ocorreu em um colégio particular de Ensino Fundamental e Médio, localizado em Rio Claro - SP. Os jogadores/alunos têm idades entre treze e catorze anos e a maioria estuda no colégio desde a pré-escola, o que lhes confere grande proximidade e envolvimento. A gravação foi realizada no dia 01/11/2012 e dela participaram vinte e oito alunos, desempenhando os papéis de plateia, jogadores ou ainda, os dois papéis, conforme preferiram.

Os JT, desenvolvidos por Spolin (2012) apresentam regras, entretanto procedemos a algumas alterações (como tempo de jogo, temas, avaliação, entre outras) e as aplicamos em sala de aula. Assim, nossas regras adaptadas são as seguintes:

- Os jogadores devem ouvir, desenvolver e construir a argumentação em conjunto a partir dos argumentos apresentados pelo parceiro.
- O objetivo do jogo “Debate em contraponto 3” consiste em desenvolver argumentos a partir de um assunto e, ao mesmo tempo, desenvolver os argumentos do parceiro.

- Construir argumentos em conjunto, significa, para este jogo, que os argumentos não podem ser contraditórios, ou seja, os alunos devem tomar um posicionamento (a favor ou contra a questão) e construir a argumentação em consonância com este posicionamento. Dessa forma, se a argumentação iniciada for favorável a determinado ponto de vista, o outro jogador deve continuar construindo os argumentos favoravelmente.
- O tema do JT é sugerido pelo professor antes do início de cada jogo.
- A duração de cada ocorrência de JT é de um minuto.
- Após a plateia bater uma palma em conjunto, o jogo tem início.
- Não é preestabelecido qual jogador deve iniciar a argumentação, tampouco quanto tempo deve durar a argumentação até passar a palavra ao outro jogador - estas questões são definidas ao longo do jogo pelos jogadores.
- Ao final de um minuto, avisa-se aos jogadores que o tempo para a construção dos argumentos acabou e o desempenho dos jogadores passa a ser avaliado pela plateia. Esta avaliação corresponde ao fato de os jogadores terem ou não conseguido cumprir o objetivo do jogo.
- No caso do JT “Debate em contraponto 3”, o objetivo do jogo consiste em desenvolver argumentos a partir de um assunto e ao mesmo tempo dar continuidade ao desenvolvimento da argumentação do parceiro. Portanto, a avaliação ocorre por meio da observação de que a argumentação tenha sido construída em conjunto, ou seja, avalia-se se os jogadores conseguiram manter, sustentar e desenvolver a argumentação inicial proposta por um dos jogadores.

Para a análise, selecionamos uma ocorrência do JT que teve por tema “A legalização do aborto no Brasil”. Coletamos e transcrevemos a fala, correspondente ao debate que durou um minuto, conforme determinado pela regra do jogo; ocorreram, contudo, desdobramentos que nos conduziram à continuidade da interação, tendo em vista o interesse dos alunos e o fato de focalizarmos questões de corporeidade, desenvolvimento do tópico e argumentação, conforme discutimos nas análises. As jogadoras Beatriz e Marina (nomes fictícios) iniciaram a atividade.

1 Argumentação, oralidade e JT – conceitos centrais

A Argumentação, segundo Amossy (2007), integra o discurso em situação, observando-se, assim, sua dimensão discursiva. Adotamos essa concepção para tratarmos o ensino da Argumentação de modo situado, com vistas a abordar “sua inscrição na materialidade linguageira quanto sua ancoragem social e institucional”. (AMOSSY, 2007, p.121). Por consequência, parece-nos essencial que o trabalho em aulas de língua portuguesa com a argumentação deva privilegiar não apenas o ensino das técnicas argumentativas, mas também possibilitar o uso de tais técnicas. Nessa perspectiva, entendemos que o teatro, arte interacional por excelência, tem nos Jogos Teatrais a possibilidade desse exercício, conduzindo o aluno à compreensão da língua falada não dissociada da dimensão argumentativa da linguagem (AMOSSY, 2007), bem como da abordagem do todo comunicativo (verbal e não-verbal).

Os jogos no teatro foram inicialmente desenvolvidos para treinamento e formação de atores e são amplamente utilizados no campo da licenciatura em Artes Cênicas e nos meios teatrais. Os trabalhos voltados à área de pesquisa Teatro-Educação que incorporam essa prática ao sistema educacional são diversos nas décadas de 1980 e 1990. Nos Estados Unidos, Canadá e França, são amplamente difundidos no meio escolar; em decorrência, o ensino de língua inglesa e francesa no Brasil prevê sua utilização como metodologia para aprendizagem de língua estrangeira. Por outro lado, são raros os estudos dessa prática no ensino de Língua Portuguesa¹ em nosso país.²

A inserção dos JT pode bem auxiliar a que se observem as características da fala. Nesta direção, retomamos as orientações de Marcuschi (1986), a partir da localização do tópico (sobre o que se está falando), dos turnos (a vez de cada participante falar), da presença de ênfases (altura da voz em determinada sílaba), de pausas (muitas vezes, utilizadas para que o participante tenha tempo para pensar no que e como falar, ou para manter seu turno, tentando impedir que o outro tenha vez para falar), das modalizações (que podem cumprir inúmeras funções no turno, inclusive em termos estratégicos), das estratégias discursivas, interacionais,

¹ Sabe-se da tese de Livre-docência de Maria Lucia Souza Pupo, intitulada Palavras em jogo. Textos literários e teatro-educação, da área das Artes Cênicas, da ECA-USP, 1997.

² Destacamos os estudos do GT Pedagogia do Teatro e Teatro na Educação, da ABRACE, sem que localizássemos especificamente o que aplicamos neste trabalho.

argumentativas e dos marcadores linguísticos e discursivos (que sempre cumprem alguma função).

Há, porém, questões que ampliam esse quadro, tendo em vista o real funcionamento da linguagem humana frente ao desenvolvimento da comunicação multimidiática. Parece necessário incluir atividades que possibilitem ao aluno a melhor compreensão do uso da linguagem verbal e não-verbal e, neste caso, insere-se o papel do corpo dado o papel que desempenha. Na última década, criou-se uma comunidade internacional de Estudos do Gesto que se dedica à aplicação das novas tecnologias e das teorias provenientes da Linguística Cognitiva e dos estudos da corporeidade na linguagem. Ao mesmo tempo, a Análise da Conversa de base Etnometodológica também se abriu muito para o estudo do papel do corpo e das ações gestuais para uma melhor compreensão do funcionamento da interação cotidiana. Na verdade, os estudos acerca da relação entre o corpo e a linguagem iniciam-se com a fenomenologia, e podem ser encontrados na obra inacabada de Merleau-Ponty (1999) *O Visível e o Invisível*. A percepção é apresentada nessa obra como uma ação, algo que emerge do corpo, conforme se pode observar no excerto a seguir:

Antes da ciência do corpo – que implica a relação com outrem –, a experiência de minha carne como ganga de minha percepção ensinou-me que a percepção não nasce em qualquer outro lugar, mas emerge no recesso de um corpo. (MERLEAU-PONTY, [1964] 1999, p.21).

À citação, relacionamos as considerações de Koudela (2002), para quem a natureza da experiência é constituída de um elemento ativo e de um passivo que envolvem o corpo. O elemento ativo é o experimentar, e o passivo é o experienciar. Observa que, no momento em que a experiência ocorre, agimos sobre ela e sofremos consequências. Disto decorre que não há aprendizado concreto sem experiência e não há experiência sem corpo.

Esse novo direcionamento que se encaminhou da fala para a associação aos gestos e ao corpo decorreu também do desenvolvimento da tecnologia para captação e gravação da língua falada e começou a colocar em xeque os sistemas ortodoxos estruturalistas que constituía o modelo central dos estudos dos textos linguísticos (MCCLEARY, 2001). Assim, a ação humana pode ser observada a partir da justaposição de materiais bastante diversos, incluindo o corpo do ator, os corpos dos outros, a língua e a estrutura no ambiente, de tal modo que o posicionamento quanto às ações e orientação do

corpo no ambiente tornou-se crucial para que os participantes construam ações em conjunto. O corporeamento é investigado, portanto, como o componente central de práticas utilizadas para construir significado e ações (GOODWIN, 2000). Nessa acepção, a configuração postural e as orientações do corpo ou *body torque* (SCHEGLOFF, 1998), são significativos para as investigações sobre conversa e outros tipos de interação, dado o modo que influenciam a conduta dos participantes e como moldam a produção da fala interativamente.

Em consonância com essa perspectiva teórica, entendemos os turnos de fala formulados a partir de recursos verbais (fonéticos, lexicais, prosódicos e sintáticos), mas também de recursos não-verbais (gestuais) (LEITE, 2008), aos quais associamos o conceito de intercorporeidade (*intercorporeity*) de Merleau-Ponty (2008), segundo o qual as pessoas não precisam trocar os papéis de falante e ouvinte na conversação. A análise multimodal mostra-nos que as pessoas envolvidas numa conversa estão imediatamente sincronizadas umas com as outras em um comportamento significativo. Logo, é melhor dizer, conforme Quaeghebeur (2012), que elas pensam, falam e ouvem em conjunto.

Embora o que se faz e como se utiliza o corpo no curso da fala não sejam o foco das pesquisas de Marcuschi (1986) e Kerbrat-Orecchioni (2006), estes linguistas reconhecem a multimodalidade como elemento presente nos turnos conversacionais e extremamente significativo para a compreensão entre os interlocutores. Esta última avança para a observação do corpo na interação, como se observa a seguir:

Os componentes corporais dos diferentes participantes presentes a uma interação: as análises efetuadas a partir de gravações em vídeo por alguns especialistas em comunicação não-verbal, mostram exatamente que, *em uma interação, os participantes parecem dançar um balé perfeitamente ajustado, adaptando instintivamente suas posturas, gestos e mímicas aos seus parceiros* (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.10, grifo nosso).

Com a compreensão de que falar é agir e de que falamos não apenas com o uso de nosso aparelho vocal, torna-se primordial a compreensão de que agimos com o outro e para o outro, ou seja, interagimos. Contudo, o que permite que, ao falarmos, na maioria dos casos, sejamos compreendidos? De que modo aquilo que o outro faz e fala pode ser compreendido por nós? Todo processo comunicativo pressupõe intersubjetividade, ou seja, a depender de

como um interpreta a ação do outro ou de como pressupõe que o outro vai entender o que acabou de ser dito, os participantes continuamente vão fazendo ajustes em seus turnos de fala e sinalizando tais posicionamentos a partir de elementos linguísticos e de gestos. A corporeidade é, pois parte integrante, constitutiva da oralidade e precisa ser incorporada ao processo de compreensão do discurso. No exercício da oralidade, os Jogos Teatrais podem bem contribuir para a incorporação dessas atividades e será a eles que passamos a nos referir.

2 As regras do jogo

Os JT, como qualquer outro jogo, possuem regras explícitas e em relação a estas interessa-nos destacar como podem influenciar a interação face a face e qual é sua influência sobre os jogadores. As regras são definições dos eventos constituintes de um jogo, servem como um esquema para reconhecer e interpretar os outros jogadores e definem as situações e eventos normais de jogo para os jogadores que procuram agir em conformidade com elas (GARFINKEL, 1963). Constituem um recurso para as capacidades organizacionais dos jogadores e, por conseguinte, funcionam como base para que se iniciem os jogos; contudo o que ocorrerá posteriormente será descoberto durante a realização do jogo com a cooperação e a interação entre os jogadores (LIBERMAN, 2011).

Qualquer regra é um convite para descobrir o que mais ela pode significar. Os jogadores são extremamente hábeis em desenvolver ramificações complicadas provenientes de algumas regras e são capazes de trabalhar essas poucas regras proporcionando uma ordem local, ou seja, as regras podem ser modificadas ou adaptadas ao longo do jogo (LIBERMAN, 2011). Sem regras não há jogo. As regras e suas consequências relacionam-se de maneira reflexiva. Trata-se de um círculo hermenêutico em que o objetivo é olhar para este não como algo misterioso, mas como rotineiro, para perceber que, na verdade, as usamos o tempo todo, que precisamos delas para jogar. (GARFINKEL, 1963).

Posto isso, entendemos que as regras são a parte constitutiva essencial para a determinação de um jogo e que cada tipo possui um conjunto diferente de regras que o definem. Todavia, existem três propriedades gerais,

independente de qual seja o jogo, que constituem as expectativas constitutivas (*constitutive expectancies*), segundo Garfinkel (1963), a saber:

- 1) do ponto de vista de um jogador, fora dos territórios alternativos de jogo, independente do número de jogadores, sequências de movimentos e similares, as regras moldam um conjunto formado por aquilo que o jogador precisa escolher independente de seus desejos, circunstâncias, planos, interesses ou consequências de escolha, quer para si mesmo ou para os outros.
- 2) o jogador espera que o mesmo conjunto de alternativas exigidas vincule o outro jogador como são vinculadas a ele.
- 3) o jogador espera que, como ele espera a propriedade anterior (2) da outra pessoa, a outra pessoa espere isso dele. (GARFINKEL, 1963, p.192)

Ao buscarmos os desdobramentos das “regras de linguagem”, localizamos na Filosofia da Linguagem os trabalhos de Wittgenstein (1989) e observamos que a “virada” em sua teoria culmina no desenvolvimento dos *Jogos de Linguagem*, conceito-chave da obra *Investigações filosóficas*. O autor não apresenta uma definição clara acerca do conceito desses jogos, contudo, um excerto é citado pela maioria dos estudiosos como o trecho em que o autor definiu o conceito dos jogos:

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de empregos daquilo que chamamos de “signo”, “palavras” e “frases”. Esta pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos.

O termo “jogo de linguagem” deve, aqui, salientar que o falar da Linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida. [...]

Representar Teatro [...]

É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da Linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem (WITTGENSTEIN, 1989, p.19, grifo nosso).

Esse estudioso apresenta duas importantes concepções: os Jogos de Linguagem são uma forma de observar a linguagem na vida, “que o falar da linguagem” é uma “forma de vida”, assim, ela se constitui de diversos componentes com gramáticas próprias. Disso decorre a segunda concepção, a de que o “representar o Teatro” é, conforme indica, um Jogo de Linguagem e como tal, inscreve-se como “uma forma de vida” e, ainda, possui uma gramática própria. Por conseguinte, aproximamos essa à nossa concepção de JT: o Jogo Teatral é um Jogo de Linguagem.

A concepção dos Jogos de Linguagem de Lyotard (2010) amplia as discussões de Wittgenstein (1989), a partir de três importantes observações aqui parafraseadas:

- As regras dos jogos funcionam como um contrato entre os jogadores que pode ser explícito ou não, dessa forma, estas regras não carregam legitimação própria.
- Jogar não é uma atividade solta no mundo, pois, ao jogar, o jogador aceita uma regra e o que ela representa; nesse sentido, jogar significa aceitar uma determinada visão social.
- Os enunciados devem ser entendidos como “jogadas”, ou seja, como “lances” dos jogos.

Segundo Lyotard (2010), as regras são essenciais para que haja jogo. Nessa acepção, observamos as regras explícitas dos JT e passamos a investigar quais são suas influências sobre os jogadores.

3 Falar é lutar: ação, corpo e a correlação com a argumentação nos jogos

Das observações de Lyotard (2010, p.10) no tocante aos jogos, há indicação de que “falar é lutar no sentido de jogar e os atos de fala caem no domínio de uma agonística geral”. Essa posição possibilita que correlacionemos os jogos ao campo da dimensão argumentativa da linguagem e, por isso, promovemos a aproximação dos conceitos de agonística desse autor e à dimensão argumentativa de Amossy (2007). Esta estudiosa aponta para o fato de que, embora nem todos os enunciados sejam claramente tecidos em função da adesão de um auditório e, portanto, não sejam constituídos de uma tese e uma conclusão, existe, em todo enunciado, uma dimensão argumentativa no sentido de que o pronunciamento deste implicará um impacto tanto a quem produziu, como ao outro a quem este se destina. Assim, nem todo enunciado possui uma orientação argumentativa, no entanto, todo enunciado possui uma dimensão argumentativa. (AMOSSY, 2007).

Ao produzir um enunciado, utilizamos a língua não apenas para veicular uma mensagem, mas com o principal objetivo de interagir, como um ator com uma plateia, como um EU para um TU. Além disso, para Koch (2004, p.17) “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se fundamentalmente pela argumentatividade”. Aproximamos também essa concepção à de Amossy (2007), quanto à dimensão argumentativa, por entendermos que, se estão

presentes na língua em qualquer instância de uso, por conseguinte encontram-se nos jogos de linguagem e, portanto, nos JT. Então, mesmo que o jogo não possua uma orientação argumentativa, ele possui uma dimensão argumentativa que é inerente a todo e qualquer Jogo de Linguagem e, conseqüentemente, a todo e qualquer JT.

Se retomarmos ainda Loytard (2010), temos que a fala é uma atividade e o jogo é uma luta, debate verbal e não-verbal em que precisamos persuadir o outro para fazer prevalecer nossa posição - o que significa argumentar. Em outra direção teórica que não o teatro, mas voltada à linguagem, ao dialogismo e à interação, temos os dizeres de Bakhtin/Volochinov (1999, p.66), para quem “Cada palavra se apresenta como uma *arena* em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da *interação viva das forças sociais*” (grifo nosso). Parece haver uma confluência nas afirmações dos autores acerca do entendimento do uso da palavra. Cumpre destacar que ambos se utilizam da mesma metáfora – a luta - para tecer suas considerações.

Entendemos ser pertinente a aproximação de estudiosos quanto a suas concepções que se entrecruzam na direção do que assumimos como postura teórica prioritária. Se a argumentatividade está inscrita na língua (KOCH, 2004) e se a metáfora da luta é a que define o uso das palavras (LYOTARD, 2010; BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1999), não podemos conceber qualquer neutralidade nos discursos. Tecidas essas considerações, parece-nos essencial a compreensão de que o ensino da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa não pode ser dissociado da dimensão argumentativa da linguagem (AMOSSY, 2007), bem como da abordagem do todo comunicativo, ou seja, do verbal e do não-verbal.

4 Aplicação dos jogos: a argumentação e o corpo no exercício da oralidade

Definidos tema e jogadores, além de conhecidas as regras, Beatriz e Marina interagem junto à plateia. Após a palma da plateia, ato que inicia todos os jogos, Beatriz bate novamente uma palma e repete o tema do jogo, sinalizando que iniciará o debate e, possivelmente, conseguindo um tempo, ainda que mínimo, para planejar o que será dito. Ao proceder assim, a jogadora detém o turno de fato e inicia a argumentação. Faz-se necessário destacar que o JT, ao ser iniciado, não deixa pré-estabelecido qual jogador irá começar a

argumentação. Esta é a primeira decisão que os jogadores devem tomar e não pode ser acordada, surgindo, desta forma, naturalmente da interação.

Utilizamos o conceito de *body torque* (SCHEGLOFF, 1998), para evidenciar a configuração postural de Beatriz (à esquerda), conforme Figura 1, posicionada ao lado da Marina (à direita) e de frente para a plateia. Três possibilidades podem explicar a configuração postural: uma decorre do fato de a jogadora entender que será avaliada pela plateia e não por Marina, a outra jogadora. No entanto, a avaliação do jogo provém da argumentação construída em conjunto e não da argumentação individual. Outra possibilidade de explicação para a configuração postural da jogadora seria o fato de a maioria dos argumentadores o fazerem em púlpitos de frente para a plateia, como em assembleias, reuniões, aulas, palestras, igrejas etc, portanto, ela estaria repetindo um comportamento arraigado socialmente. A terceira consiste em considerações contextuais desses jogos. Os alunos, tanto as jogadoras como a plateia, estudam no colégio desde a pré-escola, ou seja, conhecem-se de longa data, por isso, o fato de Beatriz colocar-se frente à plateia pode ser indicativo de que ela busca uma avaliação positiva, uma aceitação a respeito do que defende, enfim, a aprovação do grupo.

Figura 1 – Configurações posturais



Fonte: Elaboração das próprias autoras.

De maneira distinta, a configuração postural da Marina, também evidenciado pela Figura 1, de lado tanto para a Beatriz como para a plateia, sugere uma disposição para o jogo tanto para a outra jogadora, como para a plateia. Desta forma, a jogadora predispõe-se a interagir com a outra

jogadora, além de buscar a avaliação positiva da plateia. Transcrevemos, a seguir, a fala das jogadoras Beatriz (L1) (à esquerda) e Marina (L2) (à direita).

(1)

L1 - o aBORTo no Brasil... BEM eu acho que... ninguém tem o direito de tirar uma Vida... mais a menos que... isSO... afete diretamente essa pessoa por exemplo no BraSIL uma pessoa que... é estuPRAda ela pode aBORTar o seu filho is::so eu concordo plenamente você não teve uma... você não penSOU... pra aquilo... você não teve uma... iniciATiva para aQUillo... de tomar aquelas circunstâncias... então eu concordo ninguém é obrigado a TER e depois conviver com isso porque pode acabar se tornando um peso se a pessoa não está esperANdo...

L2 – é... a pessoa vai ficar soFRENdo a vida inteira DELa... porque ela vai ter que... MUITas vezes ela pode até é... MALtratar o filho dela... porque ela não... queria ele ela não...pra ele ela é uma coisa que... não VAle na::da porque... ela não planejou... que nem você disse ela... TEve ele simplesmente porque... então o aborto é para essas pessoas que NÃO QUÊrem que não querem iniciar uma vida famiLIAR CEdo por exemplo porque... ninguém... que nem você disse ninguém É obriGAdo a conviver com pessoas

Observemos as imagens a seguir. Ao concluir sua argumentação inicial e passar o turno para a outra jogadora, Beatriz (à esquerda) olha para Marina (à direita) e diminui o ritmo da fala. Durante o jogo, esta é a primeira vez que Beatriz olha para Marina. A jogadora vira completamente a cabeça, mas mantém os ombros e o tronco na mesma posição (voltados para a plateia), ou seja, além da entrega do turno pela diminuição do ritmo de fala, o que se verifica é uma entrega com o corpo (Figura 2).

Figura 2 – Configurações posturais



Fonte: Elaboração das próprias autoras.

A argumentação de Beatriz centra-se nos casos em que o aborto é permitido no Brasil, contudo, é iniciada com “ninguém tem o direito de tirar uma vida” (linha 1), ou seja, sua formulação marca-se por uma argumentação que busca uma verdade geral, em conjunto, evidenciada pelo uso de uma negação (ninguém) generalizada, que leva em conta exatamente uma

posição consensual da plateia. Marina deveria posicionar-se argumentativamente contra o aborto, visto que o objetivo do jogo consistia na ratificação da argumentação e não na contra-argumentação. Marina parte da argumentação de Beatriz acerca dos casos em que a lei permite o aborto e começa a desenvolver argumentos para defender tal prática.

Embora pareça claro que Beatriz posiciona-se contra o aborto, ao defender apenas os casos em que a lei brasileira o permite, parece-nos que Marina não compreendeu assim ao longo do jogo e, sobretudo, apenas com a parte inicial da fala de Beatriz. Parece provável que Marina tenha tentado concordar com o que entendeu do discurso de Beatriz. Esta hipótese pode ser corroborada pelo início do turno, marcado pela presença de “é...” que parece consentir quanto ao que estava sendo defendido e pela repetição da expressão “como você disse” proferida por Marina duas vezes.

No instante em que Marina explicita sua defesa do aborto, ao dizer “então”, embora esse elemento linguístico corresponda a um operador discursivo introdutor de uma retomada e de uma consequência, não há, da parte de Marina, a continuidade esperada para ratificar a posição que estava sendo defendida por Beatriz, pois esta afirma: “o aborto é para as pessoas que não querem...”. Beatriz mostra, nesse momento, com o cruzamento dos braços na frente do corpo e uma leve levantada de ombros – indicativa de uma postura armada - que não concorda com esse argumento, conforme corrobora a Figura 3.

Entendemos que a reação imediata corporeada de Beatriz constitui um exemplo de intercorporeidade (MERLEAU-PONTY, 2008), visto que, nesse ponto, as jogadoras envolvidas na interação falam e ouvem ao mesmo tempo. O que Marina fala (som e gestos) afeta diretamente Beatriz que demonstra seu descontentamento a partir do gesto de cruzar seus braços. Neste ponto, não há troca de papéis entre locutor e interlocutor; as duas jogadoras estão “imediatamente sincronizadas em um comportamento significativo” (QUAEGHEBEUR, 2012, p. 29). Dessa forma, a argumentação de Marina provoca uma reação em Beatriz (demonstrada por seu corpo) ocasionada pela interação entre as jogadoras e pelo jogo. Essa reação decorre do não cumprimento da regra por parte de Marina (que não sabemos, nesse momento, ser proposital ou não) quanto à construção dos argumentos em conjunto.

Figura 3 – Configurações posturais



Fonte: Elaboração das próprias autoras.

Continuando a descrição do Jogo Teatral, nesse ponto, Beatriz olha para a parceira de jogo e volta o foco para a plateia, então, tenta retomar o turno com um marcador “mas” que opera no sentido de introduzir uma contrajunção, conforme descrevemos a seguir:

(2)

L1 - mas...

L2 - que não quis...

L1 - nesSAS circunsTÂncias tudo bem...

L2 - que não

L1 - mas EU... mas... acreDito que SE o aborto fosse legalíZAdo...

A fala de Marina defendia o aborto de modo mais amplo, opinião expressamente não compartilhada por Beatriz que só o defendia para casos de estupro. Ao formular “nesSAS circunsTÂncias tudo bem” a jogadora, ao mesmo tempo em que retoma o turno, tenta iniciar uma negociação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Com a utilização de “nesSAS”, busca retomar a posição apresentada em seu turno anterior, o que de todo modo não constitui acordo. A posição de Marina, por seus argumentos, é em defesa do aborto para todas as mães que não querem os filhos que estão gerando. Nesse sentido, parece-nos que a modalização de Marina ocorre devido à busca de retomada de seu posicionamento, ou haveria incoerência em sua fala – o que não é usual em uma interação.

Outro elemento que pode corroborar nossa análise é decorrente da configuração postural de Beatriz que permanece do mesmo modo com os braços fechados na frente do corpo, usando apenas uma das mãos para fazer os gestos. Este posicionamento pode mostrar um desconforto ou descontentamento com o dito anteriormente, ou seja, com a formulação de Marina (verificar a Figura 4).

Figura 4- Configurações posturais



Fonte: Elaboração das próprias autoras.

Ao término do jogo, após um minuto de seu início, regra anteriormente estabelecida e de conhecimento das jogadoras, Beatriz desfaz a postura em que permaneceu (Figura 3) e retoma a palavra, olhando para a pesquisadora como estratégia de pedido de permissão para continuar a argumentar. A jogadora insiste em continuar a argumentação, voltada à plateia. Observemos o segmento transcrito, no qual L1 interage com a pesquisadora (L3):

(3)

L1 - MAS... isso é PORque... eu ia falar assim... QUE as peSSOas... eu vou falar agora...

L3 - POde falar pode faLAR...

L1 - porque se todo mundo... se o... eu vou falar NORmal... como a Beatriz FAla e não como a pessoa do teatro fala... é se...

L3 - tem diferença?

L1 - porque eu não posso ficar falando eu eu eu se o aborto for legalIZAdo as pessoas vão parar de prevenir de toMAR... os cuidados neceSSÁrios porque elas sabem que elas podem tiRAR aquilo a qualquer hora... elas NÃO vão levar esse assunto TÃO a sério... e isso POde também trazer as DOENças que vem com isso ele não se preveniu... então eu acho que isso é de extrema importância que isso seja proibido porque o NOSso país não tem autonomia ninguém aqui tem... um/o paÍS não é inforMAdo... não tem informação suficiente para ter esse discernimento... então eu acho que tem que ser proibido.

Quando o jogo acaba, Beatriz afirma: “eu ia falar assim” e continua “eu vou falar agora”. Nesse momento, ela dá mostra e quer que se entenda que o JT terminou, mas negocia, olhando para a professora, solicitando aprovação para a continuidade do debate, por querer se posicionar acerca do tema debatido no jogo - o aborto. A seguir, complementa: “vou falar como a Beatriz fala, não como uma pessoa do Teatro fala”, explicitando que entende que o papel participativo irá se alterar e que ela não estará representando e seguindo as regras do JT. Os elementos linguísticos presentes em seu enunciado permitem essa análise.

Cumpramos destacar ainda que Beatriz usa muito mais o corpo, movimenta-se mais, faz mais gestos, muda mais a configuração postural como “Beatriz” do que como “pessoa do teatro”, com apenas quatro ocorrências de gestos (verificar Figura 5). Para o Jogo Teatral, esta distinção entre as pessoas, “Beatriz” e “do teatro”, constitui o elo com a teatralidade, tornando-se um poderoso exercício de uso da língua materna em que o aluno se coloca em distintos papéis, em diferentes situações comunicativas, conforme destacam os estudos de Cavalari (2014). Os dados apontam para o fato de que, no JT sob análise e na fase de debate subsequente, o corpo da jogadora faz avançar sua reação que vai além da “dimensão verbal” da fala – o corpo fala e compõe o quadro da compreensão geral da interação.

Figura 5 – Configurações posturais



Fonte: Elaboração das próprias autoras.

A análise da argumentação desenvolvida pelas duas jogadoras ao longo da atividade apresenta diferentes teses, conforme se pode visualizar no quadro (1), abaixo, sendo que a primeira fala de Beatriz corresponde ao início do jogo e a segunda, ao término do jogo e posterior continuidade da interação.

Quadro 1- Argumentação

	Beatriz (durante o JT)	Marina (durante o JT)	Beatriz (após o JT)
Teses	Defensora do aborto nos casos previstos pela lei brasileira.	Defensora do aborto como um direito da mulher.	Contrária ao aborto indiscriminado.

Fonte: Elaboração das próprias autoras.

Buscamos evidenciar, dessa forma, que três diferentes teses foram defendidas ao longo da interação. Cumpre apontar para o fato de que a regra desse jogo determinava que a mesma tese deveria ser corroborada pelas duas jogadoras. Além disso, esse era, ainda, um dos objetivos do jogo e consequente alvo da avaliação da plateia. Foi possível, ao professor, utilizar-se de todas essas ocorrências para rever, junto aos alunos, as questões:

- O JT apresenta regras – foram cumpridas?
- Quais regras foram cumpridas?
- Em que momento, a partir de quais elementos linguísticos e de quais posturas corporais/ gestuais é possível dizer que a regra X ou Y não foi observada por alguma participante?
- Qual era o tema? E a tese?
- Quais eram os argumentos e como estão marcados linguisticamente?
- Há acordo? Há desacordo? Ele poderia estar presente no JT?

5 O que as regras podem promover

Wittgenstein (1989), em relação aos Jogos de Linguagem, assevera duas importantes concepções caras a este artigo, a saber: os Jogos de Linguagem são uma forma de observar a linguagem na vida, “que o falar da linguagem” é uma “forma de vida”, assim, ela se constitui de diversos setores com gramáticas próprias. Disso decorre nossa concepção de que o “representar o teatro” é, conforme apresenta o autor, um Jogo de Linguagem e, como tal, inscreve-se como “uma forma de vida” e, ainda, possui uma gramática própria. À vista disso, o Jogo Teatral é um Jogo de Linguagem.

Retomamos o conceito das propriedades constituintes de todos os jogos, as expectativas constitutivas (*constitutive expectancies*) de Garfinkel (1963), para destacar que a quebra das regras constitui também um desrespeito às expectativas constitutivas, tendo em vista o não seguimento das regras do jogo por parte de uma das jogadoras. Beatriz demonstra com o corpo, muito antes de demonstrar com a fala, o descontentamento gerado pela não continuidade do ponto de vista defendido na argumentação. Observou que seu ponto de vista foi contrariado, o que fere/quebra uma das regras do jogo - dar andamento à discussão sem contrariar o ponto de vista apresentado pelo outro jogador. Quebra-se, assim a regra do jogo de criação conjunta dos argumentos, visto que a argumentação deveria seguir contrariamente à legalização do aborto. Consequentemente, quebra-se o objetivo desse Jogo.

Neste ponto, que denominamos de “quebra da regra do jogo”, a atividade acaba e o que passa a existir corresponde a outro tipo de interação e, por conseguinte, a outro gênero, que pode ser entendido usualmente como debate, visto que para ser considerado Jogo Teatral, é preciso seguir sua gramática própria. Quem provoca a quebra das regras do jogo é Marina, tendo em vista o que ela formulou, mas a quebra ocorre com o corpo, com a configuração postural de Beatriz. Entendemos que o comportamento de Marina, pode não ser intencional, pois ela pode ter tentado concordar com o que entendeu do discurso de Beatriz. Contudo, interessa-nos reafirmar que o não cumprimento da regra do jogo, nesse caso, determina que essa atividade não corresponda mais ao JT “Debate em Contraponto 3”.

Elaboramos um quadro (2) para melhor descrevermos a ocorrência do JT analisado. Nele apontamos, na primeira coluna, o que deveria ser uma ocorrência do jogo “Argumentando 3”, ou seja, o esperado e, na segunda coluna, como ocorreu de fato.

Quadro 2 - O jogo teatral

O esperado para a realização do Jogo Teatral – “Argumentando 3”	O que ocorreu na realização do Jogo Teatral – “Argumentando 3”
Uma palma da plateia	Uma palma da plateia
Exposição dos argumentos contra, a favor, ou neutra em relação ao tema proposto, pela jogadora que iniciará o jogo.	Exposição dos argumentos contra a legalização do aborto no Brasil iniciada por Beatriz.
Troca de turno	Troca de turno
Continuidade da Argumentação por parte da outra jogadora a favor ou neutra em relação ao tema proposto, dependendo do que a jogadora inicial tiver dito.	Argumentação a favor da legalização do aborto proferida pela Marina que gera a quebra da regra do jogo. Beatriz mostra corporeamento de quem está descontente em relação à não continuidade de seus argumentos.
Avaliação do JT pela plateia após um minuto de duração.	Transformação do JT em “outro tipo de interação” ou outro “gênero”

Fonte: Elaboração das próprias autoras.

Podemos dizer que L1, L2 e a plateia observaram o ocorrido. A compreensão das regras e a mudança no contexto foram apreendidas pelos alunos que participaram da interação e que aprenderam a observar a língua em seu funcionamento pleno – verbal e não-verbal, a partir da análise do vídeo e das transcrições, das marcas linguísticas e dos argumentos explícitos nos turnos de cada participante e pela postura corporal.

Conclusão

Nossa proposta de levar os JT para as aulas de Língua Portuguesa baseou-se nos princípios fundamentais da língua como interação, como forma de ação e como aprendizado com e por meio do que se diz e do que se faz, pela fala e pelo corpo e as análises assim o comprovaram. Os procedimentos aplicados ofereceram aos alunos atividades na aula que lhes possibilitaram a inserção no mundo das Artes, a partir da linguagem corporal e do conhecimento de regras que se associaram ao aprendizado de língua materna no que concerne à oralidade e à argumentação. A utilização de JT em aulas de Língua Portuguesa apresentou-se extremamente produtiva e motivadora, de tal modo que os alunos da turma solicitaram a oportunidade de participar de outros JT.

Os Jogos Teatrais se destacam, assim, por propiciarem a alunos e professores a possibilidade de criação de situações comunicativas face a face em que se inserem o corpo em atividade conjunta com a fala e que permitem compreender o funcionamento da língua como um todo. Além disso, tomar a linguagem como interação, como forma de ação permitiu que buscássemos e aplicássemos o aprendizado com e por meio do outro, reconhecendo papéis dos participantes e gêneros discursivos, proposta extremamente significativa no ensino das linguagens. O estudo proposto permitiu, ainda, observar avanços para um outro âmbito, qual seja, acerca do entendimento da oralidade, propondo um alargamento de sua concepção, a partir da inserção da linguagem corporal e da argumentação, que podem ser aplicadas no ensino de língua materna, por levarem à compreensão de que a comunicação face a face é interacional, argumentativa e multimodal.

Referências

AMOSSY, Ruth. O lugar da Argumentação na Análise do Discurso: Abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Língua Portuguesa**, n. 9, p. 121-146, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 1999.

CASTILHO, Ataliba; PRETI, Dino (Org.). **A linguagem falada na culta na cidade de São Paulo**. vol. I. Projeto NURC SP. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

CAVALARI, Ana Luísa F. **Enunciados em jogo**: a correlação entre língua e arte nas aulas de Língua Portuguesa. Dissertação (Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. 178f.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O; AQUINO, Zilda G.O. **Oralidade e escrita**. Perspectivas para o ensino de língua materna. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GARFINKEL, Harold. A conception of, and experiments with, “trust” as a condition of stable concerted actions. In: HARVEY, O. J. (Ed.). **Motivation and Social Interaction, Cognitive Determinants**. New York: The Ronald Press, 1963. p. 187-238.

GOODWIN, Charles. Action and embodiment within situated human interaction. **Journal of Pragmatics**, n. 32, p. 1489-1522, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da Conversação**. São Paulo: Parábola. 2006.

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; LOTTI, Ana Luisa Feiteiro Cavalari. Argumentação e oralidade: a confluência de saberes entre ensino de língua e artes cênicas. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 153-174, dez.2015.

KOCH, Ingedore G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2004.

KOUDELA, Ingrid. D. **Jogos teatrais**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LEITE, Tarcisio A. **A segmentação da língua de sinais brasileira (libras)**: Um estudo linguístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos. 2008. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 280f.

LIBERMAN, Kenneth. The reflexive intelligibility of affairs: Ethnomethodological perspectives on common sense. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, n. 64, p. 73-99, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: José Olympio, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

MCCLEARY, Leland. História oral: questões de língua e tecnologia. In: SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V.B. (Org.). **Memória e diálogo**. São Paulo: Letra e Voz, 2001. p. 93-123.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1999 [1964].

QUAEGHEBEUR, Liesbet. The “all-at-onceness” of embodied, face-to-face interaction. **Journal of Cognitive Semiotics**, n. 4, v. 1, p.167-188, 2012.

SCHEGLOFF, Emanuel. Body Torque. **Social Research**, n. 65, v. 3, p. 535-596, 1998.

SPOLIN, Viola. **Jogos Teatrais**: O fichário de Viola Spolin. Trad. Ingrid Koudela. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Trad. J. C. Bruni. São Paulo: Nova Cultural. 1989 [1953].

DISCURSO MEDIÁTICO E SOCIEDADE: REPENSAR A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSOⁱ

Anabela Carvalhoⁱⁱ

Resumo: A análise do discurso jornalístico e do seu enraizamento social tem conhecido avanços significativos nas últimas duas décadas, especialmente devido ao surgimento e desenvolvimento da Análise Crítica do Discurso. No entanto, há três aspectos importantes que merecem mais investigação: o plano temporal na análise do discurso, as estratégias discursivas dos atores sociais, e os efeitos extra e supra-textual do discurso mediatizado. Em primeiro lugar, a compreensão da biografia dos assuntos públicos exige uma análise longitudinal dos textos mediatizados e dos seus contextos sociais, mas a maioria das formas de análise do discurso jornalístico não tem em conta a sequência temporal dos textos e as suas implicações. Em segundo lugar, como a representação mediática das questões sociais é, em grande medida, função da construção discursiva de eventos, problemas e posições por diferentes atores sociais, as estratégias discursivas que eles empregam numa variedade de arenas e canais ‘antes’ e ‘depois’ dos textos jornalísticos precisam de ser examinados. Em terceiro lugar, o facto de que muitos dos modos de operação do discurso são extra- ou supra-textuais requer que se tenha em consideração vários processos sociais ‘fora’ do texto. Este trabalho tem como objetivo produzir um contributo teórico e metodológico para a integração destas questões em análise do discurso, propondo um quadro analítico que combina uma dimensão textual com uma contextual.

Palavras-chave: Media. Análise crítica de discurso. Tempo. Estratégias discursivas. Efeitos discursivos. Análise comparativa-sincrónica. Análise histórica-diacrónica.

Abstract: The analysis of journalistic discourse and its social embeddedness has known significant advances in the last two decades, especially due to the emergence and development of Critical Discourse Analysis. However, three important aspects remain under-researched: the time plane in discourse analysis, the discursive strategies of social actors, and the extra- and supra-textual effects of mediated discourse. Firstly, understanding the biography of public matters requires a longitudinal examination of mediated texts and their social contexts but most forms of analysis of journalistic discourse do not account for the time sequence of texts and its implications. Secondly, as the media representation of social issues is, to a large extent, a function of the discursive construction of events, problems and positions by social actors, the discursive strategies that they employ in a variety of arenas and channels ‘before’ and ‘after’ journalistic texts need to be examined. Thirdly, the fact that many of the modes of operation of discourse are extra- or supra-textual calls for a consideration of various social processes ‘outside’ the text. This paper aims to produce a theoretical and methodological contribution to the integration of these issues in discourse analysis by proposing a framework that combines a textual dimension with a contextual one.

Keywords: Media. Critical discourse analysis. Time. Discursive strategies. Discursive effects. Comparative-synchronic analysis. historical-diachronic analysis.

ⁱ Traduzido do original: Carvalho, A. Media(ted) discourse and society: rethinking the framework of Critical Discourse Analysis’. *Journalism Studies*, n.9, v. 2, p.161-177, 2008.

ⁱⁱ Professora Associada, Universidade do Minho. E-mail: carvalho@ics.uminho.pt.

Introdução

Dada a centralidade da linguagem para o jornalismo, compreender como é usada na construção de significados tem desde há muito sido uma preocupação natural na investigação sobre os media. Tomando os estudos da linguagem jornalística em sentido amplo, várias tradições de pesquisa podem ser identificadas. Tanto o Glasgow University Media Group como o Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies produziram um trabalho interpretativo notável sobre as representações mediáticas das questões sociais no final dos anos 70 do século passado (por exemplo, GLASGOW UNIVERSITY MEDIA GROUP, 1980; HALL et al., 1980). No campo da semiótica, Hartley (1982), Hodge & Kress (1988), e Kress & van Leeuwen (1990) fizeram análises reveladoras de vários tipos de mensagens mediáticas. Fowler (1991) analisou aspectos linguísticos das notícias, tais como transitividade em sintaxe, estrutura lexical, modalidade e atos de fala, e van Dijk (1988a; 1988b; 1991) e Fairclough (1995) propuseram algumas das análises mais sistemáticas do discurso jornalístico (entendendo aqui discurso como uso da linguagem). Escrevendo a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), os dois últimos investigadores têm avançado um programa de pesquisa que questiona o papel do discurso na produção e transformação das representações sociais da realidade, bem como das relações sociais.

A ACD tem como objetivo olhar além dos textos e ter em conta os contextos institucionais e socioculturais em que circulam. Na análise das práticas jornalísticas, esta tarefa é particularmente difícil, dado que o jornalismo se cruza com todos os campos da sociedade. Desenvolver um programa de pesquisa que englobe todos os momentos da ‘vida’ de um determinado texto noticioso, bem como o quadro mais amplo do discurso mediático produzido sobre um determinado tema é, portanto, um objetivo chave da comunidade que trabalha a ACD mas que não tem sido cumprido de forma plena (cf. RICHARDSON, 2007, para uma recente contribuição para esse fim¹). Este capítulo tem como objetivo rever o legado da ACD e identificar aspetos que poderiam ser abordadas de modo mais satisfatório na análise de discurso mediático, bem como contribuir para a melhoria de tal análise². O

¹ Richardson (2007) combina uma sólida base teórica com uma grande diversidade de exemplos empíricos de como o programa da ACD pode ser aplicado ao discurso dos jornais.

² O objetivo não é fazer generalizações a todo o campo da ACD porque o enfoque aqui é apenas na análise dos discursos mediáticos. Muitos dos debates sobre a ACD como um todo são, portanto, relevantes para a presente reflexão, mas o inverso não é necessariamente verdade.

capítulo começa por discutir as principais doutrinas da ACD, discute um conjunto de preocupações epistemológicas e propõe um programa metodológico para a análise de textos jornalísticos.

1 Revisitando a Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é a linha de investigação sobre o discurso mediático com maior autoridade científica. Teun van Dijk (e.g., 1988a; 1988b, 1991, 2005), Norman Fairclough (e.g, 1995, 1998, 2003) e Ruth Wodak (e.g., WODAK, 1996; WODAK et al, 1999; WODAK & CHILTON, 2005) são os mais proeminentes representantes deste ramo da análise de discurso, tendo os dois primeiros desenvolvido um extenso trabalho sobre o discurso dos media.

O chamado Marxismo Ocidental, representado por Gramsci (1971), Althusser (1971) e a Escola de Frankfurt, é um importante pano de fundo para o desenvolvimento da ACD. Esta cria pontes entre a epistemologia da ‘teoria social crítica’³ e a análise dos meios de construção linguística do sentido, tendo a linguística crítica sido uma influência crucial. Fowler (1991⁴) foi um dos pioneiros da abordagem ‘crítica’ à linguagem noticiosa. Na tentativa de ir além da natureza tradicionalmente ‘descritiva’ da linguística, este investigador trouxe as questões de poder e ideologia para a análise das notícias.

Os estudiosos da ACD partilham uma preocupação distinta com as relações entre os textos e os processos sociais, bem como com as relações entre a análise e as práticas analisadas. O discurso é visto como um tipo de prática social. Cada evento discursivo está dialeticamente ligada à sociedade na medida em que simultaneamente ‘constitui’/constrói e é ‘constituído’/construído por fenómenos sociais. A ACD muitas vezes envolve a busca de aspetos ou dimensões da realidade que são obscurecidas por um uso aparentemente natural e transparente da linguagem. O investigador tende a estar alerta para as relações de poder que são exercidas através do discurso e visa ultrapassar a normal opacidade das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 1995, p. 54). Pretende expor as causas e consequências de discursos específicos e denunciar as injustiças sociais, culturais ou políticas que os mesmos sustentam. A ACD é então uma forma reflexiva e engajada de teoria social,

³ Como observa van Dijk (2001), a ACD tem paralelos em desenvolvimentos ‘críticos’ nas ciências sociais (e.g., Birnbaum, 1971).

⁴ Anteriormente, Fowler et al. (1979) já haviam proposto o ‘modelo da linguística crítica’.

que é ciente das suas implicações potenciais para as formações sociais e políticas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Apesar de ser um campo fértil e estimulante, a ACD não é universalmente aplaudida. Entre os seus críticos, alguns têm afirmado que é uma abordagem enviesada ou ideologicamente comprometida (TYRWHITT-DRAKE, 1999)⁵ enquanto outros sugerem que a sua diversidade metodológica deveria ser superada (TOOLAN, 1997). Widdowson (e.g., 1995) e Stubbs (1997) acusaram a ACD de fazer interpretação, e não análise, face ao que Fairclough (1996; ver também CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) alegou que o tipo de trabalho interpretativo que a ACD oferece está mais perto da explicação do que da compreensão subjetiva. A maioria de tais críticas não diminuem o valor teórico e analítico da ACD. O pluralismo metodológico, por exemplo, pode ser visto como um ponto forte em vez de uma fraqueza, e o compromisso ideológico, como discutido acima, está explicitamente presente na agenda da ACD, não sendo sinónimo de distorção analítica.

Philo (2007) argumentou recentemente em favor de uma análise integrada de conteúdos e processos de recepção, produção e circulação, afirmando que a ACD não tem sido capaz de explicar o ciclo completo do discurso de imprensa. Como sugerido acima, este é um ponto válido, se bem que quase insolúvel. Este artigo centra-se em três aspectos para os quais, apesar das conquistas da ACD, ainda faltam respostas satisfatórias: o plano temporal na análise do discurso, as estratégias discursivas dos atores sociais e os efeitos do discurso mediático.

2 O plano temporal na análise de discurso de textos jornalísticos

Até há poucos anos atrás, o tempo tinha estado em grande parte estado ausente da literatura sobre análise de discurso de textos jornalísticos. A maioria das formas de análise não expressam ainda consciência da sequência temporal dos textos nem explicam claramente as implicações de anteriores posições discursivas sobre as subsequentes. Hyatt (2005, p. 515) defendeu a análise do contexto temporal em análise crítica do discurso e sugeriu que fossem considerados os seguintes aspectos:

⁵ Cf. resposta de Flowerdew (1999).

[...] immediate and medium-term sociopolitical contexts, the contemporary sociopolitical individuals, organizations and structures and the more long-term temporal context which includes the various assumptions of order, structures of inclusion and exclusion and generally how a society legitimates itself and achieves its social identity.

A sugestão de Hyatt é semelhante à análise do contexto social do discurso, que tem sido um aspecto central do programa da ACD pelo menos desde a publicação de *Language and Power*, de Norman Fairclough (1989). A proposta de Fairclough (1995) para analisar a ‘prática sociocultural’ em torno do discurso mediático envolve a análise do ‘contexto situacional’, o ‘contexto institucional’ e o ‘contexto sócio-cultural’. Na maioria das análises tal não tem sido totalmente conseguido. Van Dijk afirmou em 2004 (n/p) que uma ‘teoria explícita do contexto’ ainda estava em falta e reconheceu as dificuldades da análise contextual.

The fundamental problem [...] is how to put constraints on such a ‘contextual’ or ‘situational’ study. Indeed, how do we know or decide where to begin and where to stop such an analysis, since obviously it may begin with details of the interaction, the properties of speakers or of settings, but may stretch to such vast societal ‘contexts’ as contemporary capitalism, neoliberalism, globalization, patriarchy, postmodernism, and so on. That is, if contextual analysis should be relevant, it is crucial not only to define possible contexts, but especially to limit them.

A natureza histórica do discurso é uma das suas características mais fundamentais. Qualquer texto é sempre construído sobre os anteriores, reproduzindo ou questionando discursos anteriores. Fairclough (1995) e outros têm conceptualizado essas relações como intertextualidade. A intertextualidade é uma importante contribuição para o estudo do discurso, mas não oferece, por si só, uma visão completa do plano temporal, ou da historicidade do discurso (BLOMMAERT; BULCAEN, 2000). Ao analisar os momentos de produção e consumo do texto, Van Dijk (1988b) examina parte do seu percurso ‘biográfico’. Mas a relação entre um determinado texto e outros ao longo de um determinado período de tempo não é abordada na sua conceptualização.

Está por fazer a biografia das questões sociais e políticas nos meios de comunicação. Quando a mudança no discurso mediático tem sido tida em conta, a investigação tem sido orientada principalmente para questões de estilo e de género (FAIRCLOUGH, e.g. 1995; WEYMOUTH, 1998), em vez da mudança no significado das questões que são socialmente construídas pelos media.

O contributo mais importante para o estudo do tempo nos processos discursivos tem sido avançado por Ruth Wodak e colaboradores. Aplicada ao estudo dos processos de discriminação (van LEEUWEN; WODAK, 1999) e da identidade nacional (WODAK et al., 1999), a sua abordagem ‘histórico-discursiva’ procura dar conta do contexto histórico de eventos discursivos e explorar as mudanças ocorridas no discurso ao longo do tempo (WODAK, 1999). No entanto, o discurso mediático não foi ainda analisado detalhadamente desta forma.

A maioria dos estudos do discurso mediático são como que instantâneos, ou seja, fotos de um momento isolado. Focalizam-se nalgumas notícias em detalhe mas abrangem um curto espaço de tempo (muitas vezes apenas um dia ou alguns dias). Embora isso possa ser relevante para alguns eventos, a maioria das questões públicas têm uma ‘vida’ relativamente longa, que está ligada a representações mediáticas. Compreender a evolução de questões como uma guerra, o terrorismo ou as alterações climáticas, e os modos de interdependência que mantêm em relação aos media, é uma das contribuições potencialmente mais importantes dos cientistas sociais. Há, no entanto, obstáculos de várias ordens na concretização desse objetivo. Examinar os vários estágios da vida pública de tais questões, desde as condições de emergência na arena pública até à sua constituição em problemas políticos, à formulação de respostas, à adopção de medidas, implementação e avaliação, requer a análise dos discursos mediáticos num período de tempo relativamente longo. Obviamente, isso significa uma grande quantidade de trabalho e é necessário encontrar formas de tornar tal projeto exequível.

Além de traçar a história das questões públicas (a sequência de textos que aparecem nos meios de comunicação e a evolução de seu significado), uma análise do discurso sensível ao tempo implica também considerar o contexto específico de um determinado período, desde eventos e desenvolvimentos específicos relacionados com a questão em análise até aspectos mais amplos do ambiente social.

Finalmente, o tempo também é importante ao longo do eixo sincrónico e os investigadores devem ter em conta discursos que ocorram em simultâneo sobre a mesma questão na medida em que a comparação contribui para a análise crítica. Tanto a perspectiva histórico-diacrónica como a perspectiva comparativa-sincrónica defendidas aqui serão explicadas abaixo em mais detalhe.

2.1 Estratégias discursivas dos atores sociais

O jornalismo é tipicamente um re-construção discursiva da realidade. É raro os jornalistas testemunharem eventos ou conhecerem a realidade de uma maneira que não envolva a mediação de outros. Uma variedade de atores sociais servem como fontes de informação para os profissionais dos media, de forma direta ou indireta (e.g., ERICSON et al., 1989), e a representação mediática de questões sociais parece, em grande parte, ser função da iniciativa e capacidade dos atores sociais para projetar as suas reivindicações e captar a atenção para acontecimentos e problemas (e.g., SPECTOR; KITSUSE, 1977; ANDERSON, 1997). O retrato mediático dos problemas sociais depende, obviamente, das preferências e opções dos profissionais do sector, incluindo os valores-notícia com que operam (e.g., GANS, 1979), mas parte, quase necessariamente, da forma como outros atores sociais constroem socialmente uma determinada questão através das suas práticas discursivas.

Um bom método de análise do discurso deve integrar esses dois níveis de intervenção discursiva sobre um dado 'objecto' - a intervenção das fontes ou atores sociais, e a intervenção dos jornalistas. Em situações de guerra, por exemplo, uma análise sistemática do discurso das partes em conflito, bem como do discurso dos atores sociais que se opõem à guerra, ajudaria a compreender e explicitar o alinhamento dos media com um determinado lado e aumentar a consciência da pluralidade de pontos de vista, bem como dos enviesamentos tanto nos media como nos discursos dos atores sociais⁶.

Van Dijk (e.g., 1988a; 1988b) focaliza-se nos processos cognitivos do jornalista e no texto jornalístico, mas não analisa os discursos anteriores de outros atores sociais. Embora Fairclough (e.g., 1995) tenha em conta a intertextualidade e as transformações progressivas dos textos ao longo de cadeias discursivas, a análise das estratégias que os atores sociais adoptam para construir questões para os media está ausente do seu trabalho. Este capítulo propõe que se dedique uma atenção renovada ao papel das estratégias discursivas dos atores sociais no discurso mediático. É importante estudar as formas como eles e suas posições são representadas nos media e para tal devemos analisar as suas próprias estratégias discursivas na construção da realidade.

⁶ Parte da explicação para os níveis de oposição pública à guerra do Iraque em países europeus e outros pode ser a 'desintermediação' relativa na comunicação dos pontos de vista de diferentes atores sociais trazida pela internet.

2.2 Efeitos extra- e supra-textual (ou modos de operação) do discurso

Que consequências é que os textos têm para a totalidade de um campo discursivo? Como é que o discurso influencia e molda a evolução das questões sociais e políticas? Por exemplo, como é que os discursos de George W. Bush sobre a ‘guerra ao terrorismo’ influenciaram os discursos mediáticos sobre o terrorismo e as expectativas de ação subsequente? Que tipo de impacto é que isso teve sobre os mecanismos institucionais e as práticas materiais nos EUA e noutros países?

Wodak e Meyer (2001, p. 66) argumentam que há uma ‘dialectical relationship between particular discursive practices and the specific fields of action (including situations, institutional frames and social structures), in which they are embedded’. Uma visão constitutiva do discurso deve incluir a análise dos meios concretos através dos quais ele gera efeitos. Os analistas do discurso têm concentrado a sua atenção no texto; mas muitos dos modos de operação do discurso são extra- ou supra-textuais, ou seja, ocorrem fora ou para além de um texto dado. Os media são uma arena especialmente importante para a ação social e política; todavia, os estudos sobre o discurso dos media não têm especificado de forma clara os modos como os media moldam as realidades sociais extra- ou supra-textualmente⁷.

Como resposta à questão do funcionamento extra e supra-textual do discurso, proponho a categoria de efeitos discursivos⁸. Efeitos discursivos são processos que estão ligados a textos, mas ocorrem fora ou ‘acima’ do texto, não podendo ser ‘encontrados’ num texto único. Estes efeitos discursivos não são a consequência direta das intervenções discursivas de um ator, mas são muitas vezes dependentes de uma variedade de causas e circunstâncias (discursivas), e mostram a força restritiva e constitutiva do discurso. Exemplos de efeitos discursivos são estruturação discursiva, institucionalização do discurso e encerramento. Estruturação discursiva refere-se ao processo de dominação dos termos do debate (cf. a noção de ‘definição primária’ de HALL et al., 1978). Tal efeito pode ser intencionado, mas não depende apenas da

⁷ Alguns trabalhos sobre políticas ambientais têm fornecido contributos interessantes sobre estas questões. Hajer (1995) referiu-se a mecanismos discursivos como processos através dos quais o discurso funciona.

⁸ Hajer (1995) usa a expressão ‘mecanismos discursivos’ para se referir tanto ao que eu designo como estratégias discursivas (ver abaixo) como aos efeitos discursivos. Como tal, ele não individualiza a agência no discurso. A sua categoria de ‘mecanismos discursivos’ inclui uma variedade de aspectos intra e extra-textuais (e até mesmo extra-discursivos), desde ‘posicionamento’ a ‘experiências sensoriais’.

construção de um problema por parte de um ator social e a sua concretização envolve mais do que um texto. Por exemplo, o discurso do governo americano teve claramente um efeito de estruturação do discurso de muitos meios de comunicação, da *Fox* ao *New York Times*, no período que se seguiu aos eventos de 11 de setembro de 2001. Institucionalização do discurso é a transformação das estruturas e/ou práticas institucionais de forma que incorpora um determinado discurso⁹. Embora o processo de institucionalização do discurso resulte de, ou tenha origem em determinados textos, geralmente tem também uma dimensão extra-textual¹⁰. Um exemplo é a adoção de instrumentos legais, como o Patriot Act dos EUA, como resultado de certos discursos securitários sobre o terrorismo. Encerramento é a resolução ou extinção de algum tipo de controvérsia, por exemplo, em debates científicos ou políticos. É um processo supra-textual. A análise dos efeitos discursivos será integrada na análise diacrónica proposta abaixo.

3 Desenvolver um quadro analítico para o discurso mediático

Chouliaraki & Fairclough (1999) argumentam que a ACD começa a partir da percepção de um problema na sociedade. Muitos problemas sociais, tais como uma guerra ou a resistência do público aos organismos geneticamente modificados, têm marcadores temporais e identificá-los é o primeiro passo para iniciar a recolha de textos mediáticos sobre tais questões. A constituição de um *corpus* de textos de notícias depende de uma grande diversidade de fatores e dos objetivos da pesquisa (por exemplo, recursos humanos envolvidos num projeto, a natureza da questão social em estudo, o número de meios de comunicação a serem analisados). Uma vez constituído o *corpus*, começar com uma leitura aberta dos textos, sem perguntas muito específicas ou hipóteses que limitem a análise, pode produzir resultados interessantes uma vez que permite a identificação das características mais significativas dos dados, sem o efeito de filtro de um apertado programa de investigação.

O pensamento crítico é crucial nesta fase. Deve ser adoptado um ‘espírito de cepticismo’, levando à ‘suspension of belief in the taken for

⁹ Hajer (1995) afirma que a hegemonia discursiva é alcançada através da estruturação e institucionalização do discurso (cf. Berger & Luckmann, 1966).

¹⁰ O termo ‘extra-textual’ é preferível a ‘extra-discursivo’ (cf. Foucault, 1984 - noção de dependências extra-discursivas), dado que as instituições são, em alguns aspetos, um produto de discursos.

granted’ e ‘render[ing] the familiar strange’ (GILL, 2000, p. 178). Algumas das perguntas que podem vir à mente são: Porque é que algumas coisas são ditas e outras não? Como se fala sobre os assuntos e quais são as possíveis implicações disso? O que está ausente de um determinado texto (dados fatuais, argumentos, pontos de vista, etc)? A primeira leitura dos dados vai ajudar a identificar os mais significativos debates, controvérsias e silêncios, e, eventualmente, sugerirá especificações e alterações dos objetivos e perguntas iniciais da pesquisa. Esta leitura aberta deve ser aplicada a cada texto num período inicial do lapso temporal coberto pelo *corpus* de textos e, a partir daí, a um conjunto de textos que podem ser selecionados por um processo de amostragem aleatória estratificada, em múltiplos estágios: amostragem em cada meio de comunicação e re-amostragem nos períodos de pico de cobertura. Além disso, o analista deve prestar atenção aos títulos e aos primeiros parágrafos (um ou dois) de todos os artigos que compõem o *corpus*.

Em projetos que envolvem grandes quantidades de dados, a segunda etapa consiste em circunscrever o número de textos a serem submetidos a análise de discurso. O desenho da fórmula para a re-seleção dos artigos é muito importante. A combinação da análise exaustiva em períodos selecionados com a análise de ‘momentos críticos do discurso’ (CHILTON, 1987; GAMSON, 1992) é uma opção potencialmente frutuosa. Por um lado, há períodos que são determinantes para a construção de uma questão e, por conseguinte, exigem uma análise integral. Por exemplo, este é o caso dos primeiros anos de cobertura mediática significativa das alterações climáticas (1988-1989), quando passou de baixos níveis de atenção a uma questão pública e política importante. Por outro lado, após algum tempo, as construções discursivas de uma questão começam a sedimentar-se e diminui o grau de novidade, sendo que as diferentes posições discursivas começam a ser cada vez mais recorrentes. Como tal, faz sentido suspender a análise de artigo a artigo e ‘saltar’ para o próximo ‘momento crítico do discurso’.

Momentos críticos do discurso são períodos que envolvem acontecimentos específicos que podem desafiar as posições discursivas ‘estabelecidas’. Vários fatores podem definir esses momentos-chave: atividade política, avanços científicos, ou outros eventos de relevância social. A construção de uma cronologia de eventos relevantes para a questão a ser analisada pode ser um guia útil para a identificação de momentos críticos do discurso. Eis algumas das perguntas a serem feitas relativamente aos

momentos críticos do discurso: Será que os argumentos mudaram? Será que surgiram novos pontos de vista/alternativas?

A partir daqui, voltamo-nos para a análise do discurso detalhado de textos. Apresenta-se abaixo uma proposta de quadro analítico para o discurso mediático. Primeiro, centra-se na unidade de análise (ou seja, cada texto individual) e, em seguida, atenta ao seu contexto. Este quadro foi concebido principalmente para textos jornalísticos onde a linguagem escrita é dominante (se não exclusiva), como artigos de jornais ou revistas. No entanto, com algumas adaptações, pode ser aplicado a outros tipos de textos noticiosos, tais como as notícias televisionadas ou notícias on-line.

Quadro de análise de discurso noticioso

I Análise textual
1 Layout e organização estrutural
2 Objetos
3 Atores
4 Linguagem, gramática e retórica
5 Estratégias discursivas
6 Posições ideológicas
II Análise contextual
1 Análise comparativa-sincrónica
2 Análise histórico-diacrónica

Fonte: elaboração da própria autora.

3.1 I Análise textual

As dimensões do texto que mais importam na construção do significado e que devem ser analisadas são detalhadas a seguir.

3.1.1 Layout e organização estrutural

Elementos ‘de superfície’ do jornal e do próprio texto, tais como a secção em que o artigo foi publicado, o número da página, o tamanho do artigo, e se foi acompanhado por elementos visuais (fotografias, gráficos ou outros), dizem algo sobre a avaliação e categorização da questão por um determinado meio de comunicação, com implicações para a percepção do público.

A organização estrutural do texto desempenha um papel chave na definição do que está em causa, bem como na interpretação global de um problema. Como sublinha Van Dijk (e.g., 1988b), o título marca a leitura preferida de todo o artigo e deve ser cuidadosamente examinado. O lead e os primeiros parágrafos do artigo também merecem especial atenção.

3.1.2 Objetos

A segunda pergunta a fazer é: que objetos é que o texto constrói? A noção de ‘objetos’ aproxima-se aqui de tópicos ou temas. No entanto, o termo ‘objeto’ tem a vantagem de reforçar a ideia de que o discurso constitui em vez de apenas ‘se referir’ às realidades em questão. Os objetos do discurso nem sempre são óbvios e identificá-los claramente é um passo importante no sentido de desconstruir e compreender o papel dos discursos. No caso das alterações climáticas, por exemplo, os objetos mais amplos a serem construídos podem ser a economia, o governo ou a natureza. Outros objetos mais específicos podem ser, por exemplo, os impactos das alterações climáticas na agricultura. Uma pergunta relacionada a ser colocada nesta fase da análise é a seguinte: que eventos/questões específicas estão associadas à questão mais ampla em consideração? Esta pergunta é particularmente relevante para questões complexas como as alterações climáticas, que tem muitas dimensões, e, portanto, pode ser abordada de diferentes ângulos e perspectivas¹¹. Mapeando as ligações que os jornalistas (e outros autores) fazem entre eventos específicos, tais como a opção por uma expansão rodoviária e as alterações climáticas, pode ser muito esclarecedor relativamente à posição política de um determinado discurso (o facto de um autor não fazer essas ligações é igualmente significativo).

3.1.3 Atores

Quem é que o artigo menciona? Como são esses atores representados?¹² Aqui estamos interessados nas pessoas ou instituições que são citadas ou

¹¹ Em termos jornalísticos pode-se pensar em ‘ganchos’ noticiosos: que eventos ou questões dão origem a um determinado artigo?

¹² van Leeuwen (1996) fornece um complexo ‘inventário sócio-semântico’ sobre formas de representar os atores sociais.

referidas no texto¹³. O termo ‘atores’ nesta análise refere-se tanto a agentes sociais (alguém que tem a capacidade de fazer algo) como a personagens de uma história (que é, afinal, o que são as notícias)¹⁴. Os atores são, assim, tanto sujeitos – fazem coisas – como objetos – alguém de quem se fala. Podem aparecer como figuras isoladas ou em ‘coligações discursivas’ (WITTROCK et al., 1991; HAJER, 1995).

Os textos desempenham um papel importante na construção da imagem dos agentes sociais, bem como na definição das suas relações e identidades (HALLIDAY, 1978; 1985; FAIRCLOUGH, 1995). Um aspecto essencial no estudo das funções que os atores assumem em textos é a sua influência na definição do sentido global do texto. De quem é a perspectiva que parece dominar? Qual é o poder de enquadramento dos atores sociais relativamente aos media? Poder de enquadramento pode ser definido como a capacidade de um ator para transmitir as suas opiniões e posições através dos media, ao vê-las re-apresentadas pelos jornalistas na forma de citações ou texto regular. Ter o poder de enquadramento predominante em relação a um determinado assunto é uma importante forma de influência social. Mas devemos ter em mente que o poder de enquadramento é concedido ou negado pelos jornalistas (e.g., WHITE, 1950), que detêm um grande poder de construção discursiva das questões sociais¹⁵.

A análise da representação de agentes nos media está estreitamente relacionada com a análise da representação das suas estratégias discursivas (ver abaixo).

3.1.4 Linguagem, gramática e retórica

A identificação de conceitos-chave utilizados num texto e da sua relação com estruturas culturais e ideológicas é uma parte importante da análise do discurso (e.g., JACOBS; MANZI, 1996). Além disso, o vocabulário usado para representar uma determinada realidade (por exemplo, verbos, adjetivos, advérbios) e o estilo de escrita (por exemplo, formal/informal, técnica, conversacional) são dimensões importantes da constituição de significados.

¹³ Compare-se com a noção de ‘fonte’. Alguns desses atores podem ter funcionado como fontes para o autor do artigo mas outros não.

¹⁴ Este entendimento difere daquilo a que Fairclough chama ‘vozes’, que se refere a ‘those speaking or whose speech is represented’ (1995, p. 80) nos media.

¹⁵ Isto também está relacionado com questões de acesso aos meios de comunicação.

As análises linguísticas de textos jornalísticos prestam atenção a questões de pragmática, semântica e sintaxe no discurso de uma forma muito mais detalhada (e.g., FOWLER, 1991). Tal não é o enfoque desta proposta, sendo a análise da linguagem limitada aos aspectos listados acima (conceitos, vocabulário/escolhas lexicais e estilo).

Como defendido pela maioria dos estudiosos da ACD, o estudo da gramática de um texto pode revelar muitos dos pressupostos (ideológicos) subjacentes. Nominalizações e frases em voz ativa/passiva estão entre as mais importantes características sintáticas do discurso noticioso.

Por fim, atendemos às metáforas, outras figuras retóricas e dispositivos de persuasão empregues no texto (cf. VAN DIJK, 1988b). Um discurso emocional, com apelo às emoções dos leitores, por exemplo, é frequentemente encontrado na imprensa, e pode ter um papel retórico importante¹⁶. Na análise da linguagem e retórica temos em conta, por um lado, as formulações avançadas por diferentes agentes sociais, e por outro lado, o discurso dos jornalistas.

3.1.5 Estratégias discursivas

Estratégias discursivas são formas de manipulação discursiva da realidade por atores sociais, incluindo jornalistas, a fim de alcançar um certo efeito ou objetivo. Aqui, a manipulação não tem o sentido de uma alteração ilegítima de uma certa realidade (cf. VAN DIJK, 2006). Em vez disso, uso o termo para significar, simplesmente, uma intervenção discursiva. Esta intervenção e o objetivo perseguido podem ser mais ou menos conscientes (cf. WODAK, 1999; WODAK et al., 1999¹⁷).

A noção de estratégia discursiva ajuda-nos a compreender a relação entre as 'estratégias das fontes' e as representações mediáticas (e.g., ANDERSON, 1997). Apontando para o poder capacitador do discurso, tal noção é também esclarecedora no que diz respeito aos processos de promoção de uma questão ou ponto de vista, para os quais os media são uma arena crucial, e que envolvem necessariamente o uso da linguagem com o

¹⁶ Obviamente, a análise retórica pode ser muito mais abrangente do que o que é aqui sugerido: para uma introdução ver, por exemplo, Gill & Whedbee (1997).

¹⁷ Wodak define as estratégias no discurso como 'plans of actions that may vary in their degree of elaboration, may be located at different levels of mental organization, and may range from automatic to highly conscious' (1999, p. 188).

objetivo de ‘mostrar’, ‘provar’ ou ‘chamar a atenção’ para uma determinada matéria ou perspectiva. No entanto, os estudos sistemáticos das estratégias discursivas nos meios de comunicação são extremamente escassos, o que é uma lacuna importante da pesquisa sobre discurso mediático (ver CARVALHO, 2005, sobre as estratégias do *Guardian*, *The Times* e *The Independent* sobre alterações climáticas).

Referir-me-ei, de seguida, a algumas das estratégias discursivas mais importantes. A principal intervenção do orador/autor prende-se com a seleção de um ângulo da realidade (complexa) de que fala. Esta é uma parte importante do ato de ‘enquadrar’ uma certa realidade. Sugiro pensar em termos de *enquadramento* (framing) como uma ação ou operação, em vez de pensar em ‘frames’ como entidades (fixas) independentes. Enquadrar é organizar o discurso de acordo com um certo ponto de vista ou perspectiva. Na produção de textos, enquadrar envolve seleção e composição (cf. ENTMAN, 1993). Seleção é um exercício de inclusão e exclusão de factos, opiniões, juízos de valor, etc. Composição é o arranjo desses elementos a fim de produzir um certo significado. Não vejo o enquadramento como uma intervenção opcional no discurso, ao contrário de outros autores (e.g., DURHAM, 1998¹⁸). Em vez disso, é algo inerente à construção de textos. Enquadrar não é algo que se escolhe fazer ou não, mas uma operação necessária para falar sobre a realidade. Portanto, o que está em jogo na análise de enquadramento como uma estratégia discursiva é *como*, e *não se*, um ator enquadra a realidade.

Passando agora a outras estratégias discursivas, gostaria de destacar o *posicionamento* e, como exemplos de estratégias mais específicas, *legitimação* e *politização*. O *posicionamento* é uma estratégia discursiva que envolve a construção de atores sociais numa certa relação com os outros, o que pode, por exemplo, atribuir-lhes o poder de fazer determinadas coisas ou não (cf. DAVIES; HARRÉ, 1990; HAJER, 1995). O posicionamento também pode ser visto como um processo mais amplo de constituição da identidade do sujeito através do discurso¹⁹. *Legitimação* consiste em justificar e sancionar uma

¹⁸ No artigo de Durham, o enquadramento é visto como prática redutora realizada pelos jornalistas para dar sentido à realidade numa tentativa sistemática de identificar um único significado de questões e eventos (que são muitas vezes complexos e multi-dimensionais).

Compare-se com a função interpessoal da linguagem de Halliday (1978), e a função relacional do discurso mencionada por Fairclough (1995).

¹⁹ Compare-se com a função interpessoal da linguagem de Halliday (1978), e a função relacional do discurso mencionada por Fairclough (1995).

determinada ação ou poder, com base em razões normativas ou outras (cf. VAN LEEUWEN; WODAK, 1999). *Politização* é a atribuição de carácter ou estatuto político a uma determinada realidade, como, por exemplo, as alterações climáticas. Algumas dessas estratégias tem um reverso, como deslegitimação e despolitização. Naturalmente, há um número muito alargado de potenciais estratégias discursivas, com diferentes níveis de especificidade. Por exemplo, enquanto o enquadramento é uma operação fundamental e necessária, a *construção de responsabilidade* (na representação de um acidente, por exemplo) é uma estratégia muito mais específica e altamente discricionária.

Na análise das estratégias discursivas, é importante discriminar as estratégias dos jornalistas das estratégias de outros atores sociais. Isto é feito com recurso à análise de comunicados de imprensa, relatórios, sites e uma série de outras formas de comunicação dos atores sociais envolvidos num determinado assunto (por exemplo, políticos, empresas e organizações não-governamentais). Quando as fontes primárias não estiverem disponíveis, podemos também, indiretamente, ‘ler’ o discurso dos atores sociais a partir de citações e de discurso indireto nas notícias. Isto é obviamente um produto da seletividade mediática; no entanto, desde que verídica, uma citação ainda ‘diz’ alguma coisa. Uma forma de ‘combater’ os efeitos dos processos de filtragem dos media é a triangulação de órgãos de informação. O objetivo é mapear as estratégias discursivas em relação aos atores sociais. Que atores usam determinadas estratégias discursivas? Como estão os diferentes atores presentes nas estratégias discursivas de outros (como é que são construídos por outros)?

Como sugerido acima, uma tarefa-chave na análise do discurso mediático é compreender como as estratégias discursivas de cada ator social (relevante) são reproduzidas, contestadas ou excluídas. Quais são as relações entre as estratégias discursivas de cada ator social e o discurso mediático? Como é que os media reconstroem as estratégias de decisores políticos e de ativistas anti-guerra, por exemplo?

3.1.6 Posições ideológicas

A noção de que as ideologias estão incorporadas nos discursos é uma ideia central dos estudos do discurso, especialmente de versões ‘críticas’

como a ACD. O conceito de ideologia é usado em múltiplos sentidos que, por vezes, estão em tensão. Relacionando as ideologias com valores sociais e políticos associados a posições face a uma determinada realidade, este capítulo defende uma visão mutuamente constitutiva da ideologia e dos discursos mediatizados.

As posições ideológicas são, possivelmente, a influência mais importante na formação de um texto.²⁰ No entanto, a análise do discurso nem sempre as tem revelado totalmente. Fairclough (1995) procura mecanismos ideológicos ao nível do implícito, de pressupostos e pressuposições no texto e van Dijk afirma que ‘semantic structures of discourse ... form the core ‘content’ of the expression of ideological opinions’ (1998, p. 31).²¹

É necessária uma visão mais ampla da realização discursiva da ideologia. A ideologia é um aspecto transversal ao texto e à sua produção. Está incorporada na seleção e na representação de objetos e atores, na linguagem e nas estratégias discursivas empregues num texto. No entanto, é de esperar que os pontos de vista ideológicos de um autor nem sempre sejam explícitos no texto, especialmente se se tratar de um texto noticioso. *Parecer natural* está no cerne do trabalho jornalístico de representação da realidade, que é sempre um trabalho ideologicamente formatado (ver ALLAN, 1999). No processo de ‘newsmaking’, ‘the multi-accentual ‘potential for meaning’ of the chosen signs ... are filled in until the signs are ‘closed’, apparently uni-accentual’ (HARTLEY, 1982, p. 63). Identificar os meios discursivos de tal ‘ideological closure’ (ibid.), muitas vezes requer uma boa dose de trabalho interpretativo. Nalguns textos, as posições normativas, políticas e valorativas são relativamente claras. Mas o analista tem de aprender a identificar posições ideológicas a partir de mecanismos e dispositivos relativamente subtis. O confronto com construções alternativas da mesma realidade (tais como notícias em diferentes órgãos de comunicação) é uma estratégia útil (ver análise comparativa-sincrónica abaixo). É importante tornar as ideologias manifestas porque estas envolvem motivações e justificações fundamentais para manter ou alterar um determinado *status quo*.

²⁰ Isto não significa que há uma prioridade lógica das ideologias sobre os textos. As ideologias são produzidas por textos e ‘guiam’ a produção de textos.

²¹ O modo como van Dijk pensa a ideologia (1998b; 1998c), tal como o discurso, está indissociavelmente ligado à cognição.

A análise das estratégias discursivas e das posições ideológicas em textos jornalísticos não é independente da análise dos outros elementos enunciados acima. As estratégias discursivas dos profissionais dos media estão implicadas no layout e estrutura do texto, na construção discursiva de objetos e atores, e na linguagem, gramática e retórica. Por sua vez, as posições ideológicas têm de ser inferidas a partir de todos os outros elementos, incluindo as estratégias discursivas.

Para concluir a secção sobre a metodologia envolvida na análise textual, vale a pena ressaltar que devemos sempre olhar para o que está presente no texto bem como para o que está ausente (ver FAIRCLOUGH, 1995). O silêncio pode ser tão performativo como o discurso. Qualquer texto deve ser lido ‘politicamente’, para usar os termos de Carver & Hyvärinen (1997). Uma ‘leitura política’ reconhece que a política não é natural, mas ‘contingent, plural and conflictual’ (ibid.: 6), e visa manter na análise a consciência das possíveis alternativas à posição dominante. O que é obscurecido no texto? Como é que a inclusão e exclusão de factos servem a criação de um determinado significado? Estas são questões que devem sempre ser mantidas na mente do analista.

3.2 II Análise contextual

Numa segunda etapa da análise, propõe-se aqui ir além do texto e ter em conta a cobertura global de um evento ou problema num determinado órgão de comunicação e o contexto social mais amplo. A primeira pergunta a colocar é simples: quantos textos são dedicados a cada evento/problema ao longo de um determinado período de tempo? O número de textos é um indicador fundamental da importância concedida por um órgão de comunicação a um problema e é um ponto de partida útil para a análise.

Duas dimensões de análise são consideradas nesta fase, ambas associadas ao plano temporal - sincrónica e diacrónica. Isto é conseguido através de dois meios principais de investigação, respectivamente, a comparação e a análise histórica. Assim, procuramos efetuar uma análise comparativa-sincrónica e uma análise histórico-diacrónica.

3.2.1 Análise comparativa-sincrónica

Philo (2007, p. 186) salientou que a ACD “would be more powerful if it routinely included a developed account of alternatives”. Uma análise

comparativa-sincrónica significa olhar para várias representações de uma questão no momento de produção de um texto noticioso específico (a nossa unidade de análise). Mais especificamente, procura-se comparar um texto com outras representações da mesma questão: textos publicados no mesmo dia (ou outra unidade de tempo) por diferentes autores, tanto no mesmo órgão de comunicação como noutros. A comparação de diferentes representações mediáticas da realidade inclui a tentativa de reconstituir os eventos (discursivos ou não discursivos) originais. Através do cruzamento de diferentes meios de comunicação e da verificação de fontes originais, tais como relatórios ou documentos políticos, os investigadores podem formar a sua própria imagem da realidade, que será (espera-se) mais precisa e/ou completa do que cada representação mediática individual. Como sugerido anteriormente, isso é importante porque permite uma melhor avaliação da intervenção dos jornalistas (ou outros autores de textos mediáticos) sobre a realidade, e da sua reconstrução das estratégias discursivas dos atores sociais. Embora o quadro analítico aqui proposto apele à intertextualidade ao olhar para as ligações entre os textos produzidos pelos atores sociais e os textos mediáticos (como um texto é integrado no outro, as transformações que sofre), a análise comparativa-sincrónica difere do que é normalmente designado como análise intertextual. É um confronto de representações alternativas da realidade que visa, principalmente, melhorar a leitura crítica do discurso noticioso e ajudar a identificar as características discursivas específicas de um dado órgão de comunicação.

3.2.2 Análise histórico-diacrónica

A análise histórico-diacrónica tem lugar a dois níveis. Num primeiro nível, a abordagem histórica envolve o exame da trajetória de questões sociais e do seu contexto político, social e económico (cf. WODAK et al., 1999; VAN LEEUWEN; WODAK, 1999). Como argumentam vários estudiosos da ACD, as condições históricas e o contexto de produção dos textos mediáticos têm que ser tidos em conta na análise do discurso²². Para tal, a investigação deve ser bastante aberta em termos teóricos e metodológicos (WEISS & WODAK, 2003). Embora não seja nova, a preocupação com a interdisciplinaridade na ACD tornou-se mais explícita nos últimos anos (e.g., WODAK; CHILTON, 2005)

²² Cf. noção de prática sociocultural de Fairclough (1995).

e, apesar de ser um grande desafio, este é um propósito crucial para a investigação. Trazer as contribuições de disciplinas como a ciência política, sociologia e psicologia para a análise dos discursos mediáticos sobre o Islão e o terrorismo, por exemplo, pode ser muito produtivo.

Num segundo nível, é importante analisar a evolução temporal dos discursos mediáticos e produzir uma história das construções mediáticas de uma determinada questão social²³. Trata-se de olhar para a sequência de construções discursivas de um problema e avaliar o seu significado. Como é que as representações da realidade influenciam representações subsequentes? De que modo foram reproduzidas ou contestadas?²⁴ Quais foram as implicações políticas, sociais e/ou culturais dos discursos dominantes? Que argumentos e propostas alternativas foram excluídos das agendas públicas e porquê? O desenvolvimento de uma questão social - a sequência de eventos e construções da questão - é um aspecto crucial para a compreensão do presente. O estudo 'biográfico' de questões sociais e políticas pode, portanto, ajudar a dar sentido aos dispositivos, instituições e regras que nos governam. A identificação de efeitos discursivos, como discutido acima, é um procedimento de análise útil, e uma parte importante de uma análise do discurso histórico-diacrónica.

4 Conclusão

Na tradição da ACD, este capítulo propôs um quadro analítico para o discurso mediático que integra várias dimensões de análise e responde a questões como o tempo em análise do discurso, a manipulação discursiva da realidade por diferentes atores sociais, e os modos de funcionamento social do discurso. O âmbito de análise desta abordagem é tanto sincrónica como diacrónica. Privilegia a análise da continuidade (ou descontinuidade) relativamente à análise do que é episódico. Assim, esta abordagem promove a análise integrada do discurso mediático sobre questões específicas durante um período prolongado de tempo.

²³ Durant et al. (1998) e McComas & Shanahan (1999) estão entre os poucos exemplos de investigadores que tentaram compreender a evolução dos discursos mediáticos sobre um determinado assunto ao longo do tempo. Focalizando-se, respetivamente, em 'frames' sobre biotecnologia e em (meta)narrativas sobre alterações climáticas (identificadas a partir da análise de conteúdo de textos em vários períodos) nos EUA, as suas análises são predominantemente quantitativas. Por essa razão, os seus trabalhos oferecem pouca análise pormenorizada dos meios discursivos de construção do significado.

²⁴ Cf. noção de relações em cadeia de Fairclough (1995).

Como qualquer outro método, o que foi proposto aqui gera algumas dificuldades. Devido ao âmbito deste tipo de análise, o volume de material a ser analisado pode ser vasto. É, portanto, inexecutável para um único investigador analisar cada unidade de análise (por exemplo, um artigo noticioso). A solução sugerida é analisar alguns períodos de forma exaustiva e, em seguida, concentrar-se em ‘momentos críticos do discurso’, o que parece uma opção mais adequada do que a amostragem aleatória ou a escolha dos textos de forma arbitrária. A análise desses ‘momentos’ permite a identificação de viragens discursivas e/ou de linhas contínuas de argumentação em momentos particularmente importantes na construção social de um problema.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. London: New Left Books, 1971.
- ANDERSON, Alison. **Media, Culture and the Environment**. London: University College Press, 1997.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **The Social Construction of Knowledge: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. London: Penguin, 1966 (repr. in 1991).
- BIRNBAUM, Norman. **Toward a Critical Sociology**. New York: Oxford University Press, 1971.
- BLOMMAERT, Jan; BULCAEN, Chris. ‘Critical discourse analysis’, **Annual Review of Anthropology**, vol. 29, p. 447-466, 2000.
- CARVALHO, Anabela. ‘Representing the politics of the greenhouse effect. Discursive strategies in the British media’, **Critical Discourse Studies**, v. 2, n. 1, p. 1-29, 2005.
- CARVER, Terrell; HYVÄRINEN, Matti (eds.). **Interpreting the Political: New Methodologies**. London: Routledge, 1997.
- CHILTON, Paul; SCHÄFFNER, Christina. ‘Discourse and politics’. In: VAN DIJK, Teun (ed.) **Discourse as Social Interaction. Discourse Studies. A Multidisciplinary Introduction**, vol. 2, London: Sage, p. 206-30, 1997.
- CHILTON, Paul. ‘Metaphor, euphemism, and the militarization of language’. **Current Research on Peace and Violence**, v. 10, p. 7-19, 1987

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DAVIES, Bronwyn; HARRÉ, Rom. 'Positioning: the discursive production of selves'. **Journal for the Theory of Social Behaviour**. 20(1): 43-63, 1990.

DURANT, John; BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.). **Biotechnology in the Public Sphere: A European Sourcebook**. London: Science Museum Publications, 1998.

DURHAM, Frank. 'News frames as social narratives: TWA flight 800'. **Journal of Communication**, v. 48, n. 4, p. 100-17, 1998.

ENTMAN, Robert. 'Framing: toward clarification of a fractured paradigm'. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 6-27, 1993.

ERICSON, Richard; BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. (eds.). **Negotiating Control: A Study of News Sources**, Milton Keynes: Open University Press, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

_____. **Media Discourse**. London: Edward Arnold, 1995.

_____. 'A reply to Henry Widdowson's 'Discourse analysis: a critical view''. **Language and Literature**, v. 5, n. 1, p. 49-56, 1996.

_____. 'Political discourse in the media: an analytical framework'. In: BELL, Allan; GARRETT, Peter (eds) **Approaches to Media Discourse**. Oxford: Blackwell, pp. 142-62, 1998.

_____. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London: Routledge, 2003.

FLOWERDEW, John. 'Description and interpretation in critical discourse analysis'. **Journal of Pragmatics**, v. 31, p. 1089-1099, 1999.

FOUCAULT, Michel. 'The Order of Discourse'. In: SHAPIRO, Michael (ed.) **Language and Politics**. Oxford: Blackwell, p. 108-38, 1984.

FOWLER, Roger. **Language in the News**. London and New York: Routledge, 1991.

FOWLER, Roger; HODGE, Bob; KRESS, Gunther; TREW, Tony. **Language and Control**. London: Routledge and Kegan Paul, 1979.

GAMSON, William. **Talking Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GANS, Herbert. **Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York: Pantheon, 1979.

GILL, Rosalind. 'Discourse analysis'. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (eds.) **Qualitative Researching with Text, Image and Sound**. London: Sage, p. 172-190, 2000.

GILL, Ann; WHEDBEE, Karen. 'Rhetoric'. In: VAN DIJK, Teun (ed.) **Discourse as Structure and Process. Discourse Studies. A Multidisciplinary Introduction**, v. 1, London: Sage, p. 157-84, 1997.

GLASGOW UNIVERSITY MEDIA GROUP. **More Bad News**, London: Routledge and Kegan Paul, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

HAJER, Maarten. **The Politics of Environmental Discourse. Ecological Modernization and the Policy Process**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, Andy; WILLIS, Paul. (eds.). **Culture, Media, Language**. London: Hutchinson, 1980.

HALL, Stuart; CRITCHER, Charles; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. London: Macmillan, 1978.

HALLIDAY, Michael. **Language as Social Semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

_____. **Introduction to Functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HARTLEY, John. **Understanding News**. London and New York: Routledge, 1982.

HODGE, Roger; KRESS, Gunther. **Social Semiotics**. London: Polity, 1988.

HYATT, David. 'Time for a change: a critical discursive analysis of synchronic context with diachronic relevance'. **Discourse & Society**, v. 16, n. 4, p. 515-534, 2005.

JACOBS, Keith; MANZI, Tony. 'Discourse and policy change: the significance of language for housing research'. **Housing Studies**, v. 11, n. 4, p. 543-560, 1996.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Teun. **Reading Images**. Victoria: Deakin University Press, 1990.

MCCOMAS, Katherine; SHANAHAN, James. 'Telling stories about global climate change: Measuring the impact of narratives on issue cycles'. **Communication Research**, v. 26, n. 1. p. 30-57, 1999.

PHILO, Greg. 'Can discourse analysis successfully explain the content of media and journalistic practice?'. **Journalism Studies**, v. 8, n. 2, p. 175-96, 2007.

RICHARDSON, John E. **Analysing Newspapers: An Approach from Critical Discourse Analysis**. Palgrave Macmillan, 2007.

SPECTOR, Malcolm; KITSUSE, John. **Constructing Social Problems**. Menlo Park, CA: Cummings, 1977.

STUBBS, Michael. 'Whorf's children: critical comments on critical discourse analysis'. In: RYAN, Ann; WRAY, Alison (eds.) **Evolving Models of Language**, Papers from the 1996 Annual Meeting of BAAL, Milton Keynes: Multilingual Matters, p. 100-116, 1997.

TOOLAN, Michael. 'What is critical discourse analysis and why are people saying such terrible things about it?' **Language and Literature**, v. 6, n. 2, p. 83-103, 1997.

TYRWHITT-DRAKE, Hugh. 'Resisting the discourse of critical discourse analysis: reopening a Hong Kong case study'. **Journal of Pragmatics**, v. 31, p. 1081-1088, 1999.

VAN DIJK, Teun. **News Analysis: Case Studies of International and National News in the Press**. Hillsdale, NJ: Laurence Erlbaum, 1988a.

_____. **News as Discourse**. Hillsdale, NJ: Laurence Erlbaum, 1988b.

_____. **Racism and the Press**. London: Routledge, 1991.

_____. 'Opinions and ideologies in the press'. In: BELL, Allan; GARRETT, Peter (eds.) **Approaches to Media Discourse**, Oxford: Blackwell, p. 21-63, 1998.

_____. 'Critical Discourse Analysis'. In TANNEN, Deborah, SCHIFFRIN, Deborah & HAMILTON, Heidi (eds.) **Handbook of Discourse Analysis**, Oxford: Blackwell, p. 352-71, 2001.

_____. 'Critical Context Studies', Lecture given at CDA Conference, Valencia, May 2004, <<http://www.discourses.org/UnpublishedArticles/Critical%20context%20studies.htm>>, accessed 17 May 2007.

_____. **Racism and Discourse in Spain and Latin America**. Amsterdam: Benjamins, 2005.

_____. 'Discourse and manipulation'. **Discourse & Society**, v. 17, n. 3, p. 359-83, 2006.

VAN LEEUWEN, Teun. 'The representation of social actors'. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen; COULTHARD, Malcom. (eds.) **Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis**, London: Routledge, 1996.

VAN LEEUWEN, Teun; WODAK, Ruth. 'Legitimizing immigration control: a discourse-historical analysis', **Discourse Studies**, vol. 1, n. 1, p. 83-118, 1999.

WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. (eds.) **Critical Discourse Analysis: Theory and Interdisciplinarity**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

CARVALHO, Anabela. Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso. Trad. Anabela Carvalho. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 175-199, dez.2015.

WEYMOUTH, Tony. 'New landscapes, old footpaths: the discourse of the written press revisited'. **Media, Culture and Society**, v. 20, n. 3, p. 499-506, 1998.

WHITE, David. 'The Gatekeeper: A case study in the selection of news'. **Journalism Quarterly**, v. 27, n. 4, p. 383-390, 1950.

WIDDOWSON, Henry. 'Discourse analysis: a critical view'. **Language and Literature**, v. 4, n. 3, p. 157-172, 1995.

WODAK, Ruth; CHILTON, Paul. (eds.) **A New Agenda for Critical Discourse Analysis: Theory, Methodology and Interdisciplinarity**. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

WODAK, Ruth; DE CILLIA, Rudolf; REISIGL, Martin; LIEBHART, Karin (eds.) **The Discursive Construction of National Identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

WODAK, Ruth. **Disorders of Discourse**. London: Longman, 1996.

WODAK, Ruth. 'Critical Discourse Analysis at the end of the 20th century'. **Research on Language and Social Interaction**, v. 32, n. 1&2, p. 185-193, 1999.

Tradução: Anabela Carvalho

CONQUISTAR O PODER PELA PALAVRA: ELEMENTOS DE FABRICAÇÃO DA RETÓRICA ELEITORALⁱ

Philippe-Joseph Salazarⁱⁱ

Resumo: Este artigo apresenta as técnicas retóricas que devem ser consideradas em uma campanha eleitoral, a fim de atingir o maior efeito possível. Isso é obtido pelas equipes eleitorais em um contexto aberto e democrático, em que todos os candidatos gozam de liberdade de expressão e são regidos de acordo com as regras estabelecidas. O artigo explica, em primeiro lugar, as três funções básicas que cada campanha deve satisfazer para apresentar o seu candidato sob a melhor perspectiva possível. Em seguida, passa a uma cuidadosa explicação das técnicas retóricas responsáveis por estabelecer a “performance” do candidato. Finalmente, explica a estruturação básica de ideias para a construção de um discurso eleitoral eficaz. O objetivo geral consiste em assegurar aos eleitores a crença de que seu candidato verdadeiramente os representa e em conquistar os “indecisos”.

Palavras-chave: Campanha eleitoral. Legitimação. Performance. *Topos*. Emoção.

Abstract: This article presents the rhetorical technologies that must be brought to bear on an electoral campaign in order to achieve maximum effect. It is aimed at electoral teams in an open, democratic context where all contestants enjoy freedom of expression and play by established rules. The article first explains the three basic functions that any campaign must fulfill to present its candidate in the best possible light. It then moves onto a careful explanation of the dual rhetorical technologies engaged in setting up the “performance” of the candidate. It finally explains the basic montage of ideas so as to build an effective electoral discourse. The total aim is to secure supporters in their belief their candidate represents them truly, and to win over the “undecided”.

Keywords: Electoral campaign. Legitimization. Performance. *Topos*. Emotion.

ⁱ Artigo traduzido a partir da publicação em espanhol na *Rétor* – Revista de la Asociación Argentina de Retórica – n. 2, v. 2, p. 260-273, 2012.

ⁱⁱ Professor Emérito de Retórica da Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul. E-mail: phillipe.salazar@uct.ac.za.

Introdução

Vou apresentar dois aspectos das técnicas retóricas da campanha eleitoral¹. O tema é amplo e foi abordado detalhadamente no meu último livro em francês (SALAZAR, 2012c). Aqui vou me concentrar em duas categorias principais: a *performance* oratória e a estruturação das ideias. Mas, antes disso, apresentarei uma breve reflexão sobre o ritual de uma campanha eleitoral em uma democracia.

1 As três funções rituais de uma campanha

Uma campanha eleitoral é um ritual político em que um candidato deve dizer: “somente eu posso fazer o que prometo, e o que eu prometo é a única solução, e esta solução é nova, e é nova porque apenas uma solução nova pode mudar nossas vidas; portanto, eu sou a pessoa certa para esta situação”.

Esclareço duas questões. Por um lado, essa narrativa padrão é a razão que a equipe de campanha nunca deve perder de vista: a narrativa básica que deve ser pendurada na parede do escritório onde se trabalha. Por outro lado, um candidato que já ocupa uma posição também é obrigado a justificar uma reeleição por meio desse motivo narrativo, uma vez que hoje em dia os eleitores estão convencidos de que é sempre preferível a mudança à manutenção do *status quo*. À equipe de campanha basta apenas modular a intensidade das três funções seguintes, dependendo se se trata de um candidato que já tem um cargo no Estado ou de um embate contra um adversário.

Para que o candidato possa dizer isso de modo eficaz, não deve perder de vista estas três funções retóricas gerais:

- (1) a função cognitiva,
- (2) a função legitimadora,
- (3) a função emotiva.

1.1 A função cognitiva

Uma campanha, especialmente a presidencial, é um momento de explicação generalizada: os candidatos não somente se explicam para si

¹ Este artigo é um produto de aulas de mestrado promovidas pela Associação Argentina de Retórica, realizadas na Universidade de San Andrés e na Universidade de Buenos Aires em junho de 2012; também mostra a experiência do autor como consultor.

mesmos, mas, acima de tudo, explicam o que não funciona e o que está acontecendo no mundo. Os candidatos tornam-se os “Grandes Pedagogos”. Eles são, de fato, por alguns meses ou semanas, assim que oficialmente começam com a campanha, os “Grandes Intérpretes do que Não Funciona”. Eles ensinam história, geografia, economia, filosofia, ou mesmo moral ou física. Sabem tudo e falam sobre tudo. Essa é a natureza do eleitorado, ele quer isso, espera e exige-o. Uma campanha é um show ritual de conhecimentos. Como consequência desse show, os eleitores devem sentir que têm acesso a um conhecimento original ou novo que, na rotina dos assuntos públicos, a eles é negado. A eleição presidencial particularmente é, assim, a oportunidade de realizar um curso, a chance para se realizar uma revisão geral de conhecimentos.

1.2 A função legitimadora

Uma campanha também serve para legitimar, ao vivo, o sistema político, ou para reforçar o sentimento de legitimidade em relação ao funcionamento da vida política que o povo possui em diferentes níveis. Em cada eleição, o povo vê o sistema funcionar na potência “giga”, já que se trata da conquista pelo poder. Há inclusive certo prazer entre os eleitores em saber que a eleição de N ou P depende de seus votos. É um momento de alegria, tingido de vingança.

O sistema é legitimado desse modo. Garante-se o “bom funcionamento das instituições” (como prenuncia toda constituição), mas, muitas vezes, esquecemo-nos do investimento legitimador que representa o ritual do show eleitoral. O povo vê a si mesmo em funcionamento, vê que a elite política se rebaixa até ele, com a mão estendida, assiste à encenação de seu próprio poder: a cédula na urna. O povo se convence, assim, de que o sistema que aceitou ou que teve que aceitar funciona, melhor ou pior, mas “funciona” e que, precisamente, seu bom funcionamento depende do povo.

Uma campanha é um ritual de legitimação da soberania do povo, que se torna o ator principal de uma encenação, por assim dizer, extraordinária: entregar *realmente* a soberania absoluta (eleição presidencial), ou parcial (eleição de deputado ou governador) a um indivíduo que não é pior nem melhor que milhares de outros. Dito de forma simples: os candidatos devem dar a impressão de que o povo é tudo e que eles, os candidatos, não são nada sem ele.

1.3 A função emotiva

Uma campanha ativa emoções. Nas democracias apenas de fachada, em que predominam emoções, essas levam a brigas em público, a disputas em salas de reuniões ou motins nas ruas. Como sua contraparte, uma campanha eleitoral nas democracias pacíficas é, por um lado, um motim contido, uma disputa sublimada ou uma luta convertida em impulso verbal. Em outras palavras, uma campanha eleitoral, em democracias pacíficas, mantém o seu potencial selvagem de explosão, mas transformado em energia retórica. Essa energia são as paixões que cada candidato deve provocar, ou ao menos evocar, para empreender a sua causa.

Hesitar em criar aversão, hesitar em estimular o nojo, acreditar no temor do desconhecido ou na esperança nele posta não são táticas indignas: a democracia é o reino das paixões instantâneas que frequentemente determinam o voto. A causa disso não é que a democracia seja irracional, e, portanto, não seria irracional, por exemplo, a ditadura do proletariado, como se acreditava (para Marx, o capitalismo e a democracia são formas irracionais do político). A causa está no fato de que na democracia reconhece-se a integridade da pessoa humana – razão e emoções em igualdade – algo que custa aos liberais admitir, em particular no campo das teorias da eleição racional aplicadas às eleições coletivas, econômicas e, especialmente, eleitorais (SALAZAR, 2009). A retórica considera que uma paixão, uma emoção ou um desejo são agentes decisivos de uma eleição política e que, por conseguinte, não se deve hesitar em recorrer a eles.

2 Política e performance oratória

Volto-me agora à fabricação de uma campanha ou, para ser mais exato, aos discursos de campanha: a *performance* oratória e as ideias políticas. Há outros aspectos na fabricação de uma campanha, sete na verdade (SALAZAR, 2012c), mas vou me deter a estes dois.

Em primeiro lugar: uma *performance* oratória é utilizada para uma coisa apenas, conquistar o poder e, para isso ativa três funções e se inscreve em um espaço-tempo (os negócios e o *management* têm sua técnica e seu espaço-tempo próprios). As três funções básicas da retórica, mais uma vez, são as seguintes:

- Dar informações (nova, surpreendente, inesperada);

- Conquistar a atenção do público (certamente pode-se emitir uma mensagem e desagradar, mas é necessário gostar, ou seja, que o público esteja interessado na mensagem e em ouvi-la, mesmo que, inevitavelmente, nem todo mundo esteja de acordo);
- Estimular paixões e emoções (podem-se transmitir informações, mas, sem uma dose de paixão, a informação não é inspiradora, não desperta interesse no auditório).

2.1 A performance oratória é de dois tipos: interativa ou direcionada

Agora, a *performance* oratória serve para realizar, para “performar”, como se diz entre os retóricos, três efeitos:

- Enquadrar a agenda da campanha nos temas em que o candidato pretende se focar (os pontos de destaque de um programa, os “topos”², voltarei a esse assunto);
- Fazer-se “escutar”, ao mesmo tempo, por diferentes públicos (este não é o caso das reuniões partidárias, a menos que se tome cuidado de alertar a imprensa local, caso em que a performance é *open*);
- Estabelecer um pacto, uma “relação” de proximidade, entre jornalistas, os blogueiros, os que transmitem informações nas redes sociais e o candidato.

Trata-se de três alvos, que ativam as três funções acima mencionadas. A *performance* é, então, de dois tipos.

a) A performance interativa

A *performance* interativa reúne todas as intervenções que o candidato precisa realizar para responder a alguém: uma entrevista coletiva ou os seus equivalentes, a saber, uma reunião em que a imprensa está presente, uma entrevista importante no rádio ou na televisão – em que um ou dois jornalistas representam o papel de “A imprensa” – um suposto debate radiofônico ou televisivo com um jornalista ou em um programa popular.

² Não em sentido próprio e filológico do termo “topos” (no plural em grego, “topoi”), mas na minha adaptação.

Vão me perguntar: mas, como acertar o alvo, como ajustar o tiro, como agir em relação ao objetivo; em outras palavras, como construir uma *performance* interativa?

Este é um *war game* do discurso real com as seis seguintes operações:

1. Deve-se sempre começar com uma declaração inicial, um *opening statement*, que enquadre a *performance*, chame a atenção, formule/explicite o que deve permanecer na memória das pessoas. Em suma, não se pode deixar que os jornalistas ou os interlocutores definam o locutor. É preciso definir-se a si mesmo e dizê-lo. É necessário dar às pessoas as palavras e as ideias, ser rude e enfático.
2. Não se deve aceitar uma pergunta tal como é formulada, mas deve-se reformulá-la imediatamente para impor as palavras-chave e colocar em primeiro plano os *topos* no quais se deseja concentrar o discurso.
3. $P = R + p$ (P equivale a R mais p). Essa é a fórmula einsteiniana da *performance* oratória na retórica política. Para qualquer pergunta (P), responde-se rapidamente em poucas palavras (R) e adiciona-se no momento um problema (p), que é importante para alguém e que é um dos *topos* – de modo que, ao final da *performance*, esse alguém esteja seguro de haver cumprido o seu projeto de discurso, quaisquer que tenham sido os temas abordados.
4. Não hesitar em fazer perguntas durante o debate, ou fazer com que a equipe de campanha as sugira com antecedência, garantindo que sejam atraentes para os interlocutores. Por exemplo, “o candidato tem uma revelação, mas não está seguro de que quer falar sobre isso, aos poucos, conduza-o até lá...” (ficariam surpresos em saber até que ponto isso funciona). Ou ainda, se o contexto permitir, “plantar” as perguntas no público (essa é a técnica conhecida como *planting*; no passado recorria-se a extras, hoje em dia basta usar as redes sociais; sempre há alguém que revelará ao vivo o que foi circulado propositalmente na internet, sem saber que se trata de alguém da equipe de campanha).

5. Se estiver entre muitos jornalistas e pessoas que transmitem informação, deve colocar-se entre os preferidos e mostrar as próprias preferências (pela pessoa ou pelo meio de comunicação que ele representa). É a técnica de “distinção”. A quem distinguir? Tudo depende das circunstâncias, mas é preciso ter cuidado em distinguir aqueles que são hostis, adulando-os. A vaidade é um emoliente.
6. Se perder o controle, deve ocupar o tempo de fala. É possível prolongar as respostas multiplicando $P = R + p + p + \dots$. Como o tempo vai avançando, assim, os danos são limitados e, embora não se alcance um grande efeito, ao menos haverá sucesso em divulgar os *topos* nos quais se deseja concentrar e em limitar os danos possíveis. Terá evitado o pior.

b) A performance dirigida

O que é um discurso político? Uma incorporação. Quando um candidato fala, está incorporado. Ele está sozinho, fala. Está ali, fala, existe. O existencialismo do procedimento é flagrante em *tweets* e *posts* do tipo: “Eu me expresso, logo existo”. E me expresso sem intermediário que filtre e se interponha e interprete (ao contrário de *performances* do tipo de uma entrevista, conferência ou “debate” radiofônico). Dirijo a *performance*, que se torna, assim, uma *performance* dirigida.

Como existir por meio de um discurso? Considerando que, em uma campanha, de acordo com a circunstâncias, somos convidados a falar uma hora, vinte ou cinco minutos, a restrição é de ordem temporal. Para burlar essa restrição e manter o impacto em um nível constante – isto é, o efeito que devemos produzir no eleitorado – não se devem esquecer as três funções e o *timing*, já que as primeiras determinam a intensidade da campanha e o segundo, o ritmo de produção dos “*topos*”. A energia absoluta da *performance* dirigida encontra-se nos *topos*.

Um candidato deve possuir um arsenal de dez a vinte *topos*. Em uma campanha não há apenas *topos* “pesados”, de interesse nacional (limitados à economia, segurança, saúde, educação, liberdades e política externa); mas também há *topos* de interesses locais ou setoriais ou *topos* conjunturais, que, às vezes, decidem a ação de um grupo eleitoral. Fora dos discursos para um

público nacional, que são poucos (exceto a prerrogativa soberana do presidente-candidato) todos os outros discursos são pronunciados em contextos locais. Uma transmissão popular na televisão apresenta-se, apesar das aparências, em um contexto local (definido pelo dono do jogo, os extras que agem como *good cop bad cop*, o horário em que a programação é transmitida e o tipo de audiência).

Essa estratégia discursiva é dupla:

- Por um lado, por meio dessa estratégia discursiva, a campanha obtém uma estrutura geral, uma coerência de conjunto, reconhecível pelo eleitorado;
- Por outro lado, esse tipo de estratégia permite ao candidato dispor de um arsenal de *topos* memorizáveis, nunca perder o controle e, até mesmo, improvisar com absoluta segurança.

2.2 O que é e como se fabrica um *topos* de um discurso eleitoral?

1. Um *topos* é uma unidade de discurso autônoma: pode apresentar-se sozinho ou acompanhado e pode variar entre dois e sete minutos (ele deve, portanto, ser preparado com geometria variável). Dois minutos são suficientes para incluí-lo em um *spot*, um discurso mais amplo ou, claro, para transformar uma resposta em uma “mini declaração” durante uma *performance* interativa. Sete minutos, entende-se, é o tempo máximo que se deve discorrer sobre um *topos* (cronometrem uma apresentação presidencial na televisão e constatarão o que eu estou dizendo)³.
2. Um *topos* é, portanto, uma estrutura absolutamente rígida. Essa rigidez não é uma regra abstrata e dogmática, mas pragmática e pedagógica: permite a memorização do *topos* pelo candidato e ajuda cognitivamente o auditório a acompanhar o argumento. Vemos (no esquema apresentado a seguir) que esse *topos* pode ser dito em dois, cinco ou sete minutos, se quisermos, podemos inclusive estendê-lo entre meia hora ou a até cinco horas.
3. A rigidez da estrutura permite passar de um *topos* a outro: a última seta é usada (veja o esquema) para passar a uma segunda

³ Baseamo-nos na campanha eleitoral francesa de 2012.

declaração, para um segundo *topos*. Por exemplo, concebeu-se uma solução, excelente, para as salas de emergência dos hospitais, imediatamente transfere-se, dizendo – improvisando, considerando o estilo oral –: “o que vai acontecer com os nossos idosos, bem recebidos, bem tratados nas salas de emergência, prometo-lhes que também será a solução para os refeitórios das crianças, e os números estão aí, uma em cada cinco crianças vai para a escola às oito da manhã no inverno, com o estômago vazio, é algo inaceitável, etc.”.

Os *topos* podem ser identificados um após o outro, ser construídos um após o outro e ser ordenados em uma sequência encadeada, e isso pode ser feito sempre da mesma forma. É de responsabilidade da equipe do candidato organizar o arsenal de *topos*.

Discursos, *spots*, *tweets*, *posts*: sua coerência persuasiva depende desta estratégia dos *topos*. Se um candidato tem coerência na *performance* oratória discursiva, demonstra que pode governar, *performar*, uma vez que esteja no poder. A capacidade de produzir *topos* já constitui em si uma prova retórica de força política, uma prova da capacidade de governar.

Apresenta-se a seguir, a partir de uma perspectiva prática, como articular o *topos* de um discurso eleitoral:

Declaração muito breve e surpreendente (efeito “de atenção” e de “estimulante”).

Estatísticas que surpreendem, inquietam e atraem a audiência pelo efeito de realidade que os números sempre têm.

Declaração um pouco mais extensa que descreve o problema, a situação ou a crise nos termos expostos, produto de uma reflexão (“efeito informação”).

Proposta de solução (promessa = “informação” + “atenção” + “estimulante”)

Projeção no futuro de como será a situação uma vez que o problema seja resolvido (“estimulante”)



3 A estruturação retórica das ideias políticas

Nesta terceira seção do artigo, lido com a fabricação de ideias em uma campanha eleitoral.

3.1 Uma “ideia política” não é uma “ideia”

Uma ideia política não é uma ideia, no sentido filosófico, ou seja, um conceito cuidadosamente considerado e medido, cujo valor reside em primeiro lugar em sua indiferença às circunstâncias, logo após, deve ser capaz de mudar o mundo se houver a necessidade de fazê-lo. Uma ideia política é uma estruturação circunstancial que deseja passar por universalmente válida. Em outras palavras, uma ideia genuína aponta para o absoluto, enquanto a ideia política só pode ser eficaz no relativo. Seu campo de aplicação não é o universal, e sim está delimitado pelo desejo de conquistar o poder pelo *timing* da campanha, e pela necessidade, às vezes cômica e, frequentemente, exasperada de diferenciar-se dos outros candidatos.

Ao mesmo tempo, para dar a uma ideia política a dignidade de uma ideia autêntica é necessário que ela se presente tanto no concreto quanto no abstrato; ao mesmo tempo, separada do fundamento contingente e em sintonia com a realidade; que seja generosa, mas que favoreça os interesses dos partidários. A ideia política, para ser tudo isso ao mesmo tempo, deve ser uma estruturação retórica. Primeiro, faremos duas observações.

3.2 Uma “ideia política” substitui o uso da força

A ideia deve ter o mesmo potencial que a força. No passado, na busca pelo poder, respaldava-se uma ideia política com o uso da força, ou então alguém se ajeitava sem ideias e fazia um golpe de Estado (e, posteriormente, inventava-se uma ideia para ganhar respeitabilidade internacional). Por exemplo, foi organizada a brigada de camisas pretas ou vermelhas. Na Itália do cavalheiro Berlusconi, sua empresa de mídia televisiva fomenta o equivalente ao uso da força, um uso *soft*.

A verdade é que os políticos nas democracias pacíficas se desacostumaram da tentação de usar a força e são forçados a essa coisa arcaica que consiste em expressar ideias para conquistar o poder por meio da força da palavra. Então, por intermédio das palavras e das ideias, têm que dar

golpes ao corpo, golpes decisivos, golpes que machuquem e que abatem o adversário. Esta é a função de uma campanha eleitoral: abater adversários sem cair (você sabem: a palavra lançada é a que, por sua vez, é utilizada de volta pelo adversário).

3.3 As ideias abandonadas à própria sorte são perigosas

Desde que são formuladas, as ideias possuem vida independente e uma tendência a se expandirem. Uma ideia é um gato doméstico que pode se transformar, à noite, em um felino selvagem e devastador. Por isso, na fabricação retórica de um programa de governo, deve-se primeiro encontrar as ideias da campanha eleitoral e, em seguida, garantir que essas ideias não se tornem armas contra si mesmas – enquanto sonhamos e não prestamos atenção nelas, de tão acostumados que estamos a elas. Conseqüentemente, deve-se ter cuidado com a elaboração delas.

No entanto, é preciso compreender que a estruturação dessas ideias depende de certas condições, objetivas e “projetivas”. Uma ideia política apresentada na arena pública durante uma campanha eleitoral é, basicamente, o acoplamento de duas potencialidades: a objetiva e a “projetiva”.

- As condições objetivas são as circunstâncias presentes, as condições históricas, os acontecimentos que até o dia da votação vão interferir na estratégia das ideias, muitas vezes marginalmente – mas quantas eleições são decididas pela Sorte e pelo Acaso, por uma margem muito pequena, por mais que se tente evitar que isso aconteça. Elabora-se uma lista dessas condições e é preciso atualizá-la continuamente. Essa é uma ação trabalhosa, mas necessária por parte do *team* eleitoral.
- O “projetivo” é declinado em três níveis:
 1. O nível do cenário lógico (negativamente: o fundamento dos programas que lemos, ou melhor, que não lemos; positivamente: os *topos* e seu encadeamento);
 2. O nível de promessa moral (é a força do cenário de extrema esquerda na França, por exemplo, já que naquele país se observa que o cidadão médio que vota em seus candidatos não leu Marx

ou Engels, e, no entanto, vota na extrema esquerda devido a uma reação moral);

3. O nível de apelo às emoções (é o voto “anti”, “anti-isso” “antiaquilo”).

A expressão de uma ideia política por meio do “discurso político” serve para a aplicação de um triplo ajuste estratégico:

1. Ajustar os objetivos propostos (o programa eleitoral conhecido é como um *buzz* [rumor], “rumorejado” pelos meios de comunicação e pelas redes) aos meios para realizá-lo (eu ser eleito, não ele ou ela);
2. Ajustar os desejos subjacentes aos projetos (o eleitorado com seus desejos, não apenas com as necessidades) aos imperativos (os quais se articulam diretamente às condições reais);
3. Ajustar as paixões do candidato às paixões dominantes do eleitorado ao qual ele se dirige (é inútil perder tempo incomodando quem, de qualquer maneira, votará contra nós).

O “discurso político” é uma tecnologia de ajuste do que deve acontecer com o que se quer que possa ou deva acontecer.

3.4 Ideia formadora, ideia-força e imagem-força

Passaremos agora à ideia como estruturação. O método mais seguro é o seguinte:

1. Isola-se a *ideia formadora*, elaborando a pergunta do modelo ao qual aspira o eleitorado que estamos em risco de perder ou que está em risco de abster-se, ou que podemos captar (podem-se ignorar os eleitores leais, que votarão em determinado candidato, não importa o que se faça, e o farão por cansaço, instinto ou preconceito);
2. Associa esta ideia a uma *ideia-força* que traz prestígio, a um ideal que valoriza, que é abstrato, mas que, ao mesmo tempo, corresponde aos desejos daqueles eleitores leais a que me referi anteriormente;
3. E, para assegurar a eficácia de ambas as ideias, nomeia-se um inimigo. Deve-se sempre demonizar um adversário, criar uma *imagem-força*,

como nas publicidades negativas. É uma maneira de enquadrar a ideia. Sem inimigo declarado, não há campanha política.

É necessário compreender que se está em campanha, com duas ou três ideias, para “comover” os eleitores, para produzir o movimento (*ex-movere* em latim). Uma ideia política, para além de qual seja o seu conteúdo, funciona como uma engrenagem mecânica em que as peças se encaixam para produzir movimento, geralmente para que as pessoas votem de acordo com o desejo de um candidato ou se assustem de votar no adversário dele.

3.4 A dinâmica temporal

Uma vez que os três componentes foram isolados, a estruturação é estática. É preciso dar-lhe vida, e aqui intervém uma decisão, e disso depende a dinâmica das ideias.

Essa dinâmica determina que uma ideia de campanha se enquadre temporariamente no passado, no futuro e ao longo do tempo. Como fazê-lo? Deste modo:

- Nomear o responsável por um acontecimento passado que tem relação direta com a ideia (os argumentos do tipo: “Eu herdei os erros que vocês cometeram”).
- Declarar uma ou outra vez que o projeto em si é o mais útil porque, embora projeto, é imaterial (é um cenário do futuro, ainda não concretizado). Seu valor é desejado, é o mais útil (da mesma maneira que se vende um aparelho novo dizendo que é melhor, que funciona melhor ou que é mais útil, antes mesmo de que tenha sido testado). Propõe-se o próprio projeto como o melhor, ou se rejeita o projeto do adversário como sendo nefasto. Parece óbvio, mas é necessário refletir sobre isto: o espectro do nefasto sempre está disponível para ocupar a figura do nefasto.
- Afirmar um valor-chave (os argumentos que pretendem sobrepor-se à política genuína, e que se direcionam ao nosso capital moral). Celebram-se interesses superiores ou se rebatem valores falsos (os do adversário). É necessário fazer isso sistematicamente, a fim de dar a impressão de coerência intelectual e integridade ética.

Pouco importa o conteúdo da ideia, se, de forma sistemática, a estruturação dela é realizada considerando-se parâmetros tais como os que descrevo. A realidade efetiva da ideia política depende completamente desse conjunto e de uma encenação por meio dos topos. Este mecanismo requer um verdadeiro trabalho de investigação por parte da equipe de campanha, uma certa modéstia por parte do candidato, bem como exige prestar atenção permanente às mudanças no eleitorado que se deseja conquistar. Como eu disse na introdução, aqui apenas expliquei detalhadamente duas das sete técnicas.

4 Conclusão, para colocar o problema em perspectiva

Para concluir, eu gostaria de enfatizar duas questões. Quando desenvolvo esse tipo de análise junto a estudantes e também, como consultor, a profissionais, perguntam-me se descrevo um sistema de manipulação. A minha resposta é invariavelmente a seguinte: só é manipulado quem pode ser manipulado. Uma condição essencial da democracia é o que eu denomino de “alfabetização retórica” (em Inglês, “rethorical literacy”), ou seja, a capacidade de decifrar as manobras persuasivas em casos reais e singulares (não em casos abstratos). O fracasso da educação democrática é medido pela primazia outorgada à informação e à comunicação, o que minimiza a compreensão retórica das “tecnologias de dominação” (SALAZAR, 2009). Sem uma educação na escola que vá à raiz dessas tecnologias, a democracia continuará sendo aquilo que justamente é: uma manipulação das opiniões com o objetivo de conquistar o poder e um contínuo golpe de Estado. No entanto, nesses últimos anos, pude constatar, por meio de crônicas e artigos de opinião que escrevo para a imprensa⁴, que essa tomada de posição radical encontra uma resposta favorável junto ao público (SALAZAR, 2012a). O déficit retórico torna-se cada dia mais evidente, e o notamos. O que nos paralisa é o conteúdo. Estamos dispostos a admitir que uma ideia deve ser fundamentada (ainda que por meio da simples emoção), mas nos apegamos a esse tabu, à Ideia.

Com efeito, também me perguntam como posso afirmar que as ideias políticas não existem. A minha resposta é a de um cientista político (que fui), e o que argumento ponto a ponto no livro *Hyperpolitique*; mas é também a resposta de um filósofo e materialista radical, com base em uma análise imparcial de Marx

⁴ Em *Les Influences, Nouvel Observateur Plus ou Atlantico*, alguns desses meios são de esquerda e outros de centro-direita. Ou em aparições de rádio e televisão.

SALAZAR, Philippe-Joseph. Conquistar o poder pela palavra: elementos de fabricação da retórica eleitoral. Trad. Alexandre Marques da Silva. Rev. Trad. Raquel da Silva Ortega. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 200-214, dez.2015.

e de seu conceito de “capital primitivo” (SALAZAR, 2012b). Para falar aqui de uma forma simples, não há qualquer transcendência na política, seja moral ou de outro tipo. O efeito das palavras, que se travestem de ideias, é o de criar entre os eleitores um sentimento paradoxal – lógico, ético ou patético – de uma espécie de “vida superior”, que, por sua vez, depende da ação política comum e é independente das circunstâncias. A força arcaica de religiões é, obviamente, uma consequência do segundo aspecto, e seus resquícios são ativados na política. Ao localizar a retórica como constitutiva do político, reconhece-se que as palavras causam efeitos materiais e tangíveis e que produzem poder quando combinadas em argumentações de todos os tipos e nas que utilizam toda a gama de “tecnologias” que detalhei anteriormente. A única medida de salvação pública, a partir de meu ponto de vista como filósofo e retórico, consiste em fazer entender que, se a retórica é um instrumento de poder, é também um desencanto da questão política (SALAZAR, 2011) e, portanto, um instrumento de absoluta clareza: “O homem é a medida de todas as coisas. “

Referências

SALAZAR, Philippe-Joseph. **Hyperpolitique**. Paris: Klincksieck, 2009.

_____. **Paroles de Leaders**. Paris: Bourin, 2011.

_____. Confessions of a sometime opium eater. **Philosophy and Rhetoric**, n. 45, v. 3, p. 335-342, 2012a.

_____. La retórica como materialismo radical. **Transeuropéennes**, 2012b. Disponível em: http://www.transeuropeennes.eu/fr/articles/voir_pdf/355.

_____. **L'art de séduire l'électeur indécis**. Paris: Bourin, 2012c.

Tradução:

Alexandre Marques da Silva

Doutorando pela Universidade de São Paulo

E-mail: alexandremarques@usp.br

Revisão da tradução:

Raquel da Silva Ortega

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mail: raquelsortega@gmail.com



Universidade Estadual de Santa Cruz

Reitora: Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Vice-Reitor: Evandro Sena Freire



Departamento de Letras e Artes

Diretor: Isaías Francisco de Carvalho
Vice-Diretor: Fernando José Reis de Oliveira

Rodovia Jorge Amado (BA-415), km 16
Campus Soane Nazaré de Andrade
CEP 45662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil
Endereço eletrônico: letras@uesc.br
Sítio eletrônico: <http://www.uesc.br/dla/index.php>
Fone/Fax: 55 73 3680-5088



EID&A

Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação

ISSN 2237-6984

Editores

Eduardo Lopes Piris
Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Moisés Olímpio Ferreira
Paulo Roberto Gonçalves Segundo

Endereço eletrônico: revista.eidea@gmail.com
Sítio eletrônico: periodicos.uesc.br/index.php/eidea